



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

FLAIDA ÉMINE ALVES DE SOUZA

**A COMPARABILIDADE DAS ESCOLHAS CONTÁBEIS NA MENSURAÇÃO
SUBSEQUENTE DE ATIVOS IMOBILIZADOS, DE ATIVOS INTANGÍVEIS E DE
PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO**

UBERLÂNDIA/MG

2014

FLAIDA ÂMINE ALVES DE SOUZA

**A COMPARABILIDADE DAS ESCOLHAS CONTÁBEIS NA MENSURAÇÃO
SUBSEQUENTE DE ATIVOS IMOBILIZADOS, DE ATIVOS INTANGÍVEIS E DE
PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Área de Concentração: Contabilidade Financeira

Orientadora: Profa. Dra. Sirlei Lemes

UBERLÂNDIA/MG

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

S729c Souza, Flaida Émine Alves de, 1983-
2014 A comparabilidade das escolhas contábeis na mensuração
subsequente de ativos imobilizados, de ativos intangíveis e de
propriedades para investimento / Flaida Émine Alves de Souza. - 2014.
219 f.

Orientadora: Sirlei Lemes.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis.
Inclui bibliografia.

1. Ciências contábeis - Teses. 2. Contabilidade - Normas - Teses.
I. Lemes, Sirlei, 1963-. II. Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis. III. Título.

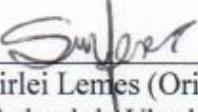
CDU: 657

FLAIDA ÉMINE ALVES DE SOUZA

**A COMPARABILIDADE DAS ESCOLHAS CONTÁBEIS NA MENSURAÇÃO
SUBSEQUENTE DE ATIVOS IMOBILIZADOS, DE ATIVOS INTANGÍVEIS E DE
PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO**

Dissertação aprovada para obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Contábeis, da Universidade Federal de Uberlândia (MG) pela banca examinadora formada por:

Uberlândia, 10 de novembro de 2014.


Prof.^a Dr.^a Sirlei Lemes (Orientadora)
Universidade Federal de Uberlândia - UFU


Prof.^a Dr.^a Patrícia de Souza Costa
Universidade Federal de Uberlândia - UFU


Prof. Dr. Vinícius Aversari Martins
Universidade de São Paulo - USP

*À Deus, que cuida de mim com todo zelo celestial e me
presenteou com uma força sobrenatural para conseguir
finalizar esse trabalho.*

*À memória de meu pai, cujo exemplo de vida, de proteção
e de cuidado guardo comigo por toda a eternidade.*

À minha mãe, verdadeiro suporte em minha vida.

*Ao meu esposo, que sempre presente, entendeu a minha
ausência.*

*À Menina, minha Menina, que todos os dias, todas as
tardes, todas as noites e todas madrugadas de estudo,
todas, esteve acordada ao meu lado. Companheira sem
igual, imprescindível.*

AGRADECIMENTOS

Desde pequeninha eu sempre gostei de estudar. Minha mãe conta que eu mal sabia falar e já brigava para ir para a escola. Lembro-me bem da alegria que senti quando, aos três anos de idade, meus pais, enfim, deixaram-me ir para a escola. Estudar, estudar, eu sempre gostei muito de estudar (na verdade eu sempre gostei muito de aprender). Estudar para mim sempre foi motivo de alegria, pois estudar me faz aprender, e aprender me abre os horizontes e me faz sentir bem.

É por esse motivo (e por incontáveis outros) que a primeira “pessoa” a quem eu dedico essa conquista e a quem eu agradeço imensamente por ter me ajudado a chegar até aqui é o meu Senhor, o meu Deus. Foi Ele que me presenteou com essa vontade de estudar por paixão e não por obrigação. Mesmo que eu O entregasse toda a minha vida, com tudo que eu construí e aprendi até aqui, não seria suficiente para agradecer todo cuidado e sustento que Ele teve comigo todos os dias da minha vida, especialmente durante o mestrado.

Em segundo lugar eu agradeço aos meus pais, que além de me darem o dom da vida e me criarem com tanto carinho e dedicação, me ensinaram a ter caráter, a ser honesta e a conquistar os meus sonhos com o meu suor. Ao meu pai, Vitalino, eu dedico todo o meu amor, amor este que não pude expressar pessoalmente, por tê-lo perdido quando eu ainda era criança. Por mais que eu não fale, eu me lembro dele todos os dias da minha vida e espero que onde ele estiver, que receba todo o meu amor e agradecimento eternos. A minha amada mãe, Neném, o que dizer? Dizer apenas que a amo incondicionalmente, que me orgulho muito de ser sua filha e que tudo que eu sei ou fiz até hoje foi porque ela me ensinou, me deu forças, acreditou em mim, me apoiou. Obrigada por tudo, mamãe! Sem a sua ajuda, esforço, apoio e torcida eu jamais estaria aqui.

Ao meu esposo, quero agradecer toda compreensão em virtude da minha regular ausência. Casamos durante o mestrado e até hoje não pudemos comemorar. Obrigada por ter me entendido e por cuidar de mim com tanto carinho. Eu te amo!

À Menina, minha Menina, quantos dias e noites ela passou acordada ao meu lado me apoiando, me dando forças, me alegrando mesmo sem entender. Ela é um presentinho de Deus na minha vida, me proporciona momentos de alegria sem igual.

Aos meus irmãos, sobrinhos e familiares pela ausência durante esse tempo de mestrado, pois mesmo sem intenção, não pude dar a eles a atenção que mereciam. Agradeço a compreensão, especialmente nas vezes em que não pude conversar, sair, distrair, divertir com eles.

À minha orientadora Dra. Sirlei Lemes, por abrilhantar o meu trabalho com toda a sua experiência e conhecimento, por ter me apresentado um tema de pesquisa que me fez apaixonar e procurar aprofundar no assunto por prazer. Agradeço a ela por todos os ensinamentos, por toda atenção, por toda dedicação, pelas orientações, pelas revisões realizadas durante o desenvolvimento deste trabalho e, principalmente, por ter acreditado e confiado em mim. Sei que orientar não é uma tarefa fácil, mas ela conseguiu, mais uma vez, fazê-lo com excelência.

Ao prof. Dr. Pablo Rogers, por toda competência no ensinar, por não ter tido pressa em me atender todas as vezes que cheguei cheia de dúvidas em sua sala, por ter me ajudado pelo simples prazer em ensinar, por ter um jeito todo direto de resolver nossos “gigantescos” problemas estatísticos, por ser um verdadeiro mestre no sentido mais profundo da palavra.

Ao prof. Dr. Ilirio José Rech, por seu grande coração, por ser tão sábio e tão prestativo. Todas as vezes que precisei dele, ele me ajudou de prontidão, me apoiou, me deu conselhos, me emprestou todos os livros e todos os artigos de Teoria da Contabilidade que eu não conseguia encontrar em lugar algum.

Ao prof. Dr. Rodrigo Fernandes Malaquias, por ter me orientado na criação do meu primeiro artigo científico. Aquelas dicas e orientações que recebi na disciplina de Metodologia da Pesquisa Aplicada à Contabilidade, no Mestrado, foram a base para todos os outros artigos que escrevi, inclusive, esta dissertação. Agradeço, também, pelas contribuições feitas a este estudo na disciplina de Seminários de Dissertação. Com certeza se não fossem elas, este trabalho não seria o mesmo.

Ao prof. Dr. Marcelo Tavares, por ter me apresentado a estatística de uma maneira tão simples, que me fez entender sua importância e sentir vontade de aprofundar ainda mais no assunto. Agradeço imensamente por toda paciência e por todas as vezes que prontamente me atendeu em sua sala para tirar dúvidas, mesmo depois de finalizada a disciplina de Métodos Quantitativos I.

À profa. Dra. Patrícia de Souza Costa, por ter sido uma importante fonte de transmissão de conhecimento para mim durante o Mestrado. Agradeço, também, a sua participação na disciplina de Seminários de Dissertação e nas minhas bancas de qualificação e de defesa, apresentando contribuições imprescindíveis para a melhoria deste trabalho.

Ao prof. Dr. Vinícius Aversari Martins, por aceitar participar das minhas bancas de qualificação e de defesa e pelas sugestões e comentários que tanto contribuíram para a melhoria desta pesquisa. Em especial, gostaria de agradecer o seu gesto no dia da minha qualificação. Mesmo ocorrendo imprevistos, ele não hesitou, deu seu jeito e fez questão de

participar da minha qualificação presencialmente. A sua atitude será eternamente lembrada por mim, com gratidão.

A todos os meus amigos do mestrado, especialmente o Reiner Botinha, a Márcia Helena, o Samuel Mamede, a Alessandra Marques, o Cassius Klay, a Mônica Ferreira e a Camilla Soueneta, que ao compartilharem comigo os mesmos momentos difíceis, suavizaram as minhas dificuldades. A nossa união nos fez conseguir vencer todos os obstáculos. Sempre com palavras de força e de motivação, dispostos a falar e a ouvir, a trocar ideias, experiências, a colaborar. Sem eles, com certeza, o meu mestrado teria sido mais difícil.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UFU (Edvalda Araújo Leal, Ernando Antônio dos Reis, Gilberto José Miranda, Ilirio José Rech, Lucimar Antônio Cabral de Ávila, Nilton César Lima, Pablo Rogers, Patrícia de Souza Costa, Rodrigo Fernandes Malaquias e Sirlei Lemes), por todo aprendizado, troca de experiências, conversas, conselhos, consideração e confiança. Foi uma honra ter entrado na primeira turma do mestrado em Ciências Contábeis da UFU, especialmente por ter me deparado com uma equipe de professores de excelência como essa.

À Laila Melo, Lailita, o que seria de nós sem ela? É ela que nos ouve, que nos ajuda, que fica do nosso lado, que “quebra o nosso galho”, que nos mantêm informados, que nos atende, que sempre com um sorriso no rosto e com toda eficiência e dedicação nunca hesitou em nos ajudar e nos atender.

Ao Walter Martins Terreri (Waltinho) pelas inúmeras vezes que “salvou” o meu notebook e por ajudar-me em tudo que precisei, desde a época da graduação, sempre com atenção, agilidade e competência. Ao prof. Dr. Hoss H. Taplin, que gentilmente e gratuitamente me cedeu o *software* para o cálculo da comparabilidade. Sem esse instrumento, essa pesquisa não seria possível.

À Luciana Almeida pelas conversas, trocas de experiências e apoio. Às minhas amigas Isabella Benzaquen, Nadylla Calixto, Brenna Lacerda, Pollyanna Mafra, Cristiane Soares e Carolina Guimarães, sempre presentes em momentos de alegria e de tristeza, agradeço pela amizade sincera, pelo apoio incondicional e por compreenderem a minha ausência durante o meu mestrado.

À UFU, pela possibilidade de cursar minha graduação e meu mestrado em uma universidade de ensino público e de qualidade, com todo suporte e ambiente propícios para o aprofundamento do conhecimento. A CAPES por me dar a oportunidade de dedicação ao mestrado em tempo integral, a bolsa foi essencial para a conclusão deste curso.

A todos vocês, meus sinceros agradecimentos!

“Considero a teoria da escolha contábil como central para o estudo da contabilidade. Se não podemos explicar e prever as variações na contabilidade, não podemos proporcionar aos nossos alunos muita compreensão da contabilidade”

ROSS L. WATTS (1992, p. 235).

RESUMO

A *expertise* comparabilidade, escolhas contábeis e valor justo é um dos temas mais controvertidos e carentes de discussões no cenário contábil atual. As escolhas contábeis são necessárias para que seja garantida a representação fidedigna, ao mesmo tempo em que seu uso discricionário pode diminuir a comparabilidade, que é esperada pelo IASB. Quando as escolhas contábeis se referem à opção entre os métodos do custo histórico e do valor justo, as controvérsias são ainda maiores. Em decorrência disso, neste estudo buscou-se identificar o grau de comparabilidade das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados, de ativos intangíveis e de propriedades para investimento (PPI) das companhias abertas pertencentes ao Brasil, ao Chile e ao Peru e investigar as características que poderiam influenciar as escolhas contábeis dos gestores dessas entidades, pelo método do custo histórico ou do valor justo. Para o cálculo da comparabilidade, utilizou-se o índice T e para a verificação das variáveis explicativas, estimaram-se as regressões Logit/Probit, ambos nos períodos de 2009 a 2013. Como resultado, constatou-se que para os ativos imobilizados as comparabilidades nacional e internacional aumentaram com a adoção das IFRS e mantiveram-se crescentes ao longo do tempo. Na análise setorial, praticamente todos os setores tiveram uma comparabilidade alta após a adoção das IFRS. Esse fato se deu em virtude de a maioria (ou a totalidade) das entidades ter optado pelo método do custo histórico na mensuração subsequente desses ativos. Em relação às variáveis explicativas, identificou-se que o país, a rentabilidade, a relevância, o setor de atuação e o tempo podem influenciar as escolhas contábeis dos gestores. Para os ativos intangíveis, as comparabilidades nacional e internacional já eram altas antes da adoção das IFRS e aumentaram ainda mais após a adoção. Na análise setorial, identificaram-se índices de comparabilidade ainda mais altos se comparados ao do conjunto de países, pois praticamente todos os setores apresentaram comparabilidade com valores máximos. Esse resultado se deu em virtude de a maioria absoluta das entidades ter escolhido o método do custo histórico para mensuração subsequente de ativos intangíveis. Quanto às variáveis explicativas, identificou-se que *big four*, tamanho e relevância influenciaram as escolhas contábeis dos gestores. Para as PPI, as comparabilidades nacional e internacional não aumentaram com a adoção das IFRS, permanecendo com índices próximos a 0,50 (comparabilidade baixa) em praticamente todos os exercícios sociais. Esse resultado ocorreu em virtude de as escolhas dos gestores se dividirem entre o método do custo histórico e do valor justo. Na análise setorial, apesar de alguns setores apresentarem comparabilidade máxima em todos os períodos investigados, outros obtiveram uma comparabilidade baixa/moderada em praticamente todos os anos. Por meio da análise de regressão, verificou-se que as variáveis *big four*, relevância, endividamento, país e setor de atuação influenciaram as escolhas contábeis dos gestores na mensuração subsequente de PPI. Assim, a simples adoção das IFRS não garante a comparabilidade. Quando se considerou a não divulgação da informação como mais uma escolha contábil possível aos gestores, as comparabilidades nacional e internacional, por país e por setor, diminuíram. Destaca-se, assim, a importância da evidenciação de informações contábeis, pois a não divulgação afeta a comparabilidade.

Palavras-chave: Comparabilidade. Escolhas Contábeis. Valor Justo. Índice T.

ABSTRACT

The expertise comparability, accounting choices and fair value is one of the most controversial and needy subjects of discussions in the current accounting scene. The accounting choices are necessary for the faithful representation is guaranteed, while his discretionary use may reduce comparability, which is expected by the IASB. When the accounting choices refer to the choice of the methods of historical cost and fair value, controversies are even greater. As a result, this study identified the comparability degree of accounting choices in the subsequent measurement of property, plant and equipment, intangible assets and investment property for publicly-held companies belonging to Brazil, Chile and Peru. It also investigated the characteristics that may influence the accounting choices of managers from these entities. The T Index was used to calculate the comparability, and in order to verify the explanatory variables the Logit/Probit regressions were estimated, both the periods from 2009 to 2013. As a result, it was found that for property, plant and equipment the national and international comparability increased with the adoption of International Financial Reporting Standards (IFRS) and remained increased over time. In sectorial analysis, virtually all sectors had a high comparability after IFRS adoption. This fact was due to the majority of (or all) the entities have opted for the method of historical cost in the subsequent measurement of these assets. Regarding the explanatory variables, it was found that the country, the profitability, the relevance, the sector of activity and the time may influence the accounting choices of managers. For intangible assets, the national and international comparability were already high before the adoption of IFRS and further increased after adoption. In sectorial analysis, it were identified comparability indexes even higher compared to the ones from the group of countries, because virtually all sectors showed comparability with maximum values. This result was due to the vast majority of organizations which have chosen the method of historical cost for subsequent measurement of intangible assets. Concerning the explanatory variables, it was found that big four, size and relevance influenced the accounting choices of managers. For investment property, the national and international comparability did not increase with the adoption of IFRS, remaining with rates near 0.50 (low comparability) in practically all fiscal years. These results are due to the fact that managers' choices divide between the method of historical cost and fair value. In the sectorial analysis, although some sectors show maximum comparability in all investigated periods, others obtained a low/moderate comparability in practically all years. Through regression analysis, it was found that the variables big four, relevance, indebtedness, country and sector of activity influenced the accounting choices of managers in the subsequent measurement of investment properties. Thus, the simple adoption of IFRS does not guarantee the comparability. When considering the non-disclosure of information as another possible accounting choice for managers, the national and international comparability decreased by country and by sector. It is noteworthy, therefore, the importance of disclosure of financial information, because the non-disclosure affects comparability.

Keywords: Comparability. Accounting choices. Fair value. T index.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| Figura 1 – Estrutura da Pesquisa..... | 31 |
| Figura 2 – Tipos de Comparabilidade Material | 36 |
| Figura 3 – Abordagens do Processo de Convergência Contábil | 39 |
| Figura 4 – Tipos de Escolhas Contábeis | 49 |
| Figura 5 – Escolhas Contábeis <i>versus</i> Gerenciamento de Resultados | 51 |
| Figura 6 – Hierarquia na Mensuração ao Valor Justo | 54 |
| Figura 7 – Processo de Escolha Contábil de acordo com a Teoria Institucional..... | 59 |
| Figura 8 – Etapas do Processo de Institucionalização | 61 |
| Figura 9 – Resumo do Processo de Escolha Contábil de acordo com a Teoria Positiva da Contabilidade..... | 65 |
| Figura 10 – Grupo de Países que compõem o GLENIF | 69 |
| Figura 11 – Estrutura do Índice T | 94 |
| Figura 12 – Resumo das Hipóteses e Estrutura Metodológica da Pesquisa..... | 108 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| Gráfico 1 – Evolução do Índice de Comparabilidade dos Ativos Imobilizados Imóveis | 114 |
| Gráfico 2 – Evolução do Índice de Comparabilidade dos Ativos Imobilizados Instalações e Equipamentos..... | 122 |
| Gráfico 3 – Evolução do Índice de Comparabilidade dos Ativos Intangíveis..... | 129 |
| Gráfico 4 – Evolução do Índice de Comparabilidade das Propriedades para Investimento..... | 137 |
| Gráfico 5 – Evolução do Índice de Comparabilidade dos Ativos Imobilizados Imóveis, considerando a não divulgação..... | 149 |
| Gráfico 6 – Evolução do Índice de Comparabilidade dos Ativos Imobilizados Instalações e Equipamentos, considerando a não divulgação | 155 |
| Gráfico 7 – Evolução do Índice de Comparabilidade dos Ativos Intangíveis, considerando a não divulgação..... | 161 |
| Gráfico 8 – Evolução do Índice de Comparabilidade das Propriedades para Investimento, considerando a não divulgação | 168 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| Quadro 1 – Panorama Cronológico da Medição da Comparabilidade | 43 |
| Quadro 2 – Críticas aos índices de comparabilidade e soluções dadas pelo índice T | 45 |
| Quadro 3 – Resumo das Principais Propriedades dos Índices de Comparabilidade | 46 |
| Quadro 4 – <i>Quantum</i> de Utilização do Valor Justo nas IFRS | 54 |
| Quadro 5 – Vantagens e Desvantagens da Mensuração ao Valor Justo | 56 |
| Quadro 6 – Vantagens e Desvantagens da Mensuração ao Custo Histórico..... | 57 |
| Quadro 7 – Estudos Anteriores sobre Escolha entre os métodos do Custo Histórico e do Valor Justo na mensuração subsequente de ativos | 66 |
| Quadro 8 – Adoção das IFRS nos Países que compõem o GLENIF | 70 |
| Quadro 9 – Amostra de Países Investigados | 74 |
| Quadro 10 – Período de adoção obrigatória das IFRS para as companhias abertas dos países da amostra..... | 75 |
| Quadro 11 – Amostra de Companhias Abertas Investigadas..... | 76 |
| Quadro 12 – Amostra de Companhias Abertas por Setor de Atuação..... | 77 |
| Quadro 13 – Os reflexos da mensuração subsequente de Ativo Imobilizado, de Ativo Intangível e de PPI..... | 82 |
| Quadro 14 – Adoção das IAS 16, 38 e 40 e IFRS 1, por país | 83 |
| Quadro 15 – Escolhas Contábeis na Mensuração Subsequente, por país | 83 |
| Quadro 16 – Diferenças entre as Legislações Nacionais e a Internacional na Mensuração subsequente | 84 |
| Quadro 17 – Parâmetros para Interpretação do Índice de Comparabilidade | 96 |
| Quadro 18 – Resumo das variáveis do modelo de regressão | 105 |
| Quadro 19 – Interpretação para a curva ROC..... | 107 |
| Quadro 20 – Interpretação da Comparabilidade dos Ativos Imobilizados Imóveis | 113 |
| Quadro 21 – Resultados das hipóteses referentes aos Ativos Imobilizados Imóveis | 117 |
| Quadro 22 – Interpretação da Comparabilidade dos Ativos Imobilizados Instalações e Equipamentos | 121 |
| Quadro 23 – Resultados das hipóteses referentes aos Ativos Imobilizados Instalações e Equipamentos | 125 |
| Quadro 24 – Interpretação da Comparabilidade dos Ativos Imobilizados Intangíveis | 129 |
| Quadro 25 – Resultados das hipóteses referentes aos Ativos Intangíveis | 133 |
| Quadro 26 – Interpretação da Comparabilidade das Propriedades para Investimento..... | 136 |
| Quadro 27 – Resultados das hipóteses referentes às Propriedades para Investimento | 140 |
| Quadro 28 – Resumo dos resultados das regressões | 143 |
| Quadro 29 – Interpretação da Comparabilidade dos Ativos Imobilizados Imóveis, considerando a não divulgação..... | 148 |

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| Quadro 30 – Interpretação da Comparabilidade dos Ativos Imobilizados Instalações e Equipamentos, considerando a não divulgação | 154 |
| Quadro 31 – Interpretação da Comparabilidade dos Ativos Intangíveis, considerando a não divulgação | 161 |
| Quadro 32 – Interpretação da Comparabilidade das Propriedades para Investimento, considerando a não divulgação..... | 167 |
| Quadro 33 - Resumo dos resultados das regressões, para a não divulgação | 173 |
| Quadro 34 – Resumo dos Resultados das Hipóteses | 178 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| Tabela 1 – Escolhas Contábeis em Ativos Imobilizados Imóveis | 111 |
| Tabela 2- Comparabilidade Nacional e Internacional dos Ativos Imobilizados Imóveis | 112 |
| Tabela 3 – Comparabilidade Nacional dos Ativos Imobilizados Imóveis, por setor de atuação..... | 114 |
| Tabela 4 – Comparabilidade Internacional dos Ativos Imobilizados Imóveis, por setor de atuação..... | 115 |
| Tabela 5 – Resumo da Regressão Probit – Ativos Imobilizados Imóveis..... | 116 |
| Tabela 6 – Tabela de Classificação da Regressão Probit – Ativos Imobilizados Imóveis | 117 |
| Tabela 7 – Escolhas Contábeis em Ativos Imobilizados Instalações e Equipamentos ... | 120 |
| Tabela 8- Comparabilidade Nacional e Internacional dos Ativos Imobilizados Instalações e Equipamentos..... | 120 |
| Tabela 9 – Comparabilidade Nacional dos Ativos Imobilizados Instalações e Equipamentos, por setor de atuação..... | 122 |
| Tabela 10 – Comparabilidade Internacional dos Ativos Imobilizados Instalações e Equipamentos, por setor de atuação..... | 123 |
| Tabela 11 – Resumo da Regressão Probit – Ativos Imobilizados Instalações e Equipamentos | 124 |
| Tabela 12 – Tabela de Classificação da Regressão Probit – Ativos Imobilizados Instalações e Equipamentos..... | 125 |
| Tabela 13 – Escolhas Contábeis em Ativos Intangíveis | 127 |
| Tabela 14 – Comparabilidade Nacional e Internacional dos Ativos Intangíveis..... | 128 |
| Tabela 15 – Comparabilidade Nacional dos Ativos Intangíveis, por setor de atuação .. | 130 |
| Tabela 16 – Comparabilidade Internacional dos Ativos Intangíveis, por setor de atuação | 130 |
| Tabela 17 – Resumo da Regressão Logit – Ativo Intangível | 131 |
| Tabela 18 – Tabela de Classificação da Regressão Logit Ativo Intangível | 132 |
| Tabela 19 – Escolhas Contábeis em Propriedades para Investimento | 135 |
| Tabela 20 – Comparabilidade Nacional e Internacional das Propriedades para Investimento | 136 |
| Tabela 21 – Comparabilidade Nacional das Propriedades para Investimento, por setor de atuação..... | 137 |
| Tabela 22 – Comparabilidade Internacional das Propriedades para Investimento, por setor de atuação | 138 |
| Tabela 23 – Resumo da Regressão Probit – Propriedades para Investimento | 139 |
| Tabela 24 – Tabela de Classificação da Regressão Probit – Propriedades para Investimento | 140 |

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| Tabela 25 – Comparabilidade Nacional e Internacional dos Ativos Imobilizados Imóveis, considerando a não divulgação..... | 147 |
| Tabela 26 – Comparabilidade Nacional dos Ativos Imobilizados Imóveis, por setor de atuação, considerando a não divulgação | 150 |
| Tabela 27 – Comparabilidade Internacional dos Ativos Imobilizados Imóveis, por setor de atuação, considerando a não divulgação | 151 |
| Tabela 28 – Resumo da Regressão Probit – Ativos Imobilizados Imóveis, para a não divulgação..... | 152 |
| Tabela 29 – Comparabilidade Nacional e Internacional dos Ativos Imobilizados Instalações e Equipamentos, considerando a não divulgação | 154 |
| Tabela 30 – Comparabilidade Nacional dos Ativos Imobilizados Instalações e Equipamentos, por setor de atuação, considerando a não divulgação | 157 |
| Tabela 31 – Comparabilidade Internacional dos Ativos Imobilizados Instalações e Equipamentos, por setor de atuação, considerando a não divulgação | 158 |
| Tabela 32 – Resumo da Regressão Probit – Ativos Imobilizados Instalações e Equipamentos, para a não divulgação..... | 159 |
| Tabela 33 – Comparabilidade Nacional e Internacional dos Ativos Intangíveis, considerando a não divulgação..... | 160 |
| Tabela 34 – Comparabilidade Nacional dos Ativos Intangíveis, por setor de atuação, considerando a não divulgação..... | 163 |
| Tabela 35 – Comparabilidade Internacional dos Ativos Intangíveis, por setor de atuação, considerando a não divulgação | 164 |
| Tabela 36 – Resumo da Regressão Probit – Ativos Intangíveis, para a não divulgação | 165 |
| Tabela 37 – Comparabilidade Nacional e Internacional das Propriedades para Investimento, considerando a não divulgação | 167 |
| Tabela 38 – Comparabilidade Nacional das Propriedades para Investimento, por setor de atuação, considerando a não divulgação | 169 |
| Tabela 39 – Comparabilidade Internacional das Propriedades para Investimento, por setor de atuação, considerando a não divulgação | 170 |
| Tabela 40 – Resumo da Regressão Probit – Propriedades para Investimento, para a não divulgação..... | 172 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|-------------|-----------------------------------------------------------------------|
| BF | <i>Big Four</i> |
| BM&FBOVESPA | Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo |
| CCCH | <i>Colegio de Contadores de Chile</i> |
| CFC | Conselho Federal de Contabilidade |
| CONASEV | <i>Comisión Nacional Supervisora de Empresas y Valores</i> |
| CPC | Comitê de Pronunciamentos Contábeis |
| CVM | Comissão de Valores Mobiliários |
| EC | Escolhas Contábeis |
| ENDIV | Endividamento |
| FASB | <i>Financial Accounting Standards Board</i> |
| GAAP | <i>Generally Accepted Accounting Principles</i> |
| GLASS | <i>Group of Latin-american Accounting Standard Setters</i> |
| GLENIF | Grupo Latinoamericano de Emissores de Normas de Informação Financeira |
| GR | Gerenciamento de Resultados |
| GTT | Grupos Técnicos de Trabalho |
| IAS | <i>International Accounting Standard</i> |
| IASC | <i>International Accounting Standards Committee</i> |
| IASB | <i>International Accounting Standards Board</i> |
| IFRS | <i>Internacional Financial Reporting Standards</i> |
| IE | Ativo Imobilizado – Instalações e Equipamentos |
| IM | Ativo Imobilizado – Imóveis |
| INT | Ativos Intangíveis |
| IT | Teoria Institucional |
| LPM | Modelos de Probabilidade Linear |
| NIC | <i>Normas Internacionales de Contabilidad</i> |
| NICCH | <i>Normas de Información Contable – Chile</i> |
| NIFCH | <i>Normas de Información Financiera – Chile</i> |
| NIIF | <i>Normas Internacionales de Información Financiera</i> |
| PAT | Teoria Positiva da Contabilidade |
| PGAAP | Normas pré-IFRS |

| | |
|-------|-------------------------------------------------------------------|
| PCLD | Provisão de Crédito para Liquidação Duvidosa |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| PPI | Propriedades para Investimento |
| RB5 | Método dos Saldos Decrescentes por Cinco Anos |
| REM | Remuneração |
| RENT | Rentabilidade |
| RELEV | Relevância do Saldo do Ativo Específico em Relação ao Ativo Total |
| SET | Setor de Atuação |
| SL3 | Método Linear ao Longo de Três Anos |
| SL5 | Método Linear ao Longo de Cinco Anos |
| SVS | <i>Superintendencia de Valores y Seguros</i> |
| T | Período de Tempo |
| TAM | Tamanho da Empresa |

SUMÁRIO

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 20 |
| 1.1 Contextualização..... | 20 |
| 1.2 Problema de Pesquisa..... | 23 |
| 1.3 Objetivos..... | 24 |
| 1.4 Justificativa | 24 |
| 1.5 Delimitação do Estudo | 25 |
| 1.6 Contribuições Esperadas | 28 |
| 1.7 Resultados | 29 |
| 1.8 Organização do trabalho | 30 |
| 2 REFERENCIAL TEÓRICO | 32 |
| 2.1 Comparabilidade | 32 |
| 2.1.1 Tipos de Comparabilidade Material e o Dilema Uniformidade-Flexibilidade..... | 36 |
| 2.1.2 Soberania Nacional e seus reflexos na Comparabilidade | 39 |
| 2.1.3 Mensuração da Comparabilidade | 41 |
| 2.2 Escolhas Contábeis | 47 |
| 2.3 Mensuração ao Valor Justo | 52 |
| 2.3.1 Método do Custo Histórico versus o Método do Valor Justo..... | 56 |
| 2.4 Teoria Institucional e Teoria Positiva da Contabilidade | 58 |
| 2.4.1 Teoria Institucional | 58 |
| 2.4.2 Teoria Positiva da Contabilidade | 62 |
| 2.5 Estudos Anteriores sobre a Escolha entre os Métodos do Custo Histórico e do Valor Justo na Mensuração Subsequente de Ativos | 66 |
| 2.6 GLENIF | 68 |
| 3 ASPECTOS METODOLÓGICOS | 73 |
| 3.1 Amostra da Pesquisa | 73 |
| 3.1.1 Seleção dos Países e dos Períodos..... | 73 |
| 3.1.2 Seleção das Empresas e Coleta de Dados | 75 |
| 3.2 Itens para Aplicação do Índice T | 78 |
| 3.2.1 Ativo Imobilizado – IAS 16 | 78 |
| 3.2.2 Ativo Intangível – IAS 38 | 79 |
| 3.2.3 Propriedades para Investimento – IAS 40 | 80 |
| 3.2.4 Adoção pela Primeira Vez – IFRS 1 | 81 |
| 3.2.5 Mensuração Subsequente por País | 82 |
| 3.3 Identificação da Comparabilidade..... | 85 |
| 3.3.1 Hipóteses da Pesquisa – Parte I | 85 |

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 3.3.2 Cálculo do Índice de Comparabilidade..... | 88 |
| 3.3.3 Parâmetros para a interpretação do índice T | 96 |
| 3.4 Identificação das Variáveis Explicativas | 97 |
| 3.4.1 Hipóteses da Pesquisa – Parte II..... | 97 |
| 3.4.2 Modelo de Regressão Aplicado | 103 |
| 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS | 110 |
| 4.1 Resultados da Comparabilidade e da Regressão | 110 |
| 4.1.1 Análise Descritiva dos Dados | 110 |
| 4.1.2 Análise e Discussão dos Resultados para os Ativos Imobilizados (IAS 16) | 111 |
| A) Ativos Imobilizados Imóveis | 111 |
| B) Ativos Imobilizados Instalações e Equipamentos..... | 119 |
| 4.1.3 Análise e Discussão dos Resultados para os Ativos Intangíveis (IAS 38)..... | 127 |
| 4.1.4 Análise e Discussão dos Resultados para as Propriedades para Investimento (IAS 40)..... | 135 |
| 4.2 Resultados da Comparabilidade e da Regressão com a Não divulgação | 146 |
| 4.2.1 Análise Descritiva dos Dados utilizados, para a não divulgação | 146 |
| 4.2.2 Análise e Discussão dos Resultados para os Ativos Imobilizados, considerando a Não divulgação | 147 |
| A) Ativos Imobilizados Imóveis | 147 |
| B) Ativos Imobilizados Instalações e Equipamentos..... | 153 |
| 4.2.3 Análise e Discussão dos Resultados para os Ativos Intangíveis, considerando a Não divulgação | 160 |
| 4.2.4 Análise e Discussão dos Resultados para as Propriedades para Investimento, considerando a Não divulgação | 166 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 176 |
| REFERÊNCIAS | 181 |
| APÊNDICE A - Lista De Empresas Brasileiras que Compuseram a Amostra desta Pesquisa | 189 |
| APÊNDICE B - Lista de Empresas Chilenas que Compuseram a Amostra desta Pesquisa | 191 |
| APÊNDICE C - Lista de Empresas Peruanas que Compuseram a Amostra desta Pesquisa | 193 |
| APÊNDICE D - Detalhamento do Setor de Atuação “outros” | 195 |
| APÊNDICE E – Tabulação das Escolhas Contábeis em Ativos Imobilizados Imóveis, por Setor de Atuação..... | 196 |
| APÊNDICE F – Tabulação das Escolhas Contábeis em Ativos Imobilizados Instalações e Equipamentos, por Setor de Atuação | 198 |
| APÊNDICE G – Tabulação das Escolhas Contábeis em Ativos Intangíveis, por Setor de Atuação | 200 |

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| APÊNDICE H – Tabulação das Escolhas Contábeis em Propriedades para Investimento, por Setor de Atuação | 202 |
| APÊNDICE I – Estatística Descritiva dos dados utilizados no Modelo Probit – Ativo Imobilizado Imóveis | 204 |
| APÊNDICE J – Estatística Descritiva dos dados utilizados no Modelo Probit – Ativo Imobilizado Instalações e Equipamentos | 206 |
| APÊNDICE K – Estatística Descritiva dos dados utilizados no Modelo Logit – Ativo Intangível..... | 208 |
| APÊNDICE L – Estatística Descritiva dos dados utilizados no Modelo Probit – Propriedades para Investimento | 210 |
| APÊNDICE M – Estatística Descritiva dos dados utilizados no Modelo Probit – Ativo Imobilizado Imóveis – para a Não divulgação | 212 |
| APÊNDICE N – Estatística Descritiva dos dados utilizados no Modelo Probit – Ativo Imobilizado Instalações e Equipamentos – para a Não divulgação | 214 |
| APÊNDICE O – Estatística Descritiva dos dados utilizados no Modelo Probit – Ativo Intangível – para a Não divulgação | 216 |
| APÊNDICE P – Estatística Descritiva dos dados utilizados no Modelo Probit – Propriedades para Investimento – para a Não divulgação..... | 218 |

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

Desde o início do século XX questões envolvendo as Normas Internacionais de Contabilidade têm conquistado importância para os contadores e empresários em todo o mundo (ALI; AHMED; HENRY, 2006). Isso ocorre porque os investidores estão interessados em direcionar o seu capital para empresas mais eficientes e produtivas internacionalmente, desde que sejam capazes de entender os seus relatórios contábeis (ALI; AHMED; HENRY, 2006).

O acelerado desenvolvimento dos mercados financeiros internacionais, justificado pelo aumento do número de entidades transfronteiriças, as fusões e aquisições transnacionais e a influência exercida pelos investidores (STOLOWY; DING, 2003), fez com que a importância dos relatórios contábeis ultrapassasse as fronteiras, deixando de ter uma utilidade limitada apenas ao campo doméstico (NIYAMA, 2010).

Contudo, a compreensão e a interpretação das demonstrações contábeis, em nível mundial, é dificultada por inúmeros fatores, cujo principal é a diversidade de princípios e regras que regulamentam a contabilidade de cada nação (CALLAO; JAME; LAINEZ, 2007). Assim, segundo Callao, Jame e Lainez (2007), desde 1970, esforços consideráveis têm sido realizados para se estabelecer um conjunto único de normas contábeis com a finalidade de melhorar a utilidade da informação financeira em âmbito global.

Em 1973 surgiu o *International Accounting Standards Committee* (IASC), dada a permanente pressão pela redução das diferenças internacionais no *financial reporting*, o que poderia possibilitar a comparabilidade das informações entre os países (NIYAMA, 2010). Em 2001, o IASC foi reestruturado e renomeado para *International Accounting Standards Board* (IASB), visando: (a) desenvolver um único conjunto de normas de alta qualidade, comprehensível e que fosse mundialmente aceito; (b) promover o uso e a aplicação rigorosa dessas normas; e (c) buscar a convergência das normas nacionais às internacionais de contabilidade (IFRS, 2014).

Atualmente, 138 países adotaram ou estão em processo de adoção das *International Financial Reporting Standards* (IFRS), que são Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo IASB, como forma de convergência das práticas contábeis (IFRS, 2014). Desses 138 jurisdições, 114 (ou seja, 82%) exigem o uso das IFRS para a totalidade ou para a maioria das entidades pertencentes aos seus respectivos mercados de capitais (IFRS, 2014).

Na América Latina, o processo de adoção das IFRS não foi diferente. Em 2011 criou-se o Grupo Latinoamericano de Emissores de Normas de Informação Financeira (GLENIF, na sigla em português) ou *Group of Latin-American Accounting Standard Setters* (GLASS, na sigla em inglês), constituído por organismos emissores de normas contábeis de 17 países da América Latina. Seu objetivo é trabalhar em parceria com o IASB, visando melhorar a qualidade dos relatórios financeiros da região e contribuir com a difusão das IFRS (GLENIF, 2014).

A adoção das IFRS resultou em mudanças significativas na forma de as empresas registrarem seus resultados financeiros (MULLER; RIEDL; SELLHORN, 2008). De acordo com Georgiou e Jack (2011), o IASB provocou uma verdadeira “revolução silenciosa” nos demonstrativos contábeis, ao defender o aumento do uso da mensuração ao valor justo para o reconhecimento e avaliação de ativos e passivos. Entretanto, apesar de o IASB incentivar a utilização do valor justo “nem todos estão convencidos de que ela é uma base conceitual legítima para a contabilidade” (GEORGIOU; JACK, 2011, p. 311, tradução livre).

Em 2011 o IASB emitiu a IFRS 13 – *Fair Value Measurement* (aplicável a partir de 2013) com o objetivo de se definir valor justo, de se estabelecer em um único pronunciamento a estrutura para a mensuração ao valor justo, além de trazer os requisitos obrigatórios para a sua divulgação. O IASB menciona a mensuração ao valor justo em grande parte de suas normas, seja de forma obrigatória, como no caso dos instrumentos financeiros (IAS 39), dos ativos biológicos (IAS 41) e do pagamento baseado em ações (IFRS 2); seja de maneira facultativa, na qualidade de uma escolha contábil, como no caso da mensuração subsequente de ativos imobilizados (IAS 16), de ativos intangíveis (IAS 38) e de propriedades para investimento (IAS 40).

Nesse contexto, definem-se escolhas contábeis como a seleção de um método contábil em relação a outro igualmente válido (WATTS, 1992). Ou seja, muitas normas que compõem as IFRS permitem aos gestores certo grau de flexibilidade na escolha de procedimentos contábeis, quanto ao reconhecimento, quanto à mensuração e quanto à evidenciação dos relatórios financeiros (MÚRCIA; WERGES, 2011). A existência da flexibilização presente nas normas e disponível aos administradores, fez com que existissem escolhas contábeis.

Contudo, o que chama a atenção de pesquisadores e usuários das demonstrações financeiras é que a existência de escolhas contábeis pode fazer com que os administradores optem por métodos contábeis que melhor representem os seus interesses particulares (FIELDS; LYS; VINCENT, 2001), o que poderia impactar a comparabilidade, a depender dos interesses.

Na verdade, se as escolhas contábeis permitidas forem reduzidas, as informações contábeis fornecidas pelas entidades certamente seriam mais comparáveis (GARRIDO; LEÓN; ZORIO, 2002). Isso porque, segundo Garrido, León e Zorio (2002, p. 4, tradução livre), “muito mais empresas tenderiam a aplicar o mesmo método contábil, ou, pelo menos, haveria muito menos métodos para escolher” (embora, nesse caso, haveria uma consequente perda de conteúdo informacional).

Con quanto um dos principais objetivos da adoção das IFRS é assegurar a comparabilidade das informações financeiras, tanto dentro da mesma entidade ao longo do tempo, quanto entre entidades de um mesmo país e entre países (CAIRNS et al., 2011), alguns estudos foram realizados para verificar, se, na prática, as escolhas contábeis contidas nessas normas têm permitido a comparabilidade das demonstrações financeiras nacionais e internacionais. Pode-se destacar, a esse respeito, os estudos de Ali, Ahmed e Henry (2006), Tudor e Dragu (2010), Cairns et al. (2011), Taplin, Verona e Doni (2011), Haller e Wehrfritz (2013), dentre outros, o que permite ter evidências da importância dada ao tema na atualidade.

A mensuração da comparabilidade das demonstrações financeiras é relevante, pois permite que os formuladores das regras contábeis avaliem o sucesso (ou não) de suas recomendações e identifiquem onde os seus esforços devem ser concentrados no futuro (JAAFAR; MCLEAY, 2007). Além do cálculo da comparabilidade, as pesquisas têm buscado encontrar as potenciais motivações que fundamentaram as escolhas contábeis dos gestores (DEMARIA; DUFOUR, 2007; CHRISTENSEN; NIKOLAEV, 2013; TAPLIN; YUAN; BROWN, 2014).

De acordo com Collin et al. (2009) duas teorias estão comprometidas com a explicação das escolhas contábeis: a Teoria Institucional e a Teoria Positiva da Contabilidade. Segundo Zimmerman (2001) a teoria é importante por ampliar o conhecimento dos pesquisadores ao prever e explicar fenômenos que não eram conhecidos quando a teoria foi formulada. É importante frisar, no entanto, que, teorias não precisam ser expressas em termos matemáticos; o essencial é a lógica por traz de sua análise (ZIMMERMAN, 2001).

Para a Teoria Institucional, as escolhas contábeis dos gestores nem sempre são consequências de motivações racionais, pois fatores externos podem ser determinantes para essa escolha. Isso porque as empresas buscam aumentar a sua legitimidade e as suas perspectivas de sobrevivência na sociedade em que estão inseridas, e, para tanto, tendem a incorporar práticas contábeis já institucionalizadas na sociedade, independente de essas práticas serem ou não as mais adequadas.

Contrariamente, para a Teoria Positiva, as escolhas dos gestores podem ser motivadas por atitudes oportunistas, de forma a agir em interesse próprio. Watts e Zimmerman (1986) elencam três fatores que influenciam a decisão dos gestores: (a) o plano de incentivo dos gestores; (b) o endividamento da empresa; e (c) a visibilidade política da organização. Além disso, de acordo com a Teoria Positiva, as escolhas dos gestores podem ser motivadas, também, pela busca de uma maior eficiência da entidade, com a finalidade de influenciar os resultados contratuais que dependem dos números contábeis reportados (BADERTSCHER; COLLINS; LYS, 2012). Por conseguinte, algumas características das empresas também podem explicar o motivo pelos quais diferentes empresas optam por diferentes práticas contábeis (IUDÍCIBUS; LOPES, 2004).

1.2 Problema de Pesquisa

As IFRS foram amplamente criticadas tanto pela flexibilidade proporcionada pelas normas (escolhas contábeis), quanto pelo incentivo do paradigma do valor justo (MULLER; RIEDL; SELLHORN, 2008). Ademais, em virtude da importância levantada pela literatura quanto às características das empresas que poderiam influenciar a escolha do método contábil pelos gestores (DEMARIA; DUFOUR, 2007; JAAFAR; MCLEAY, 2007; MULLER; RIEDL; SELLHORN, 2008; TAPLIN; YUAN; BROWN, 2014), este estudo tenciona responder à seguinte questão:

qual o grau de comparabilidade e quais as características das companhias abertas do Brasil, do Chile e do Peru influenciam as escolhas contábeis dos gestores na mensuração subsequente de ativos imobilizados, de ativos intangíveis e de propriedades para investimento?

Para responder a essa indagação, primeiramente se mensurou o grau de comparabilidade das escolhas contábeis das companhias abertas pertencentes ao Brasil, ao Chile e ao Peru. Para tanto, foi utilizado o índice de Taplin (2004), T nacional e T internacional, para medir a comparabilidade de cada país e entre os países, respectivamente. Em seguida, buscou-se identificar empiricamente se determinadas características das entidades influenciaram as escolhas dos gestores pelo método do valor justo em detrimento do custo histórico. Esta etapa foi realizada por meio de uma regressão, cuja variável dependente é uma variável dicotômica (*dummy*) – custo histórico e valor justo – e as variáveis independentes são as seguintes:

empresa de auditoria, endividamento, país, pré-IFRS, remuneração dos gestores, rentabilidade, relevância do ativo, setor de atuação, tamanho e tempo.

Foram investigadas as informações divulgadas nos períodos de 2009 a 2013, quanto à mensuração subsequente (ou custo histórico ou valor justo) de ativos imobilizados, de ativos intangíveis e das propriedades para investimento (PPI), opção assegurada por força das IAS 16 (*Property, Plant and Equipment*), IAS 38 (*Intangible Assets*) e IAS 40 (*Investment Property*), respectivamente.

1.3 Objetivos

Com vistas a responder a questão de pesquisa proposta, o objetivo geral deste estudo é identificar o grau de comparabilidade das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados, de ativos intangíveis e de PPI das companhias abertas pertencentes ao Brasil, ao Chile e ao Peru e investigar as características que poderiam influenciar as escolhas contábeis dos gestores dessas entidades.

A fim de atender ao objetivo geral, destacam-se os seguintes objetivos específicos:

- (a) identificar, teoricamente, potenciais relações entre as escolhas contábeis dos gestores e as características das companhias abertas com a Teoria Institucional e/ou a Teoria Positiva da Contabilidade;
- (b) investigar os reflexos da não divulgação das escolhas contábeis na comparabilidade das demonstrações financeiras e as potenciais relações entre a não divulgação e as características das entidades.

1.4 Justificativa

“Perguntas sobre os determinantes e as implicações das escolhas contábeis têm motivado pesquisas em contabilidade, pelo menos desde a década de 1960” (FIELDS; LYS; VINCENT, 2001, p. 256, tradução livre). Ao tabular as pesquisas publicadas na década de 1990, Fields, Lys e Vincent (2001) constataram que cerca de dez por cento dos artigos publicados nos três periódicos internacionais mais conceituados da área contábil, dispõe diretamente sobre questões relativas a escolhas contábeis.

Para esses autores, mesmo com esses esforços e atenção acadêmica com as melhorias nos métodos de pesquisa, nas fontes de dados e na informatização, a compreensão dos

pesquisadores sobre as escolhas contábeis continuam limitadas. Segundo Jones e Finley (2011, p. 24, tradução livre), “há relativamente poucos estudos empíricos recentes que investigaram se a adoção das IFRS resultou em uma redução na diversidade dos relatórios financeiros”. Quando se trata de países emergentes, o número de pesquisas reduz ainda mais (ALI; AHMED; HENRY, 2006).

Além disso, a escolha entre os métodos do valor justo e do custo histórico para mensuração subsequente de elementos do ativo é uma das questões mais controvertidas na literatura contábil, especialmente pela falta de evidências quanto às motivações dos gestores para a escolha de uma entre as duas práticas válidas (CHRISTENSEN; NIKOLAEV, 2013). Em decorrência disso, Christensen e Nikolaev (2013) asseguram que uma questão importante que permanece sem respostas é saber se em um ambiente de absoluta discricionariedade, os gestores escolhem o valor justo ao custo histórico.

De acordo com Taplin (2011), são necessárias mais pesquisas empíricas que examinem os relatórios contábeis e provoquem discussões sobre o conceito de comparabilidade, pois estas ainda estão na fase de infância. Ao mesmo tempo, a adoção das IFRS gera uma expectativa de comparabilidade nas demonstrações financeiras das companhias abertas, independente do seu país de origem (CAIRNS et al., 2011).

Assim, em consequência ao disposto acima, a presente pesquisa justifica-se, principalmente, pela relevância dada aos temas: comparabilidade, escolhas contábeis e as diferenças entre os métodos do custo e do valor justo. A importância deste estudo consiste, adicionalmente, na sua contribuição para a contabilidade internacional, para a prática contábil e para os órgãos reguladores; contribuições essas que são tratadas no tópico 1.6.

1.5 Delimitação do Estudo

O presente estudo se propõe a observar as escolhas contábeis das demonstrações financeiras das empresas abertas oriundas dos países do GLENIF, quais sejam: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

Esse grupo de países foi escolhido, não somente por sua importância no processo de convergência contábil internacional, mas, também, porque “sugere-se para a verificação da aplicabilidade das IFRS, avaliar o processo de convergência também em mercados emergentes” (PENG; SMITH, 2010, p. 16, tradução livre). Estudos sobre comparabilidade e convergência se concentram, principalmente, em países da União Europeia, apresentando-se

em um número muito reduzido (ou nenhum estudo) em países emergentes (ALI; AHMED; HENRY, 2006), tais como o Brasil, o Chile, a Colômbia, o Equador, o Peru, a Venezuela, dentre outros (FMI, 2013).

Com o intuito de observar o comportamento do índice de comparabilidade ao longo do tempo, entendeu-se oportuno selecionar apenas os países componentes do GLENIF nos quais a adoção das IFRS: (a) tornou-se de uso obrigatório para todas as companhias abertas; (b) tenha ocorrido em um exercício social específico, que contemplaria o maior número possível de países; e (c) tenha sido realizada há, no mínimo, três exercícios sociais, de forma a permitir a análise da evolução de suas práticas contábeis.

Em virtude disso, a amostra da pesquisa foi composta pelas empresas pertencentes ao Brasil, ao Chile e ao Peru, que adotaram as IFRS de maneira obrigatória para todas as companhias abertas, a partir do exercício findo em 2010 ou 2011. Optou-se por analisar o período compreendido entre o exercício anterior à adoção obrigatória das IFRS (2009 e/ou 2010), até o período mais recente publicado (2013), a fim de se comparar o antes, o durante e o depois da adoção obrigatória.

Cole, Branson e Breesch (2011) trazem que as escolhas contábeis podem ser divididas em três modalidades distintas: (a) escolhas contábeis claras, que são aquelas que permitem métodos contábeis alternativos para o mesmo tratamento contábil, por exemplo, PEPS ou média ponderada; (b) escolhas contábeis encobertas, que são as que as normas trazem alguns critérios vagos para determinados fatos contábeis, por exemplo, a IAS 41 permite o uso do custo para mensuração de ativo biológico, quando o valor justo não puder ser mensurado com confiabilidade; e (c) estimativas e julgamentos, tais como o uso dos termos “provável” e “material”.

Em virtude de apenas as escolhas contábeis claras apresentarem métodos contábeis igualmente válidos, e, portanto, que podem ser selecionados com absoluta discricionariedade por parte do gestor (sem exigência ou influência normativa), o presente trabalho se limitou a esse tipo de escolha. Posto que é teoricamente possível separar os requisitos de mensuração e de divulgação, pois estes concentram-se em diferentes dimensões da informação contábil (PENG; SMITH, 2010), este estudo foca na mensuração subsequente, embora a divulgação seja apreciada de forma secundária. De acordo com Barth (2014), somente na mensuração subsequente é possível fazer com que as principais diferenças entre as medições surjam.

Observar apenas esse item (mensuração subsequente) nas demonstrações financeiras não diminui a importância deste estudo, pois a extensão do uso da mensuração ao valor justo é um dos aspectos mais controversos em relação às IFRS (CAIRNS et al., 2011). Hoje, questões

sobre avaliação (*valuation*) são centrais para os debates com foco nas normas contábeis, posto que existe uma promoção do uso da mensuração ao valor justo por organismos normalizadores e uma forte resistência por parte dos profissionais (MACVE, 2014).

Ademais, como as IFRS buscam a comparabilidade das demonstrações financeiras como um todo, se para um único elemento já se perceber indícios de uma baixa comparabilidade, pode ser que o IASB não esteja conseguindo alcançar o seu objetivo precípua (a comparabilidade das demonstrações contábeis nacionais e entre países).

Assim, o escopo normativo abarcado por esta pesquisa compõe-se das IAS 16, IAS 38 e IAS 40. Escolheram-se esses aparatos normativos, pois, ao se detalhar o conjunto completo de normas contábeis emitidas pelo IASB, se identificou que são essas as normas que tratam da mensuração subsequente como uma escolha contábil clara, foco desse trabalho. As escolhas contábeis existentes nas três normas selecionadas são a mensuração dos ativos imobilizados, dos ativos intangíveis e das PPI pelo método de custo ou pelo método do valor justo.

Vale salientar também que, assim como nas pesquisas de Ali, Ahmed e Henry (2006), Haverty (2006) e Cole, Branson e Breesch (2011), este estudo centra-se na comparabilidade material (ou comparabilidade de fato), que, de acordo com Fontes, Rodrigues e Graig (2005) pode ser definida como o nível de concordância das práticas das entidades na implementação das Normas Internacionais. Pode ser medida por meio da comparabilidade dos saldos das contas das entidades, da comparabilidade das demonstrações financeiras, da comparabilidade das escolhas contábeis, da comparabilidade dos contextos econômicos etc., enfim, de qualquer forma de aplicação prática das normas contábeis pelas entidades.

A principal razão para a mensuração da comparabilidade material é que, o fato de uma determinada prática ser exigida por uma norma, não indica, necessariamente, que ela seja praticada por todas as entidades (ALI; AHMED; HENRY, 2006). “Essa preocupação é ainda mais relevante no contexto das nações emergentes, onde as agências reguladoras e organismos profissionais não são tão eficazes quanto nos países desenvolvidos ocidentais” (ALI; AHMED; HENRY, 2006, p. 27, tradução livre). Afinal, para que a adoção das IFRS seja eficaz e ocorra de fato (e não apenas de direito), é essencial uma posterior prática por parte das entidades (MISIRLIOĞLU; TUCKER; YÜKSELTÜRK, 2013).

A comparabilidade formal (ou comparabilidade de direito), por sua vez, refere-se à convergência entre regulamentos, ou seja, trata-se do processo perseguido pelo IASB para eliminar as diferenças entre as normas de contabilidade nacionais e internacionais (HAVERTY, 2006). Nesse sentido, a análise realizada nesta pesquisa não avalia a forma como os regulamentos mudam ao longo do tempo (comparabilidade formal), e sim, a

comparabilidade entre as práticas contábeis aplicadas pelas empresas, no âmbito da mensuração subsequente, especificamente quanto à comparabilidade das escolhas contábeis.

Cabe mencionar, ainda, que, assim como na pesquisa de Stolowy e Ding (2003) e Cairns et al. (2011), este estudo centra-se apenas nas demonstrações contábeis consolidadas.

1.6 Contribuições Esperadas

Espera-se que esse estudo contribua para a prática contábil ao indicar aos usuários das demonstrações financeiras se, no que diz respeito à mensuração subsequente de ativos imobilizados, de ativos intangíveis e de PPI, estas são comparáveis entre períodos, entre entidades e entre países, o que possibilitaria uma melhor análise econômico-financeira da companhia, bem como uma melhor tomada de decisão.

Para os elaboradores das normas contábeis, almeja-se, a partir dos resultados desta pesquisa: (a) demonstrar a decisão dos preparadores das demonstrações financeiras sobre o uso da mensuração ao valor justo, quando as IFRS também permitem a mensuração baseada no custo histórico; (b) revelar os efeitos das escolhas contábeis na comparabilidade das demonstrações financeiras; (c) avaliar o sucesso (ou não) de suas recomendações e identificar, entre os itens pesquisados, onde seus esforços devem ser concentrados no futuro.

Ao passo que os reflexos das escolhas contábeis na comparabilidade dos relatórios financeiros estão sendo objeto de recorrentes pesquisas (TUDOR; DRAGU, 2010; CAIRNS et al., 2011; ANDRADE; SILVA; MALAQUIAS, 2013; CHRISTENSEN; NIKOLAEV, 2013; HALLER; WEHFRITZ, 2013; SOUZA; COSTA; SILVA, 2014), os resultados encontrados neste trabalho tencionam colaborar com a literatura internacional, ao apresentar as perspectivas de países latino-americanos, de forma a confrontar ou confirmar os achados de seus estudos e promover o avanço da Teoria.

Por existirem poucas pesquisas em países emergentes (ALI; AHMED; HENRY, 2006), para este fim, essa pesquisa pode fazer uma contribuição significativa para a compreensão das práticas contábeis das entidades pertencentes aos países da América Latina. Além disso, espera-se, também, contribuir com a literatura contábil ao buscar possíveis variáveis explicativas às escolhas dos gestores com base nas teorias positiva e/ou institucional.

Ademais, de acordo com Barth (2008), as pesquisas acadêmicas fornecem dados valiosos sobre as normas contábeis. Primeiro, os pesquisadores já estão familiarizados com os conceitos dispostos nas demonstrações financeiras. Assim, é mais fácil para eles fazer uma conexão entre as questões relacionadas a esses relatórios e as normas contábeis existentes.

Segundo, as pesquisas podem ajudar os órgãos reguladores a identificar questões que precisam ser abordadas, ajudar a estruturar o seu pensamento sobre essa questão, bem como fornecer evidências acerca desse assunto.

1.7 Resultados

Como resultados constatou-se que as práticas contábeis em ativos imobilizados no Brasil, no Chile e no Peru são similares. No geral, as comparabilidades nacional e internacional aumentaram com a adoção das IFRS, mantendo-se crescentes ao longo do tempo. No Brasil percebeu-se uma forte influência da legislação local, devido à vedações do método do valor justo na mensuração subsequente de ativos imobilizados. No Chile, as entidades, em sua maioria, têm optado pelo método do custo histórico e no Peru, no mesmo sentido, apesar de parte das companhias abertas ter optado pelo método do valor justo antes da adoção obrigatória das IFRS, depois da adoção houve uma mudança de comportamento e a maioria das entidades passou a adotar o método do custo histórico.

Em relação à comparabilidade internacional por setor de atuação, especificamente aos exercícios pós-adoção obrigatória das IFRS, praticamente todos os setores tiveram uma comparabilidade alta. Quanto à comparabilidade nacional por setor de atuação, identificou-se que, para os três países, muitos setores apresentaram comparabilidade máxima em todos ou na maioria dos exercícios sociais investigados, fato que não ocorreu quando se analisou a comparabilidade por país. Esse resultado traz indícios de uma contabilidade convergente, em que as circunstâncias operacionais influem mais que as circunstâncias nacionais. Em relação às variáveis explicativas para as escolhas contábeis dos gestores na mensuração subsequente de ativos imobilizados, identificou-se que o país, a rentabilidade, a relevância, o setor de atuação e o tempo podem influenciar as escolhas contábeis dos gestores.

Para os ativos intangíveis não houve um aumento substancial nas comparabilidades nacional e internacional com a adoção obrigatória das IFRS, apesar de estas estarem aumentando ao longo do tempo. Esse fato se deu porque, antes da adoção, a comparabilidade já se apresentava alta para todos os países e entre eles. Ao se analisar a comparabilidade por setor de atuação, percebeu-se que a comparabilidade foi ainda mais alta, pois praticamente todos os setores apresentaram uma comparabilidade nacional e internacional com valores máximos. No caso do Brasil, a proibição do método do valor justo na mensuração subsequente, bem como a vedações da utilização do custo atribuído no momento da adoção inicial, foram os fatores explicativos para a máxima comparabilidade. Todavia, ainda que no

Chile e no Peru as escolhas contábeis (custo histórico, custo atribuído e valor justo) fossem permitidas, as práticas contábeis adotadas por estes países foram similares às adotadas pelo Brasil. Quanto à investigação de possíveis variáveis explicativas para as escolhas contábeis dos gestores, identificou-se que as variáveis *big four*, tamanho e relevância influenciam as escolhas contábeis dos gestores.

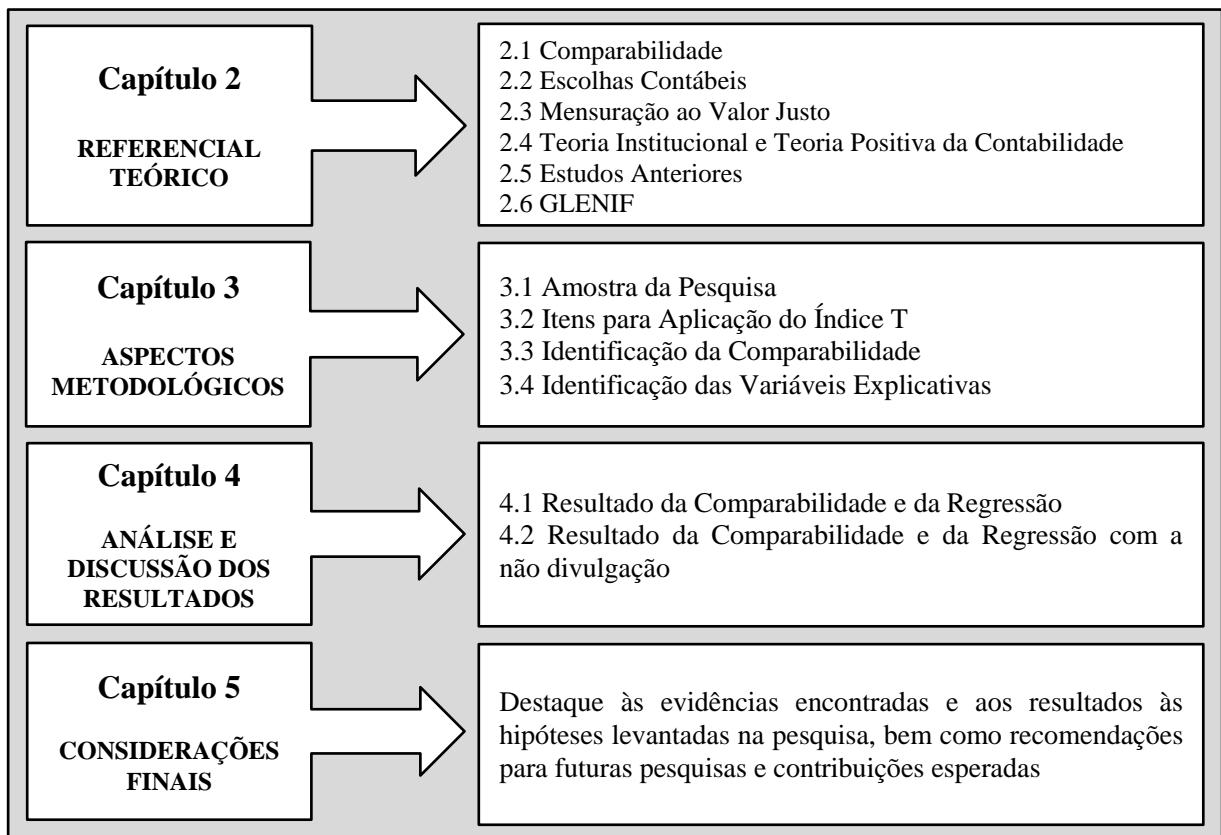
Para as PPI, as comparabilidades nacional e internacional não aumentaram com a adoção das IFRS, permanecendo com índices próximos a 0,50 (comparabilidade baixa) em praticamente todos os exercícios sociais. O fato de existirem escolhas contábeis na norma fez com que as escolhas contábeis dos gestores fossem diversificadas, mesmo no contexto de um mesmo país. Ao se analisar a comparabilidade por setor, constatou-se que muitos setores apresentaram uma comparabilidade máxima em todos os períodos investigados. Contudo, há setores que obtiveram uma comparabilidade baixa/moderada em praticamente todos os anos. Quanto à análise de regressão, verificou-se que as variáveis *big four*, relevância, endividamento, país e setor de atuação influenciam as escolhas contábeis dos gestores na mensuração subsequente de PPI.

Nesta pesquisa, identificou-se, também, que quando se considera a não divulgação como mais uma escolha contábil possível para os gestores na mensuração subsequente de ativos imobilizados, de ativos intangíveis e de PPI as comparabilidades nacional e internacional diminuem (por país e por setor de atuação). Portanto, o número de escolhas contábeis afeta a comparabilidade dessas escolhas na mensuração subsequente de ativos. Ademais, esses resultados demonstram a importância de se evidenciar as escolhas contábeis nas demonstrações financeiras (notas explicativas) das entidades, pois constatou-se que a não divulgação afeta a comparabilidade.

1.8 Organização do trabalho

Este trabalho foi estruturado em cinco capítulos, a contar desta Introdução. O primeiro capítulo foi destinado à introdução da pesquisa, ao qual foi retratada a contextualização, a problematização, os objetivos, a justificativa, as delimitações, a contribuição esperada e os resultados. Os demais capítulos estão dispostos conforme a Figura 1.

Figura 1 – Estrutura da Pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora

Ao final, são apresentadas as referências que fundamentaram este estudo, bem como apêndices necessários à compreensão do mesmo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção são apresentados os tópicos da teoria nos quais se embasaram esta pesquisa, especificamente sobre a comparabilidade, as escolhas contábeis, a mensuração ao valor justo, as teorias Institucional e Positiva da Contabilidade, os estudos anteriores sobre a tríade comparabilidade, escolhas contábeis e mensuração ao valor justo, bem como o processo de adoção das IFRS nos países que compõem o GLENIF.

2.1 Comparabilidade

A comparabilidade é uma característica qualitativa de melhoria da utilidade da informação contábil-financeira útil para investidores, para credores por empréstimos e para outros credores, existentes e em potencial, na tomada de decisões acerca da entidade que reporta a informação. Apesar de o IASB elencar outras características qualitativas de melhoria (verificabilidade, tempestividade e comprehensibilidade) na Estrutura Conceitual, a presente pesquisa explora apenas o conceito de comparabilidade, embora a relevância e a representação fidedigna, por tratarem-se de características qualitativas fundamentais, são indiretamente discutidas.

De acordo com Lemes, Costa e Martins (2014), a comparabilidade tem como objetivo reduzir o custo de capital das empresas, por meio da redução do custo de análise das demonstrações financeiras, seja por parte de analistas, seja por parte de fornecedores de capital. Posto que o capital é um recurso escasso, a comparabilidade permite oferecer aos usuários das demonstrações financeiras informações que lhes ajudem na tomada de decisões de alocação de recursos. Se os investidores, credores por empréstimos e outros credores não puderem fazer comparações de informações contábil-financeiras para oportunidades de investimento alternativas, as suas decisões de alocação de capital serão de qualidade inferior (BARTH, 2013).

Para Zhang e Andrew (2010), assegurar a comparabilidade tem sido uma consideração importante no projeto de convergência às IFRS. Segundo eles, a literatura contábil traz, em sua maior parte, que a comparabilidade seria atingível por meio da convergência contábil internacional. “O IASB busca a convergência das normas contábeis locais para as Normas por ele emitidas com vistas a obter demonstrações comparáveis ao longo do tempo e entre empresas localizadas em diferentes países”, conforme apontam Lemes, Costa e Martins (2014, p.3). Assim, para eles, a convergência seria um meio para se obter a comparabilidade.

Jermakowicz, Reinstein e Churyk (2014), no mesmo sentido, asseveram que a comparabilidade foi a principal força motriz para os esforços em direção à adoção de um conjunto único de normas contábeis. Acredita-se que o uso das IFRS melhora o funcionamento dos mercados de capitais globais, ao aumentar a comparabilidade e a qualidade da informação e diminuir os custos com a elaboração dos relatórios financeiros (BARTH, 2013). Como resultado, o conceito de comparabilidade tem sido amplamente referido na literatura contábil, porém manteve-se em grande parte inexplorado (ZHANG; ANDREW, 2010).

Define-se comparabilidade como uma característica qualitativa de melhoria da utilidade da informação contábil, que permite aos usuários identificar e compreender as similaridades entre os itens e as diferenças entre eles (FRAMEWORK, 2011). As decisões dos usuários implicam em escolhas entre alternativas, como, por exemplo, adquirir ou não adquirir um equipamento, manter ou não manter um investimento, investir nessa ou naquela empresa. Em consequência, as informações contábeis serão mais úteis se puderem ser comparadas com informações similares de outras entidades, ou da mesma, em outro período (FRAMEWORK, 2011).

Para o IASB, há dois fatores importantes que precisam ser considerados para que uma informação seja comparável: “coisas iguais precisam parecer iguais e coisas diferentes precisam parecer diferentes” (FRAMEWORK, 2011, item QC23, tradução livre). De acordo com Yip e Young (2012), a melhora em um dos fatores (por exemplo, as similaridades) não necessariamente leva a uma melhora no outro fator (as diferenças). Segundo eles, a comparabilidade depende de atender aos dois fatores simultaneamente, não bastando, portanto, que seja atendido apenas um dos fatores de maneira isolada.

Apesar de a “aparente simplicidade no conceito de comparabilidade, na prática a delimitação de suas fronteiras e a identificação dos possíveis desdobramentos do conceito podem ser uma tarefa bem complexa” (LEMES; COSTA; MARTINS, 2014, p. 4). A definição de comparabilidade é tão vaga que não traz nenhuma orientação do que são, por exemplo, “coisas” em contabilidade. Na verdade, não se sabe nem quais são as “coisas” que estão em discussão (ZHANG; ANDREW, 2010). Pode-se interpretar “coisas” como as operações de negócios da entidade, ou os tipos de contas, ou mesmo uma preocupação com a essência econômica das transações das entidades (ZHANG; ANDREW, 2010), não se sabe. O que se sabe é que diferentes interpretações dessa definição provavelmente influenciam as práticas contábeis, e, portanto, a comparabilidade.

Ao se aprofundar ainda mais na definição de comparabilidade como proposta pelo IASB, surge outra questão. Será possível identificar o que são “coisas iguais”? Por outro lado, como será possível distinguir “coisas iguais” de “coisas diferentes”? Somente seria possível idealizar um cenário em que “coisas” sejam tratadas de maneiras diferentes se, para cada “coisa”, houver mais de uma forma de contabilização. As diferenças ambientais, econômicas, políticas, culturais, operacionais etc., seriam resolvidas com a existência de escolhas contábeis nas normas, pois, assim, se poderia levar em consideração diferentes circunstâncias entre as empresas e entre os países (ZEFF, 2007).

Se por um lado a existência de escolhas contábeis se torna necessária por possibilitar aos preparadores reportar informações similares de maneira similar e informações diferentes de maneira diferente, por outro lado transfere a eles a oportunidade de uso dessas opções para o gerenciamento de resultados, ou para reduzir a assimetria da informação, ou por outros motivos que não o de representação fidedigna. Desse modo, em oposição ao que se pretende, as escolhas contábeis podem provocar a redução da comparabilidade.

Ainda em relação à dificuldade de distinção entre “coisas iguais” e “coisas diferentes”, se se interpretar “coisas” como os tipos de contas, pode-se ter uma situação em que há cumprimento das normas e reporte adequado das informações contábeis, mas não há comparabilidade. Imagine duas entidades pertencentes a um mesmo país e a um mesmo setor de atuação (portanto, sob o mesmo contexto econômico, político, cultural e operacional) e ambas possuindo saldo de PPI, nos quais, de maneira geral, são similares. Se na comparação das demonstrações financeiras das duas entidades, uma avaliar as suas PPI pelo método do valor justo e a outra pelo método do custo histórico (ambos os métodos são igualmente válidos para mensuração subsequente de PPI), sob o prisma proposto pelo IASB de que “coisas iguais precisam parecer iguais”, não há comparabilidade.

Por outro lado, se poderia imaginar a mesma situação anterior, em que as duas entidades pertencentes ao mesmo país e setor de atuação optem pelo valor justo para mensuração subsequente de suas PPI reconhecidas. Mesmo nessa situação em que ambas optaram pelo mesmo método contábil pode ser que não haja comparabilidade, posto que existem várias maneiras de se mensurar um ativo ao valor justo (preço cotado em mercado ativo, preço cotado em mercado não ativo para item idêntico, abordagem de receita ou abordagem de mercado). Elas podem ter optado pelo mesmo método para mensuração subsequente de PPI (valor justo), mas a maneira de mensurá-los pode ter sido diferente. Nesse caso, também não há comparabilidade.

Explorando ainda mais a dificuldade de distinção entre “coisas iguais” e “coisas diferentes”, Jaafar e McLeay (2007) argumentam que a separação entre esses termos seria possível quando se tratar de diferentes ambientes econômicos, como por exemplo, o setor de atuação. Para eles, é de se esperar que entidades envolvidas com atividades econômicas similares optem por métodos contábeis similares e que entidades envolvidas com atividades econômicas diferentes optem por métodos contábeis diferentes, independente do seu país de origem.

A afirmação de Jafaar e McLeay (2007) merece discussão, pois pode não haver comparabilidade mesmo em uma situação em que as empresas operem em atividades econômicas similares. Por exemplo, se na comparação das demonstrações financeiras de duas entidades de um mesmo setor, em que uma deprecia as suas máquinas e equipamentos pelo método da linha reta e outra pelo método dos saldos decrescentes (por serem os métodos que melhor refletem o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros esperados), os seus ativos imobilizados terão futuros distintos, e, por mais que tenham cumprido o seu papel de produzir informação contábil-financeira útil (relevante e com representação fidedigna), sob a ótica de Jaafar e McLeay (2007), não há comparabilidade.

Em decorrência de todas essas discussões apontadas acima, Zeff (2007) afirma que comparabilidade é um termo contábil muito difícil de ser entendido dentro de um mesmo país, menos ainda quando se pensa em comparabilidade a nível global. Segundo ele, trata-se de um conceito elusivo, em que realmente não se tem certeza de quando a comparabilidade está presente e quando não está. Para Taplin (2011), as pesquisas sobre comparabilidade ainda estão na sua fase de infância e requerem-se mais estudos empíricos que examinem as contas das empresas, que investiguem as necessidades dos usuários e que promovam discussões teóricas sobre os conceitos de comparabilidade.

Desde a adoção das IFRS é notório que houve um repentina aumento na comparabilidade dos relatórios financeiros mundiais, se comparado ao que havia antes, quando todos os países utilizavam os seus próprios padrões contábeis nacionais, e que se diferenciavam consideravelmente de país para país (ZEFF, 2007). Em alguns estudos os autores afirmam que é certo que a comparabilidade aumenta quando se adota as IFRS (ZEFF, 2007; STERGIOS; LASKARIDOU, 2008; BARTH et al, 2012; YIP; YOUNG, 2012).

Todavia, apenas a adesão às IFRS não garante a comparabilidade (CHAND; PATEL; PATEL, 2010; COLE; BRANSON; BREESCH, 2011; BARTH, 2013; HALLER; WEHFRITZ, 2013). Os usuários podem ter a impressão de que as demonstrações financeiras são comparáveis, no entanto, diferenças na aplicação das normas podem ter um

impacto negativo sobre a comparabilidade desses relatórios (COLE; BRANSON; BREESCH, 2011).

Embora um dos principais objetivos da adoção das IFRS seja possibilitar a comparabilidade internacional das demonstrações financeiras, a melhoria da comparabilidade pode ser uma tarefa difícil de ser alcançada (ZEFF, 2007). Para Barth (2013) dois passos são necessários para se alcançar a comparabilidade. O primeiro é a adoção e implementação consistente das IFRS e o segundo é a utilização da norma de forma a emitir informações comparáveis. Para ela, o momento exato em que a comparabilidade será alcançada é incerto, embora muitos progressos já tenham sido feitos nesse sentido.

2.1.1 Tipos de Comparabilidade Material e o Dilema Uniformidade-Flexibilidade

Adentrando-se nas reflexões sobre as consequências do aumento/redução das escolhas contábeis na comparabilidade material das demonstrações financeiras das entidades, Gordon e Gallery (2012) afirmam que existem quatro tipos de comparabilidade: (a) a comparabilidade profunda; (b) a comparabilidade não convergente; (c) a comparabilidade superficial; e (d) a comparabilidade intrínseca, como se pode verificar na Figura 2.

Figura 2 – Tipos de Comparabilidade Material

| Métodos Contábeis | Substância Econômica | | |
|------------------------------|---------------------------------|-----------------------------|----------------------------|
| | Eventos Similares | | Eventos Diferentes |
| | Iguais (sem escolhas) | Comparabilidade Profunda | |
| Diferentes (com escolhas) | Comparabilidade não Convergente | Comparabilidade Superficial | Comparabilidade Intrínseca |

Fonte: Gordon e Gallery (2012, p. 14, tradução livre).

Para os autores, esses quatro tipos de comparabilidade podem ser explicados da seguinte maneira. A comparabilidade profunda implica que não há escolhas contábeis e, como consequência, fatos semelhantes são tratados de maneira semelhante. Neste caso, se um método contábil é aplicado de forma consistente entre as empresas, tanto a comparabilidade nacional, quanto a comparabilidade internacional serão alcançadas. Assim, a consistência é o meio e a comparabilidade o fim.

A comparabilidade não convergente surge quando são permitidas escolhas contábeis para serem aplicadas a eventos econômicos similares. As escolhas contábeis teriam a função de atender às diferentes necessidades internas de cada empresa ou país. O resultado é que se o método contábil escolhido variar entre as entidades, mas os eventos econômicos forem

semelhantes, tanto a comparabilidade nacional, quanto a comparabilidade internacional estarão impedidas.

Por outro lado, a comparabilidade superficial representa uma situação em que o mesmo método contábil é aplicado a eventos econômicos diferentes. A aplicação do mesmo método contábil para eventos econômicos diferentes pode mascarar a comparabilidade e gerar uma comparabilidade superficial. Neste caso, a consistência no uso dos mesmos métodos contábeis entre as empresas em um ponto do tempo não ajuda a comparabilidade, porque a essência econômica é diferente.

A comparabilidade intrínseca, por sua vez, demonstra a situação em que eventos econômicos desiguais são contabilizados utilizando diferentes métodos contábeis. Tratamentos contábeis diferentes para eventos econômicos diferentes podem melhorar a comparabilidade, embora à primeira vista essa ideia pode não ser óbvia. Entretanto, a essência econômica e os tratamentos contábeis para esses eventos podem ser tão diferentes entre as entidades, que a comparabilidade pode não ser possível, ou ser sujeita a divulgações adicionais.

Para Gordon e Gallery (2012), a comparabilidade não convergente e a comparabilidade superficial representam aspectos disfuncionais da comparabilidade, que potencialmente reduzem a utilidade da comparação entre dois ou mais conjuntos de informações financeiras. Portanto, elas devem ser foco de órgãos normalizadores em seus esforços para eliminar as escolhas contábeis em tais situações.

O que deve ser levado em consideração quando se analisa o dilema comparabilidade *versus* escolhas contábeis é que se as escolhas contábeis forem removidas das IFRS, a incidência da comparabilidade não convergente deve diminuir, com o aumento concomitante da comparabilidade profunda (o que seria ideal). No entanto, ao se eliminar as escolhas contábeis, as entidades têm menos opções para representar a essência econômica de suas diferentes transações. Uma consequência de tal fato é que pode ser que a contabilidade superficial aumente (o que não é desejável).

Enquanto os organismos reguladores procuram aumentar a probabilidade de que eventos similares sejam contabilizados da mesma forma (ao reduzirem as escolhas contábeis), uma consequência não intencional que pode ocorrer é que os gestores sejam obrigados a aplicar o mesmo tratamento contábil a eventos que são, em essência, diferentes, o que provocaria um aumento irreal da comparabilidade (GORDON; GALLERY, 2012).

De acordo com Gordon e Gallery (2012), o ideal é que não haja extremos, ou seja, não se pode ter uma ênfase exagerada em uniformidade e nem permitir muitas escolhas contábeis

para a mesma transação. Em virtude disso, Chand e Patel (2008) argumentam que a comparabilidade completa das demonstrações contábeis pode ser difícil de ser alcançada em todos os países, mesmo depois da adoção das IFRS.

Assim, para produzir demonstrações financeiras comparáveis entre as empresas nacionais e as empresas de diferentes países existe, na literatura contábil internacional, uma discussão entre escolhas contábeis e comparabilidade (ou uniformidade e flexibilidade). De acordo com Cole, Branson e Breesch (2011, p. 3, tradução livre) “a uniformidade é alcançada quando todas as empresas aplicam os mesmos tratamentos contábeis, enquanto que a flexibilidade é alcançada quando todas as empresas podem aplicar tratamentos contábeis que são adaptados às suas circunstâncias únicas”.

Na literatura foram elencadas boas razões para se preferir a uniformidade em relação à flexibilidade para se atingir a comparabilidade, bem como deixou-se claro que de alguma forma a uniformidade é importante. Para Cole, Branson e Breesch (2011), existem três motivos principais. Primeiro, a flexibilidade pode resultar em diferenças inadequadas nos métodos contábeis utilizados em virtude de julgamentos inadequados da gestão ou devido à manipulação das informações.

Segundo, a flexibilidade têm alguns problemas práticos: é difícil determinar objetivamente as circunstâncias relevantes que devem ser levadas em conta quando da escolha do método contábil mais adequado, bem como controlar se duas empresas usam diferentes métodos devidos às diferenças nas circunstâncias, ou devido à manipulação das demonstrações contábeis. Além disso, a flexibilidade traz dificuldades aos usuários das informações financeiras, uma vez que precisaria compreender todas as diferentes circunstâncias e todos os diferentes métodos contábeis utilizados.

É certo que a uniformidade também apresenta desvantagens, como dito anteriormente (pode tratar coisas diferentes como semelhantes, o que provocaria um consequente aumento da comparabilidade superficial). Porém, os pesquisadores adeptos ao uso de índices para o cálculo da comparabilidade, como é o caso deste estudo, tendem a dar mais enfoque à uniformidade como meio para se alcançar a comparabilidade (COLE; BRANSON; BREESCH, 2009).

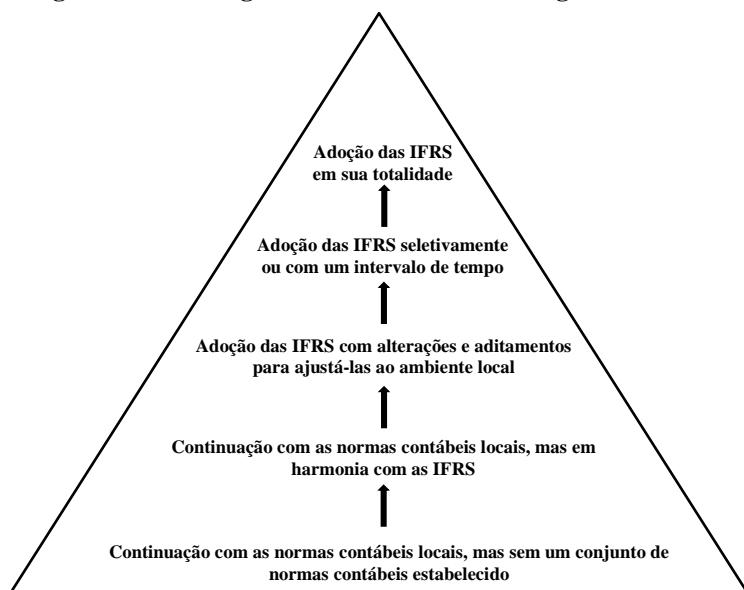
Outro ponto que merece ser discutido sobre o tema comparabilidade é a adoção das Normas Internacionais pelos diversos países, na íntegra ou com particularidades. Será que a adoção das IFRS com alterações permite a comparabilidade das demonstrações financeiras? Este fato é discutido na seção 2.1.2.

2.1.2 Soberania Nacional e seus reflexos na Comparabilidade

Em virtude das diferenças políticas, econômicas, culturais e institucionais entre os diversos países, as IFRS podem, em cada nação: (a) não serem implementadas; (b) serem implementadas na íntegra; ou (c) serem implementadas com algumas modificações. Como exemplo deste último modo, pode-se citar o caso do Brasil, que adotou as IFRS de forma integral, porém com algumas pequenas modificações (por exemplo, se a entidade é controlada, ela deve publicar além do balanço patrimonial consolidado, o balanço individual).

Para Chand e Patel (2008), existem cinco abordagens diferentes para o processo de convergência contábil, como se pode verificar na Figura 3.

Figura 3 – Abordagens do Processo de Convergência Contábil



Fonte: Chand e Patel (2008, p. 86, tradução livre).

As especificidades de cada abordagem foram evidenciadas por Chand e Patel (2008) e serão tratadas a seguir. As primeira e segunda abordagens, em que as normas contábeis locais persistem mas sem um conjunto de normas contábeis estabelecido, ou persistem mas em harmonia com as IFRS, geralmente ocorrem em países que não possuem um conjunto bem estabelecido de normas contábeis, nem organismos profissionais de contabilidade desenvolvidos e nem profissionais de contabilidade qualificados e experientes. As práticas contábeis locais espelham as práticas contábeis de seus países colonizadores e há uma presença limitada das empresas de auditoria *big four*. Devido à limitação de recursos e de infraestrutura dos organismos profissionais de contabilidade, a adoção das IFRS pode ser uma tarefa difícil.

A terceira abordagem, em que há a adoção das IFRS com alterações e aditamentos para ajustá-las ao ambiente local, geralmente ocorre em países em que as seguintes características estão presentes: um conjunto bem estabelecido de normas de contabilidade; um número significativo de experientes profissionais de contabilidade; a educação e a formação profissional são bem estruturadas; forte presença de empresas de auditoria *big four*; presença de organismos profissionais de contabilidade desenvolvidos, especialmente um organismo regulador de auditoria independente para facilitar a implementação e aplicação das normas de contabilidade; parcela crescente de financiamentos de capital no setor privado; e os mercados de capitais, em grande parte, são desenvolvidos em bolsas de valores.

A quarta abordagem, em que a adoção das IFRS ocorre seletivamente ou em um intervalo de tempo, normalmente advém de países em que as seguintes características são observadas: um conjunto razoavelmente bem estabelecido de normas de contabilidade; um razoável número de profissionais experientes em contabilidade; a educação e a formação profissional são em conformidade com padrões IFRS ou padrões similares; presença de empresas de auditoria *big four*; falta de suporte legal para recepcionar as normas contábeis do país e de um órgão regulador independente para facilitar a implementação e aplicação das normas de contabilidade; e uma parcela crescente de financiamento de capital no setor privado ou a intenção de se mover nessa direção, atraindo empresas multinacionais.

Na quinta abordagem, sugere-se os seguintes fatores como indicativos de que o país esteja prestes a adotar as IFRS em sua totalidade: falta um conjunto bem definido e abrangente de normas de contabilidade no país; um razoável número de profissionais experientes em contabilidade; a educação e formação profissional são em conformidade com padrões IFRS ou padrões similares; presença de empresas de auditoria *big four*; respaldo legal para a recepção das normas contábeis no país e um órgão regulador independente “ativo” para facilitar a implementação e aplicação das normas de contabilidade; e uma parcela crescente de financiamento de capital no setor privado ou a intenção de se mover nessa direção, atraindo empresas multinacionais.

Restringindo-se a discussão apenas aos países que adotaram as IFRS (na íntegra ou com modificações) há comparabilidade entre eles? De acordo com Chand e Patel (2008) as pequenas ou grandes alterações que organismos de normalização nacionais fazem nas IFRS, quando as adotam, podem levar a diferenças significativas na maneira em que as IFRS são aplicadas nesses países. Embora haja um esforço dos formuladores de políticas internacionais e regionais para promover normas globais que se refletem em práticas contábeis convergentes

entre os países, há quem argumente que uma completa convergência em contabilidade jamais poderá ser alcançada (JAAFAR; MCLEAY, 2007).

Contudo, esse ponto merece ser aprofundado. Quando se fala em adoção das IFRS se imagina um cenário em que todos os países adotaram as normas de maneira integral e sem nenhuma modificação. Todavia, o fato de as particularidades inerentes a cada país serem preservadas, não impede que haja comparabilidade entre as demonstrações financeiras das entidades de cada nação. O que permite a existência de comparabilidade é o fato de as demonstrações financeiras serem elaboradas sobre a mesma base (norma), o que não impossibilita que esta base sofra alterações. Desde que se preserve a “essência” do que a Norma Internacional tenta instituir, a tendência é que haja sim comparabilidade.

Para Barth (2008), as normas são uma condição necessária para a existência de relatórios globais, embora não sejam suficientes. Segundo ela, as normas são necessárias, pois são a base sobre a qual as empresas elaboram as suas demonstrações financeiras; e não são suficientes porque a sua aplicação depende de outras características do sistema. Mesmo se dois países adotarem as IFRS sem nenhuma alteração, pode haver diversidade na sua aplicação em virtude de razões culturais, econômicas, históricas, jurídicas, políticas, dentre outras. Não há comparabilidade? Por outro lado, pode ser que um país adote as IFRS na íntegra e outro as adote com modificações e as práticas contábeis utilizadas por eles, na prática, sejam similares. Não há comparabilidade? O que é oportuno frisar é que algum nível de comparabilidade existe (mesmo que seja zero) entre qualquer entidade pertencente a qualquer país (mesmo os não adotantes das IFRS), quiçá entre os que adotaram a mesma base normativa para elaboração das suas demonstrações financeiras.

Ante a esse cenário, em que quando da adoção das IFRS as particularidades inerentes a cada país são preservadas, escolhas contábeis permanecem na maioria ou na totalidade das Normas Internacionais, e, mesmo assim, almeja-se lograr a comparabilidade das demonstrações financeiras das entidades nacionais e internacionais, a literatura traz diferentes formas de se mensurar a comparabilidade, como demonstrado na seção 2.1.3.

2.1.3 Mensuração da Comparabilidade

A literatura internacional descreve apenas duas abordagens para se medir a comparabilidade material das demonstrações financeiras entre empresas: índices de comparabilidade e modelos estatísticos (TAPLIN; VERONA; DONI, 2011). Para Cole,

Branson e Breesch (2008) não se pode utilizar as duas formas de medição, alternadamente, pois elas medem diferentes conceitos de comparabilidade.

Para os que utilizam modelos estatísticos, a comparabilidade pode ser medida por meio da comparação entre as frequências observadas das entidades nos diferentes métodos contábeis com as frequências aleatórias ou as frequências esperadas (COLE; BRANSON, BREESCH, 2009). Há comparabilidade quando a probabilidade de que um determinado método contábil seja usado sob determinadas circunstâncias é extraída de uma frequência que é idêntica em todas as empresas ou em todos os países.

Cole, Branson e Breesch (2009) elencam três exemplos de modelos estatísticos (hierarquia de modelos lineares de regressão) utilizados para se medir a comparabilidade: os modelos de Archer, Delvaille e McLeay (1996), de McLeay, Neal e Tollington (1999) e de McLeay e Jaafar (2007). Taplin, Verona e Doni (2011) elencam, além dos dois primeiros modelos citados por Cole, Branson e Breesch (2009), o teste de qui-quadrado relatado por Tay e Parker (1990).

Para os pesquisadores que usam índices, o termo comparabilidade é utilizado em seu sentido geral, como originalmente proposto por Van Der Tas (1988), considerando que a máxima comparabilidade é alcançada quando todas as empresas, independente de seus setores de atuação ou de seus países de origem, optam pelos mesmos métodos contábeis. A comparabilidade aumenta quando as escolhas contábeis das empresas são concentradas em um método ou em apenas um limitado número de métodos contábeis. O valor do índice indica o quanto comparável as demonstrações financeiras estão em um determinado ponto do tempo, enquanto que mudanças nos seus valores ao longo do tempo indicam a existência (ou não) de convergência (COLE; BRANSON; BREESCH, 2009).

Na literatura internacional cinco índices são comumente utilizados para se medir a comparabilidade: os índices H, C, I, V e T. Cada indicador tem propriedades diferentes e cabe ao pesquisador procurar o que melhor se adequa ao seu objetivo de pesquisa. No Quadro 1 é exibido um panorama cronológico de estudos sobre a mensuração da comparabilidade.

De acordo com Taplin (2011), um índice de comparabilidade pode, com base em evidências empíricas advindas dos dados reais das empresas, trazer informações sobre quais contas das demonstrações contábeis são mais (ou menos) comparáveis que outras. Ademais, mudanças nos valores desses índices ao longo do tempo podem indicar as áreas onde a comparabilidade está aumentando ou reduzindo (TAPLIN, 2011).

Van Der Tas (1998) introduziu os primeiros índices para medir a comparabilidade das demonstrações contábeis: os índices H, C e I (TAPLIN, 2004). O índice de Herfindahl (índice

H) foi originalmente desenvolvido por Herfindahl, como uma medida de concentração da propriedade industrial, e posteriormente foi ajustado por Hirschman e proposto por Van Der Tas (COLE; BRANSON; BREESCH, 2008).

Quadro 1 – Panorama Cronológico da Medição da Comparabilidade

| Ano | Autoria | Métodos de Mensuração |
|------|----------------------------|-----------------------|
| 1988 | Van der Tas | Índices H, C e I |
| 1990 | Tay e Parker | Modelos Estatísticos |
| 1992 | Emenyonu e Gray | Índice I |
| 1992 | Van der Tas | Índice C |
| 1995 | Herrmann e Thomas | Índice I |
| 1995 | Archer, Delvaille e McLeay | Índice C |
| 1995 | Christiansen | Índice C |
| 1996 | Emenyonu e Gray | Índice I |
| 1996 | Archer, Delvaille e McLeay | Modelos Estatísticos |
| 1997 | Krisement | Índice V |
| 1998 | Morris e Parker | Índices C e I |
| 1999 | McLeay, Neal e Tollington | Modelos Estatísticos |
| 2000 | Cânibano e Mora | Índice C |
| 2000 | Murphy | Índices H e I |
| 2000 | Pierce e Weetman | Índice C |
| 2001 | Parker e Morris | Índices H e C |
| 2001 | Aisbitt | Índice C |
| 2002 | Pierce e Weetman | Índice C |
| 2003 | Taplin | Índices H e C |
| 2004 | Taplin | Índice T |
| 2006 | Taplin | Índice T |
| 2007 | McLeay e Jaafar | Modelos Estatísticos |
| 2008 | Stergios e Laskaridou | Índice H |
| 2010 | Dragu | Índice H |
| 2010 | Tudor e Dragu | Índice H |
| 2011 | Taplin, Verona e Doni | Índice T |
| 2011 | Cairns et. al | Índice T |
| 2013 | Haller e Wehrfritz | Modelos Estatísticos |
| 2014 | Souza, Costa e Silva | Índice H |
| 2014 | Souza, Botinha e Lemes | Índice T |
| 2014 | Taplin, Yuan e Brown | Índice T |

Fonte: Adaptado e atualizado de Cole, Branson e Breesch (2009, p. 384).

O índice H é calculado pelos pesos das frequências relativas das escolhas dos gestores, umas contra as outras (VAN DER TAS, 1988). Trata-se de um índice utilizado para mensurar a comparabilidade nacional (dentro de um único país), posto que nele são consideradas todas as empresas com pesos iguais. Porém, o índice H também pode ser usado para quantificar a comparabilidade internacional (em vários países), desde que ignore o país ao qual a empresa pertence (VAN DER TAS, 1988).

Para Taplin (2004), este índice mede a probabilidade de duas empresas selecionadas aleatoriamente (com reposição) utilizarem os mesmos métodos contábeis. A vantagem do índice H é que ele é simples e fácil de ser calculado e as desvantagens são a impossibilidade de calcular a comparabilidade entre países (ele ignora o país ao qual a empresa pertence) e a incapacidade de considerar múltiplos métodos contábeis (VAN DER TAS, 1988).

A fim de permitir múltiplas escolhas contábeis, Van Der Tas (1988) propôs o índice C (TAPLIN, 2006). Múltiplas escolhas referem-se à situação em que a entidade utiliza mais de um método contábil, ou seja, a cada empresa pode ser atribuído mais de um método contábil alternativo (VAN DER TAS, 1988).

O índice C não é um índice de concentração e baseia-se no número de pares compatíveis de empresas e no número de emparelhamentos possíveis (COLE; BRANSON; BREESCH, 2008). Esse índice é normalmente utilizado para medir a comparabilidade nacional, pois os pesquisadores atribuem às empresas pesos iguais (COLE; BRANSON; BREESCH, 2009). Para Taplin (2004), este índice mede a probabilidade de duas empresas selecionadas aleatoriamente (sem substituição) terem demonstrações contábeis comparáveis.

A vantagem do índice C é que ele permite o cálculo da comparabilidade quando há múltiplas escolhas contábeis e a desvantagem é que ele não permite a comparabilidade entre países. Para Taplin (2004), assim como ocorre com o índice H, é possível mensurar a comparabilidade de entidades de diferentes países utilizando-se o índice C. Todavia, para que isso seja possível, deve-se tratar todas as entidades como pertencentes à mesma nação, ignorando o país no qual cada empresa pertence.

Com o intuito de permitir a comparabilidade internacional (entre vários países), Van Der Tas (1988) propôs o índice I (TAPLIN, 2006). Trata-se de um índice de concentração que indica o grau em que as empresas pertencentes a um país aplicam o mesmo método contábil em comparação a empresas de outros países (COLE; BRANSON; BREESCH, 2009). A vantagem desse índice é permitir a comparabilidade internacional e as desvantagens são não permitir múltiplas escolhas contábeis, tratar cada país com pesos iguais e ser sensível à frequência igual a zero (ou seja, para calcular a comparabilidade é necessário que se tenha observações em todos os métodos contábeis possíveis).

Krisement (1997) desenvolveu um índice de concentração denominado índice V (COLE; BRANSON; BREESCH, 2008). Para Cole, Branson e Breesch (2009), esse índice foi criado para determinar se existem ou não apenas pequenas diferenças entre as regiões específicas, quando se compara práticas contábeis. Ele calcula a disparidade das distribuições de frequência na aplicação de escolhas contábeis em diferentes regiões, bem como em todas as regiões como um todo. A vantagem desse índice é que ele permite a comparabilidade internacional e a desvantagem é que ele não considera múltiplas escolhas contábeis.

Taplin (2011) argumenta que críticas foram feitas aos índices de comparabilidade, especialmente por Aisbitt (2001) e autores que o citaram. As principais críticas foram as seguintes: (a) problemas com a não divulgação; (b) problemas com as múltiplas escolhas

contábeis; (c) não consideram os tamanhos da amostra; (d) não permitem a comparação da comparabilidade dentro e entre países; (e) não apresentam os métodos estatísticos associados aos índices; (f) consideram que a comparabilidade aumenta quando as escolhas contábeis dos gestores concentram-se em um único método contábil, independente das circunstâncias operacionais das entidades; (g) incapacidade de fazer conclusões causais; e (h) falta de fundamentação teórica.

Desde 2001 têm havido progressos significativos na metodologia dos índices de comparabilidade, o que inclui a criação do índice T, que fez com que algumas das críticas apontadas por Aisbett (2001) se tornassem redundantes (TAPLIN, 2011). Apesar de a criação do índice T ter sido realizada em 2004, Ali (2005) reiterou a maioria dessas críticas, talvez, por desconhecimento das versatilidades completas do índice T (TAPLIN, 2011).

Taplin (2004) propôs um novo índice, chamado índice T, que reuniu as especificidades dos índices anteriormente propostos, além de criar novas propriedades, a fim de atender a todo o tipo de pesquisa. Ao criar o índice T, Taplin fez correções nas deficiências existentes nos índices que o antecederam e buscou eliminar todos os problemas objeto de críticas na literatura contábil. A desvantagem desse índice é que, por abranger inúmeras situações específicas, sua fórmula é complicada e difícil de entender (TAPLIN, 2011). No Quadro 2 é ilustrado o resumo das principais críticas apontadas pela literatura contábil aos índices de comparabilidade, bem como as possíveis soluções propostas pelo índice T.

Quadro 2 – Críticas aos índices de comparabilidade e soluções dadas pelo índice T

| CRÍTICAS | CONSIDERAÇÕES |
|--------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Problemas quando os métodos contábeis não são divulgados | Deve-se distinguir a situação em que a não divulgação resulta da não aplicabilidade ou se o método contábil foi aplicado, mas não divulgado. O índice T, na etapa 4, permite o tratamento da não divulgação nos dois casos citados. Assim, é possível quantificar a comparabilidade mesmo na presença da não divulgação |
| Problemas com a existência de múltiplas escolhas contábeis | Deve-se distinguir as situações em que os métodos contábeis não são comparáveis, são completamente comparáveis ou são parcialmente comparáveis. O índice T, na etapa 3, permite o tratamento dessas múltiplas escolhas contábeis. Por exemplo, é possível considerar o método contábil A como sendo completamente comparável ao método contábil B |
| Não consideram os tamanhos da amostra | O índice T, na etapa 1, permite as ponderações com base no tamanho da amostra |
| Não permitem a comparação da comparabilidade dentro e entre países | O índice T inclui este aspecto por meio das opções existentes na etapa 2, do cálculo do índice |
| Não apresentam os métodos estatísticos associados aos índices | Taplin (2010) mostra como todos os métodos estatísticos (significância estatística, erros-padrão, intervalos de confiança) podem ser realizados no âmbito do índice T |

(continua)

(conclusão)

| CRÍTICAS | CONSIDERAÇÕES |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Não consideram as diferentes circunstâncias econômicas, operacionais etc. das entidades para o cálculo da comparabilidade | O índice T permite que seja calculada a comparabilidade a partir de um mesmo setor, ou de um mesmo contexto econômico ou de outros, por meio da etapa 2. Basta que se considere país como sendo os diversos setores ou os diversos contextos econômicos existentes etc. |
| Não conseguem identificar a causa dos níveis de comparabilidade | Conclusões causais são importantes e devem ser feitas com cautela. No entanto isso vem da natureza observacional dos dados (e não dos índices de comparabilidade) e se aplica à maioria das pesquisas em contabilidade. Quantificar o grau em que as contas das empresas são comparáveis por meio de um índice é valioso, mesmo que não se saiba o que causou esse nível de comparabilidade |
| Estudos sobre comparabilidade não são motivados por teoria e isso limita o seu valor | A quantificação do grau em que as contas das empresas são comparáveis é importante mesmo sem um padrão teórico formal. Se a comparabilidade é desejável, então é valioso se mensurar o quanto de comparabilidade ocorreu |

Fonte: Elaborado pela autora, com base em Taplin (2011, 2012)

Apesar de o índice T ser o mais recente e completo, os índices H, C, I e V podem ser utilizados e apropriados para o cálculo da comparabilidade para determinadas situações. Cabe ao pesquisador, a depender do que almeja investigar, decidir qual método é o que melhor se adequa ao seu tipo de pesquisa. No Quadro 3 é apresentado um resumo das principais propriedades dos índices de comparabilidade.

Quadro 3 – Resumo das Principais Propriedades dos Índices de Comparabilidade

| PROPRIEDADES | ÍNDICES | | | | |
|-------------------------------------------------------------|---------|-----|-----|-----|-----|
| | H | C | I | V | T |
| Considera o número de empresas pesquisadas | Sim | Não | Não | Sim | Sim |
| Considera o tamanho dos países investigados | Não | Não | Não | Não | Sim |
| Sensibilidade à frequência zero | Não | Não | Sim | Não | Não |
| Considera a não divulgação | Sim | Sim | Sim | Não | Sim |
| Comparabilidade nacional (N), internacional (I) e ambos (A) | N | N | I | I | A |
| Considera múltiplas escolhas contábeis | Não | Sim | Não | Não | Sim |
| Capaz de determinar um intervalo de probabilidade | Não | Não | Não | Não | Sim |
| Permite a análise setorial, com ponderações | Não | Não | Não | Não | Sim |
| Considera a comparabilidade parcial | Não | Não | Não | Não | Sim |

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos estudos de Cole, Branson e Breesch (2008, 2009) e Taplin (2011).

De acordo com Cole, Branson e Breesch (2008), um bom indicador para medição da comparabilidade das demonstrações contábeis deve, pelo menos, ser capaz de: (a) medir a comparabilidade tanto nacional, quanto internacional; (b) ponderar o tamanho dos países investigados; (c) considerar a utilização de mais de um método contábil pelas entidades; (d) permitir a comparabilidade parcial de diferentes métodos contábeis; (e) tratar a não divulgação de diferentes maneiras; e (f) não ser sensível à frequência zero.

O índice T é o indicador mais adequado aos objetivos desta pesquisa, pois é o único que, concomitantemente, aborda todas as propriedades necessárias ao desenvolvimento deste estudo (considera o número de empresas pesquisadas e o tamanho do país investigado,

considera a não divulgação, calcula tanto a comparabilidade nacional, quanto a internacional, permite a análise setorial, com ponderações e não é sensível à frequência zero). As especificidades do índice T são tratadas com mais detalhes no Capítulo 3, Aspectos Metodológicos.

Até o momento, neste estudo, muito se mencionou o termo escolhas contábeis, especialmente ao afirmar que as escolhas contábeis estão presentes nas IFRS e que podem impactar a comparabilidade das demonstrações financeiras. Todavia, não se aprofundou na definição de escolhas contábeis, nos tipos de escolhas contábeis e nem discutiu-se sobre as suas possíveis motivações (diferença com gerenciamento de resultados, por exemplo). Esses assuntos são tratados na sequencia.

2.2 Escolhas Contábeis

A importância de se definir o termo escolhas contábeis reside na imposição de limites ao conjunto de fenômenos a ser estudado (FRANCIS, 2001). Para Fields, Lys e Vincent (2001, p. 256, tradução livre) uma escolha contábil é:

qualquer decisão, cujo objetivo principal é influenciar (seja na forma ou na substância), a saída do sistema de contabilidade de uma forma particular, incluindo não apenas demonstrações financeiras publicadas de acordo com as GAAP, mas também declarações fiscais e documentos oficiais.

Fields, Lys e Vincent (2001) trazem um conceito amplo de escolhas contábeis, sendo expansivo em três aspectos: (a) quanto à natureza do tomador de decisão; (b) quanto à natureza da escolha; e (c) quanto aos seus efeitos no resultado (FRANCIS, 2001).

Quanto ao tomador de decisão, esse conceito parece incluir as decisões dos gestores, dos auditores, dos membros do comitê de auditoria, dentre outros. Porém, como a maioria dos estudos sobre escolhas contábeis inclui apenas os gestores como responsáveis pela tomada de decisão, é provável que Fields, Lys e Vincent (2001) adotaram a mesma restrição implícita quando criaram essa definição (FRANCIS, 2001).

Em relação à natureza da escolha, o conceito inclui escolhas igualmente válidas, julgamentos e estimativas, decisões de divulgação, decisões temporárias, decisões de visualização, decisões de classificação, decisões de investimentos etc. (FRANCIS, 2001). Em virtude disso, Cole, Branson e Breesch (2011) dispõem que as escolhas contábeis podem ser divididas em três categorias diferentes: (a) as escolhas contábeis claras; (b) as escolhas contábeis encobertas; e (c) as estimativas e os julgamentos.

As escolhas contábeis claras são aquelas que surgem de regras igualmente aceitáveis para um mesmo fato contábil, e, que, portanto, são exercidas com absoluta discricionariedade pelos gestores. Essas escolhas estão claramente definidas na norma. Pode-se citar como exemplos: a seleção dos métodos PEPS ou média ponderada para avaliação de estoques; a seleção dos métodos da linha reta ou das unidades produzidas para a contabilização da depreciação de maquinários; ou a seleção dos métodos de custo ou do valor justo, para mensuração subsequente de PPI.

Por outro lado, as escolhas contábeis encobertas são aquelas que não estão claramente definidas na norma, por possuírem critérios de definição vagos ou por dependerem da natureza da operação ou de características específicas do evento a ser contabilizado. São alternativas cuja discricionariedade dos gestores pode estar condicionada a circunstâncias externas à sua vontade. Pode-se citar como exemplos: a amortização de ativos intangíveis, quando a sua vida útil for avaliada como finita; a mensuração de ativos financeiros pelo método de custo, quando o seu valor justo não puder ser mensurado com confiabilidade; a mensuração dos estoques pelo menor valor entre o seu custo e o seu valor realizável líquido.

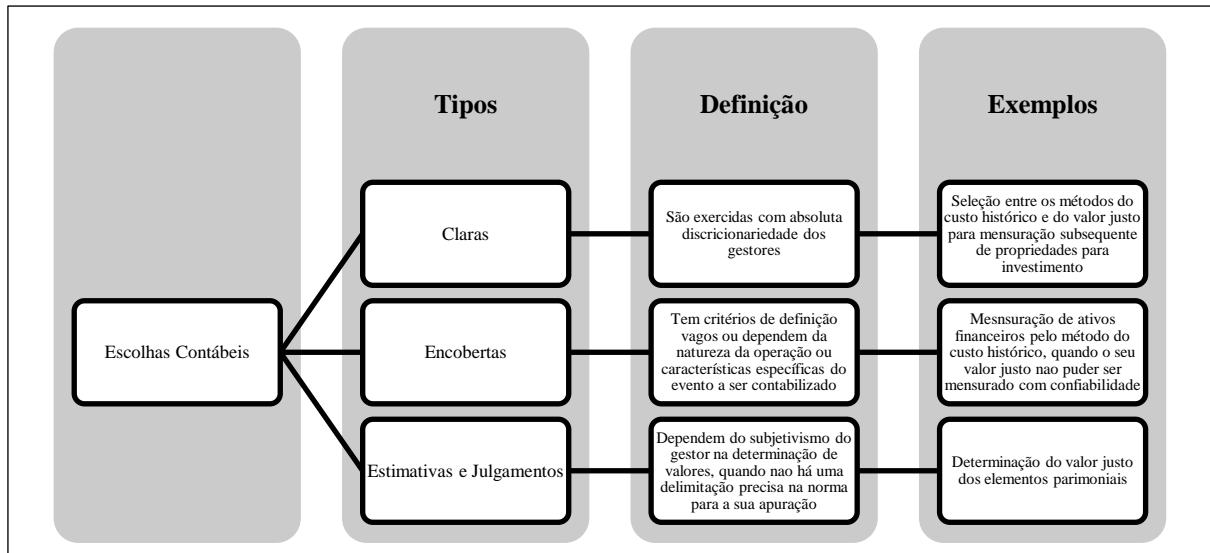
O terceiro tipo de escolhas contábeis representa as estimativas e os julgamentos presentes na maioria (ou na totalidade) das Normas Internacionais. As estimativas e os julgamentos são escolhas contábeis que dependem do subjetivismo do gestor na determinação de valores, quando não há uma delimitação precisa na norma, para a sua apuração. São embasados nas experiências dos gestores, bem como em diversos outros fatores que eles consideram razoáveis e pertinentes para aquele evento contábil específico. Como exemplos, pode-se destacar: a determinação do valor justo dos elementos patrimoniais; a determinação do valor realizável líquido dos estoques; o reconhecimento de obrigações de aposentadoria com base em estimativas de mortalidade, salário final etc. (COLE; BRANSON; BREESCH, 2011). Na figura 4 é ilustrado um resumo das três categorias de escolhas contábeis.

O terceiro e último aspecto tratado na definição proposta por Fields, Lys e Vincent (2001) diz respeito aos seus efeitos nos resultados da empresa (ou suas motivações). Segundo Francis (2001), as escolhas contábeis podem ter efeitos sobre os resultados: em um período específico, ao longo do tempo (em vários períodos sucessivos) ou tanto em um período específico, quanto ao longo do tempo. Cada efeito no resultado é diferente, portanto, cada motivação também o é (FRANCIS, 2001).

A relação entre as escolhas contábeis e suas motivações trata-se de um ponto consideravelmente discutido na literatura contábil. Segundo Fields, Lys e Vincent (2001) a intenção gerencial é o ponto principal para entender a sua definição de escolhas contábeis,

especialmente no que diz respeito a decisões reais, ou seja, se a motivação por trás da decisão visa influenciar os números contábeis ou se deriva de outros fatores. “Na prática, é difícil distinguir entre as duas situações, mas é a presença de tais motivos mistos que faz com que o estudo de escolhas contábeis seja interessante” (FIELDS; LYS; VINCENT, 2001, p.259, tradução livre).

Figura 4 – Tipos de Escolhas Contábeis



Fonte: Elaborado pela autora, com base em Cole, Branson e Breesch (2011).

Para Francis (2001, p. 312, tradução livre), “as escolhas contábeis podem ser conduzidas por interesses próprios da gestão, por um desejo de maximizar os interesses dos acionistas, possivelmente em detrimento de outra parte contratante, ou por um desejo de proporcionar informações”. O IASB, quando emitiu a norma *The Conceptual Framework for Financial Reporting* (Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro), indicou que existem escolhas contábeis nas Normas a fim de que se represente com fidedignidade o fenômeno a que se propõe representar.

A questão é a flexibilidade permitida aos gestores quando da aplicação das IFRS, dada à existência de escolhas contábeis explícitas e implícitas, a liberdade na interpretação e a necessidade de estimativas e julgamentos (HALLER; WEHFRITZ, 2013), pode fazer com que, na prática, as demonstrações financeiras sejam representadas de maneira diversa da proposta pelo IASB. Por exemplo, quando os gestores atuam de modo oportunista, eles podem utilizar das escolhas contábeis presentes nas normas para majorar os lucros, destacar vários itens das demonstrações financeiras ou manipular os números contábeis (DETZEN; ZÜLCH, 2012), o que indicaria a prática de gerenciamento de resultados.

Para Lo (2008), gerenciamento de resultados é a utilização de julgamentos pelos gestores, a fim de alterar os relatórios financeiros, quer seja para enganar alguns *stakeholders* acerca de um desempenho econômico oculto da empresa, quer seja para influenciar os resultados contratuais que dependem dos números contábeis reportados.

Embora as definições de escolhas contábeis e gerenciamento de resultados sejam próximas, de acordo com Fields, Lys e Vincent (2001), nem todas as escolhas contábeis envolvem gerenciamento de resultados, pois este termo se estende para além das escolhas contábeis. Por outro lado, quando as escolhas contábeis são utilizadas com uma finalidade específica, visando atingir uma meta pré-determinada, nesse momento elas se tornam consistentes com a ideia de gerenciamento de resultados (FIELDS; LYS; VINCENT, 2001).

As escolhas contábeis são discricionariedades permitidas nas IFRS, a fim de possibilitar que os gestores optem por tratamentos contábeis que melhor representem a situação econômica e operacional da sua empresa, visando gerar uma informação contábil útil aos seus usuários externos. Por exemplo, os gestores podem optar por métodos contábeis que aumentem os preços das ações antes do vencimento de opções de ações, motivados por uma avaliação objetiva de que os seus preços atuais estariam subvalorizados (FIELDS; LYS; VINCENT, 2001).

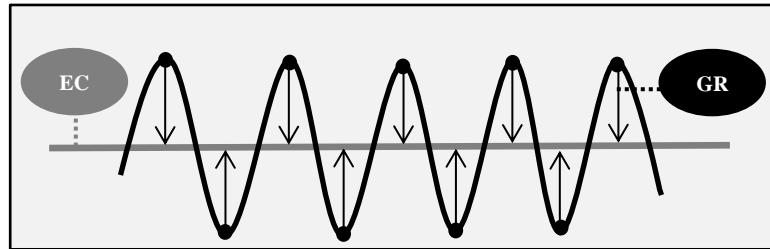
Contrariamente, quando há gerenciamento de resultados, os gestores utilizam das escolhas contábeis para atingir um objetivo específico previamente determinado, manipulando os resultados contábeis. Por exemplo, os gestores podem optar por métodos contábeis específicos, motivados pelo auto interesse em aumentar os preços das ações antes do vencimento de opções de ações que possuem (FIELDS; LYS; VINCENT, 2001).

Na Figura 5 é resumida a diferença fundamental entre escolhas contábeis (EC) e gerenciamento de resultados (GR). Nela é ilustrado que, no que tange às escolhas contábeis, os gestores optam por métodos contábeis que melhor representem as atividades de sua empresa (*ex ante*), sem nenhuma finalidade específica imediata, exceto a de representação fidedigna (justificando a sua representação pela linha horizontal, uma situação regular). Quanto ao gerenciamento de resultados, os gestores optam por métodos contábeis com a intenção de alterar os números contábeis, de forma a mudar uma situação existente e indesejada (*ex post*) que esteja ocorrendo na empresa (justificando a sua representação pelas setas com o propósito de trazer a situação indesejada a uma situação desejada, regular).

São em virtude das motivações dos gestores que os órgãos reguladores contábeis expressam, constantemente, as suas preocupações em permitir muitas escolhas contábeis nas IFRS. Porém, a inexistência de escolhas contábeis leva-se a imaginar um sistema contábil

totalmente baseado em regras, sem espaço para qualquer tipo de alternativas ou julgamentos (o que remete à contabilidade fiscal, ainda vigente em países a exemplo do Brasil).

Figura 5 – Escolhas Contábeis *versus* Gerenciamento de Resultados



Fonte: Elaborado pela autora.

Fields, Lys e Vincent (2001) elencam um problema natural que ocorre quando se elimina as escolhas contábeis e se adota regras contábeis rígidas e sem possibilidade de julgamentos: é impossível se criar regras para todos os fatos e circunstâncias. Isso porque novas situações surgem regularmente, exigindo que novas regras tenham que ser constantemente criadas.

Além disso, se não existirem escolhas contábeis, não haveria como se alcançar a comparabilidade: fatos contábeis iguais poderiam até ser reconhecidos como iguais, porém fatos contábeis diferentes não poderiam ser reconhecidos como eventos diferentes. As escolhas contábeis existem justamente para permitir às empresas, que estão sob diferentes modelos de negócios (como setores), e/ou sob diferentes influências institucionais ou ambientais (como países), ter a opção de buscar um método contábil que melhor represente sua situação operacional específica (COLE; BRANSON; BREESCH, 2011).

Não há como as demonstrações contábeis serem comparáveis, por exemplo: (a) se a provisão de crédito para liquidação duvidosa (PCLD) for arbitrada em 10% das contas a receber para todas as empresas, igualmente; ou (b) se todos os maquinários e equipamentos forem depreciados linearmente em 5 anos, independente da sua utilização; ou (c) se todos os títulos e valores mobiliários forem reconhecidos como títulos disponíveis para venda (FIELDS; LYS; VINCENT, 2001).

Neste sentido, Fields, Lys e Vincent (2001, p. 261, tradução livre) enfatizam que “as escolhas contábeis provavelmente existem porque é impossível ou inviável eliminá-las”. Segundo eles, o que os reguladores devem fazer é, a partir do delineamento das vantagens e das desvantagens de se permitir escolhas contábeis, determinar o nível ideal de discricionariedade.

Adentrando-se nas escolhas contábeis contidas nas IFRS, verificou-se que uma das escolhas contábeis claras disponíveis aos gestores é a escolha entre os métodos do custo histórico e do valor justo para a mensuração subsequente de ativos imobilizados, de ativos intangíveis e de PPI. Posto que a mensuração ao valor justo, além de ser acometida de elevado teor subjetivo e ter sido consideravelmente incentivada pelo IASB, buscou-se, na seção 2.3, elucidar o conceito de valor justo e os aspectos gerais de sua mensuração, com base no disposto na IFRS 13, bem como ilustrar as vantagens e desvantagens da utilização dos métodos do custo histórico e do valor justo, conforme destaca a literatura.

As Normas Internacionais que disciplinam a mensuração subsequente de ativos imobilizados, de ativos intangíveis e de PPI foram objeto de análise deste estudo, e, portanto, são exploradas no Capítulo 3, Aspectos Metodológicos.

2.3 Mensuração ao Valor Justo

A contabilidade, durante muito tempo, utilizou a mensuração dos ativos e passivos a valores históricos. No entanto, a informação histórica pode não fornecer informações sobre os fluxos de caixa futuros e pode se divergir consideravelmente dos valores de mercado, fazendo com que a informação se torne menos útil aos usuários das demonstrações contábeis.

Para ilustrar este fato, imagine que a empresa A compre um terreno por US\$15 milhões no ano de 2000. Em 2013, a empresa B adquire um terreno, praticamente idêntico ao da empresa A, incluindo a localização, por US\$35 milhões. O preço mais elevado pago pela empresa B é atribuível ao aumento dos valores imobiliários na região. Trata-se de um exemplo clássico no qual o método do custo não possibilitaria a comparabilidade dos dois terrenos idênticos, ao não conseguir identificar semelhanças entre itens semelhantes. Cada entidade tem um terreno igual em valor, porém os ativos estão avaliados por valores substancialmente diferentes (exemplo adaptado de HERRMANN; SAUDAGARAN; THOMAS, 2006).

Suponha agora que a entidade B, em 2013, ao invés de comprar um pedaço de terra semelhante ao da empresa A por US\$35 milhões, compra um pedaço de terra muito menor e nitidamente inferior, por US\$15 milhões. Esse exemplo mostra a incapacidade do método do custo de distinguir as diferenças entre itens distintos. A comparabilidade, assim como no exemplo anterior, seria prejudicada, pois, pelo método de custo as empresas relatariam o mesmo valor para cada terreno, apesar de a empresa A possuir terras muito mais valiosas (exemplo adaptado de HERRMANN; SAUDAGARAN; THOMAS, 2006).

Por outro lado, se a entidade A mensurar o terreno adquirido no ano de 2000, ao seu valor justo, pode ser que a informação contábil reportada se torne mais relevante aos usuários externos, porém, pode haver uma consequente diminuição da confiabilidade da informação reportada, em virtude do subjetivismo intrínseco ao método do valor justo.

A escolha entre o método de custo e o método do valor justo é objeto de controvérsias entre os acadêmicos e os órgãos reguladores desde a década de 1930 (CHRISTENSEN; NIKOLAEV, 2013). O debate sobre a mensuração ao valor justo gira em torno do potencial aumento de relevância em relação a potencial diminuição da confiabilidade (DIETRICH; HARRIS; MULLER, 2001).

A introdução da mensuração ao valor justo pelas IFRS representou uma mudança radical de perspectivas para os elaboradores e usuários das demonstrações contábeis (BERTONI; DE ROSA; 2005). A contabilidade ao valor justo envolve uma mudança fundamental e um grande desafio para as práticas contábeis (HOU; JIN; WANG, 2014).

Define-se valor justo como “o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo, em uma transação não forçada entre participantes do mercado, na data de mensuração” (IFRS 13, item 9, tradução livre). A mensuração ao valor justo destina-se a um ativo ou passivo particular, portanto, deve-se levar em consideração as características do ativo ou passivo, a sua localização e possíveis restrições à sua venda ou uso (IFRS 13, item 11).

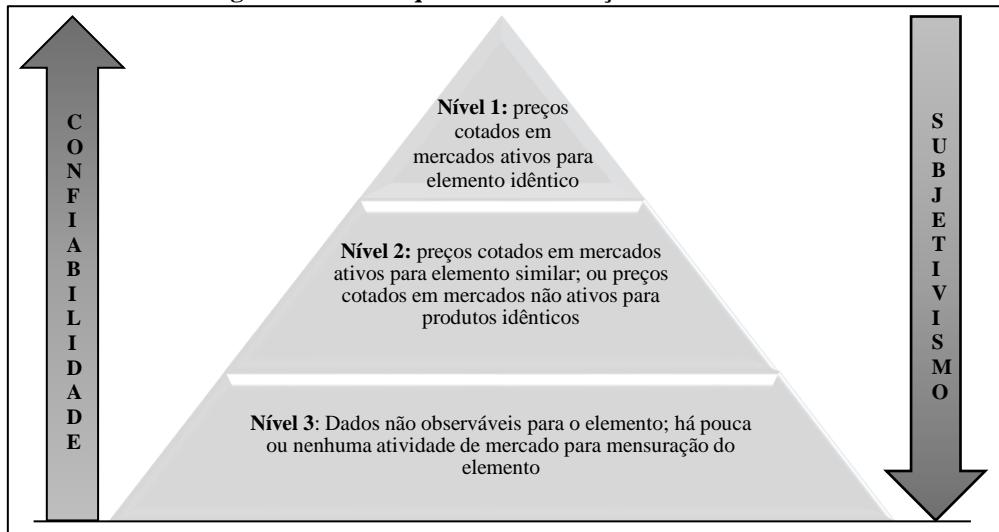
A fim de aumentar a consistência e a comparabilidade nas mensurações ao valor justo, a IFRS 13 estabelece uma hierarquia de valor justo, classificada em três níveis. As informações de Nível 1 são os preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, às quais a entidade possa ter acesso na data de mensuração, posto que oferecem evidências mais confiáveis ao valor justo (IFRS 13, itens 76 e 77).

Informações de Nível 2 são informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1. As informações de Nível 2 incluem os seguintes: preços cotados para ativos ou passivos similares em mercados ativos; preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou similares em mercados que não sejam ativos; informações, exceto preços cotados, que sejam observáveis para o ativo ou passivo; e informações corroboradas pelo mercado (IFRS 13, item 82).

Por outro lado, as informações de Nível 3 são dados não observáveis para o ativo ou passivo, ou seja, são utilizados quando há pouca ou nenhuma atividade de mercado para o ativo ou passivo, na data de mensuração (IFRS 13, item 87). Dados não observáveis refletem as premissas que os participantes do mercado utilizariam ao precisar o ativo ou o passivo,

incluindo premissas sobre risco. Na Figura 6 se apresenta, de uma maneira resumida, a hierarquia da mensuração ao valor justo.

Figura 6 – Hierarquia na Mensuração ao Valor Justo



Fonte: Elaborado pela autora, com base na IFRS 13.

Christensen e Nikolaev (2013) argumentam que a adoção das IFRS está associada a uma mudança significativa em direção à contabilidade pelo valor justo. Para Zeff (2007), o valor justo está cada vez mais proeminente nas IFRS, como se pode verificar no Quadro 4.

Quadro 4 – *Quantum de Utilização do Valor Justo nas IFRS*

| Mensuração ao Valor Justo |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| IAS 11 – Contratos de Construção: a receita do contrato deve ser mensurada ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber |
| IAS 16 – Ativo Imobilizado: opção pelo método de custo ou pelo método de reavaliação e aplicação dessa política, se adotada, a uma classe inteira de ativos imobilizados |
| IAS 17 – Operações de Arrendamento Mercantil: a receita de vendas reconhecida no começo do prazo do arrendamento mercantil por arrendador fabricante ou comerciante é o valor justo do ativo, ou, se inferior, o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil devidos ao arrendador, calculado a uma taxa de juros do mercado |
| IAS 18 – Receitas: a receita deve ser mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber |
| IAS 19 – Benefícios a Empregados: o valor justo de quaisquer ativos do plano deve ser deduzido do valor presente da obrigação de benefício definido na determinação do déficit ou superávit |
| IAS 20 – Subvenção e Assistência Governamentais: a subvenção governamental pode estar representada por ativo não monetário, como terrenos e outros, para uso da entidade. Nessas circunstâncias, tanto esse ativo quanto a subvenção governamental devem ser reconhecidos pelo seu valor justo. Apesar da impossibilidade de verificação desse valor justo é que o ativo e a subvenção governamental podem ser registrados pelo valor nominal |
| IAS 28 – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto: quando o investimento for mantido, direta ou indiretamente, por uma entidade que seja uma organização de capital de risco, essa entidade pode adotar a mensuração ao valor justo por meio do resultado para essa parcela da participação no investimento |

(continua)

(conclusão)

| Mensuração ao Valor Justo |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| IAS 32 – Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários: o registro do montante inicial dos recursos captados de terceiros, classificáveis no passivo exigível, deve corresponder ao seu valor justo líquido dos custos de transação diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os instrumentos de dívida devem ser reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, líquidos do custo da transação, exceto nos casos em que devem ser classificados como instrumentos ao valor justo com contrapartida no resultado |
| IAS 38 – Ativo Intangível: opção em reconhecer um ativo intangível pelo método de custo ou pelo método de reavaliação e, se adotada a reavaliação, a aplicação dessa prática para toda a classe de intangível |
| IAS 39 – Instrumentos Financeiros: a mensuração dos ativos financeiros, incluindo os derivativos que sejam ativos, pelos seus valores justos sem nenhuma dedução dos custos de transação em que possa incorrer na venda ou em outra alienação, com a exceção de alguns ativos financeiros específicos, que devem ser mensurados pelo custo. Quanto aos passivos financeiros, a entidade deve mensurá-los pelo custo amortizado, a exceção dos: (a) passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e dos (b) passivos financeiros que surjam quando uma transferência de ativo financeiro não se qualifica para desreconhecimento ou quando se aplica a abordagem do envolvimento continuado, que devem ser mensurados pelo valor justo |
| IAS 40 – Propriedades para Investimento: a escolha como sua política contábil do método do valor justo ou do método do custo e deve aplicar essa política a todas as suas PPI |
| IAS 41 – Ativo Biológico e Produto Agrícola: o ativo biológico deve ser mensurado ao valor justo menos a despesa de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência, exceto para os casos em que o valor justo não pode ser mensurado de forma confiável, que será mensurado pelo método de custo. O produto agrícola deve ser mensurado ao valor justo, menos a despesa de venda, no momento da colheita |
| IFRS 2 – Pagamento Baseado em Ações: para transações com pagamento baseado em ações liquidadas pela entrega de instrumentos patrimoniais, a entidade deve mensurar os produtos ou serviços recebidos, e o aumento correspondente no patrimônio líquido, de forma direta, pelo valor justo dos produtos ou serviços recebidos, a menos que o valor justo não possa ser estimado com confiabilidade, quando será mensurada pelo valor justo de forma indireta. Para transações com pagamento baseado em ações liquidadas em caixa a entidade deve mensurar os produtos ou serviços adquiridos e o passivo incorrido por meio do valor justo do passivo |
| IFRS 3 – Combinação de Negócios: ao final de cada exercício social subsequente, o adquirente deve mensurar qualquer ativo de indenização reconhecido na data da aquisição nas mesmas bases do ativo ou do passivo indenizável, sujeito a qualquer limite contratual sobre o seu valor e, para o caso de um ativo por indenização não mensurado subsequentemente pelo valor justo, sujeito à avaliação da administração acerca de seu valor recuperável |
| IFRS 4 – Contratos de Seguro: a seguradora deve mensurar a valor justo os passivos por contratos de seguro assumidos e os ativos por contratos de seguro adquiridos em uma combinação de negócios |
| IFRS 5 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada: deve-se mensurar o ativo ou o grupo de ativos não circulantes mantido para venda pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Se adquirido em combinação de negócios, ele deve ser mensurado pelo valor justo menos as despesas de venda |

Fonte: Elaborado pela autora.

Entretanto, apesar dos incentivos dos órgãos reguladores, a concepção do valor justo não alcançou unanimidade (DEMARIA; DUFOUR, 2007). Para Christensen e Nikolaev (2013), a superioridade do método do valor justo em relação ao método de custo ainda é incerta. A implementação da contabilidade ao valor justo é provável que seja problemática em virtude da sua complexidade, da sua natureza controversa e das diferenças entre as diversas nações para determinação do valor justo (PENG; BEWLEY, 2010). Em virtude disso a literatura se diverge e a discussão acerca desses métodos têm se estendido ao longo do tempo.

2.3.1 Método do Custo Histórico versus o Método do Valor Justo

Os defensores da mensuração ao valor justo argumentam que os valores justos para ativos e passivos refletem as condições atuais do mercado, e que, em consequência, fornecem informações oportunas, aumentam a transparência e geram informações contábeis mais comparáveis. Contrariamente, os críticos do valor justo afirmam que ele não é relevante, é potencialmente enganoso, afetam negativamente a eficiência do mercado, bem como geram informações não confiáveis. Na literatura são encontrados argumentos favoráveis e contrários à mensuração ao valor justo. As principais considerações foram resumidas no Quadro 5.

Quadro 5 – Vantagens e Desvantagens da Mensuração ao Valor Justo

| Vantagens do Valor Justo | Desvantagens do Valor Justo |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Gera informações relevantes para a tomada de decisões | Não fornece informações relevantes e é potencialmente enganoso para os ativos que são mantidos por um longo período de tempo. Os preços podem ser distorcidos pelas ineficiências do mercado, pela irracionalidade de investidores ou por problemas de liquidez |
| Melhora a comparabilidade, pois identifica semelhança nas semelhanças e diferenças nas diferenças | Os dados de um país podem não ser verdadeiramente comparáveis aos de outros países, pois na maioria dos países que adotaram as IFRS os mercados de precificação de ativos não são suficientemente profundos para fornecer os dados necessários para se reavaliar os ativos de maneira confiável |
| Enseja em mercados mais eficientes ao divulgar as informações relevantes e no momento ideal | Pode ter consequências não intencionais, como afetar negativamente a estabilidade econômica |
| É preditivo, pois ajuda a prever os fluxos futuros de caixa, aos quais são de interesse dos investidores | As suas estimativas podem não ter relação com os fluxos de caixa esperados, apresentando tendências do mercado, ao invés de condições econômicas e fundamentos |
| Produz informações neutras, porque são imparciais | O julgamento da administração gera possibilidades para a tendenciosidade ou gerenciamento de resultados |
| Significa uma representação fiel dos fenômenos econômicos do mundo real | As avaliações são propensas a incertezas e inseguranças em virtude de uma série de características do avaliador |
| Fornece informações mais transparentes que o custo histórico | Gera um considerável ceticismo sobre a sua confiabilidade |
| Serve para identificar algum problema rapidamente, de forma a dar à gestão mais tempo para reagir, o que serviria para encurtar uma possível crise | Provoca uma volatilidade excessiva nos resultados da companhia, o que pode resultar em uma entidade em situação financeira crítica relatando ganhos significativos |
| Cria informações oportunas, pois reflete mudanças nas condições econômicas, quando essas condições mudam | A sua mensuração é complexa e controversa |

Fonte: Elaborado pela autora, com base em Herrmann, Saudagarán e Thomas (2006); Demaria e Dufour (2007); Rayman (2007); Zeff (2007); Barth (2008); Laux e Leuz (2009); Peng e Bewley (2010); Shaffer (2010); Zulch e Nellessen (2010); Chen, Tan e Wang (2013); Christensen e Nikolaev (2013) e Du, Li e Xu (2014).

Por outro lado, na literatura são encontradas, também, as vantagens e as desvantagens da mensuração de ativos e passivos pelo método do custo histórico. Os principais pontos estão dispostas no Quadro 6.

Quadro 6 – Vantagens e Desvantagens da Mensuração ao Custo Histórico

| Vantagens do Custo Histórico |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| É melhor que o valor justo quanto à característica qualitativa de verificabilidade |
| A confiabilidade é a dimensão principal em que o custo histórico domina indiscutivelmente o valor justo. A confiabilidade parece ser um requisito “chave” para a escolha entre duas práticas contábeis |
| Desvantagens do Custo Histórico |
| Não apresenta a informação contábil com qualidade e relevância |
| Oculta ou retarda a divulgação de informações importantes e leva a mercados menos eficientes |
| Dificultam a comparabilidade por não identificar semelhanças em itens semelhantes e diferenças em itens diferentes |
| Introduz um viés conservador, que contrapõe a neutralidade |
| Os valores relatados são muitas vezes vistos como não representativos da realidade econômica |

Fonte: Elaborado pela autora, com base em os estudos de Bertoni e De Rosa (2005); Herrmann, Saudagaran e Thomas (2006); Demaria e Dufour (2007); Laux e Leuz (2009); Shaffer (2010) e Christensen e Nikolaev (2013).

O retorno à contabilidade do custo histórico é improvável que seja a solução para os problemas com a mensuração ao valor justo (LAUX; LEUZ, 2009). Para Laux e Leuz (2009) o método do custo histórico apresenta um conjunto de problemas, que talvez seja mais grave que as incertezas provocadas pela mensuração ao valor justo.

De acordo com a Barth (2013), o valor justo tem o potencial de possibilitar a comparabilidade, pois é de se esperar que as diferenças e semelhanças econômicas sejam refletidas no seu valor, o que faz com que os iguais pareçam iguais e os diferentes pareçam diferentes. Todavia, ela argumenta que há uma preocupação sobre as estimativas do valor justo e sobre os seus potenciais efeitos. Isso ocorre porque, apesar de alguns ativos e passivos terem valores de mercado prontamente determinados, outros precisam ser estimados pelos gestores.

Sempre que as estimativas são utilizadas nas demonstrações financeiras (o que ocorre em quase todas as normas), há uma preocupação se os gestores vão utilizar dessa discricionariedade de forma oportunista, para afetar as estimativas (BARTH, 2013). Assim, o ideal seria a criação de outra medida, que superasse as características indesejáveis e que contemplasse as características desejáveis, tanto do método de custo, quanto do método do valor justo. Porém, de acordo com Barth (2013) tal método de mensuração alternativo ainda precisa ser identificado por organismos de normalização contábil internacional.

Destarte as discussões que giram em torno da possível superioridade do método do valor justo em relação ao método do custo histórico (e vice-versa), a realidade é que as duas alternativas estão disponíveis aos gestores quando da mensuração subsequente de ativos imobilizados, de ativos intangíveis e de PPI. Ao se buscar possíveis explicações à escolha dos

gestores que podem optar tanto por um, quanto pelo outro método na mensuração subsequente desses ativos, pode-se utilizar as Teorias Institucional e Positiva da Contabilidade.

2.4 Teoria Institucional e Teoria Positiva da Contabilidade

A teoria, de uma maneira geral, possui a finalidade de explicar o fenômeno observado, testar empiricamente as hipóteses derivadas dessa teoria, para, em seguida, prever o que está para ser observado (ZIMMERMAN, 2001). Quando se fala em “previsão”, não necessariamente refere-se a acontecimentos futuros, mas sim, a fatos que já podem ter sido realizados, porém, que não foram sistematicamente evidenciados (WATTS; ZIMMERMAN, 1986).

Segundo Collin et al. (2009, p. 142, tradução livre) “a literatura científica contém, principalmente, duas teorias que estão comprometidas com a explicação das escolhas contábeis: a Teoria Positiva da Contabilidade (PAT) e a Teoria Institucional (IT)”. Para eles, quando se deseja buscar um poder explicativo amplo para as escolhas contábeis, o ideal é se utilizar as duas teorias de forma complementar, de modo a se criar uma Teoria Eclética da Contabilidade. Partindo-se dessa premissa, esta pesquisa abordará as duas teorias, simultaneamente.

É oportuno salientar, no entanto, que apesar de a PAT ter sido considerada teoria para alguns pesquisadores (WATTS; ZIMMERMAN, 1986; FIELDS; LYS; VINCENT, 2001; COLLIN et al., 2009), outros (IUDÍCIBUS; LOPES, 2004; IUDÍCIBUS, 2012) consideram que ela, por si só, não é uma teoria, mas sim, um método para se fazer pesquisa contábil. Contudo, o fato de a PAT ser considerada teoria ou método de pesquisa não interfere nem direta e nem indiretamente nos resultados desta pesquisa. Dessa forma, não se aprofundou no uso ou não do termo teoria.

2.4.1 Teoria Institucional

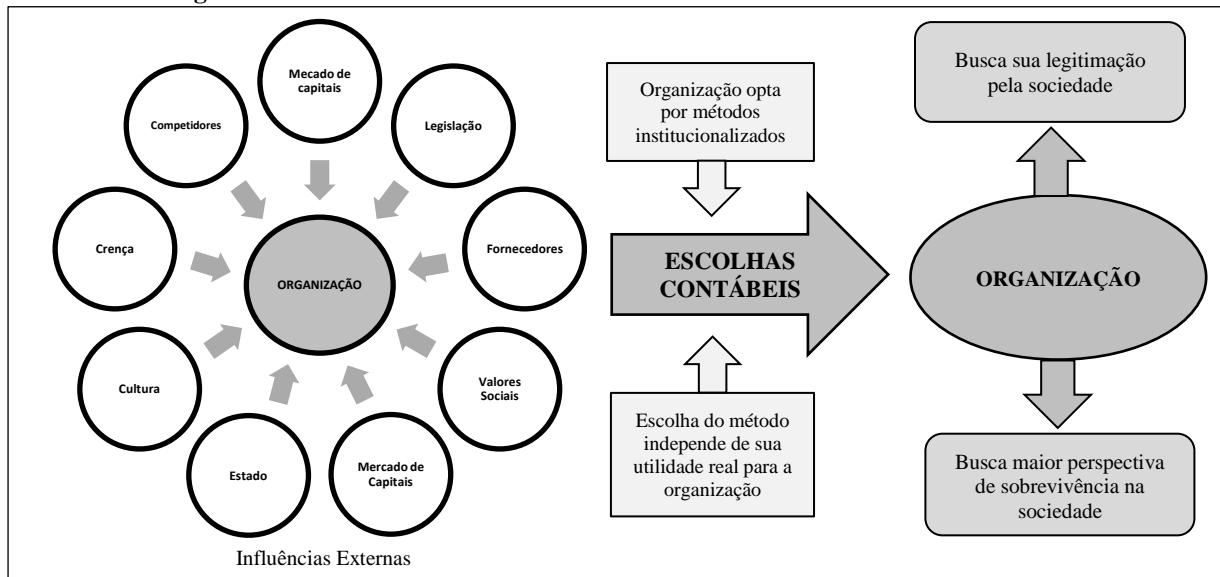
O objetivo fundamental da IT “é ajudar a explicar os fatos contábeis a partir dos padrões de comportamento, normas, crenças e procedimentos a que as organizações recorrem para ganhar legitimidade no ambiente em que atuam” (IUDÍCIBUS; LOPES, 2004, p. 31). As entidades tendem a incorporar as práticas institucionalizadas na sociedade, visando aumentar a sua legitimidade e as suas perspectivas de sobrevivência, independentemente de os métodos contábeis adotados serem ou não os mais adequados (MEYER; ROWAN, 1977).

De acordo com essa teoria, as escolhas dos métodos contábeis nem sempre são reflexos de motivações objetivas e racionais (IUDÍCIBUS; LOPES, 2004). Isso porque, em muitas situações, a contabilidade atua como instrumento de legitimação de decisões já tomadas por outras entidades, no sentido de que a escolha de um determinado método contábil ocorre quando demonstrar-se relevante para a sociedade na qual a organização está inserida, e não com o objetivo de orientar o processo decisório.

Para Iudícibus e Lopes (2004), a contabilidade não é estruturada segundo as necessidades de cada empresa, isoladamente, ela reflete o sistema cultural da sociedade e a organização atua de forma a obter legitimidade no contexto no qual vive. Caso as entidades queiram receber suportes e serem percebidas pela sociedade como legítimas, elas devem se articular em torno de normas e crenças institucionalizadas (IUDÍCIBUS; LOPES, 2004).

A IT é baseada na premissa de que as entidades respondem à pressão de seus ambientes institucionais e adota procedimentos contábeis que são socialmente aceitos, como se fossem uma escolha racional adequada, independentemente de sua utilidade real (CARPENTER; FEROZ, 2001), como ilustrado na Figura 7.

Figura 7 – Processo de Escolha Contábil de acordo com a Teoria Institucional



Fonte: Elaborado pela autora.

O modelo institucional parte da premissa de que os indivíduos aceitam e seguem as regras sociais sem nenhuma reflexão ou resistência (TOLBERT; ZUCKER, 1999). Entende-se que, para a IT, nem sempre os gestores optam por um método em relação a outro, por considerá-lo o mais adequado em determinada circunstância. As escolhas contábeis “podem ser guiadas por uma concepção institucionalizada do que é visto como o melhor, o mais adequado, o racional, o justo etc.” (IUDÍCIBUS; LOPES, 2004, p. 33).

Em virtude de a contabilidade ser um meio pelo qual as entidades tornam-se mais visíveis perante a sociedade, elas tendem a adotar práticas contábeis que tenham algum tipo de significado social. Meyer e Rowan (1977) apontam que o sucesso da organização depende de atitudes que estão acima da eficiência e controle das atividades produtivas. Segundo eles, entidades inseridas em ambientes institucionais, legitimam-se e conseguem ganhar recursos necessários à sua sobrevivência, quando conseguem se tornar isomórficas, ou seja, quando propositadamente assemelham-se às demais entidades que estejam sob as mesmas condições ambientais.

O isomorfismo institucional, de acordo com Iudícibus e Lopes (2004, p. 37), “parte do pressuposto de que as organizações tendem a refletir uma realidade socialmente construída”. Esse fato serve, portanto, para explicar o motivo de as entidades de determinado setor serem homogêneas em inúmeros aspectos, inclusive, quanto às escolhas de políticas contábeis (IUDÍCIBUS; LOPES, 2004).

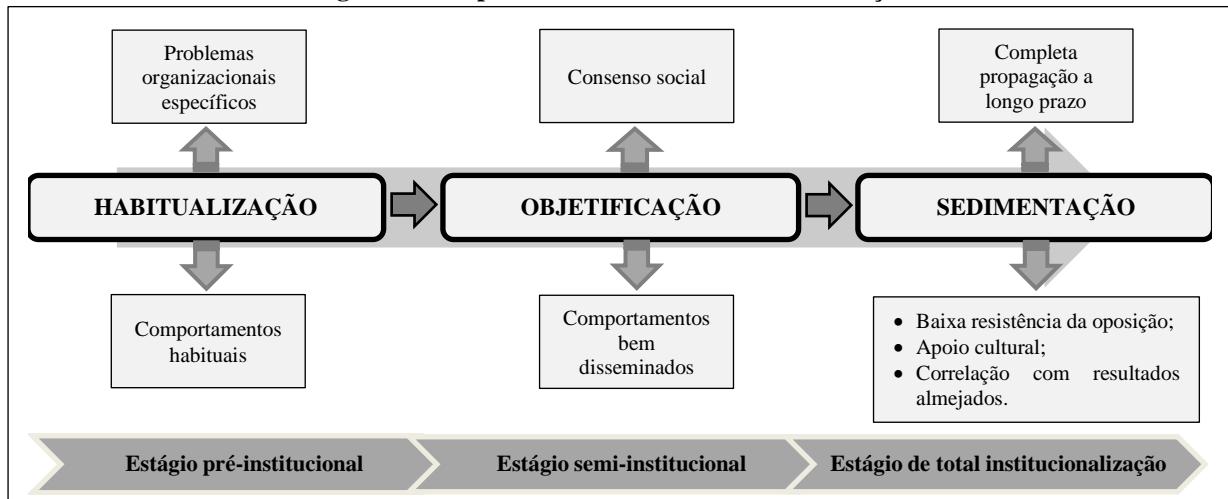
Uma determinada prática contábil, norma ou qualquer outro elemento de uso da entidade está institucionalizada quando é aceita e percebida como útil e racional (IUDÍCIBUS; LOPES, 2004). Essa visão pode permitir melhor compreensão de fatos como a origem de determinado método contábil, os motivos pelos quais alguns procedimentos são extintos e outros persistem ao longo do tempo, bem como os fundamentos de certas características do atual cenário contábil.

Para que uma prática contábil seja considerada institucionalizada pela sociedade, ela passa por um processo (processo de institucionalização) constituído por etapas sequenciais e que ocorrem naturalmente, quais sejam: habitualização, objetificação e sedimentação. Segundo Tolbert e Zucker (1999), a etapa de habitualização é um estágio pré-institucional que se origina em resposta a problemas organizacionais específicos. Os comportamentos tornam-se habituais por uma dada organização ou por um conjunto de organizações dispostos a resolver os conflitos (TOLBERT; ZUCKER, 1999).

Na etapa de objetificação, estágio semi-institucional, os comportamentos “já estão bem disseminados, exibindo sinais de que alcançaram uma espécie de consenso social entre os tomadores de decisão no tocante a sua validade” (IUDÍCIBUS; LOPES, 2004, p. 35). Tal consenso pode surgir por meio de dois mecanismos diferentes: (a) as entidades podem utilizar evidências advindas de uma variedade de fontes, tais como noticiários, observações diretas, cotação acionária, dentre outras; e (b) pode existir um conjunto de indivíduos com interesse material nessa nova prática (TOLBERT; ZUCKER, 1999).

A última etapa, momento em que há uma total institucionalização, é chamada de sedimentação. Nesse estágio, de acordo com Tolbert e Zucker (1999), há uma completa propagação dos comportamentos por todo o grupo de entidades consideradas adotantes adequados, por período consideravelmente longo de tempo. Para Iudícibus e Lopes (2004, p.36), a institucionalização completa deve reunir, “cumulativamente, os seguintes atributos: baixa resistência de grupos de oposição; promoção e apoio cultural continuado; e correlação positiva com os resultados desejados”. Na Figura 8 são resumidas as etapas do processo de institucionalização.

Figura 8 – Etapas do Processo de Institucionalização



Fonte: Elaborado pela autora, com base em Tolbert e Zucker (1999) e Iudícibus e Lopes (2004).

De acordo com Collin et al. (2009), a IT explica as escolhas contábeis por meio de atores organizacionais que estão sujeitos à pressões institucionais, sejam elas normativas, coercitivas ou miméticas. Para eles, esses três mecanismos funcionam de forma diferente, o que se torna importante observá-los, a fim de se entender, completamente, como os gestores das entidades são influenciadas pelas instituições.

O mecanismo normativo deriva, sobretudo, de pressões de grupos profissionais (TSAMENYI; CULLEN; GONZÁLEZ, 2006). Essas pressões ocorrem por meio da educação, da seleção e da participação em redes e organizações, em que os agentes tendem a externar os seus pontos de vista, tornando-os evidentes em vez de suscetíveis a escolhas (COLLIN et al., 2009). Segundo Collin et al. (2009) esse nível de pressão faz com que as preferências e a cognição do indivíduo sejam influenciadas pelas preferências e cognição da instituição.

O mecanismo coercitivo é, principalmente, uma explicação para a relação recurso-dependência. Ocorre quando uma entidade opta por determinados métodos contábeis devido a pressões exercidas por aqueles em que a empresa depende externamente (como o Estado e os

mercados de crédito, por exemplo), bem como a pressões exercidas para estar em conformidade com as expectativas culturais da sociedade em geral (TSAMENYI; CULLEN; GONZÁLEZ, 2006).

Por outro lado, a pressão mimética resulta de situações de incerteza organizacional. “A incerteza pode ser uma força poderosa que encoraja as organizações a imitar as ações de outras entidades, que são vistas como bem sucedidas em seu campo de atuação” (CARPENTER; FEROZ, 2001, p. 571, tradução livre).

Portanto, ao se analisar a realidade das organizações sobre o prisma institucional, tem-se que as influências externas podem ser fatores determinantes das escolhas contábeis (TOLBERT; ZUCKER, 1999) e, em consequência, podem afetar a comparabilidade das demonstrações financeiras. De acordo com a IT a comparabilidade das demonstrações financeiras seria um fator secundário, sem importância prática, pois o que se almeja, de fato, por parte das organizações, é a busca por legitimidade e por perspectiva de sobrevivência na sociedade.

Todavia, nem sempre as escolhas contábeis dos gestores são oriundas de questões institucionais. Pode ser que as entidades tenham optado por um método específico, em virtude de motivações objetivas e racionais. É nesse momento que surge a necessidade de se analisar as escolhas contábeis sob o prisma da Teoria Positiva, de forma a se obter uma explicação complementar, como sugerido por Collin et al. (2009).

2.4.2 Teoria Positiva da Contabilidade

A PAT possui como um dos seus principais objetivos, a busca de explicações para as escolhas contábeis dos gestores dentro das entidades (DEMARIA; DUFOUR, 2007). Por meio dela, preocupa-se com a explicação da prática contábil, sendo concebida de forma a explicar e prever os motivos pelos quais as entidades adotam ou não adotam determinado método contábil (HASSAN, 2012).

Segundo Kabir (2010), a PAT tornou-se um dos métodos de investigação contábil mais influentes durante as últimas quatro décadas. Para esses autores, ela deu origem a uma grande quantidade de pesquisas empíricas sobre a relação entre os números contábeis divulgados e os determinantes de escolhas contábeis pela administração.

De acordo com Iudícibus e Lopes (2004) a PAT surgiu por volta dos anos de 1960, tornando-se um método de pesquisa dominante a partir da década de 1980, quando alcançou maior popularidade com o trabalho de Watts e Zimmerman (1986). A PAT fundamenta-se na

observação da realidade, com o intuito de investigar os motivos pelos quais determinada empresa adotou um método contábil específico, enquanto outras optaram por práticas contábeis diferentes.

Collin et al. (2009) trazem que a PAT prevê as escolhas contábeis de acordo com seus efeitos sobre a riqueza das partes interessadas, enfatizando os incentivos que essas partes têm, em relação à gestão das contas das entidades. Isso porque, para eles, na PAT se assume que as consequências econômicas das escolhas contábeis explicam a motivação por trás dessas escolhas.

Iudícibus e Lopes (2004, p. 19) argumentam que de acordo com a PAT “os indivíduos agem impulsionados por interesses próprios, embora possam perceber que seu destino depende da sobrevivência e manutenção da entidade ao longo do tempo”. Para eles, esse “jogo de interesses” define, não apenas as características das organizações, como também a preferência por métodos contábeis específicos.

Para Watts e Zimmerman (1986) existem três fatores que influenciam a decisão dos gestores quanto às escolhas contábeis e que podem ser testados empiricamente: (a) o plano de incentivo (bônus) dos gestores; (b) o endividamento da empresa; e (c) a visibilidade política da organização. O fator do plano de incentivo refere-se ao fato de que os gestores tendem a escolher os métodos contábeis que aumentem os resultados do período corrente (KABIR, 2010). Como os gestores são detentores de uma remuneração variável, essa prática aumentará o valor presente dos bônus de incentivo a serem distribuídos (WATTS; ZIMMERMAN, 1986).

O que deve ser considerado, quanto ao fator de plano de incentivo, é que os gestores podem ser estimulados a eleger métodos contábeis que melhor se ajustem aos seus interesses pessoais (ao seu bem-estar pessoal) quando sua remuneração for baseada nos resultados da empresa (IUDÍCIBUS; LOPES, 2004). Assim, segundo Watts e Zimmerman (1986, p. 208, tradução livre), “mantidas as demais condições constantes, os administradores das entidades com plano de bônus, tendem a escolher procedimentos contábeis que promovam a antecipação dos lucros de períodos futuros, para o período corrente”.

Quanto ao fator de endividamento, tem-se que as empresas mais endividadas tendem a escolher práticas contábeis que aumentem o seu lucro atual (KABIR, 2010). Isso ocorre porque os contratos de empréstimos, geralmente, dependem dos números contábeis divulgados (HASSAN, 2012).

Para Watts e Zimmerman (1986), quanto maior for o grau de endividamento da entidade, a maiores restrições e condições essa empresa estará sujeita, por parte dos credores.

Ao se utilizar de técnicas contábeis que aumentam os seus lucros, os credores diminuem as restrições e condições impostas às empresas para a concessão de créditos, o que faz com que as entidades reduzam os seus custos de insolvência (WATTS; ZIMMERMAN, 1986).

Para Watts e Zimmerman (1986, p. 216, tradução livre) “mantidas as demais condições constantes, quanto maior for a razão entre as dívidas e o capital próprio, mais os gestores tenderão a selecionar procedimentos contábeis que promovam a mudança dos lucros de períodos futuros, para o período corrente”, especialmente se as entidades de crédito estiverem estabelecido limitações quanto a certos índices financeiros (IUDÍCIBUS; LOPES, 2004).

O fator dos custos políticos, por sua vez, dispõe que as grandes empresas optam por métodos contábeis que transfiram os lucros atuais para períodos futuros, visando distrair a atenção política (KABIR, 2010). Caso os gestores identifiquem que a entidade está sob forte observação de natureza política e que essa observação pode refletir em elevação dos custos da empresa, eles tendem a escolher métodos contábeis que desloquem os lucros do período presente, para períodos futuros (IUDÍCIBUS; LOPES, 2004).

Esse fator dos custos políticos parte da premissa de que lucros elevados podem atrair a atenção de determinados segmentos da sociedade, tais como o Estado, a imprensa, os ambientalistas e os órgãos de classe. Para Iudícibus e Lopes (2004), a ideia que surge é que lucros expressivos podem ser associados erroneamente (ou não) a fatos como a exploração de mão-de-obra, sonegação de impostos, degradação do meio ambiente, ou outro comportamento que para a sociedade seria considerado inaceitável.

Conforme enfatiza esses autores, a entidade poderia sofrer penalidades financeiras ou ser submetida a tratamentos (por exemplo, reajustes salariais, boicotes, multas) que poderiam elevar os seus custos em relação aos custos atuais. Ademais, além da possibilidade de ter incentivos governamentais reduzidos, as grandes organizações são cobradas pela sociedade e pelo Estado a apresentarem políticas de conservação de recursos naturais, ações filantrópicas, dentre outras (IUDÍCIBUS; LOPES, 2004).

Assim, Watts e Zimmerman (1986, p. 235, tradução livre) trazem que “mantidas as demais condições constantes, os gestores das maiores empresas tendem a escolher procedimentos contábeis que adiem o reconhecimento de lucros do presente período, para períodos futuros”.

Admite-se, como proposto, que os desígnios pessoais guiam todas as atitudes dos gestores. Os três fatores supramencionados baseiam-se na ideia de que os indivíduos agem

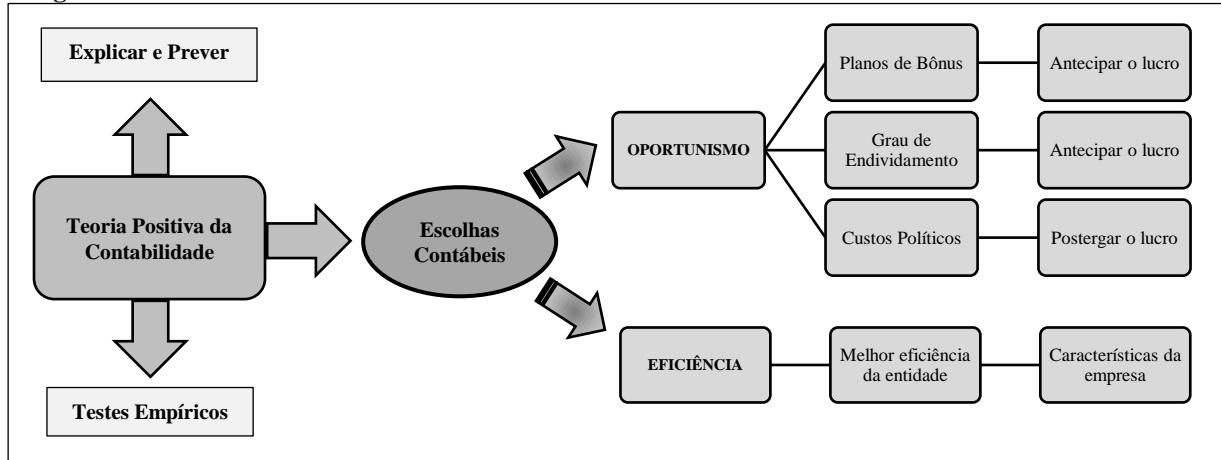
com oportunismo, de maneira a defender seus interesses pessoais, o que faz com que a PAT esteja alicerçada aos princípios da Teoria da Agência.

A relação de agência pode ser definida como um contrato sob o qual uma ou mais pessoas (principal) delega poder a outrem (agente), para executar em seu nome, um serviço que implique em uma decisão (JENSEN, MECKLING, 1976). Para Nardi e Nakao (2007), existem decisões dentro das entidades que podem ser favoráveis a uma parte (o agente) e, em consequência, ser desfavoráveis a outra (o principal). Isso decorre do fato de que não existe agente perfeito, não existe contrato completo e existe assimetria de informações (NARDI, NAKAO, 2007).

Devido à necessidade de se reduzir os conflitos de interesse entre gestão e propriedade (conflitos de agência), as organizações podem dispor de controles que tenham o poder de limitar as atitudes oportunistas dos gestores, de forma a minimizar as diferenças de interesse entre eles. Assim, com esses mecanismos de controle, os gestores seriam levados a optar por práticas contábeis que reduzam os custos contratuais e que busquem uma melhor eficiência da entidade.

Sob essa perspectiva da busca por uma melhor eficiência da entidade, algumas características das empresas também podem explicar o motivo pelos quais diferentes empresas optam por diferentes práticas contábeis (IUDÍCIBUS; LOPES, 2004). Como exemplo, tem-se uma organização que opta pelo método de custo, por entender que ele gera informações mais adequadas para a negociação com investidores. Na Figura 9 está ilustrado um resumo do processo de escolha contábil, à luz da PAT.

Figura 9 – Resumo do Processo de Escolha Contábil de acordo com a Teoria Positiva da Contabilidade



Fonte: Elaborado pela autora.

Assim, ao se fazer uma pesquisa empírica com foco nas possíveis explicações para as escolhas contábeis dos gestores, conforme a PAT pode-se fazer a análise tanto sob a

abordagem oportunista dos gestores, quanto sob a abordagem da eficiência dos proprietários (nesse último caso, quando os proprietários tiverem mecanismos de controle sob as decisões da entidade).

Em decorrência da abrangência do tema escolhas contábeis (especificamente na escolha entre os métodos do custo histórico e do valor justo), dos seus reflexos na “almejada” comparabilidade das demonstrações financeiras e das possíveis motivações às decisões dos gestores em optar por um método contábil em relação ao outro igualmente válido, pesquisadores despertaram o interesse em investigar esse assunto, como demonstrado na seção 2.5.

2.5 Estudos Anteriores sobre a Escolha entre os Métodos do Custo Histórico e do Valor Justo na Mensuração Subsequente de Ativos

Pesquisas na literatura contábil internacional investigaram, na prática dos elaboradores das demonstrações financeiras, as escolhas contábeis dos gestores entre o método de custo histórico ou método do valor justo, bem como, as possíveis explicações para essa escolha em ativos imobilizados, em ativos intangíveis e em PPI. No Quadro 7 são ilustrados, de forma resumida, os principais estudos.

Quadro 7 – Estudos Anteriores sobre Escolha entre os métodos do Custo Histórico e do Valor Justo na mensuração subsequente de ativos

| IDENTIFICAÇÃO | PRINCIPAIS RESULTADOS |
|----------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Demaria e Dufour (2007) | <p>Objetivo: investigar o uso do valor justo e dos fatores por trás da escolha contábil do gestor Norma analisada: IFRS 1, IAS 16, IAS 38 e IAS 40 Amostra: 107 companhias abertas da França, no ano de 2005</p> <p>Escolha contábil clara: (1) IFRS 1: 79% das empresas escolheram o método de custo e 21% optaram pelo método do valor justo; (2) IAS 16: 96% das empresas escolheram o método do custo e 4% escolheram o método do valor justo; (3) IAS 38: 100% das entidades optaram pelo método do custo; (4) IAS 40: 73% das empresas optaram pelo método de custo e 27% pelo método do valor justo Régressão logística: a adoção do valor justo não estava relacionada a nenhuma das características das empresas estudadas: tamanho, alavancagem financeira, remuneração dos gestores e estrutura de ações ordinárias detidas por bancos, seguradoras ou fundos de investimentos</p> |
| Muller, Riedl e Sellhorn (2008) | <p>Objetivo: examinar as causas e as consequências da escolha dos gestores pelo método do custo ou do valor justo Norma analisada: IAS 40 Amostra: 133 companhias abertas de 15 países europeus, no ano de 2005</p> <p>Escolha contábil clara: IAS 40: 20% das empresas escolheram o método de custo e 80% escolheram o método do valor justo Régressão logística: as escolhas contábeis dos gestores são influenciadas pela norma local pré-IFRS de cada país, pelo nível de dispersão do capital e pelo compromisso de transparência da entidade. Os autores encontraram, também, evidências de oportunismo e que as empresas que adotaram o valor justo têm menor assimetria da informação e maior liquidez que as entidades que adotaram o custo histórico</p> |

(continua)

(conclusão)

| IDENTIFICAÇÃO | | PRINCIPAIS RESULTADOS ^a |
|-----------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Tudor e Dragu (2010) | Objetivo: apresentar o impacto da adoção das IFRS nas práticas contábeis em ativos intangíveis. Norma analisada: IAS 38 Amostra: 51 companhias abertas da Alemanha, da Áustria, da França, da Grã-Bretanha e da Itália, em 2009 | Escolha contábil clara: IAS 38 (1) Goodwill: 52% reavaliaram o goodwill pelo método de custo e 48% pelo método do valor justo; (2) Marcas: 59% reavaliaram as suas marcas pelo método de custo e 41% pelo método do valor justo; (3) Patentes e Licenças: 61% registraram as suas patentes e licenças pelo método de custo e 39% pelo método do valor justo; (4) Lista de Clientes: 57% reavaliaram suas listas de clientes pelo método de custo e 43% pelo método do valor justo |
| Cairns et al. (2011) | Objetivo: investigar o uso do valor justo e seu impacto na comparabilidade Norma analisada: IFRS 1, IFRS 2, IAS 16, IAS 38, IAS 39, IAS 40 e IAS 41 Amostra: 228 companhias abertas da Austrália e do Reino Unido, no ano de 2005 | Escolha contábil clara: (1) IFRS 1: 82% das empresas escolheram o método de custo e 18% optaram pelo método do valor justo; (2) IAS 16: 77% das empresas escolheram o método do custo e 23% escolheram o método do valor justo; (3) IAS 38: 100% das entidades optaram pelo método do custo; (4) IAS 40: 17% das empresas optaram pelo método de custo e 83% pelo método do valor justo. Para os autores, os resultados sugerem uma abordagem conservadora ou falta de incentivos para a utilização do valor justo para a maioria das empresas (a exceção são as entidades titulares de PPI) |
| Taplin, Verona e Doni (2011) | Objetivo: avaliar as diferenças entre IFRS e USGAAP em relação aos princípios gerais para elaboração das DF e avaliação dos itens contábeis Norma analisada: IAS 1, IAS 2, IAS 16, IAS 19, IAS 36, IAS 38, IAS 39 e IAS 40 Amostra: 200 companhias abertas da Alemanha, da França, do Reino Unido e da Itália, em 2009 | Escolha contábil clara: (1) IAS 16: 99% das empresas escolheram o método do custo e 1% escolheu o método do valor justo; (2) IAS 38: 96% das entidades optaram pelo método do custo e 4% escolheram o método do valor justo; (3) IAS 40: 93% das empresas optaram pelo método de custo e 7% pelo método do valor justo. De acordo com os autores, a eliminação das escolhas contábeis poderia ser uma das formas para se aumentar a comparabilidade de alguns itens |
| Christensen e Nikolaev (2013) | Objetivo: investigar o uso do valor justo e do custo histórico em ativos não financeiros Norma analisada: IAS 16, IAS 38 e IAS 40 Amostra: 1.539 companhias abertas da Alemanha e do Reino Unido, que estavam em conformidade com as IFRS, em 2005 ou em 2006 | Escolha contábil clara: (1) IAS 16: 97% das empresas escolheram o método do custo e 3% escolheu o método do valor justo; (2) IAS 38: 100% das entidades optaram pelo método do custo, possivelmente em virtude das rigorosas exigências previstas nas IFRS para reavaliar ativos intangíveis; (3) IAS 40: 53% das empresas optaram pelo método de custo e 47% pelo método do valor justo. Isso indica que, para o caso de PPI, as empresas têm praticamente a mesma probabilidade de utilizar o custo histórico ou a contabilidade pelo valor justo Ressão logística: as diferenças institucionais, os custos da mensuração ao valor justo, as oportunidades de investimento, a maior facilidade nas medições de desempenho e a dependência financeira são determinantes importantes na escolha do método contábil |
| Andrade, Silva e Malaquias (2013) | Objetivo: analisar as escolhas contábeis de empresas brasileiras quando da adoção da IAS 40 Norma analisada: IAS 40 Amostra: 39 companhias abertas do Brasil, em 2009 e em 2010 | Escolha contábil clara: IAS 40: 56% das empresas adotaram o método de custo e 44% o método do valor justo Ressão logística: nenhuma das variáveis observadas no estudo (tamanho do ativo, endividamento, nível de governança corporativa e rentabilidade sobre o patrimônio líquido – ROE) apresentou relação estatisticamente significativa com a escolha do método de reavaliação de PPI pelos gestores |
| Taplin, Yuan e Brown (2014) | Objetivo: examinar quais são as características das empresas que usam o valor justo ao invés do custo histórico em PPI Norma analisada: IAS 40 Amostra: 96 companhias abertas da China, em 2008 | Escolha contábil clara: IAS 40: 50% das empresas optaram pelo método de custo e 50% pelo método do valor justo Ressão logística: as empresas listadas em bolsas de valores internacionais e as que apresentam volatilidade acima da média nos lucros são mais propensas a usar o valor justo |

a. As porcentagens foram calculadas com base apenas nas entidades que divulgaram a escolha do método contábil. Portanto, foram excluídas do cálculo as entidades que não divulgaram as informações ou que não possuíam tais ativos para divulgação (não aplicáveis). Fonte: Elaborado pela autora.

Todos os autores dispostos no Quadro 7 analisaram as escolhas contábeis dos gestores quando a Norma Internacional permitia escolha entre o método de custo histórico e o método do valor justo na avaliação de ativos imobilizados, de ativos intangíveis e/ou de PPI (no momento da adoção inicial e/ou na mensuração subsequente).

Da análise de seus resultados, verificou-se uma abordagem ainda conservadora por parte dos gestores, ao preferirem o método do custo histórico ao valor justo quase na totalidade dos casos. Apenas em dois momentos a escolha contábil dos gestores pelo método do valor justo superou ao custo histórico (estudo de Muller, Riedl e Sellhorn, 2008 e Cairns et al., 2011, no tocante apenas à PPI).

Para os estudos que tiveram por objetivo investigar se alguma característica da empresa influencia a escolha contábil dos gestores, identificou-se as seguintes características: norma local pré-IFRS de cada país, nível de dispersão do capital, compromisso de transparência da entidade, diferenças institucionais, custos da mensuração ao valor justo, oportunidades de investimento, facilidade nas medições de desempenho, dependência financeira, empresas listadas em bolsas de valores internacionais e volatilidade acima da média nos lucros.

2.6 GLENIF

O GLENIF é um organismo criado a partir da união de esforços e objetivos em comum de entidades emissoras de normas contábeis de dezessete países da América Latina, conforme ilustrado na Figura 10. Esse grupo trabalha em parceria com o IASB, promovendo discussões de assuntos técnicos, porém, respeitando a soberania nacional de cada um de seus países membro.

De acordo com o GLENIF (2014), o grupo possui os seguintes objetivos: (a) promover a adoção e/ou convergência das normas internacionais emitidas pelo IASB; (b) cooperar com governos, reguladores e outras organizações regionais, nacionais e internacionais que contribuam para a melhor qualidade das demonstrações financeiras da região; e (c) colaborar com a difusão das normas emitidas pela IASB.

Os assuntos técnicos são discutidos por meio de Grupos Técnicos de Trabalho (GTT), divididos por áreas temáticas. Cada GTT é composto por membros que representam os grupos

de interesse de cada país e por um coordenador, com a assessoria de especialistas qualificados (GLENIF, 2014). De acordo com o Regulamento do GLENIF, cada país poderá designar um membro com direito a voto, e outros, sem direito a voto, que poderão participar ativamente das reuniões.

Figura 10 – Grupo de Países que compõem o GLENIF



Fonte: GLENIF (2014).

O Diretório aprova o Plano de Trabalho de cada GTT, cujas tarefas são desenvolvidas conforme essas delimitações. Cada país emite a sua opinião e as informações são discutidas e consolidadas no âmbito do grupo, que decide por maioria simples de votos dos membros presentes (GLENIF, 2014). O relatório final é repassado ao Diretório, que, após aprovação, o envia ao IASB.

Segundo Torres (2011, p.1), o presidente do IASB, David Tweedie, em entrevista concedida na sede da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA), “disse que seria “útil” que houvesse essa coordenação na região. “Não é bom que o Brasil peça uma coisa e que ao mesmo tempo o México e a Argentina defendam algo diferente””. Para David Tweedie, quando há vozes isoladas, há um maior risco delas não serem ouvidas (TORRES, 2011).

Apesar dos dezessete países participantes do GLENIF terem se juntado com a finalidade de promover a adoção das normas emitidas pelo IASB e colaborar com a sua difusão, nem todos aderiram completamente às normas internacionais, como se pode verificar no Quadro 8.

Quadro 8 – Adoção das IFRS nos Países que compõem o GLENIF

| PAÍS | Status de adoção das IFRS | IFRS obrigatório para todas as empresas listadas em bolsa |
|--------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Argentina | Adoção obrigatória apenas para companhias abertas | A partir de 2012, para todas as companhias abertas |
| Bolívia | O Conselho Técnico Nacional de Auditoria e Contabilidade (CTNAC) aprovou um plano para a adoção gradual das IFRS (2015: companhias abertas; 2016: empresas de médio porte; 2017: pequenas e micro empresas). No entanto, este plano está aguardando a aprovação da Autoridade de Fiscalização e Controle Social de Empresas (AEMP), órgão regulador governamental responsável por aprovar as normas de contabilidade na Bolívia | |
| Brasil | Adoção obrigatória para todas as companhias abertas e pequenas e médias empresas (PME) | A partir de 2010, para todas as companhias abertas |
| Chile | Adoção obrigatória para todas as companhias abertas e PME | Para as companhias abertas, gradativamente, de 2009 a 2010 |
| Colômbia | Vai adotar as IFRS, de acordo com o calendário a seguir (Lei 1.314/2009): <ul style="list-style-type: none"> Em 2015 para todas as companhias abertas, entidades de interesse público, grandes empresas, cuja matriz adotou IFRS e empresas em que 50% ou mais de suas receitas são de exportação ou importação; Em 2016 para as PME | A partir de 2015, para todas as companhias abertas |
| Costa Rica | Adoção obrigatória para todas as companhias abertas e PME | A partir de 2002, para todas as companhias abertas |
| El Salvador | Adoção obrigatória para todas as companhias abertas e PME, exceto bancos, companhias de seguros e fundos de pensão, que estão sujeitos a normas emitidas pelos reguladores do governo | A partir de 2012, para todas as companhias abertas, exceto bancos, companhias de seguros e fundos de pensão |
| Equador | Adoção obrigatória para todas as companhias abertas e PME, exceto bancos, seguradoras e outras instituições financeiras, que estão sujeitas às normas emitidas pela Superintendência de Bancos e Seguros | A partir de 2010, para todas as companhias abertas, exceto bancos, seguradoras e outras instituições financeiras |
| Guatemala | A deliberação que instituiu o uso das IFRS não tem força de lei. Portanto, para as companhias abertas, o uso é permitido, mas não exigido. Bancos, companhias de seguros e outras instituições financeiras regulamentadas não estão autorizados a apresentar suas demonstrações financeiras com base nas IFRS | |
| Honduras | Adoção obrigatória para todas as companhias abertas e PME, exceto bancos e outras instituições financeiras, cuja adoção está prevista a partir de 2015 | A partir de 2012, para todas as entidades, exceto bancos e instituições financeiras. Obs.: Não há bolsa de valores em Honduras |
| México | Adoção obrigatória apenas para companhias abertas, exceto instituições financeiras e empresas de seguros | A partir de 2012, para todas as companhias abertas, exceto instituições financeiras e empresas de seguros |
| Panamá | Adotou as IFRS para todas as companhias abertas e PME, exceto as companhias de seguros, que foram obrigadas a adotar apenas a partir do ano de 2014 | A partir de 2000, para todas as entidades, exceto companhias de seguro, que estão obrigadas a partir de 2014 |
| Paraguai | IFRS são permitidas (mas não exigidas) apenas para as companhias abertas, exceto instituições financeiras. As empresas que utilizam as IFRS de forma voluntária, não precisam conciliar suas demonstrações com as normas nacionais paraguaias | |

(continua)

(conclusão)

| PAÍS | Status de adoção das IFRS | IFRS obrigatório para todas as empresas listadas em bolsa |
|-----------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Peru | Adoção obrigatória apenas para companhias abertas | A partir de 2011, para todas as companhias abertas, exceto instituições financeiras, empresas de seguros e fundos de pensão, que foram obrigadas a adotar a partir de 2012 |
| República Dominicana | Adoção obrigatória apenas para companhias abertas | Para as companhias abertas, gradativamente, de 2012 a 2014 |
| Uruguai | Adoção obrigatória apenas para companhias abertas, exceto bancos, companhias de seguros, fundos mútuos e outras instituições financeiras, que foram obrigadas a adotar apenas a partir de 2014 | A partir de 2012, para todas as companhias abertas, exceto bancos, companhias de seguros, fundos mútuos e outras instituições financeiras, que estão obrigadas a partir de 2014 |
| Venezuela | Adoção obrigatória das IFRS (com modificações) apenas para as companhias abertas. A Venezuela modificou as IFRS para exigir demonstrações contábeis ajustadas a um nível de preço, quando a taxa de inflação é de 10% ou mais, mesmo que o teste de hiperinflação de 100% em três anos da IAS 29 não seja atendido | A partir de 2008, para todas as companhias abertas |

Fonte: Elaborado pela autora, com base em IFRS (2014).

Ante o exposto no Quadro 8, tem-se que três países ainda não adotaram as IFRS (Bolívia, Guatemala e Paraguai), dois países vão adotar até 2015 (República Dominicana e Colômbia), cinco adotaram em 2012 (Argentina, El Salvador, Honduras, México e Uruguai), três adotaram antes de 2008 (Panamá, Costa Rica e Venezuela) e quatro adotaram entre 2010 ou em 2011 (Brasil, Chile, Equador e Peru).

Assim, apenas o Brasil, o Chile, o Equador e o Peru, inicialmente, compuseram a amostra de países objeto da análise desta pesquisa. Posteriormente excluiu-se o Equador do estudo, ao verificar-se que este país não publica as notas explicativas, elemento essencial para a identificação das escolhas contábeis. Os demais países foram excluídos, ou por ainda não terem adotado as IFRS, ou por tê-las adotado em período diverso de 2010/2011.

Quanto ao Brasil, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) é o órgão normativo brasileiro envolvido no estudo, desenvolvimento e emissão de normas contábeis, interpretações e orientações para as empresas brasileiras (IFRS, 2014). Suas regras são impostas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para as companhias abertas, e pelo CFC (Conselho Federal de Contabilidade), para as demais entidades (IFRS, 2014). Os documentos emitidos pelo CPC são denominados Pronunciamentos Técnicos e são identificados pela sigla CPC, seguidos de numeração sequencial, de hífen e da denominação (CPC, 2014).

Esses Pronunciamentos Técnicos estabelecem os conceitos doutrinários, a estrutura técnica e os procedimentos a serem aplicados pelas entidades, todos convergentes às IFRS emitidas pelo IASB, salvo algumas exceções (CPC, 2014). A BM&FBOVESPA é a companhia que administra o mercado de negociação de ações, títulos de renda fixa, câmbio pronto, contratos derivativos etc. de empresas de capital aberto do Brasil (BM&FBOVESPA, 2014). As companhias abertas brasileiras foram obrigadas a adotar as IFRS a partir do exercício findo em 2010, porém podiam adotá-las voluntariamente a partir de 2008.

Em relação ao Chile, o órgão responsável por emitir normas contábeis convergentes às IFRS é o *Colegio de Contadores de Chile* (CCCH); e o órgão responsável por normalizar, regulamentar e fiscalizar as companhias abertas é a *Superintendencia de Valores y Seguros* (SVS) (IFRS, 2014). As ações, os instrumentos de renda fixa e de intermediação financeira, os mercados futuros e as opções de entidades chilenas são negociados na Bolsa de Comércio de Santiago.

As Normas Internacionais foram adotadas em sua íntegra e denominaram-se *Normas de Información Financiera – Chile* (NIFCH), correspondendo às IFRS e *Normas de Información Contable – Chile* (NICCH), correspondendo às IAS. A numeração das Normas Internacionais adotadas pelo Chile segue a mesma ordem das emitidas pelo IASB. As companhias abertas chilenas foram obrigadas a adotar as IFRS gradativamente de 2009 a 2010 e não era permitida a adoção voluntária em exercícios anteriores.

No Peru, o organismo responsável pela emissão de resoluções para oficializar a adoção das IFRS pelas entidades é o *Consejo Normativo de Contabilidad*, e o organismo normalizador e fiscalizador das companhias abertas é a *Comisión Nacional Supervisora de Empresas y Valores* (CONASEV) (MEF, 2014). As Normas Internacionais são traduzidas pelo *IFRS Foundation* e denominam-se *Normas Internacionales de Contabilidad* (NIC), quando se tratarem de tradução das IAS e *Normas Internacionales de Información Financiera* (NIIF), quando se tratarem de tradução das IFRS (MEF, 2014). A numeração e denominação das Normas Internacionais peruanas são equivalentes às emitidas pelo IASB.

A Bolsa de Valores de Lima é a instituição que administra a comercialização de títulos e valore mobiliários de companhias abertas do Peru, que foram obrigadas a adotar as IFRS a partir do exercício findo em 2011, com a possibilidade de adoção voluntária a partir de 1º de janeiro de 2010.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Esta seção está dividida em quatro partes. Na primeira (seção 3.1), são identificados os principais aspectos considerados para a seleção da amostra da pesquisa (identificação dos países, dos períodos e das empresas), bem como para a coleta de dados. Na segunda (seção 3.2), são detalhados os principais aspectos das normas internacionais que foram utilizadas para a identificação das escolhas contábeis em ativos imobilizados (IAS 16), em ativos intangíveis (IAS 38) e em PPI (IAS 40), e, em consequência, para a aplicação do Índice T (método utilizado para a mensuração da comparabilidade nacional e internacional) e da regressão (método utilizado para a identificação das possíveis variáveis explicativas).

Na terceira parte (seção 3.3), que refere-se à identificação da comparabilidade, expõe-se as hipóteses de pesquisa referentes a esse item e o detalhamento do cálculo do índice T. Na quarta parte (seção 3.4), que se refere à identificação das variáveis explicativas às escolhas contábeis dos gestores, apresentam-se as hipóteses de pesquisa referentes a esse elemento e o detalhamento do cálculo da regressão.

3.1 Amostra da Pesquisa

3.1.1 Seleção dos Países e dos Períodos

Com o intuito de observar o comportamento da comparabilidade das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados, de ativos intangíveis e de PPI ao longo do tempo, em virtude da adoção das IFRS, selecionou-se apenas os países pertencentes ao GLENIF nos quais a adoção: (a) seja obrigatória para todas as companhias abertas; (b) tenha ocorrido em um exercício social específico, que contemplaria o maior número possível de países; e (c) tenha sido realizada há, no mínimo, três exercícios sociais, de forma a permitir a análise da evolução de suas práticas contábeis.

Dos dezessete países que compõem o GLENIF, apenas doze adotaram as IFRS de forma obrigatória para todas as companhias abertas, até 2013. Assim, os cinco países que não adotaram as IFRS foram, de imediato, excluídos da amostra. Ao se buscar os grupos de países que adotaram as IFRS em um mesmo exercício social (ou próximo), restaram apenas dois grupos: o que adotou as IFRS em 2010/2011 e o que adotou em 2012. Os demais países foram excluídos da amostra, pois adotaram em períodos dispersos (Panamá em 2000, Costa Rica em 2002 e Venezuela em 2008), o que não permitiria uma análise evolutiva da comparabilidade antes, durante e depois, em períodos comuns.

Quanto aos dois grupos que tiveram países adotantes no mesmo exercício social (ou próximo), excluiu-se o grupo que adotou inicialmente em 2012, pois somente seria possível observar dois exercícios sociais após a adoção obrigatória das IFRS (2012 e 2013). Em consequência, optou-se por selecionar o grupo de países que adotou inicialmente em 2010 ou em 2011, pois, dessa forma, seria possível a observação de pelo menos três períodos de adoção obrigatória, o que permitiria uma melhor análise da evolução da comparabilidade das demonstrações contábeis das entidades desses países. No Quadro 9 se apresenta o detalhamento da amostra de países desta pesquisa.

Quadro 9 – Amostra de Países Investigados

| DESCRÍÇÃO | PAÍSES | REPRESENTATIVIDADE ^a |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------|
| (=) Países pertencentes ao GLENIF | Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela | 100% |
| (-) Países que não adotaram as IFRS de forma obrigatória, para todas as companhias abertas, até 2013 | Bolívia, Colômbia, Guatemala, Paraguai e República Dominicana | (9,57%) |
| (-) Países que adotaram as IFRS antes de 2008 | Costa Rica, Panamá e Venezuela | (8,34%) |
| (-) Países que adotaram as IFRS em 2012 | Argentina, El Salvador, Honduras, México e Uruguai | (31,46%) |
| (=) Países que adotaram as IFRS, de forma obrigatória, para todas as companhias abertas, há, no mínimo, três exercícios sociais | Brasil, Chile, Equador e Peru | 50,63% |
| (-) País excluído da amostra por não publicar as notas explicativas das entidades listadas em bolsa | Equador | (1,51%) |
| (=) Amostra da pesquisa | Brasil, Chile e Peru | 49,12% |

a. Representatividade baseada no PIB divulgado em 2012 pelo Banco Mundial. Fonte: Elaborado pela autora.

Portanto, o Brasil, o Chile e o Peru foram os países selecionados para comporem a amostra de países objeto da análise deste estudo. Apesar de serem apenas três países, eles, sozinhos, representaram cerca de 50% do Produto Interno Bruto (PIB) de todos os países componentes do GLENIF, em 2012 (BANCO MUNDIAL, 2014).

Em alguns estudos buscou-se verificar a comparabilidade das demonstrações financeiras das entidades ao longo do tempo: Murphy (2000), Jaafar e Mcleay (2007), Barth et al. (2012), Haller e Werfritz (2013), Souza, Botinha e Lemes (2014). A justificativa de tais estudos foi que somente a análise da evolução da comparabilidade é capaz de fornecer provas da ocorrência (ou não) da convergência contábil internacional (MURPHY, 2000; HAVERTY, 2006) e do aumento (ou da redução) da comparabilidade das demonstrações financeiras (TAPLIN, 2011).

Em virtude disso, neste estudo se investiga a comparabilidade das demonstrações financeiras ao longo do tempo, em cinco exercícios sociais (de 2009 a 2013). A fim de obter um resultado mais abrangente acerca da relação entre a adoção obrigatória das IFRS e a comparabilidade das demonstrações financeiras, optou-se por selecionar um período que englobasse o antes (2009 e/ou 2010), o durante (ano da adoção inicial: 2010 ou 2011) e o depois o ano de adoção obrigatória das IFRS (2011 e/ou 2012 e 2013). Assim, entendeu-se oportuno investigar o período compreendido entre o exercício social que antecedeu à adoção obrigatória das IFRS até o último exercício social publicado, conforme o Quadro 10.

Quadro 10 – Período de adoção obrigatória das IFRS para as companhias abertas dos países da amostra

| | GAAP local (antes) | Ano de Adoção Inicial obrigatória das IFRS | Pós-Adoção obrigatória das IFRS (depois) |
|---------------|--------------------|-----------------------------------------------|---------------------------------------------|
| Brasil | 2009 | 2010 | 2011, 2012 e 2013 |
| Chile | 2009 ^a | 2009-2010 | 2011, 2012 e 2013 |
| Peru | 2009 e 2010 | 2011 | 2012 e 2013 |

a. Para o Chile algumas companhias abertas foram obrigadas a adotar as IFRS em 2009. Fonte: Elaborado pela autora.

Cabe salientar que o fato de a adoção inicial ter ocorrido em períodos diferentes para os três países, não impede ou invalida esta pesquisa, posto que o que se almeja é identificar se há comparabilidade (e qual seu valor) das demonstrações financeiras das companhias abertas brasileiras, chilenas e peruanas em relação à mensuração subsequente em ativos imobilizados, em ativos intangíveis e em PPI, independentemente do ano de adoção obrigatória das IFRS. Contudo, para se investigar o comportamento das companhias abertas antes, durante e depois da adoção obrigatória das IFRS, a seleção de apenas o Brasil, o Chile e o Peru foi indispensável.

3.1.2 Seleção das Empresas e Coleta de Dados

A amostra da pesquisa foi composta por 300 empresas abertas (100 de cada país), para os exercícios de 2009 a 2013, conforme Apêndices A, B e C. Portanto, foram verificadas 6.000 escolhas contábeis, sendo 400 escolhas contábeis por país e por ano. Assim como em estudos anteriores, a amostra foi escolhida com base no tamanho da empresa (STOLOWY; DING, 2003; JAAFAR; MCLEAY, 2007; CAIRNS et al., 2011; TAPLIN, 2011) e no setor de atuação (JAAFAR; MCLEAY, 2007; CAIRNS et al., 2011; SOUZA; BOTINHA; LEMES, 2014).

Optou-se por centrar-se nas maiores empresas devido à sua importância no mercado de capitais, bem como pelo fato de as grandes empresas serem mais propensas a serem afetadas

pelas IFRS (CAIRNS et al., 2011). Ademais, quanto maior a empresa, maior a probabilidade de ela apresentar ativos imobilizados, ativos intangíveis e PPI, simultaneamente. O tamanho da empresa foi medido pelo valor do ativo total (em 2013), por este representar uma estimativa do valor da entidade de acordo com as suas expectativas de rentabilidade futura.

A amostra da pesquisa não inclui as instituições financeiras e companhias de seguros, devido às suas particularidades. A legislação específica e as rubricas utilizadas em suas demonstrações financeiras, em muitos casos, são diferentes das dispostas pelas IFRS e pelas companhias de outros setores de atuação (TAPLIN; VERONA; DONI, 2011). Outros estudos também investigaram a comparabilidade sem considerar as empresas do setor financeiro: Callao, Jarne e Lainez (2007), Jaafar e Mcleay (2007), Taplin, Verona e Doni (2011), Yip e Young (2012) e Haller e Werfritz (2013).

As companhias abertas que encerraram suas demonstrações financeiras em períodos diversos de 31/12 de cada ano (por exemplo, em 31/03 ou 30/06) foram excluídas da amostra, a fim de que todas as empresas observadas estivessem sob a mesma condição. As entidades que não eram companhias abertas ou que não publicaram suas demonstrações financeiras em algum dos períodos analisados, também foram excluídas da amostra da pesquisa.

Para possibilitar a análise setorial das empresas, entendeu-se oportuno manter na amostra apenas as companhias abertas que pertenciam a setores comuns em todos os países. Portanto, as empresas que não possuíam setor correspondente foram excluídas da amostra. No Quadro 11 se ilustra a caracterização da amostra da pesquisa.

Quadro 11 – Amostra de Companhias Abertas Investigadas

| Descrição das Entidades | PAÍS | | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------|--------------|-------------|
| | Brasil | Chile | Peru |
| Total de Empresas ativas Listadas em Bolsa de Valores ^a em 2014, conforme o <i>software</i> Económatica® | 369 | 218 | 196 |
| (-) Instituições financeiras e seguradoras | (37) | (55) | (64) |
| (-) Empresas excluídas por não possuir setor correspondente ^b | (73) | (11) | (9) |
| (-) Não eram companhias abertas em algum dos períodos analisados | (23) | (24) | (5) |
| (-) Não publicaram suas demonstrações financeiras em algum dos períodos analisados | (13) | (8) | (18) |
| (-) Publicaram suas demonstrações financeiras em 31/03 ou 30/06 de cada ano | (04) | (0) | (0) |
| (-) Menores empresas da amostra | (119) | (20) | (0) |
| (=) Amostra Final | 100 | 100 | 100 |

a. Brasil: Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros de São Paulo; Chile: Bolsa de Comércio de Santiago; Peru: Bolsa de Valores de Lima. b. O Chile não tem empresas pertencentes aos setores de máquinas industriais, têxtil e veículos e peças; e o Peru não tem empresas pertencentes aos setores de papel e celulose, *software* e dados, transportes e serviços e veículos e peças. Fonte: Elaborado pela autora.

Por setor de atuação, as empresas que compuseram a amostra da pesquisa foram distribuídas de acordo com o Quadro 12. Cabe salientar que o setor “outros”, assim

denominado pelo próprio *software* Economática®, representa as empresas que não se encaixam em nenhum dos setores classificados no seu sistema. O detalhamento deste setor (seus subsetores) pode ser visualizado no Apêndice D deste estudo.

Quadro 12 – Amostra de Companhias Abertas por Setor de Atuação

| | SETOR DE ATUAÇÃO | PAÍS | | |
|--------------------------|------------------------------|---------------|--------------|-------------|
| | | Brasil | Chile | Peru |
| 1 | Agro e Pesca | 02 | 16 | 12 |
| 2 | Alimentos e Bebidas | 05 | 10 | 09 |
| 3 | Comércio e Eletroeletrônicos | 09 | 12 | 06 |
| 4 | Construção | 13 | 03 | 03 |
| 5 | Energia Elétrica | 28 | 15 | 11 |
| 6 | Imobiliário | 06 | 06 | 04 |
| 7 | Mineração | 04 | 03 | 19 |
| 8 | Minerais não Metálicos | 02 | 03 | 05 |
| 9 | Outros | 17 | 15 | 20 |
| 10 | Petróleo e Gás e Química | 05 | 07 | 04 |
| 11 | Siderurgia e Metalúrgica | 05 | 06 | 05 |
| 12 | Telecomunicações | 04 | 04 | 02 |
| Total de Empresas | | 100 | 100 | 100 |

Fonte: Elaborado pela autora.

Selecionadas as entidades (por país e por setor) e reunidas as suas demonstrações financeiras e notas explicativas, partiu-se para a identificação das escolhas contábeis dos gestores em relação à mensuração subsequente (método do custo histórico ou método do valor justo) dos ativos imobilizados, dos ativos intangíveis e das PPI.

A coleta de dados foi dividida em duas partes. A primeira, realizada por meio do *software* Economática®, referiu-se à identificação das entidades listadas nas bolsas de valores referentes a cada país analisado, bem como à identificação das características específicas de cada empresa, quais sejam: o setor de atuação, o tamanho da entidade, o endividamento, a rentabilidade e os saldos de ativos imobilizados, de ativos intangíveis e de PPI.

A segunda parte, realizada manualmente, referiu-se à busca das notas explicativas de cada empresa, a fim de coletar os dados não disponibilizados pelo *software*: escolhas contábeis (se custo histórico ou se valor justo) e empresa de auditoria. Para a identificação das escolhas contábeis, considerou-se a informação como “não divulgada” apenas quando por nenhum meio dentro das notas explicativas foi possível identificar a escolha contábil dos gestores.

Assim, a identificação das companhias abertas brasileiras, chilenas e peruanas, os saldos dos ativos intangíveis, dos ativos imobilizados e das PPI, bem como a identificação das variáveis independentes utilizadas na regressão, foi feita por meio da base de dados do Economática®. A busca pelas notas explicativas se deu pelo sitio eletrônico dos órgãos

reguladores de valores mobiliários de cada país: Brasil – CVM; Chile – SVS; e Peru – CONASEV.

3.2 Itens para Aplicação do Índice T

3.2.1 Ativo Imobilizado – IAS 16

A IAS 16 – *Property, Plant and Equipment* foi emitida em 2003 com o objetivo de estabelecer o tratamento contábil para os ativos imobilizados. Essa norma passou por revisões em 2008, em 2012 e em 2013, em virtude das melhorias anuais feitas pelo IASB (DELOITTE, 2014). A IAS 16 disciplina os principais pontos para a contabilização de ativos imobilizados, quais sejam: o reconhecimento inicial, a determinação dos valores contábeis, a determinação dos valores da depreciação, bem como a determinação dos valores das perdas por *impairment* a serem reconhecidas.

Define-se como ativo imobilizado os itens tangíveis que: (a) são mantidos para uso na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, para aluguel a outros, ou para fins administrativos; e (b) que se espera utilizar por mais de um exercício social (IAS 16, item 6). Os ativos imobilizados devem ser inicialmente reconhecidos pelo seu custo de aquisição ou custo de produção.

Após o reconhecimento inicial, a entidade deve optar por reconhecer seus ativos imobilizados pelo método de custo ou pelo método da reavaliação, devendo aplicar esse método à classe inteira de ativos imobilizados (IAS 16, item 29). Isso ocorre para evitar a reavaliação seletiva de determinados ativos e para evitar a mistura de custo histórico e valor justo para a mesma classe de ativos nas demonstrações contábeis (HERRMANN; SAUDAGARAN; THOMAS, 2006).

Se a entidade optar pelo método de custo, os ativos imobilizados devem ser apresentados ao seu custo, menos qualquer depreciação e perda por *impairment* acumuladas (IAS 16, item 30). Caso a empresa opte pelo método da reavaliação, os itens do ativo imobilizado devem ser reavaliados ao seu valor justo à data da reavaliação, menos qualquer subsequente depreciação e perda por *impairment* acumuladas (IAS 16, item 31).

Se o valor contábil do ativo imobilizado aumentar em virtude da reavaliação ao valor justo, esse aumento deve ser creditado em conta própria do patrimônio líquido (IAS 16, item 39). Por sua vez, se o valor contábil diminuir em virtude da reavaliação (por perda por

impairment), a diminuição no valor contábil do ativo imobilizado deve ser reconhecida diretamente no resultado do período (IAS 16, item 40).

Vários métodos de depreciação podem ser utilizados para apropriar o valor depreciável de um ativo ao longo de sua vida útil, a destacar: o da linha reta, o dos saldos decrescentes e o das unidades produzidas. Entretanto, a entidade deve optar pelo método que melhor reflita o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros esperados, ainda que o método escolhido seja diverso dos três supramencionados. Os terrenos têm vida útil ilimitada, e, portanto, não são depreciados (IAS 16, item 58).

Ao fim de cada exercício social a entidade deve avaliar se há alguma indicação de que algum ativo imobilizado pode ter se desvalorizado. Se houver desvalorização, a entidade deve estimar o valor recuperável desse ativo (IAS 36, item 9).

3.2.2 Ativo Intangível – IAS 38

A IAS 38 – *Intangible Assets* foi emitida em 1998 com o objetivo de definir o tratamento contábil dos ativos intangíveis. Essa norma foi alterada em 2008, em 2009 e em 2013, em virtude das melhorias anuais propostas pelo IASB (DELOITTE, 2014). A IAS 38 estabelece os critérios para o reconhecimento dos ativos intangíveis, bem como as especificidades para se mensurar o seu valor contábil e as suas divulgações obrigatórias.

Ativo intangível é um ativo não monetário, identificável e sem substância física (IAS 38, item 8). Os ativos intangíveis devem ser inicialmente reconhecidos pelo custo de aquisição, quando adquiridos de terceiros, ou de produção, quando gerados internamente (IAS 38, itens 25 e 51). Após o reconhecimento inicial, a empresa deve optar por reconhecer seus ativos intangíveis pelo método de custo ou pelo método da reavaliação, aplicando essa política à classe inteira de ativos intangíveis (IAS 38, item 72).

Caso a entidade opte pelo método de custo, o grupo de ativos intangíveis será apresentado pelo seu valor de custo, diminuído das eventuais amortizações e perdas por *impairment* acumuladas (IAS 38, item 74). Por outro lado, se a entidade optar por apresentar os seus ativos intangíveis por seus valores reavaliados, ela deve reconhecê-los pelo seu valor justo à data da reavaliação, menos qualquer subsequente amortização e perdas por *impairment* acumuladas. A reavaliação deve ser feita regularmente, a fim de que seus valores contábeis não apresentem discrepâncias em relação aos seus valores justos (IAS 38, item 75).

Se o valor contábil do ativo intangível aumentar em consequência da reavaliação ao valor justo, esse aumento deve ser creditado em conta própria do patrimônio líquido (IAS 38,

item 85). Entretanto, se o valor contábil desse ativo diminuir em decorrência da reavaliação (por perda por *impairment*), essa diminuição deve ser reconhecida diretamente no resultado do exercício (IAS 38, item 86).

Um ativo intangível pode ter vida útil definida ou vida útil indefinida. Para os ativos intangíveis com vida útil definida, a amortização deve ser apropriada de forma sistemática, ao longo de sua vida útil estimada (IAS 38, item 97). A entidade pode utilizar vários métodos de amortização, porém deve escolher o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros esperados (IAS 38, item 98).

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não devem ser amortizados, porém o teste de *impairment* deve ser feito anualmente, ou sempre que houver indícios de que o ativo intangível pode ter perdido o valor (IAS 38, itens 107 e 108). Independentemente de haver indícios de desvalorização, a entidade deve, no mínimo, testar anualmente a redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis que ainda não estão disponíveis para uso e o *goodwill* (IAS 36, item 10).

3.2.3 Propriedades para Investimento – IAS 40

A IAS 40 – *Investment Property* foi emitida em 2003 com a finalidade de estabelecer o tratamento contábil de propriedades para investimentos e seus respectivos requisitos de divulgação. Essa norma foi alterada em 2008 e em 2013, em virtude das melhorias anuais feitas pelo IASB (DELOITTE, 2014). A IAS 40 deve ser aplicada no reconhecimento, na mensuração e na divulgação de PPI.

Propriedade para investimento “é a propriedade (terreno ou edifício – ou parte de edifício – ou ambos) mantida (pelo proprietário ou pelo arrendatário em arrendamento financeiro) para auferir aluguel ou para valorização do capital ou para ambas” (IAS 40, item 5, tradução livre). Portanto, não se caracteriza como PPI a propriedade: (a) utilizada na produção ou fornecimento de bens ou serviços; (b) utilizada com finalidades administrativas; ou (c) com intuito de ser vendida no curso ordinário do negócio (IAS 40, item 5).

Uma PPI gera fluxos de caixas absolutamente independentes dos outros ativos mantidos pela empresa. Essa é a razão pelas quais se distingue as PPI das propriedades ocupadas pelos proprietários (IAS 40, item 7). O uso de propriedades com finalidades administrativas, ou na produção de bens ou serviços, gera fluxos de caixa atribuíveis não apenas às propriedades, mas também a outros ativos utilizados no processo produtivo (IAS 40, item 7).

As PPI devem ser inicialmente reconhecidas pelo seu custo (de aquisição ou de produção), incluindo os custos de transação. Após o reconhecimento inicial a entidade deve optar pelo método de custo ou pelo método do valor justo, devendo aplicar essa política a toda a classe de PPI reconhecidas (IAS 40, item 30).

A entidade que optar pelo método de custo deve apresentar as suas PPI pelo seu custo, menos qualquer depreciação e perdas por *impairment* acumuladas, além de divulgar os seus respectivos valores justos em notas explicativas. A entidade que optar pelo método do valor justo deve reconhecer toda a classe de PPI pelo seu valor justo, menos qualquer subsequente depreciação e perda por *impairment* acumuladas. O ganho ou a perda proveniente de alterações no valor justo de PPI devem ser reconhecidos diretamente no resultado do período em que elas tenham ocorrido (IAS 40, item 34).

Quanto à depreciação, a empresa deve optar por qualquer método, desde que reflete os padrões de consumo dos benefícios econômicos futuros esperados. Ao fim de cada exercício social, a entidade deve avaliar se houve indícios de desvalorização. Caso haja, a entidade deve estimar o valor da perda por *impairment* desse ativo.

3.2.4 Adoção pela Primeira Vez – IFRS 1

Posto que esta pesquisa abrangeu cinco exercícios sociais, ou seja, os períodos que antecederam (2009/2010), os períodos de adoção inicial (2010/2011) e os períodos que sucederam a implementação das IFRS (2011-2013), tornou-se necessário identificar os critérios obrigatórios quando da adoção inicial das Normas Internacionais.

A adoção pela primeira vez é disciplinada pela IFRS 1, emitida pelo IASB em 2008, cuja finalidade foi regular a situação quando a entidade aplica integralmente as Normas Internacionais pela primeira vez (DELOITTE, 2014). Esta norma dispõe, dentre outros eventos, as especificidades em relação à utilização do custo atribuído (*deemed cost*) para a avaliação de ativos imobilizados, de ativos intangíveis e de PPI.

Custo atribuído, de acordo com a IFRS 1, é o montante utilizado de forma a substituir o valor do custo depreciado de um ativo, em uma data determinada. No ano da adoção inicial das IFRS, as empresas podem optar por utilizar o custo atribuído (reconhecido ao valor justo) para a mensuração de ativos imobilizados, de ativos intangíveis e de PPI (IFRS 1, item 30). Se o valor contábil do ativo aumentar ou diminuir em consequência do custo atribuído, esse aumento/diminuição deve ser reconhecido em conta própria do patrimônio líquido.

No Quadro 13 se apresenta uma visão geral das quatro Normas Internacionais que permitem escolhas contábeis entre o método de custo e método do valor justo.

Quadro 13 – Os reflexos da mensuração subsequente de Ativo Imobilizado, de Ativo Intangível e de PPI

| NORMA | MENSURAÇÃO SUBSEQUENTE | RECONHECIMENTO | |
|---------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------|-----------------------------------|
| | | Aumento no valor do ativo | Redução no valor do ativo |
| IFRS 1 | Ativos imobilizados, ativos intangíveis e PPI podem ser mensurados pelo seu valor justo no momento da adoção pela primeira vez. O valor justo torna-se o custo atribuído para os exercícios seguintes, para as entidades que permaneçam mensurando seus ativos pelo método de custo | Patrimônio Líquido | Patrimônio Líquido |
| IAS 16 | Admite-se a escolha entre os métodos de custo e de valor justo. Método de custo: o ativo é registrado pelo custo de aquisição menos qualquer depreciação e perda por <i>impairment</i> acumuladas. | Patrimônio Líquido ^a | Resultado do Período ^b |
| IAS 38 | Método da reavaliação: o ativo é registrado pelo valor justo à data da reavaliação, menos qualquer subsequente depreciação e perda por <i>impairment</i> acumuladas | | |
| IAS 40 | Admite-se a escolha entre os métodos de custo e de valor justo. Método de custo: o ativo é registrado pelo custo de aquisição menos qualquer depreciação e perda por <i>impairment</i> acumuladas. Método da reavaliação: o ativo é registrado pelo valor justo à data da reavaliação, menos qualquer subsequente depreciação e perda por <i>impairment</i> acumuladas | Resultado do Período | Resultado do Período |

a. Se o aumento no valor do ativo se tratar de reversão de decréscimo de reavaliação do mesmo ativo anteriormente reconhecido no resultado, o aumento deve ser reconhecido no resultado. b. Se houver saldo de reserva de reavaliação, a diminuição do ativo deve ser debitada diretamente ao patrimônio líquido contra a conta de reserva de reavaliação, até o seu limite. Fonte: Elaborado pela autora.

Após o resumo de cada uma das normas objeto de análise nesta pesquisa, tornou-se necessário verificar se cada país componente da amostra adotou essas normas integralmente, sem exceções ou adaptações, como descrito na seção seguinte.

3.2.5 Mensuração Subsequente por País

Ao se verificar se os três países adotaram a IAS 16, a IAS 38 e a IAS 40 da maneira em que foi emitida pelo IASB, ou seja, sem modificações, percebeu-se que apenas o Brasil as adotou com alterações. No caso brasileiro, o método do valor justo (reavaliação) para ativos imobilizados e para ativos intangíveis foi vedado por força da Lei 6.404/76. Quanto à PPI, o Brasil optou pela manutenção da escolha entre o método do custo e do método do valor justo, como proposto pela Norma Internacional (CPC, 2014).

Ao se verificar se os três países componentes da amostra adotaram a IFRS 1 integralmente, constatou-se, também, que apenas o Brasil a adotou com alterações. Para o caso brasileiro, o custo atribuído somente é permitido para ativos imobilizados e PPI, sendo vedada a sua utilização para ativos intangíveis (CPC, 2014).

No Quadro 14 é ilustrada a posição atual do Brasil, do Chile e do Peru em relação à adoção da IAS 16, da IAS 38, da IAS 40 e da IFRS 1, no que tange à mensuração após o reconhecimento inicial.

Quadro 14 – Adoção das IAS 16, 38 e 40 e IFRS 1, por país

| Norma | Adoção sem alterações? | | |
|---------------|------------------------|-------|------|
| | Brasil | Chile | Peru |
| IFRS 1 | Não ^a | Sim | Sim |
| IAS 16 | Não ^b | Sim | Sim |
| IAS 38 | Não ^b | Sim | Sim |
| IAS 40 | Sim | Sim | Sim |

a. não se aplica o custo atribuído para ativos intangíveis;
b. a reavaliação ao valor justo foi vedada.

Fonte: Elaborado pela autora.

Ainda em relação à mensuração subsequente de ativos imobilizados, de ativos intangíveis e de PPI pelos três países, no Quadro 15 foram dispostas as escolhas contábeis possíveis aos gestores e que foram objeto de análise nesta pesquisa.

Quadro 15 – Escolhas Contábeis na Mensuração Subsequente, por país

| Escolhas Contábeis | Brasil | | Chile | | Peru | |
|------------------------------------------------|----------|-----------|----------|-----------|----------|-----------|
| | Adoção | | Adoção | | Adoção | |
| | Inicial | Posterior | Inicial | Posterior | Inicial | Posterior |
| Ativo Imobilizado – Imóveis | CA ou CH | CH | CA ou CH | CH ou VJ | CA ou CH | CH ou VJ |
| Ativo Imobilizado – Instalações e Equipamentos | CA ou CH | CH | CA ou CH | CH ou VJ | CA ou CH | CH ou VJ |
| Ativo Intangível | CH | CH | CA ou CH | CH ou VJ | CA ou CH | CH ou VJ |
| Propriedade para investimento | CA ou CH | CH ou VJ | CA ou CH | CH ou VJ | CA ou CH | CH ou VJ |

CA: custo atribuído; CH: custo histórico; VJ: valor justo. Fonte: Elaborado pela autora.

Com a adoção das IFRS, pode ter havido uma mudança relevante na mensuração subsequente dos ativos imobilizados, dos ativos intangíveis e das PPI nas demonstrações financeiras das entidades pertencentes aos diversos países. Assim, as principais diferenças entre a norma internacional (*ex post*) e os normativos contábeis locais (*ex ante*), quanto a mensuração subsequente desses ativos, estão dispostas no Quadro 16.

Quadro 16 – Diferenças entre as Legislações Nacionais e a Internacional na Mensuração subsequente

| Ativo Imobilizado | Ativo Intangível | Propriedades para Investimento |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| BRASIL – antes da adoção | | |
| Art. 183, V da Lei 6.404/76: Modelo de custo de aquisição, deduzido do saldo da respectiva conta de depreciação, amortização ou exaustão acumulada. | Art. 183, VII da Lei 6.404/76: Modelo do custo de aquisição, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada. | Art. 183, IV da Lei 6.404/76: Modelo de custo de aquisição, deduzidas: a) as provisões para perdas prováveis na realização do seu valor; ou b) as provisões para redução do custo de aquisição ao valor de mercado, quando este apresentar valor inferior. |
| CHILE – antes da adoção | | |
| Boletim Técnico do Colégio de Contadores nº 33, itens 4 e 16: Modelo de custo, deduzido do saldo da respectiva conta de depreciação acumulada. Os valores do custo de aquisição ou de produção devem ser atualizados a fim de refletir os efeitos da inflação (correção monetária). | Boletim Técnico do Colégio de Contadores nº 55, itens 5 e 6: Modelo de custo de aquisição, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada. A amortização deve ser linear (a menos que seja apropriado outro método de amortização), não podendo exceder a 20 anos. | Boletim Técnico do Colégio de Contadores nº 33, itens 4 e 16: Modelo de custo, deduzido do saldo da respectiva conta de depreciação acumulada. Os valores do custo de aquisição ou de produção devem ser atualizados a fim de refletir os efeitos da inflação (correção monetária). |
| PERU – antes da adoção | | |
| Resolução nº 010-2008 do CONASEV, item 5.104.13: a) método de custo, menos depreciação e perdas por <i>impairment</i> acumuladas; ou b) método da reavaliação, menos depreciação e perdas por <i>impairment</i> acumuladas. | Resolução nº 010-2008 do CONASEV, item 5.104.14: a) método de custo, menos amortização e perdas por <i>impairment</i> acumuladas; ou b) método da reavaliação, menos amortização e perdas por <i>impairment</i> acumuladas. | Resolução nº 010-2008 do CONASEV, item 5.104.10: O mesmo modelo deve ser aplicado a todos os elementos de PPI: a) modelo de valor justo; ou b) modelo de custo. |
| IASB – Norma Contábil Internacional em vigor nos três países^a | | |
| IAS 16, item 29: Utilizar para a classe inteira de ativos imobilizados reconhecidos: a) o método de custo; ou b) o método do valor justo. | IAS 38, item 72: Utilizar para a classe inteira de ativos intangíveis reconhecidos: a) o método de custo; ou b) o método do valor justo. | IAS 40, item 30: Utilizar para a classe inteira de PPI reconhecidas: a) o método de custo; ou b) o método do valor justo. |

a. Para o Brasil, com modificações: não se aplica o valor justo para os ativos imobilizados e os ativos intangíveis. Fonte: Elaborado pela autora.

Assim como no estudo de Taplin, Yuan e Brown (2014), para o cálculo do grau de comparabilidade das demonstrações financeiras das empresas abertas, bem como para a identificação das possíveis variáveis explicativas das escolhas contábeis dos gestores, dividiu-se esta pesquisa em duas partes. Na primeira parte (seção 3.3) são elucidadas as hipóteses de pesquisa referentes à comparabilidade e as especificidades do índice T, método utilizado para se mensurar a comparabilidade nacional e internacional. Na segunda parte (seção 3.4) são descritas as hipóteses de pesquisas referentes às possíveis variáveis explicativas às escolhas contábeis dos gestores, bem como o detalhamento do modelo de regressão, usado para se identificar a relação entre as variáveis.

3.3 Identificação da Comparabilidade

3.3.1 Hipóteses da Pesquisa – Parte I

Para Zeff (2007), é manifesto que houve um aumento na comparabilidade das demonstrações financeiras das entidades dos diversos países que adotaram as IFRS, pois antes da adoção obrigatória, cada país utilizava o seu próprio padrão contábil, que se diferenciava consideravelmente de uma nação para outra. Confirmando esse argumento, Stergios e Laskaridou (2008), ao analisarem 270 empresas gregas listadas na Bolsa de Valores de Atenas, constataram que a comparabilidade evoluiu positiva e significativamente, com a adoção das IFRS.

Barth et al. (2012), no mesmo sentido, observaram uma amostra de 3.400 empresas de 27 países que adotaram as IFRS entre 1995 e 2006 e constataram que a comparabilidade das demonstrações financeiras aumentou depois da adoção obrigatória das IFRS. Yip e Young (2012), ao analisarem 2.562 companhias abertas pertencentes a 17 países da União Europeia, identificaram que a comparabilidade das demonstrações financeiras é significativamente maior no período pós-IFRS (2005-2007) do que no período pré-IFRS (2002-2004).

Corroborando os achados dos estudos anteriores e partindo-se do pressuposto de que um dos objetivos da adoção das IFRS é aumentar a comparabilidade das demonstrações financeiras nacionais e entre países (CAIRNS et al., 2011), foram construídas as hipóteses H₁ e H₂ testadas nesta pesquisa.

H₁: A comparabilidade nacional das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados, de ativos intangíveis e de PPI de companhias abertas do Brasil, do Chile e do Peru aumentou após a adoção obrigatória das IFRS.

H₂: A comparabilidade internacional das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados, de ativos intangíveis e de PPI de companhias abertas do Brasil, do Chile e do Peru aumentou após a adoção obrigatória das IFRS.

Para Haller e Wehrfritz (2013), a adoção das IFRS não necessariamente leva a demonstrações financeiras comparáveis, quando as normas fornecem flexibilidade (escolhas contábeis) na sua aplicação. Isso porque, de acordo com Cairns et al. (2011), diferenças no

ambiente institucional, como os sistemas jurídicos e fiscais, as fontes de financiamento de recursos e as regulamentações do mercado podem afetar a forma como as normas são utilizadas na prática.

Cole, Branson e Breesch (2009) argumentam que as diferentes interpretações resultantes de especificidades culturais, podem causar divergências na aplicação das IFRS, o que refletiria de maneira negativa na comparabilidade das demonstrações financeiras. Em virtude disso, Haller e Wehrfritz (2013) defendem que a abolição ou a redução das escolhas contábeis claras contidas nas IFRS seria uma opção política para aumentar a comparabilidade das demonstrações financeiras.

Posto que a existência de escolhas contábeis nas IFRS pode gerar baixos níveis de comparabilidade entre as demonstrações financeiras dos países que a adotaram (ALI; AHMED; HENRY, 2006), foi construída a terceira hipótese testada neste estudo.

H₃: A comparabilidade internacional das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados, de ativos intangíveis e de PPI de companhias abertas do Brasil, do Chile e do Peru é baixa.

Por outro lado e em decorrência dos mesmos argumentos apresentados para a hipótese H₃, quando se busca verificar o ambiente interno de cada nação (as empresas de um mesmo país no mesmo período e ao longo do tempo), a tendência é que as demonstrações financeiras dessas entidades sejam comparáveis. Isso ocorre em virtude de que, apesar da existência de escolhas contábeis, todas as empresas estão sob a influência do mesmo ambiente institucional, da mesma cultura.

Jaafar e Mcleay (2007) afirmam que quando existem escolhas contábeis disponíveis, é de se esperar que os tratamentos contábeis não variem significativamente em ambientes com estruturas econômicas semelhantes. Assim, a quarta hipótese testada nessa pesquisa diz respeito à comparabilidade nacional.

H₄: A comparabilidade nacional das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados, de ativos intangíveis e de PPI de companhias abertas do Brasil, do Chile e do Peru é alta.

Segundo Jaafar e Mcleay (2007, p. 158, tradução livre) “a contabilidade será totalmente comparável quando todas as empresas que operam em circunstâncias semelhantes, adotem o mesmo tratamento contábil para transações semelhantes, independentemente do seu domicílio”. Para eles, portanto, a comparabilidade de qualquer item das demonstrações financeiras dependerá da utilização do método contábil que seja apropriado às circunstâncias de funcionamento da empresa, e não da utilização do mesmo método para todas as empresas. Ademais, Barth et al. (2012) constataram que a comparabilidade aumenta quando se analisa empresas de um mesmo setor.

Nesse contexto, a quinta hipótese testada nesta pesquisa parte da ideia de que as empresas devem optar pelo método contábil mais apropriado às circunstâncias em que operam, ou seja, empresas que operam em circunstâncias semelhantes tendem a escolher métodos contábeis semelhantes.

H₅: A comparabilidade internacional das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados, de ativos intangíveis e de PPI de companhias abertas do Brasil, do Chile e do Peru pertencentes a um mesmo setor de atuação é alta.

Partindo-se da mesma ideia da hipótese H₅, entende-se que dentro de um mesmo país a comparabilidade também não vai ser significativamente diferente, quando se compara as demonstrações financeiras de entidades pertencentes a um mesmo setor. Portanto, a sexta hipótese testada neste estudo refere-se à comparabilidade das demonstrações financeiras de empresas de um mesmo setor, dentro de um mesmo país.

H₆: A comparabilidade nacional das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados, de ativos intangíveis e de PPI de companhias abertas do Brasil, do Chile e do Peru pertencentes a um mesmo setor de atuação é alta.

De acordo com Murphy (2000), o cálculo isolado do índice de comparabilidade não tem o poder de indicar se há convergência entre as práticas contábeis. Segundo ele, a análise da evolução dos índices é que fornece as provas da ocorrência (ou não) de tal convergência. No mesmo sentido, Haverty (2006) traz que as mudanças na comparabilidade das demonstrações financeiras ao longo do tempo representam a existência (ou não) da convergência das práticas contábeis entre os países e Lemes e Carvalho (2009) comentam que

a comparação dos números obtidos por determinado índice, ao longo do tempo, permite a quantificação da convergência.

Para Taplin (2011), as mudanças nos valores dos índices de comparabilidade ao longo do tempo podem indicar áreas em que a comparabilidade está aumentando ou diminuindo. Barth et al. (2012), ao examinarem a convergência das práticas contábeis por um período de cinco anos (de 2005 a 2009), constataram que a utilização das IFRS, ao longo do tempo, provoca um aumento na comparabilidade das demonstrações financeiras.

Em consequência, por meio das duas próximas hipóteses testadas nesta pesquisa buscou-se examinar as variações no grau de comparabilidade das demonstrações financeiras ao longo do tempo, ou seja, buscou-se examinar se está havendo uma convergência contábil de fato, das práticas contábeis dentro de um país e entre países.

H₇: A comparabilidade nacional das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados, de ativos intangíveis e de PPI de companhias abertas do Brasil, do Chile e do Peru aumenta ao longo do tempo.

H₈: A comparabilidade internacional das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados, de ativos intangíveis e de PPI de companhias abertas do Brasil, do Chile e do Peru aumenta ao longo do tempo.

A fim de testar as oito hipóteses supramencionadas, mediu-se a comparabilidade das demonstrações financeiras das empresas de cada país e de cada setor que compuseram a amostra, isoladamente e entre eles, em relação à mensuração subsequente de ativos não financeiros (ativos imobilizados, ativos intangíveis e PPI), nos períodos de 2009 a 2013. Para tanto, utilizou-se do cálculo do índice T, cujas particularidades foram tratadas com mais detalhes na seção 3.3.2.

3.3.2 Cálculo do Índice de Comparabilidade

Para mensurar a comparabilidade das demonstrações financeiras das entidades pertencentes ao Brasil, ao Chile e ao Peru, internamente e entre eles, ao longo do tempo, utilizou-se do cálculo do índice T, criado por Taplin (2004). Os índices de comparabilidade

são importantes para as pesquisas em contabilidade, pois resumem o nível de comparabilidade entre as empresas a nível nacional e a nível internacional (TAPLIN, 2012).

Quando se define o significado da comparabilidade por meio de um índice, os debates sobre os méritos da comparabilidade podem ser avançados (TAPLIN, 2011). De acordo com Taplin (2011), a medição da comparabilidade é um precursor essencial para a compreensão ou melhoria das IFRS. Para ele, se não existir um entendimento comum de como a comparabilidade é medida, então o termo comparabilidade se torna sem sentido e não deve ser utilizado no âmbito do IASB.

Posto que é comparabilidade que o IASB almeja, então é importante identificar o *quantum* de comparabilidade ocorreu, para em um segundo momento buscar identificar os motivos que ensejaram determinados níveis de comparabilidade. Em consequência, a fim de quantificar o grau em que as contas das empresas são comparáveis, Taplin (2004) criou o índice T (TAPLIN, 2010). As características inerentes a esse índice fez com que ele se tornasse o indicador mais apto, mais abrangente e mais flexível entre todos os índices anteriormente criados (TAPLIN; VERONA; DONI, 2011).

A fórmula geral do índice T é dada por (TAPLIN, 2004, p. 61):

$$T = \sum_{i=1}^N \sum_{j=1}^N \sum_{k=1}^M \sum_{l=1}^M \alpha_{kl} \beta_{ij} P_{ki} P_{lj} \quad (1)$$

Onde:

T: é o grau de comparabilidade;

N: é o número de países investigados;

M: é a quantidade de métodos contábeis analisados.

α_{kl} : é o coeficiente de comparabilidade entre os métodos de contabilidade k e l;

β_{ij} : é a ponderação para a comparação entre empresas dos países i e j;

P_{ki} : é a proporção de empresas do país i que utilizam o método contábil k;

P_{lj} : é a proporção de empresas do país j que utilizam o método contábil l.

O índice T varia de 0, quando duas empresas não são comparáveis, a 1, quando todas as empresas são comparáveis umas com as outras (TAPLIN, 2010). Pode ser interpretado como a probabilidade de duas empresas selecionadas aleatoriamente terem contas comparáveis (TAPLIN, 2011).

Os coeficientes a_{kl} e β_{ij} também variam de 0 a 1 (inclusive). O coeficiente a_{kl} representa a comparabilidade entre os métodos contábeis k e l , com $a_{kl} = 0$ significando que os dois métodos contábeis são completamente não comparáveis e $a_{kl} = 1$ significando que os dois métodos contábeis são completamente comparáveis; e o coeficiente β_{ij} pondera as comparações entre as empresas dos países i e j (TAPLIN, 2010).

O cálculo dos coeficientes a_{kl} e β_{ij} pode ser realizado de várias maneiras, a depender dos dados e das questões particulares de cada pesquisa. Na prática, os coeficientes podem ser determinados por meio da seleção de algumas opções intuitivas sobre quatro etapas específicas, que formam a estrutura do índice: (1) a ponderação entre as empresas ou os países; (2) o foco da pesquisa: geral, nacional ou internacional; (3) o tratamento para múltiplas escolhas contábeis; e (4) o tratamento para as informações não divulgadas (TAPLIN, 2004).

As primeiras duas etapas definem o valor do coeficiente β_{ij} e as duas últimas etapas definem o valor do coeficiente a_{kl} (TAPLIN, 2010). Essa divisão em etapas, na estrutura do índice T, foi criada a fim de permitir a cada pesquisador a escolha do método mais adequado aos aspectos e circunstâncias de sua pesquisa, pois cada combinação de opções gera um cálculo diferente para a comparabilidade. Para melhor entendimento das especificidades inerentes ao índice T, as quatro etapas da estrutura do índice são tratadas de maneira detalhada a seguir.

1^a ETAPA: Quanto à ponderação de empresas ou países:

(1a) **As empresas recebem o mesmo peso:** as empresas recebem uma ponderação proporcional ao tamanho da amostra (e não da população) de cada país (TAPLIN, 2006). De acordo com esse critério, cada empresa é tratada igualmente, independente do país ao qual pertença (TAPLIN, 2004). Assim, cada país tem o mesmo peso, sem levar em conta que alguns países são relativamente maiores que outros (TAPLIN, 2006). Exemplo: suponha que um pesquisador queira analisar a comparabilidade das demonstrações financeiras de empresas francesas e alemãs. Entretanto, a França possui três vezes menos companhias abertas que a Alemanha. Consequentemente, se tiver que selecionar duas empresas aleatoriamente, há uma maior probabilidade de que as duas empresas selecionadas pertençam à Alemanha, e não à França ou ambas (exemplo hipotético adaptado de Taplin, 2006).

(1b) **Os países recebem o mesmo peso:** todas as empresas dentro de cada país são tratadas de forma igual. A consequência disso é que a empresa terá maior peso, caso haja relativamente poucas empresas em seu país; e terá peso igual, quando o seu país tiver o mesmo número de empresas dos outros países (TAPLIN, 2004).

(1c) **Cada país é ponderado de acordo com o seu tamanho:** as empresas recebem pesos conforme o tamanho do seu país, ou seja, o número de empresas da amostra é ponderado de acordo com: (a) o número de empresas listadas; (b) alguma medida econômica (a exemplo do PIB); ou (c) outra medida específica de cada país (TAPLIN, 2004, 2006). Essa opção é ainda mais importante quando os tamanhos dos países diferem significativamente (TAPLIN, 2006).

2^a ETAPA: Quanto ao foco da pesquisa:

(2a) **Geral:** a mensuração da comparabilidade com foco geral considera todos os países como se pertencessem a um só país. Mesmo quando se almeja mensurar a comparabilidade internacional, em muitos casos a opção geral (2a) pode ser preferível à opção internacional (2c). Em circunstâncias em que os países são muito semelhantes, o item 2a pode ser a melhor opção. O grau de comparabilidade na Comunidade Europeia, por exemplo, será quantificado de forma mais adequada se utilizar o índice T com o foco internacional geral (TAPLIN, 2006).

(2b) **Nacional:** mede a comparabilidade dentro de cada país, ignorando as comparações entre empresas de diferentes países (TAPLIN, 2011). Mensura o nível de comparabilidade nacional para cada país, separadamente (TAPLIN; VERONA; DONI, 2011).

(2c) **Internacional:** mensura a comparabilidade entre diferentes países; mede a diferença entre os países (TAPLIN, 2011).

3^a ETAPA: Quanto à existência de múltiplas escolhas contábeis:

(3a) **Múltiplas escolhas contábeis não são permitidas:** esse critério é utilizado quando as entidades utilizam apenas um método contábil, ou seja, a cada empresa é possível optar por apenas um método contábil específico. Exemplo: as empresas podem optar pelo método do

custo ou pelo método do valor justo, não sendo possível optar pelos dois métodos ao mesmo tempo.

(3b) **Múltiplas escolhas contábeis são permitidas:** esse critério é utilizado quando uma entidade pode utilizar mais de um método contábil. Nesse caso, as empresas que utilizam as mesmas escolhas contábeis são completamente comparáveis entre si (exemplo: as duas empresas utilizam o método de depreciação linear); as entidades que utilizam escolhas contábeis diferentes são completamente não comparáveis entre si (exemplo: uma empresa utiliza o método de depreciação linear e outra o método de depreciação a saldos decrescentes) (TAPLIN, 2011). Ademais, a comparabilidade entre as empresas k e l pode ser definida como completamente comparável quando operam em diferentes circunstâncias, independentemente do tratamento contábil utilizado (TAPLIN, 2011). Isso é possível porque o pesquisador pode definir (com essa opção 3b do índice) se cada método contábil utilizado pelas empresas é completamente comparável ou completamente não comparável. Por exemplo: duas empresas que utilizam a depreciação linear a taxas diferentes, porque seus ativos depreciam a taxas diferentes, podem ser completamente comparáveis ($\alpha_{kl} = 1$). Da mesma forma, duas empresas que utilizam a depreciação linear com as mesmas taxas, podem ser consideradas não comparáveis ($\alpha_{kl} = 0$) se essa taxa não for apropriada para os ativos de uma das empresas (TAPLIN, 2011).

(3c) **Múltiplas escolhas contábeis são permitidas de forma fracionada:** refere-se aos casos em que as múltiplas escolhas contábeis são permitidas e existe uma comparabilidade parcial entre as demonstrações contábeis. Isso ocorre porque há momentos em que não se pode considerar que haja apenas duas opções: completamente comparáveis ou completamente não comparáveis, pois pode ser que eles sejam parcialmente comparáveis (TAPLIN, 2006). Exemplo (TAPLIN, 2011): supondo que a empresa A deprecia seus ativos fixos pelo método linear ao longo de cinco anos (SL5); e a empresa B deprecia seus ativos fixos pelo método dos saldos decrescentes por cinco anos (RB5). A empresa A é completamente comparável às empresas que utilizam SL5 e completamente não comparável às empresas que utilizam RB5. Ao mesmo tempo, a empresa B é completamente comparável às empresas que utilizam RB5 e completamente não comparável às que utilizam o SL5. Agora, supondo que a empresa C deprecia seus ativos fixos pelo método linear ao longo de três anos (SL3). Essa empresa é completamente não comparável às que utilizam RB5, parcialmente comparável (70%) às que utilizam SL5 e completamente comparável às que utilizam SL3. Em virtude disso Taplin,

Verona e Doni (2011) enfatizam que as demonstrações financeiras que utilizam escolhas contábeis que são em parte semelhantes e em parte diferentes são parcialmente comparáveis entre si e devem utilizar esse critério (3c) para o cálculo da comparabilidade.

4ª ETAPA: Quanto a não divulgação:

(4a) **Não aplicáveis:** o item “não aplicável” identifica que a empresa não possui o ativo específico que está sendo investigado; e o item “não divulgado” identifica a presença dos ativos na contabilidade da empresa, porém não existe nenhuma informação nas demonstrações financeiras sobre essa questão específica (TAPLIN; VERONA; DONI, 2011). De acordo com esse critério (4a), se se considerar que a não divulgação não é uma escolha contábil, as empresas que não evidenciam os métodos contábeis ou cujos métodos contábeis não se aplicam, são excluídas da amostra, e, portanto, do cálculo do índice. Por outro lado, se se considerar que a não divulgação é uma escolha contábil, esse critério (4a) exclui do cálculo do índice de comparabilidade apenas as entidades que não divulgam suas informações porque esta informação é “não aplicável”.

(4b) **Comparáveis a tudo:** empresas que não divulgam a sua política contábil são consideradas comparáveis a todas as empresas, independentemente do método contábil que utilizam, incluindo a não divulgação (TAPLIN, 2004). Esse critério (4b) só se justifica se a política contábil não for divulgada porque não era importante, por exemplo, na inexistência do ativo investigado (TAPLIN, 2006). Portanto, considerar a não divulgação como comparável a todas as contas de qualquer outra empresa, somente é razoável se for assumido que essa não divulgação resulta da não aplicabilidade (TAPLIN, 2004).

(4c) **Comparáveis a nada:** denota que a não divulgação não é comparável a qualquer coisa, inclusive à outra empresa que também não divulga suas escolhas contábeis (TAPLIN, 2006). Esse critério é razoável se as empresas não divulgam as suas políticas contábeis com a intenção de reter informações e fazer com que a comparabilidade entre as demonstrações financeiras das empresas se torne difícil, e não porque as escolhas contábeis são não aplicáveis (TAPLIN, 2004).

(4d) **Comparável com o método padrão:** esse critério pode ser utilizado quando as empresas não divulgam suas políticas contábeis porque utilizam o método contábil padrão de uma

norma ou regulamento. “Este método padrão, por exemplo, pode ser exigido por regulamento; e é razoável supor que o método utilizado não foi divulgado, pois se entende que o padrão foi usado” (TAPLIN, 2004, p. 66, tradução livre). De acordo com Taplin (2004), na prática é difícil saber os motivos pelos quais as empresas não divulgaram suas escolhas contábeis. Segundo ele, nessas circunstâncias, pode ser adequado utilizar os outros critérios disponíveis na opção 4, do índice T.

Com o intuito de promover uma melhor visualização das quatro etapas do índice T, na Figura 11 se ilustra, de forma resumida, todas as opções de uso disponibilizadas pelo índice.

Figura 11 – Estrutura do Índice T

Opções para o índice T de acordo com quatro critérios

Ponderação empresa/países

- (1a) Empresas têm pesos iguais, $b_i = n_i/n$, onde n_i é o número de empresas do país i na amostra e n é o número total de empresas da amostra, então b_i é a proporção de empresas na amostra do país i . Isso significa que o país recebe uma ponderação proporcional ao número de empresas da amostra daquele país.
- (1b) Países têm pesos iguais, $b_i = 1/N$, onde N é o número de países.
- (1c) Países são ponderados de acordo com o número da população total de empresas em cada país, $b_i = u_i / \sum_{i=1}^N u_i$, onde u_i é o número total de empresas no país i (por exemplo, o número total de empresas listadas na bolsa de valores ao invés do número de empresas da amostra).

Foco Internacional

- (2a) Geral, $\beta_{ij} = b_i b_j$.
- (2b) Dentro do país, $\beta_{ij} = 0$ se $i \neq j$ e quando $i = j$, $\beta_{ii} = b_i^2 / \sum_{i=1}^N b_i^2$.
- (2c) Entre países, $\beta_{ij} = b_i b_j / \sum_{i=1}^N \sum_{j \neq i} b_i b_j$ se $i \neq j$ e quando $i = j$, $\beta_{ii} = 0$, onde a soma para j é sobre todos os países de 1 a N , exceto para o país i .

Múltiplas políticas contábeis

- (3a) Múltiplas políticas contábeis não são permitidas, $\alpha_{kl} = 0$ se $k \neq l$.
- (3b) Múltiplas políticas contábeis são permitidas se completamente comparáveis, $\alpha_{kl} = 1$ quando os métodos k e l são completamente comparáveis e $\alpha_{kl} = 0$ quando eles são completamente incomparáveis.
- (3c) Múltiplas políticas contábeis são permitidas com a comparabilidade fracionária, α_{kl} assume um valor contínuo que varia de 0 (completamente incomparável) a 1 (completamente comparável).

Não Divulgação

Aqui é assumido que a não divulgação é o último método contábil M.

- (4a) Não aplicável, as empresas que não divulgam um método são removidas da amostra.
- (4b) Comparável a tudo, $\alpha_{KM} = \alpha_{ML} = \alpha_{MM} = 1$ para todos os métodos de contabilidade k e l .
- (4c) Comparável a nada, $\alpha_{KM} = \alpha_{ML} = \alpha_{MM} = 0$ para todos os métodos de contabilidade k e l .
- (4d) Comparável ao padrão método s, $\alpha_{KS} = \alpha_{KM} = \alpha_{SL} = \alpha_{ML}$ para todos k e l .

Fonte: Taplin (2010, p. 78).

Outra especificidade do índice T é que ele permite a análise da comparabilidade setorial. O setor de atuação pode ser um indicador importante para demonstrar se as empresas que operam em circunstâncias semelhantes são comparáveis. Em virtude disso, o índice T, assim como permite a análise da comparabilidade dentro de cada país (2b), também possibilita a análise da comparabilidade dentro de cada setor. Nesse caso, cabe ao pesquisador substituir o fator país, pelo fator setor de atuação (TAPLIN, 2012).

O índice T também permite ponderar os setores pelo tamanho da população ou considerá-los como tendo pesos iguais (TAPLIN, 2011), bem como fazer uma análise geral, dentro dos setores e entre os diversos setores de atuação (TAPLIN, 2012). De acordo com Taplin (2012), quando o pesquisador for escolher os itens para comporem a estrutura do índice T, basta considerar diferentes setores como se fossem diferentes “países”. Nesse caso, o índice T pode ser interpretado como a probabilidade de duas empresas, selecionadas aleatoriamente dentro de um mesmo setor, serem comparáveis (TAPLIN, 2011).

Assim, visando atender ao objetivo geral desta pesquisa, para o cálculo do índice T assumiu-se que:

- 1) a não divulgação das informações foi excluída do cálculo da comparabilidade. Portanto, as escolhas contábeis disponíveis são: (a) custo histórico; e (b) valor justo;
- 2) os países foram ponderados de acordo com o seu tamanho (opção 1c), a fim de se levar em conta que alguns países são relativamente maiores que outros. Para a ponderação de tamanho por país, utilizou-se do número total de empresas pertencentes a cada país, de acordo com o Economática®;
- 3) os setores foram ponderados de acordo com o seu tamanho (opção 1c), a fim de se levar em conta que alguns setores possuem mais empresas que outros. Para a ponderação de tamanho por setor, utilizou-se do número total de empresas pertencentes a cada setor, de acordo com o Economática®;
- 4) para o cálculo da comparabilidade dentro de cada país, optou-se pelo foco nacional (opção 2b) e para o cálculo da comparabilidade entre países, utilizou-se o foco internacional (opção 2c), em virtude da natureza desses itens;
- 5) as múltiplas escolhas contábeis foram tratadas como não permitidas (opção 3a), posto que não era possível às entidades utilizarem mais de um método contábil para um mesmo grupo de ativo imobilizado, de ativo intangível ou de PPI. Ou seja, as companhias abertas só podiam utilizar ou o método de custo ou o método do valor justo, não sendo possível utilizar os dois métodos contábeis concomitantemente em um mesmo grupo de ativo;
- 6) para as práticas contábeis “não aplicáveis”, isto é, em que não houve divulgação da escolha contábil em virtude de as empresas não possuírem aquele ativo específico nas suas demonstrações financeiras, considerou-se essa não divulgação como não aplicável (opção 4a).

Cabe destacar que o cálculo dos índices T constantes na análise de dados desta pesquisa foi realizado por meio do *software* (*T-Index Calculator*), cedido por mensagem eletrônica pelo criador do índice, Ross H. Taplin. Para tanto, foi adotado como critério as modalidades 1c2b3a4a, para a comparabilidade dentro de cada país (nacional) e dentro de cada setor, e 1c2c3a4a, para a comparabilidade entre países (internacional) e entre setores.

3.3.3 Parâmetros para a interpretação do índice T

Os índices de comparabilidade são difíceis de interpretar, pois não existem pontos de referência para considerar se determinado valor do índice representa uma alta ou baixa comparabilidade (ALI, 2005 apud TAPLIN, 2011). De acordo com Taplin (2011), os parâmetros de interpretação para os resultados dos índices de comparabilidade somente irão evoluir, na medida em que mais valores para esses índices forem relatados na literatura e referências úteis forem propostas e debatidas.

Segundo ele, os parâmetros de interpretação dos índices devem ter escalas simples e ser facilmente interpretados. Nesse sentido, algumas pesquisas sugeriram níveis de referências para identificar o grau de comparabilidade das demonstrações financeiras (PARKER; MORRIS, 2001; ALI; AHMED; HENRY, 2006), e, outras, não demonstraram uma escala fixa, porém apresentaram seus resultados interpretando os valores dos índices como representando uma alta, moderada ou baixa comparabilidade (TAPLIN, 2006; TUDOR; DRAGU, 2010). No Quadro 17 são apresentados os parâmetros utilizados nesses estudos.

Quadro 17 – Parâmetros para Interpretação do Índice de Comparabilidade

| COMPARABILIDADE | | | |
|---------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| AUTOR | ALTA | MODERADA | BAIXA |
| Parker e Morris (2001) | 0,900 - 1,000 | 0,750 - 0,900 | 0,000 - 0,750 |
| Ali, Ahmed e Henry (2006) | 0,800 - 1,000 | 0,600 - 0,800 | 0,000 - 0,600 |
| Taplin (2006) | 0,750 - 1,000 | 0,550 - 0,750 | 0,000 - 0,550 |
| Tudor e Dragu (2010) | 0,700 - 1,000 | 0,500 - 0,700 | 0,000 - 0,500 |

Fonte: Elaborado pela autora, com base em Parker e Morris (2001, p. 309), Ali, Ahmed e Henry (2006, p. 56), Taplin (2006) e Tudor e Dragu (2010).

Com a finalidade de interpretar o grau de comparabilidade das demonstrações financeiras, optou-se por adotar a classificação proposta por Taplin (2006), por tratar-se do criador do índice T, indicador de comparabilidade utilizado nesta pesquisa.

3.4 Identificação das Variáveis Explicativas

3.4.1 Hipóteses da Pesquisa – Parte II

Martins, Pinto e Alcoforado (2012, p. 14) argumentam que ainda “existem lacunas para entender os motivos que influenciam os gestores a se decidirem entre o custo histórico e o valor justo”. Isso ocorre porque nem todas as hipóteses foram comprovadas com unanimidade de evidências (MARTINS; PINTO; ALCOFORADO, 2012), e, portanto, as análises das motivações para as escolhas contábeis em estudos anteriores não são conclusivas (COSTA; SILVA; LAURENCEL, 2013).

Pela Teoria Institucional, as escolhas contábeis dos gestores são determinadas por fatores externos, o que denota que não são consequências de escolhas objetivas e racionais por parte dos administradores. As entidades aceitam e seguem as regras sociais institucionalizadas no intuito de legitimar as empresas e que, consequentemente, aumentem as suas perspectivas de sobrevivência.

Portanto, os gestores optam por práticas contábeis que se demonstraram relevantes no contexto da organização, ou seja, optam pelo que é visto pela sociedade como o melhor, o mais adequado, o racional, o justo e não pelo método que seja mais adequado à sua empresa, especificamente. Em consequência, embasado na IT entende-se que as características das empresas não influenciam as escolhas contábeis dos gestores em relação à mensuração subsequente de ativos imobilizados, de ativos intangíveis e de PPI.

Por outro lado, pode ser que as escolhas contábeis dos gestores não sejam oriundas de questões institucionais. Pode ser que a escolha seja influenciada por atitudes oportunistas dos gestores ou pela busca da eficiência por parte da entidade, isto é, que seja reflexo de decisões objetivas e racionais. Sob esse prisma, Watts e Zimmerman (1986) defendem que as escolhas dos gestores por um método específico podem ser motivadas por atitudes oportunistas em interesse próprio.

Nesse caso, algumas características das empresas podem explicar os motivos pelos quais diferentes empresas optam por diferentes práticas contábeis. Em relação à escolha contábil dos gestores entre os métodos do custo histórico e do valor justo, na mensuração subsequente de ativos imobilizados, de ativos intangíveis e de PPI, podem-se destacar as seguintes características, delineadas com base na literatura contábil nacional e internacional: empresa de auditoria, endividamento, país, pré-IFRS, remuneração dos gestores, relevância do ativo, rentabilidade, setor de atuação, tamanho e tempo.

De acordo com Cole, Branson e Breesch (2011), é interessante testar se o tipo de auditoria influencia as empresas nas escolhas dos métodos contábeis. Para eles, as empresas de auditoria podem ser vistas como restrições ao uso indevido das escolhas contábeis contidas nas IFRS, assim como também podem influenciar a elaboração e a divulgação das demonstrações financeiras. Para Watts (2003), os auditores têm incentivos para relatar valores conservadores para o lucro e para o patrimônio líquido das entidades.

Quando se investiga as consideradas *big four*, que representam as quatro maiores empresas de auditoria contábil do mundo (Deloitte Touche Tohmatsu, Ernst & Young, PricewaterhouseCoopers e KPMG), Souza, Botinha e Silva (2014) constataram que o fato de as empresas serem auditadas por uma *big four*, reduz em aproximadamente 20% a probabilidade de essa empresa optar pelo método do valor justo.

Nesse sentido, posto que os auditores tendem a relatar valores conservadores (WATTS, 2003) é esperado que empresas auditadas pelas consideradas *big four* optem pela utilização do método do custo histórico.

H₉: Existe uma associação negativa entre as companhias abertas auditadas pelas *big four* e a escolha do método do valor justo para a mensuração subsequente de ativos imobilizados, de ativos intangíveis e de PPI.

Quanto ao endividamento, Watts e Zimmerman (1986) destacam que quanto mais endividada estiver a empresa, mais os gestores tendem a selecionar os procedimentos contábeis que promovam a mudança dos lucros de períodos futuros para o período corrente, ou seja, mais os gestores tendem a optar pelo método contábil que aumente o seu lucro atual.

Para Cullinan (1999), o grau de endividamento é considerado uma variável importante em virtude do seu poder de influenciar as escolhas contábeis dos gestores. Segundo ele, a premissa é de que as empresas que estão propensas a violar as suas cláusulas restritivas nos contratos de empréstimos, tendem a escolher as políticas contábeis que aumentem a sua renda e, que, em consequência, diminuem a probabilidade de violação dessas cláusulas.

Em seus resultados, Martins, Pinto e Alcoforado (2012) identificaram que as empresas que adotam o custo histórico, tendem a ser menos endividadas que as empresas que adotam o valor justo, com algumas exceções. Para eles, se a empresa tem planos de captação de recursos, antecipadamente seria adequado adotar o valor justo.

Christensen e Nikolaev (2013) argumentam que as empresas que precisam de empréstimos são comumente chamadas a fornecer garantias em suas diversas modalidades de créditos. Portanto, para eles, essas empresas são suscetíveis de enfrentar uma demanda por contabilidade ao valor justo. Christensen e Nikolaev (2013) também constataram que o endividamento está positivamente associado com a utilização da mensuração ao valor justo.

Por outro lado, Taplin, Yuan e Brown (2014) não identificaram relação significativa entre o endividamento e a escolha do valor justo na mensuração de ativos. Nesse sentido, quanto à variável endividamento, a hipótese testada nessa pesquisa conforme resultados de estudos anteriores é a seguinte.

H₁₀: Existe associação positiva entre o nível de endividamento e a escolha do método do valor justo para a mensuração subsequente de ativos imobilizados, de ativos intangíveis e de PPI.

Haverty (2006) assegura que as práticas contábeis de determinado país são reflexos de aspectos originais desse país. Para Jaafar e Mcleay (2007), o país de domicílio das empresas é uma variável importante a ser pesquisada quando se analisam escolhas contábeis, pois as práticas contábeis refletem sistematicamente as regras e regulamentos em vigor no país ao qual a empresa está registrada. Nos resultados de sua pesquisa, Jaafar e Mcleay (2007) identificaram que o país de domicílio é uma variável relevante na escolha de métodos contábeis. Lemes e Nogueira (2008) trazem que a formação histórica de cada país, a influência cultural recebida, além de características como o sistema profissional dos contadores (status, idade, tamanho da profissão contábil) podem influenciar nas práticas contábeis diferenciadas.

Cole, Branson e Breesch (2011), ao investigarem quais determinantes influenciam as escolhas contábeis, verificaram que o país é a variável que mais influencia as escolhas contábeis dos gestores. Portanto, com base na afirmação de Haverty (2006) e Lemes e Nogueira (2008) e nos resultados das pesquisas de Jaafar e Mcleay (2007) e de Cole, Branson e Breesh (2011), outra hipótese testada neste estudo diz respeito à influência do país de domicílio na escolha contábil dos gestores.

H₁₁: As companhias abertas pertencentes ao mesmo país de domicílio tendem a optar pelas mesmas práticas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados, de ativos intangíveis e de PPI.

Demaria e Dufour (2007) destacam que os elaboradores das demonstrações financeiras apresentam uma forte resistência a mudanças e, que, portanto, tendem a manter as práticas contábeis adotadas em períodos anteriores. Corroborando esse argumento, Muller, Riedl e Sellhorn (2008) identificaram que a probabilidade de a empresa escolher o método do valor justo é maior onde a norma doméstica pré-IFRS requeria ou permitia a mensuração de ativos ao valor justo.

Haller e Wehrfritz (2013, p. 55, tradução livre), de forma similar, constataram que “quando as empresas adotam as IFRS, elas tendem a continuar com as políticas contábeis exigidas ou predominantemente escolhidas sob a GAAP nacional”. Souza, Botinha e Silva (2014) identificaram que o fato de a entidade pertencer a um país que antes da adoção às IFRS permitia ou exigia a reavaliação de ativos, aumenta em 68% a probabilidade de que a empresa opte pela mensuração ao valor justo.

Messier, Quick e Vandervelde (2014) ressaltam que os indivíduos tendem a repetir o que sempre foi feito, independentemente de alterações nas circunstâncias, de informações disponíveis e de adequação da decisão inicial. Eles verificaram que os auditores tendem a permanecer com os mesmos métodos contábeis adotados em anos anteriores, mesmo que o cenário do ano corrente e as normas contábeis aplicáveis sejam diferentes. Logo, esse raciocínio leva à seguinte hipótese testada.

H₁₂: A probabilidade de a companhia aberta escolher o método do valor justo é maior em países cujas normas domésticas pré-IFRS exigiam ou permitiam a reavaliação de ativos imobilizados, de ativos intangíveis e de PPI.

Para Watts e Zimmerman (1986), a existência de planos de remuneração variável para os administradores, com base nos resultados contábeis, pode fazer com que eles sejam estimulados a escolher os métodos contábeis que aumentem o valor dos lucros do período, de forma a maximizar a sua remuneração. Contrariamente, os estudos de Demaria e Dufour (2007) e de Costa, Silva e Laurencel (2013) encontraram evidências de que a mensuração ao valor justo não está relacionada aos planos de incentivos dos gestores.

Por outro lado, Cullinan (1999) descobriu que as escolhas contábeis estão associadas com a ausência ou presença de planos de incentivos. Hou, Jin e Wang (2014), no mesmo sentido, encontraram fortes evidências de que a adoção das IFRS teve um impacto positivo na remuneração dos executivos. Constataram que os efeitos positivos da adoção das IFRS na remuneração dos executivos foram motivados pelas mudanças no lucro, advindas da mensuração ao valor justo e consequente redução do conservadorismo.

Assim, tendo em vista o disposto por Watts e Zimmerman (1986) e os resultados dos estudos de Cullinan (1999) e Hou, Jin e Wang (2014), a hipótese seguinte parte do pressuposto que os gestores tendem a escolher métodos contábeis que aumentem os lucros da empresa, de forma a maximizar a sua remuneração, quando da existência de planos de incentivos.

H₁₃: Existe uma associação positiva entre os planos de incentivos e a escolha do método do valor justo na mensuração subsequente de ativos imobilizados, de ativos intangíveis e de PPI.

Costa, Silva e Laurencel (2013) dispõem que os índices de rentabilidade são utilizados por diversos usuários das demonstrações financeiras como uma medida de desempenho das empresas. Posto que os usuários têm expectativas sobre a rentabilidade da empresa, os gestores podem ser incentivados a escolher o método contábil que mais contribua para alcançar o desempenho almejado pelos investidores.

Christensen e Nikolaev (2013) argumentam que a mensuração ao valor justo pode ser utilizada de forma a facilitar a medição do desempenho da entidade, e, consequentemente, ser útil na avaliação da gestão da empresa. Para eles, as mudanças no valor dos ativos não financeiros são informativas sobre o desempenho operacional das empresas, pois a realização de ganhos de capital é muitas vezes parte do seu modelo de negócio (e o custo histórico não reflete oportunidades de investimento).

Contrariamente, Cole, Branson e Breesch (2011), Andrade, Silva e Malaquias (2013) e Costa, Silva e Laurencel (2013) constataram que a rentabilidade não parece influenciar a escolha contábil dos gestores quanto à utilização do método do custo histórico ou do valor justo. Em decorrência disso, a próxima hipótese testada neste estudo refere-se à rentabilidade.

H₁₄: Existe uma associação positiva entre a rentabilidade e a escolha do método do valor justo na mensuração subsequente de ativos imobilizados, de ativos intangíveis e de PPI.

Para Cullinan (1999), o setor de atuação das empresas exerce influência sobre as escolhas contábeis dos gestores. Jaafar e Mcleay (2007), no mesmo sentido, asseveram que a escolha de métodos contábeis depende não apenas do país de domicílio da empresa e do conjunto de regulamentos envolvidos, mas também de suas circunstâncias operacionais.

Demaria e Dufour (2007) verificaram que o setor de atuação é o principal determinante para a escolha do gestor pelo método do valor justo. Cole, Branson e Breesch (2011), contrariando os estudos anteriores, identificaram que o setor de atuação parece não ter impacto sobre a escolha de políticas contábeis. Assim, a próxima hipótese testada nesta pesquisa refere-se à influência do setor de atuação na escolha de métodos contábeis.

H₁₅: O setor de atuação das companhias abertas influencia a escolha de práticas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados, de ativos intangíveis e de PPI.

Watts e Zimmerman (1986) afirmam que os gestores das grandes empresas tendem a escolher métodos contábeis que adiem o reconhecimento de lucros para períodos futuros. O tamanho da entidade é geralmente a *proxy* utilizada para verificar a influência de custos políticos na escolha de métodos contábeis (CULLINAN, 1999). As maiores empresas podem se esforçar para esconder o seu tamanho, ao escolher políticas contábeis que minimizem os ativos e a renda declarada, em uma tentativa de ser menos visível politicamente (CULLINAN, 1999). Portanto, “os administradores de grandes empresas tendem a escolher práticas contábeis que diminuem o resultado para diminuírem seus custos políticos” (COSTA; SILVA; LAURENCEL, 2013, p. 27).

Costa, Silva e Laurencel (2013), da mesma forma que Jaafar e Mcleay (2007), identificaram que o tamanho é uma variável estatisticamente significativa para explicar a escolha entre os métodos de custo histórico e valor justo, na mensuração de ativos. Para eles, as menores companhias têm maior probabilidade de optar pela mensuração ao valor justo (ou as maiores companhias têm maior probabilidade de escolher o custo histórico).

Demaria e Dufour (2007), Cole, Branson e Breesch (2011), Martins, Pinto e Alcoforado (2012) e Andrade, Silva e Malaquias, por outro lado, não encontraram relação significativa entre o tamanho da empresa e a escolha de métodos contábeis. Ante o exposto, surge a próxima hipótese testada nesta pesquisa.

H₁₆: Existe uma associação negativa entre o tamanho da empresa e a escolha do método do valor justo para mensuração subsequente de ativos imobilizados, de ativos intangíveis e de PPI.

Em alguns estudos são analisadas a comparabilidade e/ou as escolhas contábeis por três ou mais exercícios sociais, a fim de identificar um panorama confiável a respeito de seu comportamento, e, consequentemente, da convergência contábil internacional. Como exemplo, pode-se citar as pesquisas de Murphy (2000), Stolowy e Ding (2003), Jaafar e Mcleay (2007), Haverty (2006), Muller, Riedl e Sellhorn (2011), Barth et al. (2012), Martins, Pinto e Alcoforado (2012), Haller e Wehrfritz (2013), Souza, Botinha e Lemes (2014), Souza, Costa e Silva (2014).

Posto que a utilização generalizada das IFRS ao longo do tempo está associada à comparabilidade (BARTH et al., 2012), que é afetada pelas escolhas contábeis, Jaafar e Mcleay (2007) analisaram a evolução da comparabilidade ao observarem o comportamento das escolhas contábeis ao longo dos anos para diferentes países e para diferentes setores. Souza, Botinha e Silva (2014), ao investigarem as escolhas contábeis dos gestores entre os métodos do custo ou do valor justo em PPI no Brasil e em Portugal, identificaram que nos dois países a incidência da mensuração ao valor justo tem aumentado, ano a ano. Nesse sentido, tem-se mais uma hipótese de pesquisa testada neste estudo.

H₁₇: Existe associação positiva entre o tempo e a escolha do método do valor justo para a mensuração subsequente de ativos imobilizados, de ativos intangíveis e de PPI.

Para testar as hipóteses referentes às possíveis explicações para as escolhas contábeis dos gestores, valeu-se da regressão Logit e da regressão Probit, posto que a variável dependente é uma variável dicotômica (*dummy*). Para ela atribuiu-se o valor 0 (zero) para as companhias abertas que adotaram o método do custo histórico e 1 (um) para as que adotaram o método do valor justo.

3.4.2 Modelo de Regressão Aplicado

Note-se que a variável dependente (escolhas contábeis) assume apenas dois valores, o que remete à utilização de modelos de escolha qualitativa binária, como os Modelos de

Probabilidade Linear (LPM), o modelo Logit e o modelo Probit. Os LPM não foram utilizados nesta pesquisa em virtude de suas limitações: (a) os valores preditos não são restritos ao intervalo (0,1) – podem ser inferiores a zero e superiores a um; e (b) os efeitos das variáveis explicativas são constantes (WOOLDRIDGE, 2002). Para Wooldridge (2002) essas limitações dos LPM podem ser sanadas com a utilização de modelos mais sofisticados como o Logit e o Probit.

Quanto aos modelos Logit e Probit, apesar de serem semelhantes na maioria de suas aplicações e muitos pesquisadores, na prática, escolherem o modelo Logit em virtude de sua simplicidade matemática comparativa, em algumas situações o modelo Probit pode ser útil (GUJARATI, 2004). Nesse sentido, optou-se por realizar testes estatísticos nos dois modelos, a fim de se definir qual seria o modelo mais adequado para a presente pesquisa.

A estrutura geral dos modelos qualitativos binários é baseada na análise de probabilidades, que de acordo com Cameron e Trivedi (2005, p. 466), pode ser representada conforme a Equação 2:

$$\text{Prob } [y_i = 1|x] = F(x'_i \beta) \quad (2)$$

A função de ligação F é a função responsável por diferenciar a equação da regressão Logit da equação da regressão Probit (HEIJ et al, 2004). O modelo Logit surge se F é a função cumulativa de distribuição logística e o modelo Probit surge se F é a função cumulativa de distribuição normal (CAMERON; TRIVEDI, 2005). Na prática, a principal diferença entre a regressão Logit e a regressão Probit é que esta possui distribuição normal (com uma curva aproximando-se do eixo x mais rapidamente) e a aquela possui peso nas abas e caudas mais achatadas, apresentando-se, assim, como uma curva mais comprida e mais estreita (HEIJ et al, 2004), motivos pelos quais os seus resultados estatísticos são praticamente os mesmos.

Cameron e Trivedi (2005, p. 467) trazem que as funções Logit e Probit podem ser representadas matematicamente conforme as Equações 3 e 4, respectivamente:

$$\text{Prob } [y_i = 1|x] = F(x'_i \beta) = \frac{e^{x'_i \beta}}{1 + e^{x'_i \beta}} \quad (3)$$

$$\text{Prob } [y_i = 1|x] = F(x'_i \beta) = \int_{-\infty}^{x'_i \beta} \phi(z) dz \quad (4)$$

Onde Y é a escolha dos gestores quanto ao método de mensuração subsequente de ativo imobilizado, de ativo intangível e/ou de PPI das companhias abertas dos três países

analizados, sendo 0 caso o gestor opte pelo método do custo histórico e 1 caso a escolha seja o método do valor justo. X representa a matriz de variáveis independentes dispostas no Quadro 12 e são as seguintes: BF, ENDIV, PAIS, PGAAP, REM, RENT, RELEV, SET, TAM e T.

Na Equação 5 encontra-se demonstrado um resumo do modelo de regressão utilizado nesta pesquisa, em que as variáveis contidas no Quadro 18 foram utilizadas. Entendeu-se oportuno investigar, também, a relevância do saldo do ativo em análise, pois esta variável tem sido utilizada em estudos semelhantes (LORENCINI; COSTA, 2012; MARTINS; PINTO; ALCOFORADO, 2012; ANDRADE; SILVA; MALAQUIAS, 2013; BATISTA et al., 2013; PEREIRA, 2013). Outras variáveis (a exemplo da nível de dispersão do capital, entidades listadas em bolsa de valores internacionais, custos na mensuração ao valor justo), objeto de pesquisa em estudos anteriores (conforme demonstrado na seção 2.5) não foram investigadas nesta pesquisa, por estas informações não estarem disponíveis na base de dados utilizada (economática®) e por tais dados não estarem disponíveis nos relatórios publicados, para coleta manual.

Cabe mencionar que foram calculadas quatro regressões conformes à Equação 4, sendo uma para cada elemento patrimonial analisado, ou seja, uma para ativo imobilizado imóveis, uma para ativo imobilizado instalações e equipamentos, uma para ativo intangível e outra para PPI.

$$EC_i = \beta_0 + \beta_1 BF_i + \beta_2 ENDIV_i + \beta_3 PAIS_i + \beta_4 PGAAP_i + \beta_5 REM_i + \beta_6 RENT_i + \beta_7 RELEV_i + \beta_8 SET_i + \beta_9 TAM_i + \beta_{10} T_i + \varepsilon_i \quad (5)$$

Quadro 18 – Resumo das variáveis do modelo de regressão

| Variável | Sigla | Construtos | Sinal Esperado | Proxy |
|-----------------------------|-------|--------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|
| Escolha Contábil | EC | Empresas que optaram pelo custo histórico <i>versus</i> empresas que optaram pelo valor justo | | Variável dummy: D=0: custo D=1: valor justo |
| Empresa de Auditoria | BF | Empresas auditadas pelas consideradas <i>Big Four</i> | Custo histórico (-) | Variável dummy: D=0: não auditada por <i>big four</i> D=1: auditada por <i>big four</i> |
| Endividamento | ENDIV | Endividamento da empresa medido pela razão entre o Passivo Total e o Patrimônio Líquido, por ano | Valor justo (+) | Resultado da relação entre o Passivo Total e o Patrimônio Líquido ^a |
| País | PAIS | Países componentes da amostra | | Uma variável dummy para cada país: 1=Brasil; 2=Chile; e 3=Peru |

(continua)

(conclusão)

| Variável | Sigla | Construtos | Sinal Esperado | Proxy |
|---------------------------------|-------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Pré-IFRS | PGAAP | Empresas domiciliadas em países cujas GAAP nacionais (pré-IFRS) permitiam ou exigiam avaliação ao valor justo, por meio do modelo de reavaliação | Valor justo (+) | Variável <i>dummy</i> : D=0: não permitia ou não exigia a reavaliação D=1: permitia ou exigia a reavaliação |
| Remuneração dos gestores | REM | Empresas que obtiveram lucro, por exercício social | Valor justo (+) | Variável <i>dummy</i> : D=0: prejuízo no exercício D=1: lucro no exercício |
| Rentabilidade | RENT | Rentabilidade sobre Patrimônio Líquido medida pela divisão do Lucro Líquido pelo Patrimônio Líquido, por ano | Valor justo (+) | Resultado anual da relação entre Lucro Líquido e Patrimônio Líquido ^a |
| Relevância | RELEV | Relevância do saldo do ativo analisado em relação ao ativo total, por ano | Valor justo (+) | Resultado anual da relação entre a Ativo analisado e o Ativo Total ^a |
| Setor | SET | Setor de atuação conforme classificação da base de dados Economática® | | Uma variável <i>dummy</i> para cada setor: 1=Agro e Pesca; 2=Alimentos e Bebidas; 3=Comércio e Eletroeletrônicos; 4=Construção; 5=Energia Elétrica; 6=Imobiliário; 7=Mineração; 8=Minerais não metálicos; 9=Outros; 10=Petróleo e Gás e Química; 11=Siderurgia e Metalúrgica; 12=Telecomunicações |
| Tamanho | TAM | Tamanho da empresa medido pelo ativo total, por ano | Custo histórico (-) | Logaritmo natural do ativo total ^a |
| Tempo | T | Período analisado, em anos | Valor justo (+) | Uma variável <i>dummy</i> para cada ano: 1=2009; 2=2010; 3=2011; 4=2012; e 5=2013 |

a. As variáveis tamanho, endividamento, relevância e rentabilidade foram convertidas em dólares. A data base para tais valores foi 31/12 de cada ano. Fonte: Elaborado pela autora.

A robustez do modelo de regressão foi averiguada por meio de três recursos, todos apresentados por Hosmer e Lemeshow (2000) e Fávero et al. (2014). O primeiro foi o teste *Hosmer-Lemeshow* que tem o intuito de avaliar se há diferenças significativas entre as frequências observadas e as frequências previstas, a partir da estratificação dos valores das observações em faixas. As hipóteses do teste são: H_0 : existe associação e H_1 : não existe associação. Caso haja associação, o modelo pode ser considerado ajustado.

O segundo recurso utilizado foi a tabela de classificação do modelo, a fim de verificar a sensibilidade, a especificidade e o percentual de acerto do modelo. A sensibilidade refere-se ao total de acerto do modelo em relação ao evento (ou seja, a adoção do modelo do valor

justo). A especificidade, por sua vez, faz referência ao total de acertos que o modelo tem em relação ao não evento de interesse, sendo, no caso da presente pesquisa, a adoção do modelo do custo histórico. O percentual de acerto do modelo identifica a porcentagem em que o modelo, de uma maneira geral, consegue classificar corretamente as observações analisadas.

O terceiro e último recurso utilizado para verificar a robustez do modelo foi a curva ROC (*Receiver Operating Characteristic*), que possui a finalidade de medir a capacidade de o modelo discriminar as categorias da variável dependente (escolhas contábeis). A área referente à curva ROC pode ser interpretada de acordo com o Quadro 19.

Quadro 19 – Interpretação para a curva ROC

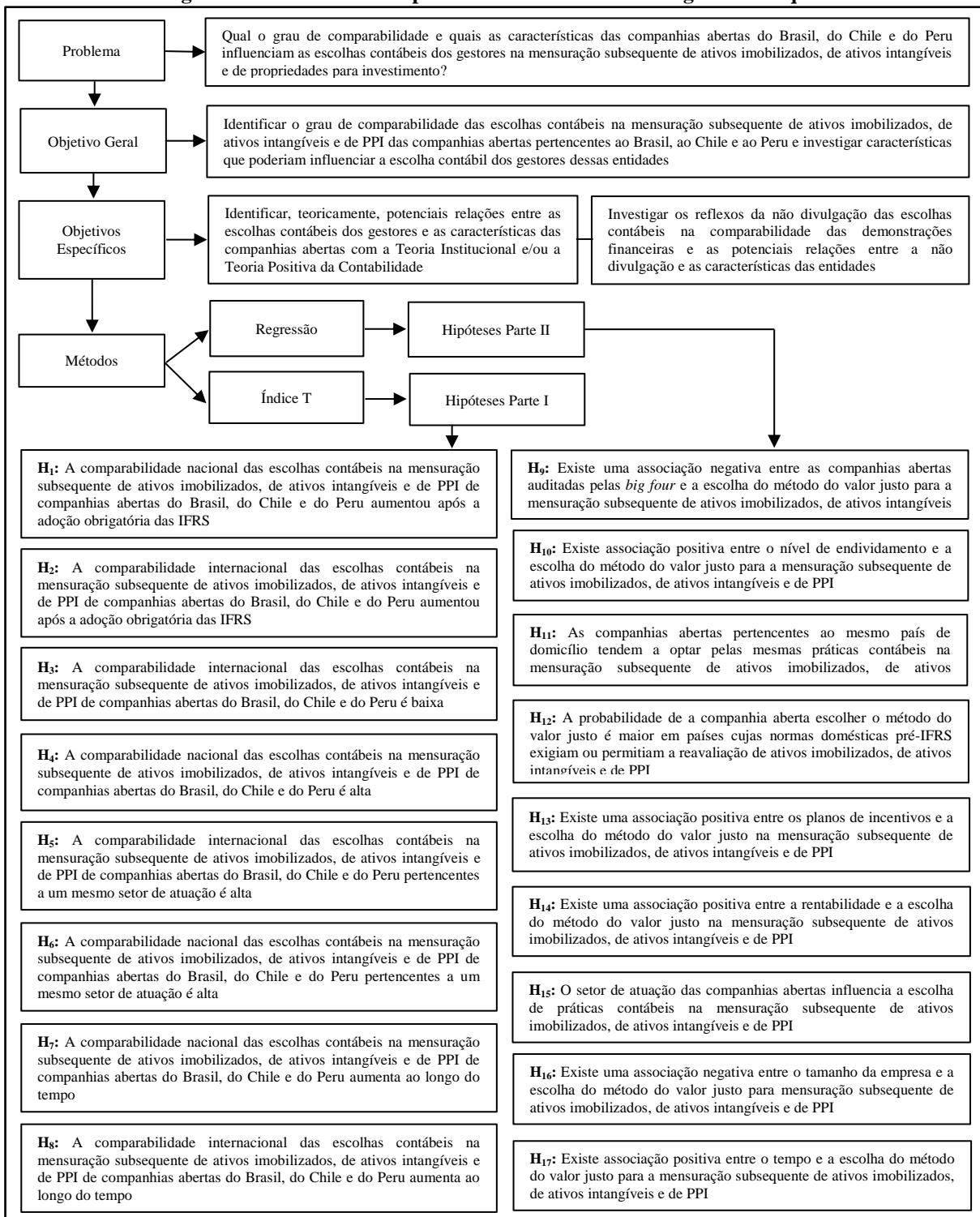
| ÁREA DA CURVA ROC | PODER DISCRIMINATÓRIO DO MODELO |
|--------------------------------|----------------------------------------|
| Se $\text{ROC} \leq 0,5$ | Não consegue discriminar as categorias |
| Se $0,7 \leq \text{ROC} < 0,8$ | Poder discriminatório aceitável |
| Se $0,8 \leq \text{ROC} < 0,9$ | Poder discriminatório excelente |
| Se $\text{ROC} \geq 0,9$ | Poder discriminatório excepcional |

Fonte: Elaborado pela autora com base em Hosmer e Lemeshow (2000, p. 162).

A estatística descritiva, a regressão Logit e a Probit, bem como os testes de robustez foram estimados por meio do *software* STATA. A fim de se possibilitar a estimação da regressão, as entidades que não divulgaram suas escolhas contábeis ou que não possuíam ativos imobilizados, ativos intangíveis e/ou PPI (não aplicáveis) foram excluídas da amostra. Porém, as exclusões foram feitas apenas nos exercícios em que não houve tal evidenciação ou tais ativos. No mesmo sentido, as companhias abertas que utilizaram o custo atribuído no momento da adoção pela primeira vez (IFRS 1) foram consideradas como optantes pelo método do valor justo, naquele exercício social específico, para o cálculo da regressão.

Com o intuito de proporcionar uma melhor visualização das hipóteses de pesquisa e da estrutura metodológica desta pesquisa, na Figura 12 são sintetizados tais procedimentos.

Figura 12 – Resumo das Hipóteses e Estrutura Metodológica da Pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora.

No capítulo seguinte são apresentadas as discussões e os resultados da pesquisa divididos em duas partes. A primeira parte tem o intuito de se mensurar a comparabilidade das demonstrações financeiras e estimar as regressões visando confirmar ou rejeitar as hipóteses levantadas na pesquisa. A segunda parte, por sua vez, tem o intuito de se mensurar a comparabilidade das demonstrações financeiras considerando a não divulgação como mais

uma escolha contábil possível aos gestores e investigar as características das empresas que optaram por não divulgar as suas escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados, de ativos intangíveis e de PPI.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo são expostos os resultados da pesquisa, divididos em duas partes. A primeira parte (seção 4.1) refere-se ao cálculo da comparabilidade, à estimativa da regressão e as consequentes confirmações ou rejeições das hipóteses parte I (referentes à comparabilidade) e das hipóteses parte II (referentes às variáveis explicativas).

Para o cálculo da comparabilidade foram excluídas as companhias abertas que não tinham saldo dos respectivos ativos (não aplicáveis) ou que não divulgaram as suas escolhas contábeis. Para a regressão, como demonstrado no Capítulo 3 Aspectos Metodológicos, atribuiu-se à variável dependente o valor 0 (zero) para as companhias abertas que adotaram o método do custo histórico e 1 (um) para as que adotaram o método do valor justo na mensuração subsequente de ativos imobilizados, de ativos intangíveis e de PPI.

A segunda parte deste capítulo (seção 4.2) refere-se ao cálculo da comparabilidade considerando a não divulgação como mais uma escolha contábil possível aos gestores (TAPLIN, 2011; TAPLIN; VERINA; DONI, 2011) e à estimativa da regressão, atribuindo-se à variável dependente o valor 0 (zero) para as companhias abertas que adotaram o método do custo histórico ou do valor justo (e que, portanto, divulgaram suas opções) e 1 (um), para as que não divulgaram suas escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados, de ativos intangíveis e de PPI.

4.1 Resultados da Comparabilidade e da Regressão

4.1.1 Análise Descritiva dos Dados

Para a análise descritiva dos dados utilizados na regressão fez-se a tabela de distribuição de frequência para as variáveis nominais (EC, BF, PAIS, PGAAP, REM, SET e T) e as medidas descritivas para as variáveis escalares (ENDIV, RELEV, RENT e TAM) do modelo. Os resultados da análise descritiva são apresentados nos Apêndices deste estudo e dividiram-se em quatro grupos de dados distintos: (a) o dos ativos imobilizados imóveis – Apêndice I; (b) o dos ativos imobilizados instalações e equipamentos – Apêndice J; (c) o dos ativos intangíveis – Apêndice K; e (d) o das propriedades para investimento – Apêndice L.

Cabe salientar que para cada grupo de dados (ativos imobilizados imóveis, ativos imobilizados instalações e equipamentos, ativos intangíveis e PPI) foram utilizadas as técnicas do STATA® *ladder* (corrigem normalidade das variáveis com distribuição não normal)

e winsor (trata os *outliers*) para identificar se havia necessidade de transformação de alguma das variáveis escalares do modelo, bem como fez-se um comparativo (teste qui-quadrado) entre os modelos Logit e Probit, a fim de se utilizar o modelo mais apropriado para cada ativo investigado. Utilizou-se, também, a técnica do vce(robust) visando estimar os erros padrão robustos, ou seja, com correções à autocorrelação e à heterocedasticidade.

Constatou-se que nenhuma variável escalar precisou ser transformada (salvo a variável RELEV para os dados das PPI, em que extraiu-se sua raiz quadrada). O modelo Logit foi considerado o melhor modelo para a estimação da regressão para os ativos intangíveis e o modelo Probit para os três outros ativos analisados (ativo imobilizado imóvel, ativo imobilizado instalações e equipamentos e PPI).

4.1.2 Análise e Discussão dos Resultados para os Ativos Imobilizados (IAS 16)

Assim como na pesquisa de Cairns et al. (2011), investigou-se duas classes de ativos imobilizados: (a) imóveis e (b) instalações e equipamentos. Para cada classe tabulou-se as escolhas contábeis, calculou-se os índices de comparabilidade nacional e internacional por país e por setor, e estimou-se as regressões.

A) Ativos Imobilizados Imóveis

Na Tabela 1 são dispostas as escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados imóveis, para os períodos de 2009 a 2013.

Tabela 1 – Escolhas Contábeis em Ativos Imobilizados Imóveis

| | Imóveis – Tabulação das Escolhas Contábeis | | | | | | | | | | PERU – N=100 | | | | |
|--------------------|--------------------------------------------|------|------|------|------|---------------|------|------|------|--------------|--------------|------|------|------|------|
| | BRASIL – N=100 | | | | | CHILE – N=100 | | | | PERU – N=100 | | | | | |
| | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 |
| Custo Histórico | 100 | 70 | 84 | 83 | 83 | 40 | 75 | 86 | 85 | 83 | 64 | 64 | 36 | 82 | 81 |
| <i>Deemed Cost</i> | 0 | 22 | 0 | 0 | 0 | 48 | 13 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 | 55 | 0 | 0 |
| Valor Justo | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 9 | 10 | 12 | 12 | 12 | 33 | 28 | 5 | 12 | 14 |
| Não divulga | 0 | 2 | 10 | 11 | 11 | 3 | 0 | 1 | 2 | 3 | 2 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Não aplica | 0 | 6 | 6 | 6 | 6 | 0 | 2 | 1 | 1 | 2 | 1 | 1 | 1 | 2 | 0 |

Para o Brasil, antes da adoção das IFRS (2009), todas as empresas adotavam um único método contábil para a mensuração subsequente de ativo imobilizado (custo histórico), por ser a única forma de mensuração possível para esse tipo de ativo. Para o ano de adoção das IFRS (2010), 22 companhias abertas optaram por mensurar seus ativos imobilizados imóveis ao custo atribuído, voltando a mensurar esses ativos ao custo histórico nos períodos subsequentes (de 2011 a 2013). Pode-se explicar essa situação em virtude da vedação da lei brasileira à

mensuração subsequente de ativos imobilizados pelo método do valor justo, exceto no ano de adoção inicial.

Quanto ao Chile, em 2009, a maioria das companhias abertas optou pelo método do custo atribuído e do valor justo. Para os exercícios de 2010 a 2013, mesmo com a possibilidade de adoção do método do valor justo, a maioria das companhias abertas utilizou o método do custo histórico. Isso demonstra uma tendência conservadora das empresas chilenas em relação à mensuração subsequente dos ativos imobilizados imóveis.

Em relação ao Peru, exceto no exercício de 2011 (ano de adoção inicial das IFRS), em todos os exercícios sociais a maioria das companhias abertas optou pelo método do custo histórico para mensuração subsequente de ativos imobilizados imóveis. Fato curioso é percebido quando se analisa as companhias abertas peruanas antes (2009 e 2010) e depois (2012 e 2013) da adoção das IFRS. Anteriormente à adoção das Normas Internacionais, parte das companhias abertas utilizava o método do valor justo para mensuração subsequente de seus ativos imobilizados; após a adoção esse número reduziu significativamente.

Na Tabela 2 são ilustrados os graus de comparabilidade nacional e internacional das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados imóveis, das companhias abertas pertencentes ao Brasil, ao Chile e ao Peru, nos períodos de 2009 a 2013.

**Tabela 2- Comparabilidade Nacional e Internacional dos Ativos Imobilizados Imóveis
IMÓVEIS – COMPARABILIDADE NACIONAL E INTERNACIONAL**

| | Brasil | Chile | Peru | Internacional |
|-------------|--------|-------|------|---------------|
| 2009 | 1,00 | 0,52 | 0,55 | 0,52 |
| 2010 | 0,64 | 0,64 | 0,55 | 0,61 |
| 2011 | 1,00 | 0,79 | 0,53 | 0,59 |
| 2012 | 1,00 | 0,78 | 0,78 | 0,85 |
| 2013 | 1,00 | 0,78 | 0,75 | 0,84 |

Quanto ao Brasil, a comparabilidade foi alta em todos os períodos investigados, exceto em 2010, ano da adoção inicial das IFRS. Esses resultados são justificados pelo fato de que no Brasil, antes da adoção das IFRS (2009) só era permitido um método para mensuração subsequente de ativos imobilizados (custo histórico) e após a adoção (2011-2013), por mais que a IAS 16 permita dois métodos para mensuração subsequente de ativos imobilizados, a reavaliação ao valor justo foi proibida no Brasil. Posto que o custo atribuído não foi vedado pelas normas brasileiras, em 2010, o índice de comparabilidade foi 0,64, o que demonstra que se duas companhias abertas brasileiras forem selecionadas aleatoriamente (excluindo-se da amostra as que não divulgaram as suas escolhas contábeis), há 64% de chance de que elas tenham optado pelo mesmo método contábil na mensuração subsequente de ativos imobilizados imóveis, em 2010.

Para o Chile, identificou-se uma comparabilidade baixa no ano de 2009 em virtude do elevado número de companhias abertas que optaram pelo custo atribuído na adoção inicial, o que provocou escolhas contábeis variadas (Tabela 1). A comparabilidade foi moderada em 2010 e alta de 2011 a 2013 (Quadro 20). Esses resultados são decorrentes de a maioria das entidades ter optado pelo método do custo histórico para avaliação de ativos imobilizados imóveis, após a adoção das IFRS (Tabela 1).

Quadro 20 – Interpretação da Comparabilidade dos Ativos Imobilizados Imóveis

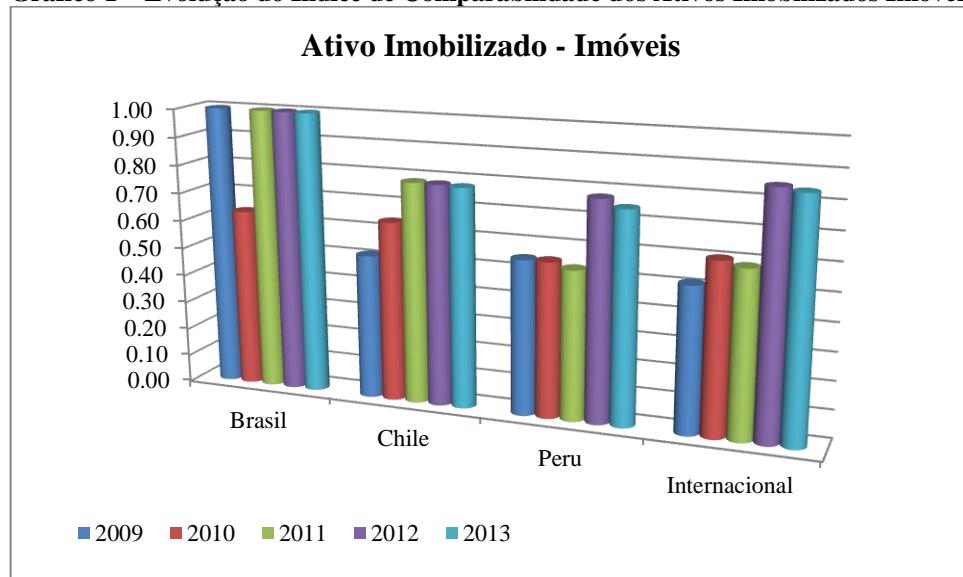
| | Imóveis – Interpretação da Comparabilidade ^a | | | | |
|----------------------|---------------------------------------------------------|----------|----------|------|------|
| | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 |
| Brasil | alta | moderada | alta | alta | alta |
| Chile | baixa | moderada | alta | alta | alta |
| Peru | moderada | moderada | baixa | alta | alta |
| Internacional | baixa | moderada | moderada | alta | alta |

a. Comparabilidade interpretada de acordo com a escala de Taplin (2006).

No Peru, a comparabilidade das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados imóveis era moderada, e com a adoção das IFRS, em 2011, passou a ser alta (Tabela 2 e Quadro 20). Esse fato se deu devido à mudança de comportamento das companhias abertas do Peru, que antes da adoção das IFRS (2009-2010) se diversificavam entre os métodos do custo histórico e do valor justo para mensuração subsequente de ativos imobilizados imóveis. Depois da adoção (2012-2013), em sua maioria, as companhias optaram pelo método do custo histórico para mensuração subsequente desses ativos (Tabela 1).

Em relação à comparabilidade internacional, constatou-se que apesar de a comparabilidade ter sido baixa em 2009 e moderada em 2010 e em 2011, a partir do momento em que a adoção das IFRS tornou-se obrigatória para os três países, a comparabilidade foi alta (Quadro 20). Esse resultado se deve ao fato de que, mesmo com a existência de escolhas contábeis para o Chile e para o Peru, a maioria das entidades desses países optou pelo método do custo histórico para mensuração subsequente de ativos imobilizados imóveis, assim como ocorrido no Brasil por força de lei (Tabela 1).

No Gráfico 1 é apresentada a evolução do índice de comparabilidade por país. Por meio de sua apreciação, constatou-se que a comparabilidade nacional e internacional das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados imóveis está aumentando com o passar dos anos.

Gráfico 1 – Evolução do Índice de Comparabilidade dos Ativos Imobilizados Imóveis

Com o intuito de se investigar se as comparabilidades nacional e internacional por setor de atuação apresentaram índices de comparabilidade mais altos que os apresentados por país, o que traria indícios de que “coisas” iguais estariam sendo reconhecidas de maneira igual e “coisas” diferentes estariam sendo reconhecidas de maneiras diferentes (o que é consistente com o conceito de comparabilidade como proposto pelo IASB), foi realizada a análise setorial.

Na Tabela 3 são apresentados os índices de comparabilidade nacional, por setor de atuação, de 2009 a 2013, em relação à mensuração subsequente de ativos imobilizados imóveis do Brasil, do Chile e do Peru.

Tabela 3 – Comparabilidade Nacional dos Ativos Imobilizados Imóveis, por setor de atuação

| IMÓVEIS – COMPARABILIDADE NACIONAL POR SETOR DE ATUAÇÃO | | | | | | | | | | | | | | |
|---------------------------------------------------------|------|------|------|------|-------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| BRASIL | | | | | CHILE | | | | | PERU | | | | |
| 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 |
| SET1 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,50 | 0,63 | 0,78 | 0,78 | 0,78 | 0,63 | 0,60 | 0,70 | 0,83 | 0,83 |
| SET2 | 1,00 | 0,52 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,52 | 0,58 | 0,82 | 0,82 | 0,80 | 0,63 | 0,51 | 0,65 | 0,65 |
| SET3 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,51 | 0,72 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,56 | 0,50 | 0,72 | 0,56 |
| SET4 | 1,00 | 0,86 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,56 | 1,00 |
| SET5 | 1,00 | 0,50 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,54 | 0,52 | 0,52 | 0,52 | 0,52 | 0,70 | 0,70 | 0,50 | 0,82 |
| SET6 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,72 | 0,52 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 |
| SET7 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,56 | 0,56 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,61 | 0,53 | 0,50 | 0,81 |
| SET8 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,56 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,56 | 0,56 | 0,63 | 1,00 |
| SET9 | 1,00 | 0,54 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,54 | 0,77 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,68 | 0,68 | 0,51 | 0,73 |
| SET10 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,72 | 0,59 | 0,59 | 0,59 | 1,00 | 1,00 | 0,50 | 0,56 | 0,63 |
| SET11 | 1,00 | 0,68 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,56 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,52 | 0,52 | 1,00 | 0,68 |
| SET12 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,50 | 0,63 | 0,63 | 0,63 | 1,00 | 1,00 | 0,50 | 1,00 | 1,00 |

SET1: setor de agro e pesca; SET2: setor de alimentos e bebidas; SET3: setor de comércio e eletroeletrônicos; SET4: setor de construção; SET5: setor de energia elétrica; SET6: setor imobiliário; SET7: setor de mineração; SET8: setor de minerais não metálicos; SET9: outros setores; SET10: setor de petróleo e gás e química; SET11: setor de siderurgia e metalúrgica; SET12: setor de telecomunicações.

Quanto à comparabilidade nacional por setor de atuação (Tabela 3), verificou-se que ela apresentou níveis mais elevados que a comparabilidade mensurada por país, pois vários setores do Chile e do Peru (construção, imobiliário, siderurgia e metalúrgica) apresentaram seus valores máximos (iguais a um), o que não aconteceu em nenhum período quando se calculou a comparabilidade por país. Todavia, em muitos setores a comparabilidade nacional das companhias chilenas e peruanas foi baixa ou moderada em todos ou em algum dos períodos investigados (energia elétrica, mineração).

Na Tabela 4 estão dispostos os graus de comparabilidade internacional dos ativos immobilizados imóveis, por setor de atuação, nos períodos de 2009 a 2013.

Tabela 4 – Comparabilidade Internacional dos Ativos Immobilizados Imóveis, por setor de atuação

| | IMÓVEIS – COMPARABILIDADE INTERNACIONAL POR SETOR DE ATUAÇÃO | | | | | | | | | | | |
|-------------|--------------------------------------------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|-------|-------|-------|
| | SET1 | SET2 | SET3 | SET4 | SET5 | SET6 | SET7 | SET8 | SET9 | SET10 | SET11 | SET12 |
| 2009 | 0,51 | 0,50 | 0,52 | 0,73 | 0,67 | 0,88 | 0,64 | 0,53 | 0,62 | 0,56 | 0,53 | 0,68 |
| 2010 | 0,50 | 0,51 | 0,70 | 0,90 | 0,53 | 0,76 | 0,57 | 0,78 | 0,64 | 0,77 | 0,61 | 0,82 |
| 2011 | 0,53 | 0,56 | 0,69 | 0,90 | 0,62 | 0,59 | 0,52 | 0,53 | 0,68 | 0,61 | 0,70 | 0,68 |
| 2012 | 0,81 | 0,78 | 0,86 | 1,00 | 0,72 | 1,00 | 0,85 | 1,00 | 0,89 | 0,66 | 1,00 | 0,82 |
| 2013 | 0,81 | 0,77 | 0,93 | 1,00 | 0,71 | 1,00 | 0,85 | 1,00 | 0,82 | 0,68 | 0,88 | 0,82 |

SET1: setor de agro e pesca; SET2: setor de alimentos e bebidas; SET3: setor de comércio e eletroeletrônicos; SET4: setor de construção; SET5: setor de energia elétrica; SET6: setor imobiliário; SET7: setor de mineração; SET8: setor de minerais não metálicos; SET9: outros setores; SET10: setor de petróleo e gás e química; SET11: setor de siderurgia e metalúrgica; SET12: setor de telecomunicações.

Em relação à comparabilidade internacional por setor de atuação, especificamente para os exercícios de 2012 e 2013, momento em que os três países da amostra já haviam adotado as IFRS de maneira obrigatória para todas as companhias abertas, apenas os setores de energia elétrica e de petróleo, gás e química apresentaram uma comparabilidade internacional moderada. Todos os outros setores tiveram índices de comparabilidade altos (Tabela 4). O índice de 0,81 identificado para o setor de agro e pesca em 2013, por exemplo, revela que se duas companhias abertas (excluídas as que não divulgaram as suas escolhas contábeis) forem selecionadas de maneira aleatória no Brasil, no Chile e/ou no Peru em 2013, há 81% de chance de que elas tenham optado pelo mesmo método contábil na mensuração subsequente de ativos immobilizados imóveis.

Partindo-se para a análise das variáveis que poderiam explicar as escolhas contábeis dos gestores na mensuração subsequente de ativos immobilizados imóveis (e, portanto, das possíveis justificativas aos níveis de comparabilidade encontrados), na Tabela 5 são resumidos os resultados da regressão Probit. A variável PGAAP foi omitida do modelo pelo próprio software STATA® por ser colinear com a variável PAIS. Pela análise dos dados da Tabela 5 identificou-se que para a mensuração subsequente em ativos immobilizados imóveis as seguintes variáveis foram estatisticamente significativas a um nível nominal de significância

de 5%: setor de atuação (especificamente os setores de construção, imobiliário, minerais não metálicos e outros), PAIS, remuneração, rentabilidade, relevância do saldo de ativos imobilizados e tempo (especificamente os anos de 2012 e 2013). As variáveis *big four*, tamanho e endividamento não foram estatisticamente significativas.

Tabela 5 – Resumo da Regressão Probit – Ativos Imobilizados Imóveis

| EC | Efeitos Marginais | Desvio Padrão | Z | P> Z |
|-----------------------------|-------------------|---------------|--------|-----------------|
| SET2 | 0,0264 | 0,0460 | 0,570 | 0,565 |
| SET3 | -0,0373 | 0,0449 | -0,830 | 0,406 |
| SET4 | -0,1178 | 0,0549 | -2,140 | 0,032** |
| SET5 | -0,0022 | 0,0428 | -0,050 | 0,959 |
| SET6 | -0,1204 | 0,0491 | -2,450 | 0,014** |
| SET7 | -0,0658 | 0,0419 | -1,570 | 0,116 |
| SET8 | -0,1175 | 0,0509 | -2,310 | 0,021** |
| SET9 | -0,0791 | 0,0371 | -2,130 | 0,033** |
| SET10 | -0,0129 | 0,0554 | -0,230 | 0,816 |
| SET11 | -0,0747 | 0,0477 | -1,570 | 0,117 |
| SET12 | -0,0992 | 0,0561 | -1,770 | 0,077* |
| BF | -0,0299 | 0,0272 | -1,100 | 0,271 |
| PAIS2 | 0,1559 | 0,0221 | 7,040 | 0,000*** |
| PAIS3 | 0,2392 | 0,0266 | 9,000 | 0,000*** |
| REM | 0,0806 | 0,0330 | 2,440 | 0,015** |
| TAM | -0,0041 | 0,0059 | -0,700 | 0,483 |
| ENDIV | -0,0030 | 0,0049 | -0,610 | 0,543 |
| RENT | -0,1045 | 0,0324 | -3,230 | 0,001*** |
| RELEV | 0,1688 | 0,0438 | 3,860 | 0,000*** |
| T2 | -0,0038 | 0,0351 | -0,110 | 0,914 |
| T3 | -0,0465 | 0,0327 | -1,420 | 0,154 |
| T4 | -0,2181 | 0,0282 | -7,730 | 0,000*** |
| T5 | -0,2049 | 0,0289 | -7,080 | 0,000*** |
| N | | | | 1.406 |
| chi2(21) | | | | 265,09 |
| Prob > chi2 | | | | 0,0000 |
| Pseudo R2 | | | | 0,1991 |
| Hosmer-Lemeshow (HL) | | | | 1.201,19 |
| Prob > HL | | | | 0,9998 |
| Área da curva ROC | | | | 0,8006 |

SET é a *dummy* por setor, sendo: SET2: setor de alimentos e bebidas; SET3: setor de comércio e eletroeletrônicos; SET4: setor de construção; SET5: setor de energia elétrica; SET6: setor imobiliário; SET7: setor de mineração; SET8: setor de minerais não metálicos; SET9: outros setores; SET10: setor de petróleo e gás e química; SET11: setor de siderurgia e metalúrgica; SET12: Telecomunicações. BF é a *dummy* de *big four*, PAIS é a *dummy* de país, em que PAIS2 é o Chile e PAIS3 é o Peru. REM é a *dummy* de remuneração dos gestores, TAM é o tamanho da empresa, ENDIV é o endividamento da entidade, RENT é o retorno sobre patrimônio líquido, RELEV é a relevância do saldo de imobilizado em relação ao ativo total e T é a *dummy* de tempo, em que: T2 é 2010, T3 é 2011, T4 é 2012 e T5 é 2013. PGAAP, inicialmente elencada, é a *dummy* de pré-IFRS e não apresentou coeficiente. Significância estatística: * p<0,1, ** p<0,05, *** p<0,01.

Em relação às variáveis significativas, como o setor de construção, por exemplo, que apresentou um efeito marginal de -0,1178, demonstra que o fato de a companhia aberta pertencer a este setor reduz 11,78% a probabilidade de que opte pelo método do valor justo. A

variável PAIS3, por sua vez, que apresentou um efeito marginal de 0,2392 mostra que o fato de a companhia aberta pertencer ao Peru, que antes da adoção das IFRS permitia ou exigia o valor justo para mensuração subsequente de ativos imobilizados, aumenta cerca de 24% a probabilidade de que se opte pelo método do valor justo em algum dos períodos investigados.

Pela apreciação do teste *Hosmer-Lemeshow* verificou-se que, a um nível nominal de significância de 5%, existe associação entre as frequências observadas e as frequências previstas (*p*-valor=0,9998), isto é, a regressão Probit proposta pode ser considerada como tendo um bom ajuste (Tabela 5). Em relação à curva ROC (área=0,8006), no mesmo sentido, constatou-se que a regressão apresenta um poder discriminatório excelente (Tabela 5).

Com o intuito de verificar a sensibilidade, a especificidade e o percentual de acerto do modelo foi elaborada a Tabela de classificação (Tabela 6). Para os valores de Y=1 (ou seja, valor justo), o modelo previu corretamente 71,03% das observações (sensibilidade). Para os valores de Y=0 (ou seja, custo histórico), o modelo previu corretamente 72,31% das observações (especificidade). De modo geral, o modelo previu corretamente 72,05% das observações, isto é, 1.013 das 1.406 observações.

Tabela 6 – Tabela de Classificação da Regressão Probit – Ativos Imobilizados Imóveis

| OBSERVADO^d | Avaliação Posterior de PPI | | | % Correta |
|------------------------------|-----------------------------------|------------------|--------------|--------------------|
| | Valor Justo (+) | Custo (-) | Total | |
| Valor Justo = 1 | 206 | 309 | 515 | 71,03 ^a |
| Custo = 0 | 84 | 807 | 891 | 72,31 ^b |
| Total | 290 | 1116 | 1406 | 72,05 ^c |

a. sensibilidade; b. especificidade; c. percentual de acerto do modelo; d. ponto de corte = 0,25.

No Quadro 21 são ilustrados os resultados das hipóteses referentes às variáveis explicativas do Ativo Imobilizado Imóveis.

Quadro 21 – Resultados das hipóteses referentes aos Ativos Imobilizados Imóveis

| HIPÓTESE TESTADA | RESULTADO | POSSÍVEL JUSTIFICATIVA |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| H₁: A comparabilidade nacional das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados imóveis de companhias abertas do Brasil, do Chile e do Peru aumentou após a adoção obrigatória das IFRS | Brasil: rejeita H ₁ – a comparabilidade nacional era alta e continuou alta (Quadro 20) Chile: não foi possível identificar, pois parte das empresas fizeram a adoção em 2009 (Quadro 8) Peru: aceita H ₁ – a comparabilidade nacional era moderada e passou a ser alta (Quadro 20) | Brasil: antes da adoção das IFRS só existia um método contábil possível para mensuração subsequente de ativos imobilizados (custo histórico). Depois, apesar de a IAS 16 prever a avaliação também pelo valor justo, o Brasil não adotou Peru: as companhias abertas tornaram-se mais conservadoras |
| H₂: A comparabilidade internacional das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados imóveis de companhias abertas do Brasil, do Chile e do Peru aumentou após a adoção obrigatória das IFRS | Aceita H ₂ – a comparabilidade internacional era baixa e passou a ser alta (Quadro 20) | O fato de os países terem adotado a mesma norma (base) para o tratamento contábil dos ativos imobilizados fez com que a sua comparabilidade aumentasse |

(continua)

(continuação)

| HIPÓTESE TESTADA | RESULTADO | POSSÍVEL JUSTIFICATIVA |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| H₃: A comparabilidade internacional das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados imóveis de companhias abertas do Brasil, do Chile e do Peru é baixa | Rejeita H ₃ – a comparabilidade internacional foi moderada/alta de 2010 a 2013 (Quadro 20) | Apesar das diferenças no ambiente institucional, nas fontes de financiamento de recursos, na cultura etc., a comparabilidade internacional foi baixa apenas em 2009 (antes da adoção das IFRS) |
| H₄: A comparabilidade nacional das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados imóveis de companhias abertas do Brasil, do Chile e do Peru é alta | Brasil, Chile e Peru: aceita H ₄ – a comparabilidade nacional foi alta em todos os períodos após a adoção das IFRS (Quadro 20) | Brasil: a comparabilidade foi alta em virtude da influência legal: no Brasil só é permitida a mensuração subsequente de ativo imobilizado pelo custo histórico Chile e Peru: as entidades estão sob a influência do mesmo ambiente institucional, político, cultural. A tendência é que adotem as mesmas práticas contábeis |
| H₅: A comparabilidade internacional das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados imóveis de companhias abertas do Brasil, do Chile e do Peru pertencentes a um mesmo setor de atuação é alta | Rejeita H ₅ – muitos setores ainda apresentaram comparabilidade baixa/moderada (Tabela 4) | Apesar de operarem em circunstâncias operacionais semelhantes, a possibilidade de a escolha discricionária pelos gestores pode ter facilitado o gerenciamento de resultados |
| H₆: A comparabilidade nacional das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados imóveis de companhias abertas do Brasil, do Chile e do Peru pertencentes a um mesmo setor de atuação é alta | Brasil, Chile e Peru: Rejeita H ₆ – muitos setores ainda apresentaram comparabilidade baixa/moderada (Tabela 3) | Idem à justificativa da H ₅ |
| H₇: A comparabilidade nacional das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados imóveis de companhias abertas do Brasil, do Chile e do Peru aumenta ao longo do tempo | Brasil: rejeita H ₇ – a comparabilidade nacional permaneceu a mesma (Gráfico 1) Chile e Peru: aceita H ₇ – a comparabilidade nacional está aumentando (Gráfico 1) | Brasil: mesmo com a adoção das IFRS as entidades brasileiras continuaram com apenas uma forma de mensuração subsequente de ativos imobilizados Chile e Peru: a comparabilidade está aumentando, o que denota que está havendo convergência de fato entre as práticas contábeis em ativos imobilizados nestes países |
| H₈: A comparabilidade internacional das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados imóveis de companhias abertas do Brasil, do Chile e do Peru aumenta ao longo do tempo | Aceita H ₈ – a comparabilidade internacional está aumentando (Gráfico 1) | A comparabilidade está aumentando, o que aponta para a existência de convergência de fato entre as práticas contábeis em ativos imobilizados nestes países |
| H₉: Existe uma associação negativa entre as companhias abertas auditadas pelas <i>big four</i> e a escolha do método do valor justo para a mensuração subsequente de ativos imobilizados imóveis | Rejeita H ₉ : a variável <i>big four</i> não foi significativa | Para a Teoria Institucional as escolhas contábeis dos gestores não são consequências de escolhas objetivas e racionais. As empresas optam por práticas vistas pela sociedade como as melhores, as mais adequadas |
| H₁₀: Existe associação positiva entre o nível de endividamento e a escolha do método do valor justo para a mensuração subsequente de ativos imobilizados imóveis | Rejeita H ₁₀ : a variável endividamento não foi significativa | Idem à justificativa da H ₉ |

(continua)

(conclusão)

| HIPÓTESE TESTADA | RESULTADO | POSSÍVEL JUSTIFICATIVA |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| H₁₁: As companhias abertas pertencentes ao mesmo país de domicílio tendem a optar pelas mesmas práticas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados imóveis | Aceita H ₁₁ : a variável país foi significativa | As práticas contábeis de determinado país são reflexos de aspectos originais desse país |
| H₁₂: A probabilidade de a companhia aberta escolher o método do valor justo é maior em países cujas normas domésticas pré-IFRS exigiam ou permitiam a reavaliação de ativos imobilizados imóveis | Aceita H ₁₂ : a variável pré-IFRS foi omitida do modelo por ser colinear com país, que foi significativa – sinal positivo | As práticas contábeis refletem sistematicamente as regras e regulamentos em vigor no país ao qual a companhia aberta se origina |
| H₁₃: Existe uma associação positiva entre os planos de incentivos e a escolha do método do valor justo na mensuração subsequente de ativos imobilizados imóveis | Aceita H ₁₃ : a variável remuneração foi significativa – sinal positivo | A remuneração dos gestores com base nos resultados contábeis pode influenciar as escolhas contábeis, pois o fato de a empresa ter lucro aumenta em 8,06% as chances de que optem pelo valor justo na mensuração subsequente de ativos imobilizados imóveis |
| H₁₄: Existe uma associação positiva entre a rentabilidade e a escolha do método do valor justo na mensuração subsequente de ativos imobilizados imóveis | Rejeita H ₁₄ : a variável rentabilidade foi significativa, porém com sinal negativo | As companhias abertas com índices de rentabilidade mais elevados têm 10,45% menos de chance de optar pelo valor justo na mensuração subsequente de ativos imobilizados imóveis |
| H₁₅: O setor de atuação das companhias abertas influencia a escolha de práticas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados imóveis | Aceita H ₁₅ : alguns setores de atuação apresentaram coeficientes significativos – sinal negativo | As circunstâncias operacionais das companhias abertas exercem influência sobre as escolhas contábeis dos gestores. Esses resultados são reflexos da representação fidedigna e da comparabilidade |
| H₁₆: Existe uma associação negativa entre o tamanho da empresa e a escolha do método do valor justo para mensuração subsequente de ativos imobilizados imóveis | Rejeita H ₁₆ : a variável tamanho não foi significativa | Idem à justificativa da H ₉ |
| H₁₇: Existe associação positiva entre o tempo e a escolha do método do valor justo para a mensuração subsequente de ativos imobilizados imóveis | Rejeita H ₁₇ : a variável tempo foi significativa, porém com sinal negativo | Com o passar do tempo as companhias abertas tendem a adotar o custo histórico para mensuração subsequente em ativos imobilizados imóveis. Uma possível explicação é que, para essas empresas, esse seja o método que melhor represente esses ativos |

No tópico seguinte são apresentados os resultados das análises escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados instalações e equipamentos.

B) Ativos Imobilizados Instalações e Equipamentos

Na Tabela 7 estão dispostas as escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados instalações e equipamentos, de 2009 a 2013.

Tabela 7 – Escolhas Contábeis em Ativos Imobilizados Instalações e Equipamentos

| | Instalações e Equipamentos – Tabulação das Escolhas Contábeis | | | | | | | | | | | | | | |
|--------------------|---------------------------------------------------------------|------|------|------|------|---------------|------|------|------|------|--------------|------|------|------|------|
| | BRASIL – N=100 | | | | | CHILE – N=100 | | | | | PERU – N=100 | | | | |
| | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 |
| Custo Histórico | 100 | 70 | 84 | 83 | 83 | 56 | 82 | 88 | 87 | 86 | 79 | 79 | 42 | 90 | 89 |
| <i>Deemed Cost</i> | 0 | 22 | 0 | 0 | 0 | 33 | 8 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 | 53 | 0 | 0 |
| Valor Justo | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 8 | 8 | 10 | 10 | 9 | 18 | 13 | 1 | 5 | 6 |
| Não divulga | 0 | 2 | 10 | 11 | 11 | 3 | 0 | 1 | 2 | 3 | 2 | 2 | 3 | 3 | 5 |
| Não aplica | 0 | 6 | 6 | 6 | 6 | 0 | 2 | 1 | 1 | 2 | 1 | 1 | 1 | 2 | 0 |

Antes da adoção das IFRS (em 2009), todas as companhias abertas brasileiras adotaram o método do custo histórico para mensuração subsequente de ativo imobilizado instalações e equipamentos, pois era o único método contábil permitido para a avaliação desse ativo. No ano de adoção das IFRS (2010), 22 entidades optaram por mensurar seus ativos imobilizados instalações e equipamentos ao custo atribuído, voltando a mensurar esses ativos ao custo histórico nos períodos subsequentes (de 2011 a 2013). Esse fato ocorreu, em virtude de no Brasil ter sido possível adotar um método contábil diferente do custo histórico para mensuração subsequente de ativos imobilizados no ano de adoção das IFRS.

Para o Chile, a maioria das companhias abertas optou pelo método do custo histórico em todos os exercícios sociais, inclusive nos períodos de adoção inicial (2009 e 2010), em que havia a possibilidade de se utilizar o método do custo atribuído para a mensuração subsequente de ativos imobilizados instalações e equipamentos (Tabela 7).

Quanto ao Peru, em todos os exercícios sociais a maioria das companhias abertas optou pelo método do custo histórico para mensuração subsequente de ativos imobilizados instalações e equipamentos, exceto no ano de adoção inicial das IFRS (em 2011). Assim como ocorreu com os ativos imobilizados imóveis, nas instalações e equipamentos também se percebeu uma mudança de comportamento das entidades quanto à mensuração subsequente desses ativos. Antes da adoção das IFRS parte das companhias abertas utilizavam o método do valor justo; após a adoção esse número reduziu significativamente (Tabela 7).

Na Tabela 8 é ilustrado o grau de comparabilidade nacional e internacional das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados instalações e equipamentos, das companhias abertas pertencentes ao Brasil, ao Chile e ao Peru, nos períodos de 2009 a 2013.

Tabela 8- Comparabilidade Nacional e Internacional dos Ativos Imobilizados Instalações e Equipamentos

| | Instalações e Equipamentos – Comparabilidade Nacional e Internacional | | | |
|-------------|-----------------------------------------------------------------------|-------|------|---------------|
| | Brasil | Chile | Peru | Internacional |
| 2009 | 1,00 | 0,51 | 0,70 | 0,66 |
| 2010 | 0,64 | 0,73 | 0,70 | 0,68 |
| 2011 | 1,00 | 0,82 | 0,51 | 0,63 |
| 2012 | 1,00 | 0,82 | 0,90 | 0,91 |
| 2013 | 1,00 | 0,83 | 0,88 | 0,91 |

Em relação ao Brasil, a comparabilidade nacional foi alta em todos os períodos, salvo o ano de adoção inicial das IFRS (2010), pois todas as companhias abertas adotaram o método do custo histórico para mensuração subsequente de ativos imobilizados instalações e equipamentos (Tabela 7), devido à vedação legal a qualquer outra forma de mensuração de ativos imobilizados. No ano de adoção inicial, por sua vez, a comparabilidade foi moderada, devido a parte das companhias abertas brasileiras terem optado pela utilização do método do custo atribuído (Tabela 7).

Quanto à comparabilidade nacional do Chile, verificou-se uma comparabilidade baixa/moderada nos exercícios de 2009 e 2010 (períodos de adoção inicial) e alta nos exercícios de 2011 a 2013 (Quadro 22). Esses achados decorrem do fato de que nos períodos de adoção inicial das IFRS, as companhias abertas chilenas diversificaram as suas escolhas contábeis, alternando entre os métodos do custo histórico, do valor justo e do custo atribuído. Nos exercícios seguintes, a maioria das entidades optou por mensurar os seus ativos imobilizados instalações e equipamentos pelo método do custo histórico (Tabela 7).

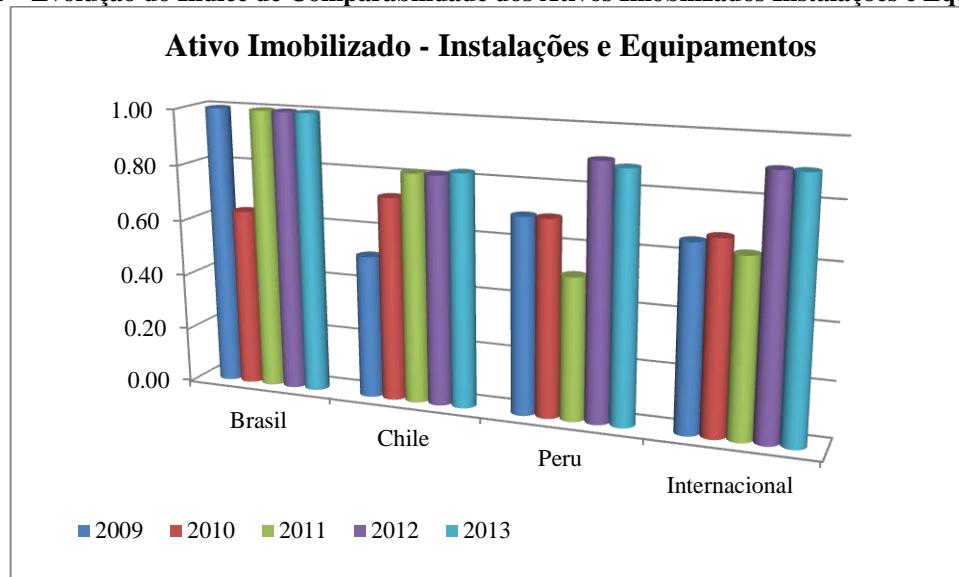
Quadro 22 – Interpretação da Comparabilidade dos Ativos Imobilizados Instalações e Equipamentos

| | Imóveis – Interpretação da Comparabilidade ^a | | | | |
|----------------------|---------------------------------------------------------|----------|----------|------|------|
| | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 |
| Brasil | alta | moderada | alta | alta | alta |
| Chile | baixa | moderada | alta | alta | alta |
| Peru | moderada | moderada | baixa | alta | alta |
| Internacional | moderada | moderada | moderada | alta | alta |

a. Comparabilidade interpretada de acordo com a escala de Taplin (2006).

O Peru, antes da adoção das IFRS (2009 e 2010), apresentava uma comparabilidade nacional moderada, pois enquanto a maior parte das companhias abertas adotava o método do custo histórico, a outra adotava o método do valor justo (Tabela 7 e Quadro 22). No ano de adoção (2011), a comparabilidade nacional foi baixa em virtude da possibilidade de mensuração subsequente de ativos imobilizados pelo custo atribuído, além dos dois outros métodos igualmente válidos (custo histórico e valor justo). Um maior número de escolhas contábeis refletiu em uma menor comparabilidade. Nos anos de 2012 e 2013, por mais que o método do valor justo pudesse ser utilizado, a maioria absoluta das entidades optou pelo método do custo histórico (Tabela 7).

No que diz respeito à comparabilidade internacional, identificou-se uma comparabilidade moderada nos períodos de adoção inicial (2009 a 2011) e uma comparabilidade alta nos dois últimos períodos (Quadro 22), quando as IFRS já haviam sido implementadas de maneira obrigatória nos três países, o que revela que está havendo um aumento da comparabilidade ao longo do tempo (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Evolução do Índice de Comparabilidade dos Ativos Imobilizados Instalações e Equipamentos

Com a finalidade de se analisar se a comparabilidade nacional por setor de atuação aumenta em relação à comparabilidade nacional por país, primeiramente tabulou-se as escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados instalações e equipamentos por setor (Apêndice F), para então calcular-se a comparabilidade setorial, como pode-se verificar na Tabela 9. Quanto aos resultados, verificou-se que em muitos setores a comparabilidade foi máxima em todos os períodos (a exemplo do setor de construção para o Chile e do setor imobiliário para o Peru), fato que não aconteceu na análise da comparabilidade por país. Esse resultado traz indícios de que esteja havendo uma comparabilidade de fato, pois as circunstâncias operacionais têm influenciado mais que as circunstâncias nacionais.

Tabela 9 – Comparabilidade Nacional dos Ativos Imobilizados Instalações e Equipamentos, por setor de atuação

| | INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS – COMPARABILIDADE NACIONAL POR SETOR | | | | | | | | | | | | | |
|-------|-----------------------------------------------------------------|------|------|------|------|-------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| | BRASIL | | | | | CHILE | | | | | PERU | | | |
| | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
| SET1 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,57 | 0,88 | 0,88 | 0,88 | 0,72 | 0,83 | 0,60 | 1,00 | 1,00 |
| SET2 | 1,00 | 0,52 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,82 | 0,82 | 1,00 | 1,00 | 0,53 | 0,65 | 0,80 | 0,80 | 0,80 |
| SET3 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,51 | 0,85 | 1,00 | 1,00 | 0,56 | 0,72 | 0,72 | 0,72 | 0,72 |
| SET4 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,56 | 1,00 | 1,00 |
| SET5 | 1,00 | 0,50 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,54 | 0,52 | 0,52 | 0,52 | 0,70 | 0,70 | 0,54 | 0,82 | 0,80 |
| SET6 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,72 | 0,68 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 |
| SET7 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,56 | 0,56 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,61 | 0,53 | 0,50 | 0,90 |
| SET8 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,56 | 0,63 | 1,00 |
| SET9 | 1,00 | 0,54 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,50 | 0,77 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,82 | 0,82 | 0,52 | 0,90 |
| SET10 | 1,00 | 0,63 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,72 | 0,59 | 0,59 | 0,59 | 0,76 | 1,00 | 1,00 | 0,63 | 1,00 |
| SET11 | 1,00 | 0,68 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,50 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,52 | 0,52 | 1,00 | 1,00 |
| SET12 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,63 | 0,63 | 0,63 | 0,63 | 0,63 | 1,00 | 1,00 | 0,50 | 1,00 |

SET1: setor de agro e pesca; SET2: setor de alimentos e bebidas; SET3: setor de comércio e eletroeletrônicos; SET4: setor de construção; SET5: setor de energia elétrica; SET6: setor imobiliário; SET7: setor de mineração; SET8: setor de minerais não metálicos; SET9: outros setores; SET10: setor de petróleo e gás e química; SET11: setor de siderurgia e metalúrgica; SET12: setor de telecomunicações.

Em relação à comparabilidade internacional das escolhas contábeis por setor de atuação, averiguou-se que todos os setores apresentaram uma comparabilidade moderada ou alta em todos os períodos (Tabela 10). Apenas em três momentos (setor de energia elétrica em 2010, setor de mineração em 2011 e setor de minerais não metálicos em 2011) verificou-se uma comparabilidade baixa. Muitos setores apresentaram uma comparabilidade alta em praticamente todos os períodos investigados (setor de construção, setor imobiliário, setor de minerais não metálicos, setor de telecomunicações). Esses resultados podem ser indicativos de que, em relação aos ativos imobilizados instalações e equipamentos, esteja havendo uma comparabilidade de fato.

Tabela 10 – Comparabilidade Internacional dos Ativos Imobilizados Instalações e Equipamentos, por setor de atuação

| INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS – COMPARABILIDADE INTERNACIONAL POR SETOR | | | | | | | | | | | | |
|----------------------------------------------------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|-------|-------|-------|
| | SET1 | SET2 | SET3 | SET4 | SET5 | SET6 | SET7 | SET8 | SET9 | SET10 | SET11 | SET12 |
| 2009 | 0,64 | 0,71 | 0,62 | 0,73 | 0,67 | 0,88 | 0,64 | 1,00 | 0,71 | 0,56 | 0,57 | 0,82 |
| 2010 | 0,76 | 0,67 | 0,86 | 1,00 | 0,53 | 0,87 | 0,57 | 0,78 | 0,69 | 0,68 | 0,68 | 0,82 |
| 2011 | 0,57 | 0,56 | 0,69 | 0,90 | 0,64 | 0,59 | 0,54 | 0,53 | 0,76 | 0,68 | 0,70 | 0,68 |
| 2012 | 0,93 | 0,92 | 0,93 | 1,00 | 0,72 | 1,00 | 0,92 | 1,00 | 0,96 | 0,77 | 1,00 | 0,82 |
| 2013 | 0,93 | 0,92 | 0,93 | 1,00 | 0,71 | 1,00 | 0,92 | 1,00 | 0,92 | 0,88 | 1,00 | 0,82 |

SET1: setor de agro e pesca; SET2: setor de alimentos e bebidas; SET3: setor de comércio e eletroeletrônicos; SET4: setor de construção; SET5: setor de energia elétrica; SET6: setor imobiliário; SET7: setor de mineração; SET8: setor de minerais não metálicos; SET9: outros setores; SET10: setor de petróleo e gás e química; SET11: setor de siderurgia e metalúrgica; SET12: setor de telecomunicações.

Quanto à análise das variáveis explicativas, na Tabela 11 são apresentados os resultados da regressão Probit para os ativos imobilizados instalações e equipamentos. A variável PGAAP foi omitida do modelo pelo próprio *software* STATA® por ser colinear com a variável PAIS. Da análise da Tabela 11 verificou-se que as variáveis *big four*, remuneração, tamanho e endividamento não foram estatisticamente significativas. Ou seja, as variáveis setor de atuação (especificamente o setor de energia elétrica), país, rentabilidade, relevância do saldo de ativos imobilizados e período de tempo influenciam as decisões dos gestores quanto à escolha do método de mensuração subsequente de ativos imobilizados instalações e equipamentos.

O setor de energia elétrica, por exemplo, apresentou um efeito marginal de 0,1417. Isso revela que o fato de a companhia aberta pertencer a este setor de atuação aumenta cerca de 14% as chances de que opte pelo método do valor justo para mensuração subsequente em ativos imobilizados instalações e equipamentos. Por outro lado, no ano de 2012 se obteve um efeito marginal de -0,1464, exprimindo que o fato da mensuração subsequente ocorrer em 2012, reduz em 14,64% as chances de que os gestores tenham optado pelo método do valor justo na mensuração subsequente em ativos imobilizados instalações e equipamentos.

Tabela 11 – Resumo da Regressão Probit – Ativos Imobilizados Instalações e Equipamentos

| EC | Efeitos Marginais | Desvio Padrão | Z | P> Z |
|-----------------------------|--------------------------|----------------------|----------|-----------------|
| SET2 | 0,0411 | 0,0367 | 1,120 | 0,263 |
| SET3 | 0,0308 | 0,0367 | 0,840 | 0,402 |
| SET4 | -0,0185 | 0,0420 | -0,440 | 0,659 |
| SET5 | 0,1417 | 0,0376 | 3,770 | 0,000*** |
| SET6 | -0,0092 | 0,0398 | -0,230 | 0,818 |
| SET7 | 0,0665 | 0,0365 | 1,820 | 0,069* |
| SET8 | -0,0298 | 0,0398 | -0,750 | 0,453 |
| SET9 | 0,0085 | 0,0292 | 0,290 | 0,772 |
| SET10 | 0,0868 | 0,0479 | 1,810 | 0,070* |
| SET11 | 0,0294 | 0,0410 | 0,720 | 0,474 |
| SET12 | 0,0285 | 0,0520 | 0,550 | 0,584 |
| BF | -0,0186 | 0,0248 | -0,750 | 0,454 |
| PAIS2 | 0,1101 | 0,0209 | 5,280 | 0,000*** |
| PAIS3 | 0,1428 | 0,0240 | 5,960 | 0,000*** |
| REM | 0,0503 | 0,0295 | 1,710 | 0,088* |
| TAM | -0,0073 | 0,0052 | -1,400 | 0,163 |
| ENDIV | 0,0010 | 0,0046 | 0,230 | 0,821 |
| RENT | -0,0779 | 0,0265 | -2,950 | 0,003*** |
| RELEV | 0,1002 | 0,0389 | 2,580 | 0,010*** |
| T2 | 0,0175 | 0,0319 | 0,550 | 0,583 |
| T3 | 0,0305 | 0,0308 | 0,990 | 0,321 |
| T4 | -0,1464 | 0,0244 | -6,010 | 0,000*** |
| T5 | -0,1414 | 0,0248 | -5,690 | 0,000*** |
| N | | | | 1.407 |
| chi2(21) | | | | 201,89 |
| Prob > chi2 | | | | 0,0000 |
| Pseudo R2 | | | | 0,1661 |
| Hosmer-Lemeshow (HL) | | | | 1.174,51 |
| Prob > HL | | | | 1,000 |
| Área da Curva ROC | | | | 0,7871 |

SET é a *dummy* por setor, sendo: SET2: setor de alimentos e bebidas; SET3: setor de comércio e eletroeletrônicos; SET4: setor de construção; SET5: setor de energia elétrica; SET6: setor imobiliário; SET7: setor de mineração; SET8: setor de minerais não metálicos; SET9: outros setores; SET10: setor de petróleo e gás e química; SET11: setor de siderurgia e metalúrgica; SET12: Telecomunicações. BF é a *dummy* de *big four*, PAIS é a *dummy* de país, em que PAIS2 é o Chile e PAIS3 é o Peru. REM é a *dummy* de remuneração dos gestores, TAM é o tamanho da empresa, ENDIV é o endividamento da entidade, RENT é o retorno sobre patrimônio líquido, RELEV é a relevância do saldo de imobilizado em relação ao ativo total e T é a *dummy* de tempo, em que: T2 é 2010, T3 é 2011, T4 é 2012 e T5 é 2013. PGAAP, inicialmente elencada, é a *dummy* de pré-IFRS e não apresentou coeficiente. Significância estatística: * p<0.1, ** p<0.05, *** p<0.01.

Por meio do teste *Hosmer-Lemeshow* verificou-se que a um nível nominal de significância de 5% existe associação entre as frequências observadas e as frequências previstas (p-valor=1,000), isto é, a regressão Probit proposta na Tabela 11 pode ser considerada como tendo um bom ajuste. Em relação à curva ROC (área=0,7871), no mesmo sentido, constatou-se que a regressão apresentada possui um poder discriminatório aceitável (Tabela 11).

Pela Tabela de classificação (Tabela 12) verificou-se que para os valores de Y=1 (isto é, valor justo), o modelo previu corretamente 63,64% das observações (sensibilidade). Para os valores de Y=0 (isto é, custo histórico), o modelo previu corretamente 75,29% das observações (especificidade). De modo geral, o modelo previu corretamente 73,56% das observações, isto é, 1.035 das 1.407 observações.

Tabela 12 – Tabela de Classificação da Regressão Probit – Ativos Imobilizados Instalações e Equipamentos

| OBSERVADO^d | Avaliação Posterior de PPI | | | % Correta |
|------------------------------|-----------------------------------|------------------|--------------|--------------------|
| | Valor Justo (+) | Custo (-) | Total | |
| Valor Justo =1 | 133 | 296 | 429 | 63,64 ^a |
| Custo = 0 | 76 | 902 | 978 | 75,29 ^b |
| Total | 209 | 1198 | 1407 | 73,56 ^c |

a. sensibilidade; b. especificidade; c. percentual de acerto do modelo; d. ponto de corte = 0,20.

No Quadro 23 são demonstrados os resultados às hipóteses referentes às variáveis explicativas do Ativo Imobilizado Instalações e Equipamentos.

Quadro 23 – Resultados das hipóteses referentes aos Ativos Imobilizados Instalações e Equipamentos

| HIPÓTESE TESTADA | RESULTADO | POSSÍVEL JUSTIFICATIVA |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| H₁: A comparabilidade nacional das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados instalações e equipamentos de companhias abertas do Brasil, do Chile e do Peru aumentou após a adoção obrigatória das IFRS | Brasil: rejeita H ₁ – a comparabilidade nacional era alta e continuou alta (Quadro 22) Chile: não foi possível identificar, pois parte das empresas fizeram a adoção em 2009 (Quadro 8) Peru: aceita H ₁ – a comparabilidade nacional era moderada e passou a ser alta (Quadro 22) | Brasil: antes da adoção das IFRS só existia um método contábil possível para mensuração subsequente de ativos imobilizados (custo histórico). Depois, apesar de a IAS 16 prever a avaliação também pelo valor justo, o Brasil não adotou Peru: as companhias abertas tornaram-se mais conservadoras |
| H₂: A comparabilidade internacional das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados instalações e equipamentos de companhias abertas do Brasil, do Chile e do Peru aumentou após a adoção obrigatória das IFRS | Aceita H ₂ – a comparabilidade internacional era moderada e passou a ser alta (Quadro 22) | O fato de os países terem adotado a mesma norma para o tratamento contábil dos ativos imobilizados fez com que a sua comparabilidade aumentasse |
| H₃: A comparabilidade internacional das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados instalações e equipamentos de companhias abertas do Brasil, do Chile e do Peru é baixa | Rejeita H ₃ – a comparabilidade internacional foi moderada/alta em todos os períodos (Quadro 22) | Apesar das diferenças no ambiente institucional, nas fontes de financiamento de recursos, na cultura etc. a comparabilidade internacional não foi baixa em nenhum período |
| H₄: A comparabilidade nacional das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados instalações e equipamentos de companhias abertas do Brasil, do Chile e do Peru é alta | Brasil, Chile e Peru: aceita H ₄ – a comparabilidade nacional foi alta em todos os períodos após a adoção das IFRS (Quadro 22) | Brasil: a comparabilidade foi alta em virtude da influência legal: no Brasil só é permitida a mensuração subsequente de ativo imobilizado pelo custo histórico Chile e Peru: possivelmente pelo fato de as empresas estarem sob o mesmo ambiente institucional, as escolhas contábeis da maioria dos gestores foi similar |

(continua)

(continuação)

| HIPÓTESE TESTADA | RESULTADO | POSSÍVEL JUSTIFICATIVA |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| H₅: A comparabilidade internacional das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados instalações e equipamentos de companhias abertas do Brasil, do Chile e do Peru pertencentes a um mesmo setor de atuação é alta | Rejeita H ₅ – muitos setores ainda apresentaram comparabilidade baixa/moderada (Tabela 10) | Apesar de operarem em circunstâncias operacionais semelhantes, a possibilidade de a escolha discricionária pelos gestores pode ter facilitado o gerenciamento de resultados |
| H₆: A comparabilidade nacional das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados instalações e equipamentos de companhias abertas do Brasil, do Chile e do Peru pertencentes a um mesmo setor de atuação é alta | Brasil, Chile e Peru: Rejeita H ₆ – muitos setores ainda apresentaram comparabilidade baixa/moderada (Tabela 9) | Idem à justificativa da H ₅ |
| H₇: A comparabilidade nacional das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados instalações e equipamentos de companhias abertas do Brasil, do Chile e do Peru aumenta ao longo do tempo | Brasil: rejeita H ₇ – a comparabilidade nacional está reduzindo (Gráfico 2) Chile e Peru: aceita H ₇ – a comparabilidade nacional está aumentando (Gráfico 2) | Brasil: mesmo com a adoção das IFRS as entidades brasileiras continuaram com apenas uma forma de mensuração subsequente de ativos imobilizados Chile e Peru: a comparabilidade está aumentando, o que exprime que está havendo convergência de fato entre as práticas contábeis em ativos imobilizados nestes países |
| H₈: A comparabilidade internacional das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados instalações e equipamentos de companhias abertas do Brasil, do Chile e do Peru aumenta ao longo do tempo | Aceita H ₈ – a comparabilidade internacional está aumentando (Gráfico 2) | A comparabilidade está aumentando, o que revela que está havendo convergência de fato entre as práticas contábeis em ativos imobilizados nestes países |
| H₉: Existe uma associação negativa entre as companhias abertas auditadas pelas big four e a escolha do método do valor justo para a mensuração subsequente de ativos imobilizados instalações e equipamentos | Rejeita H ₉ : a variável <i>big four</i> não foi significativa | Para a Teoria Institucional as escolhas contábeis dos gestores não são consequências de escolhas objetivas e racionais. As empresas optam por práticas vistas pela sociedade como as melhores, as mais adequadas |
| H₁₀: Existe associação positiva entre o nível de endividamento e a escolha do método do valor justo para a mensuração subsequente de ativos imobilizados instalações e equipamentos | Rejeita H ₁₀ : a variável endividamento não foi significativa | Idem à justificativa da H ₉ |
| H₁₁: As companhias abertas pertencentes ao mesmo país de domicílio tendem a optar pelas mesmas práticas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados instalações e equipamentos | Aceita H ₁₁ : a variável país foi significativa | A formação histórica de cada país, a influência cultural recebida, além de características como o sistema profissional dos contadores podem influenciar nas práticas contábeis diferenciadas |
| H₁₂: A probabilidade de a companhia aberta escolher o método do valor justo é maior em países cujas normas domésticas pré-IFRS exigiam ou permitiam a reavaliação de ativos imobilizados instalações e equipamentos | Aceita H ₁₂ : a variável pré-IFRS foi omitida do modelo por ser colinear com país, que foi significativa – sinal positivo | As práticas contábeis refletem sistematicamente as regras e regulamentos em vigor no país ao qual a companhia aberta se origina |

(continua)

(conclusão)

| HIPÓTESE TESTADA | RESULTADO | POSSÍVEL JUSTIFICATIVA |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| H₁₃: Existe uma associação positiva entre os planos de incentivos e a escolha do método do valor justo na mensuração subsequente de ativos imobilizados instalações e equipamentos | Rejeita H ₁₃ : a variável remuneração não foi significativa | Idem à justificativa da H ₉ |
| H₁₄: Existe uma associação positiva entre a rentabilidade e a escolha do método do valor justo na mensuração subsequente de ativos imobilizados instalações e equipamentos | Rejeita H ₁₄ : a variável rentabilidade foi significativa, porém com sinal negativo | As companhias abertas com índices de rentabilidade mais elevados têm 7,79% menos de chance de optar pelo valor justo na mensuração subsequente de ativos imobilizados instalações e equipamentos |
| H₁₅: O setor de atuação das companhias abertas influencia a escolha de práticas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados instalações e equipamentos | Aceita H ₁₅ : o setor de energia elétrica apresentou coeficiente significativo – sinal positivo | As circunstâncias operacionais das companhias abertas podem exercer influência sobre as escolhas contábeis dos gestores |
| H₁₆: Existe uma associação negativa entre o tamanho da empresa e a escolha do método do valor justo para mensuração subsequente de ativos imobilizados instalações e equipamentos | Rejeita H ₁₆ : a variável tamanho não foi significativa | Idem à justificativa da H ₉ |
| H₁₇: Existe associação positiva entre o tempo e a escolha do método do valor justo para a mensuração subsequente de ativos imobilizados instalações e equipamentos | Rejeita H ₁₇ : a variável tempo foi significativa, porém com sinal negativo | Com o passar do tempo as companhias abertas tendem a adotar o custo histórico para mensuração subsequente em ativos imobilizados instalações e equipamentos. Uma possível implicação é que para essas empresas esse seja o método que melhor represente esses ativos |

No tópico 4.1.3 são apresentados os resultados das análises das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos intangíveis.

4.1.3 Análise e Discussão dos Resultados para os Ativos Intangíveis (IAS 38)

Partindo-se para a análise da comparabilidade nacional e internacional dos ativos intangíveis das companhias abertas pertencentes ao Brasil, ao Chile e ao Peru, primeiramente identificaram-se as escolhas contábeis dos gestores na mensuração subsequente desses ativos, conforme ilustrado na Tabela 13.

Tabela 13 – Escolhas Contábeis em Ativos Intangíveis

| | Ativos Intangíveis – Tabulação das Escolhas Contábeis | | | | | | | | | | | | | | |
|-----------------|-------------------------------------------------------|------|------|------|------|---------------|------|------|------|------|--------------|------|------|------|------|
| | BRASIL – N=100 | | | | | CHILE – N=100 | | | | | PERU – N=100 | | | | |
| | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 |
| Custo Histórico | 78 | 90 | 86 | 86 | 87 | 75 | 81 | 78 | 80 | 80 | 59 | 58 | 64 | 67 | 68 |
| Deemed Cost | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 |
| Valor Justo | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 2 | 2 | 2 | 1 | 1 | 1 |
| Não divulga | 19 | 6 | 9 | 9 | 8 | 8 | 8 | 6 | 6 | 5 | 18 | 21 | 14 | 12 | 13 |
| Não aplica | 3 | 4 | 5 | 5 | 13 | 10 | 15 | 13 | 13 | 21 | 19 | 19 | 20 | 18 | |

Em relação ao Brasil, nenhuma companhia aberta optou pelo método do valor justo em nenhum dos períodos analisados e nem pelo método do custo atribuído no ano de adoção inicial das IFRS. Isso ocorreu em virtude da vedação da lei brasileira à essas escolhas contábeis. No Brasil só é permitido mensurar os seus ativos intangíveis pelo método do custo histórico.

Quanto ao Chile e ao Peru, a maioria das companhias abertas escolheu o método do custo histórico para mensuração subsequente de ativos intangíveis, apesar da possibilidade da escolha do método do valor justo. Mesmo no momento da adoção inicial, poucas companhias abertas (cinco chilenas e duas peruanas) optaram por avaliar seus ativos intangíveis pelo método do custo atribuído. Especificamente em relação ao Peru, constatou-se um elevado nível de não evidenciação das informações contábeis referente à mensuração subsequente de ativos intangíveis. A não evidenciação também foi verificada no Brasil e no Chile, porém em menor quantidade.

Na Tabela 14 são demonstrados os resultados da comparabilidade nacional e internacional das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos intangíveis do Brasil, do Chile e do Peru, para os períodos de 2009 a 2013. Em relação ao Brasil, identificou-se uma comparabilidade alta em todos os períodos investigados em virtude das vedações do custo atribuído na adoção inicial e da avaliação ao valor justo na mensuração subsequente de ativos intangíveis. Assim, para o Brasil, a adoção das IFRS não alterou a comparabilidade nacional das escolhas contábeis em ativos intangíveis.

Tabela 14 – Comparabilidade Nacional e Internacional dos Ativos Intangíveis

| Intangíveis – Comparabilidade Nacional e Internacional | | | | |
|---------------------------------------------------------------|---------------|--------------|-------------|----------------------|
| | Brasil | Chile | Peru | Internacional |
| 2009 | 1,00 | 0,90 | 0,94 | 0,95 |
| 2010 | 1,00 | 0,98 | 0,94 | 0,97 |
| 2011 | 1,00 | 0,98 | 0,91 | 0,97 |
| 2012 | 1,00 | 0,98 | 0,97 | 0,98 |
| 2013 | 1,00 | 0,95 | 0,97 | 0,98 |

Em relação ao Chile e ao Peru, a comparabilidade foi alta em todos os períodos, inclusive antes da adoção das IFRS e durante a adoção inicial (Quadro 24). Apesar de a existência de escolhas contábeis para a mensuração subsequente de ativos intangíveis, quase nenhuma companhia aberta chilena e peruana optou pelo método do valor justo ou do custo atribuído na avaliação desses ativos (Tabela 13). Por mais que as IFRS prevejam escolhas contábeis, as práticas contábeis adotadas pelas companhias abertas do Chile e do Peru (que adotaram as IFRS sem modificações) foram similares às adotadas pelas companhias abertas do Brasil (que vedou as escolhas contábeis previstas na Norma Internacional).

Por conseguinte, a comparabilidade internacional dos ativos intangíveis foi alta em todos os períodos investigados (Quadro 24). Em 2013, por exemplo, que apresentou um índice de comparabilidade de 0,98 (Tabela 14), exprime que se duas empresas abertas (excluindo-se as que não divulgaram suas escolhas contábeis) forem selecionadas de forma aleatória no Brasil, no Chile e/ou no Peru em 2013, há 98% de chance de que elas tenham optado pelos mesmos métodos contábeis na mensuração subsequente de ativos intangíveis.

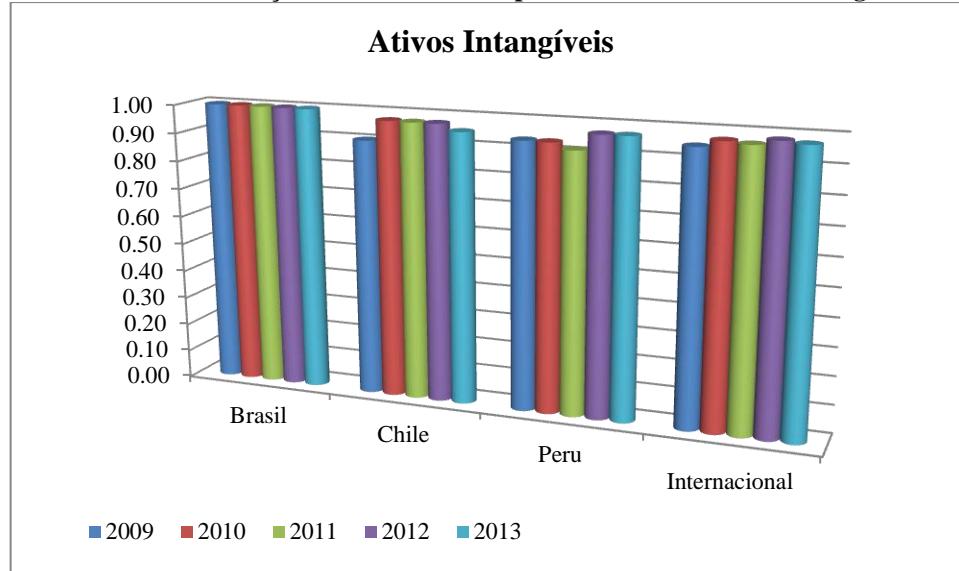
Quadro 24 – Interpretação da Comparabilidade dos Ativos Imobilizados Intangíveis

| | Imóveis – Interpretação da Comparabilidade ^a | | | | |
|----------------------|---------------------------------------------------------|------|------|------|------|
| | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 |
| Brasil | alta | alta | alta | alta | alta |
| Chile | alta | alta | alta | alta | alta |
| Peru | alta | alta | alta | alta | alta |
| Internacional | alta | alta | alta | alta | alta |

a. Comparabilidade interpretada de acordo com a escala de Taplin (2006).

Quanto à análise da comparabilidade nacional e da comparabilidade internacional ao longo do tempo, constatou-se que mesmo estas tendo se apresentado com valores altos em todos os exercícios sociais investigados (Quadro 24) a comparabilidade está aumentando com o passar dos anos (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Evolução do Índice de Comparabilidade dos Ativos Intangíveis



Em relação à análise da comparabilidade nacional das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos intangíveis por setor de atuação, verificou-se que quase a totalidade dos setores apresentaram um índice de comparabilidade com valores máximos (Tabela 15). Apenas em dois momentos a comparabilidade foi baixa ou moderada (em 2009, o setor de construção para o Chile; e em 2011, o setor imobiliário para o Peru), em todos os outros, foi alta/máxima. Esses achados são justificados pela preferência das entidades dos três

países pelo método do custo histórico na mensuração subsequente de ativos intangíveis (Apêndice G).

Tabela 15 – Comparabilidade Nacional dos Ativos Intangíveis, por setor de atuação

| ATIVOS INTANGÍVEIS – COMPARABILIDADE NACIONAL POR SETOR DE ATUAÇÃO | | | | | | | | | | | | | | | |
|---------------------------------------------------------------------------|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|--------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | BRASIL | | | | | CHILE | | | | PERU | | | | | |
| | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 |
| SET1 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,87 | 0,88 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 |
| SET2 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,82 | 0,82 | 0,82 | 1,00 | 1,00 | 0,78 | 1,00 | 1,00 | 1,00 |
| SET3 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,80 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 |
| SET4 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,56 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 |
| SET5 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 |
| SET6 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,50 | 1,00 | 1,00 |
| SET7 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,88 | 0,87 | 1,00 | 1,00 | 1,00 |
| SET8 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 |
| SET9 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,70 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,85 | 0,86 | 0,86 | 0,87 | 0,88 |
| SET10 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 |
| SET11 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 |
| SET12 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 |

SET1: setor de agro e pesca; SET2: setor de alimentos e bebidas; SET3: setor de comércio e eletroeletrônicos; SET4: setor de construção; SET5: setor de energia elétrica; SET6: setor imobiliário; SET7: setor de mineração; SET8: setor de minerais não metálicos; SET9: outros setores; SET10: setor de petróleo e gás e química; SET11: setor de siderurgia e metalúrgica; SET12: setor de telecomunicações.

Em relação à comparabilidade internacional das escolhas contábeis por setor de atuação, constatou-se que todos os setores apresentaram comparabilidade alta ou máxima em todos os períodos (Tabela 16). Nenhum setor apresentou comparabilidade internacional baixa ou moderada, o que demonstra que as escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos intangíveis são altamente comparáveis. O setor de telecomunicações, por exemplo, apresentou índice de comparabilidade máximo em todos os períodos (Tabela 16), indicando que se duas companhias abertas forem selecionadas de forma aleatória (excluindo-se as entidades que não divulgaram as suas escolhas contábeis) no Brasil, no Chile e/ou no Peru, há 100% de chance que elas tenham optado pelo mesmo método contábil na mensuração subsequente de ativos intangíveis (que, no caso é o custo histórico – Apêndice G).

Tabela 16 – Comparabilidade Internacional dos Ativos Intangíveis, por setor de atuação

| ATIVOS INTANGÍVEIS – COMPARABILIDADE INTERNACIONAL POR SETOR DE ATUAÇÃO | | | | | | | | | | | | |
|--------------------------------------------------------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|--------------|--------------|--------------|------|
| SET1 | SET2 | SET3 | SET4 | SET5 | SET6 | SET7 | SET8 | SET9 | SET10 | SET11 | SET12 | |
| 2009 | 0,90 | 1,00 | 1,00 | 0,88 | 1,00 | 1,00 | 0,91 | 1,00 | 0,85 | 1,00 | 1,00 | 1,00 |
| 2010 | 0,90 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,90 | 1,00 | 0,95 | 1,00 | 1,00 | 1,00 |
| 2011 | 1,00 | 0,84 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,76 | 1,00 | 1,00 | 0,95 | 1,00 | 1,00 | 1,00 |
| 2012 | 1,00 | 0,92 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,95 | 1,00 | 1,00 | 1,00 |
| 2013 | 1,00 | 0,92 | 0,92 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,95 | 1,00 | 1,00 | 1,00 |

SET1: setor de agro e pesca; SET2: setor de alimentos e bebidas; SET3: setor de comércio e eletroeletrônicos; SET4: setor de construção; SET5: setor de energia elétrica; SET6: setor imobiliário; SET7: setor de mineração; SET8: setor de minerais não metálicos; SET9: outros setores; SET10: setor de petróleo e gás e química; SET11: setor de siderurgia e metalúrgica; SET12: setor de telecomunicações.

Na Tabela 17 são apresentados os resultados da regressão Logit para os ativos intangíveis. O próprio sistema excluiu o Brasil da regressão, pois este país não escolheu o valor justo em nenhum dos anos investigados. A variável PGAAP foi omitida do modelo pelo

STATA® para se evitar a colinearidade com a variável PAIS. Os setores de (a) energia elétrica, (b) minerais não metálicos, (c) petróleo e gás e química, (d) siderurgia e metalúrgica, e (e) telecomunicações foram excluídos da regressão, pois todas as companhias abertas pertencentes a estes setores escolheram o método de custo histórico para mensuração subsequente em ativos intangíveis em todos os períodos.

Tabela 17 – Resumo da Regressão Logit – Ativo Intangível

| EC | Efeitos Marginais | Desvio Padrão | Z | P> Z |
|-----------------------------|-------------------|---------------|--------|---------------|
| SET2 | 0,0290 | 0,0403 | 0,720 | 0,471 |
| SET3 | -0,0183 | 0,0259 | -0,700 | 0,481 |
| SET4 | 0,0220 | 0,0497 | 0,440 | 0,659 |
| SET6 | 0,0454 | 0,0708 | 0,640 | 0,521 |
| SET7 | -0,0172 | 0,0214 | -0,800 | 0,421 |
| SET9 | 0,0271 | 0,0271 | 1,000 | 0,317 |
| BF | -0,0582 | 0,0260 | -2,240 | 0,025** |
| PAIS3 | -0,0021 | 0,0164 | -0,130 | 0,897 |
| REM | 0,0065 | 0,0345 | 0,190 | 0,850 |
| TAM | 0,0192 | 0,0065 | 2,980 | 0,003*** |
| ENDIV | 0,0026 | 0,0021 | 1,250 | 0,210 |
| RENT | -0,0018 | 0,0171 | -0,100 | 0,917 |
| RELEV | 0,1417 | 0,0727 | 1,950 | 0,051** |
| T2 | -0,0522 | 0,0299 | -1,750 | 0,081* |
| T3 | -0,0216 | 0,0344 | -0,630 | 0,529 |
| T4 | -0,0554 | 0,0291 | -1,910 | 0,057* |
| T5 | -0,0450 | 0,0312 | -1,440 | 0,150 |
| N | | | | 485 |
| chi2(21) | | | | 54,74 |
| Prob > chi2 | | | | 0,0000 |
| Pseudo R2 | | | | 0,1852 |
| Hosmer-Lemeshow (HL) | | | | 973,68 |
| Prob > HL | | | | 0,0000 |
| Área da Curva ROC | | | | 0,8055 |

SET é a *dummy* por setor, sendo: SET2: setor de alimentos e bebidas; SET3: setor de comércio e eletrônicos; SET4: setor de construção; SET6: setor imobiliário; SET7: setor de mineração; SET9: outros setores. Os outros setores inicialmente elencados (SET5: energia elétrica; SET8: minerais não metálicos; SET10: petróleo e gás e química; SET11: siderurgia e metalúrgica; SET12: Telecomunicações) não apresentaram coeficientes. BF é a *dummy* de *big four*, PAIS é a *dummy* de país, em que PAIS2 é o Chile e PAIS3 é o Peru. REM é a *dummy* de remuneração dos gestores, TAM é o tamanho da empresa, ENDIV é o endividamento da entidade, RENT é o retorno sobre patrimônio líquido, RELEV é a relevância do saldo de imobilizado e T é a *dummy* de tempo, em que: T2 é 2010, T3 é 2011, T4 é 2012 e T5 é 2013. A variável PGAAP (*dummy* de pré-IFRS) inicialmente elencada também não apresentou coeficiente. Significância estatística: * p<0,1, ** p<0,05, *** p<0,01.

Pelos dados identificados na análise da Tabela 17 constatou-se que as variáveis *big four*, tamanho e relevância do saldo dos ativos intangíveis foram estatisticamente significativas. As outras variáveis (setor de atuação, país, remuneração, endividamento, rentabilidade e tempo) não podem ser consideradas como explicativas das escolhas contábeis

dos gestores na mensuração subsequente em ativos intangíveis (não apresentaram significância estatística).

Para a variável *big four*, por exemplo, que apresentou um efeito marginal de -0,0582, denota que o fato de a companhia aberta ser auditada por uma das empresas consideradas *big four* reduz em 5,82% as chances de que optem pelo método do valor justo para mensuração subsequente de ativos intangíveis (Tabela 17). No que tange à variável relevância do saldo de ativos intangíveis, entendeu-se que quanto maior a importância dos ativos intangíveis em relação ao ativo total, menor é a probabilidade de que a companhia aberta opte pelo método do valor justo (Tabela 17).

Por meio do teste *Hosmer-Lemeshow* constatou-se que a um nível nominal de significância de 5% não há associação entre as frequências observadas e as frequências previstas (*p*-valor=0,0000), o que se remeteria a afirmar que o modelo Logit proposto na Tabela 17 não teria um bom ajuste. Contudo, pela curva ROC (área=0,8055) constatou-se que a regressão apresenta um poder discriminatório excelente, fato confirmado pelos resultados da tabela de classificação do modelo (Tabela 18).

Pela Tabela de classificação verificou-se que para os valores de Y=1 (ou seja, valor justo), o modelo previu corretamente 61,11% das observações (sensibilidade). Para os valores de Y=0 (ou seja, custo histórico), o modelo previu corretamente 80,51% das observações (especificidade). De modo geral, o modelo previu corretamente 79,79% das observações, isto é, 387 das 485 observações.

Tabela 18 – Tabela de Classificação da Regressão Logit Ativo Intangível

| OBSERVADO^d | Avaliação Posterior de PPI | | | % Correta |
|------------------------------|-----------------------------------|------------------|--------------|--------------------|
| | Valor Justo (+) | Custo (-) | Total | |
| Valor Justo =1 | 11 | 91 | 102 | 61,11 ^a |
| Custo = 0 | 07 | 376 | 383 | 80,51 ^b |
| Total | 18 | 467 | 485 | 79,79 ^c |

a. sensibilidade; b. especificidade; c. percentual de acerto do modelo; d. ponto de corte = 0,05.

No Quadro 25 ilustra-se os resultados das hipóteses referentes às variáveis explicativas do Ativo Intangível.

Quadro 25 – Resultados das hipóteses referentes aos Ativos Intangíveis

| HIPÓTESE TESTADA | RESULTADO | POSSÍVEL JUSTIFICATIVA |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| H₁: A comparabilidade nacional das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos intangíveis de companhias abertas do Brasil, do Chile e do Peru aumentou após a adoção obrigatória das IFRS | Brasil: rejeita H ₁ – a comparabilidade nacional era alta e permaneceu alta (Quadro 24) Chile: não foi possível identificar, pois parte das empresas adotou as IFRS em 2009 (Quadro 8) Peru: rejeita H ₁ – a comparabilidade nacional não foi afetada pela adoção – era alta e permaneceu alta (Quadro 24) | Brasil: a legislação brasileira vedou a mensuração subsequente de ativos intangíveis ao custo atribuído e/ou ao valor justo. Como só é possível uma forma de avaliação de intangível, a comparabilidade não se alterou Peru: o fato de a maioria das empresas ter optado pelo custo histórico foi o maior motivador para a comparabilidade não ter se alterado no Peru |
| H₂: A comparabilidade internacional das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos intangíveis de companhias abertas do Brasil, do Chile e do Peru aumentou após a adoção obrigatória das IFRS | Rejeita H ₂ – a comparabilidade internacional não se alterou – era alta e permaneceu alta (Quadro 24) | O fato de os países terem adotado a mesma norma para o tratamento contábil dos ativos intangíveis não afetou a comparabilidade, que já era alta antes da adoção das IFRS |
| H₃: A comparabilidade internacional das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos intangíveis de companhias abertas do Brasil, do Chile e do Peru é baixa | Rejeita H ₃ – a comparabilidade internacional foi alta em todos os períodos (Quadro 24) | Apesar da opção dada pela norma para a mensuração ao custo atribuído e/ou pelo valor justo, a maioria das companhias abertas dos três países optou por avaliar seus ativos intangíveis ao custo histórico |
| H₄: A comparabilidade nacional das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos intangíveis de companhias abertas do Brasil, do Chile e do Peru é alta | Brasil, Chile e Peru: aceita H ₄ – a comparabilidade nacional foi alta em todos os períodos, depois da adoção das IFRS (Quadro 24) | Brasil: a comparabilidade foi alta em virtude da influência legal: no Brasil só é permitida a mensuração subsequente de ativo intangível pelo custo histórico Chile e Peru: possivelmente pelo fato de as empresas estarem sob o mesmo ambiente institucional, as escolhas contábeis da maioria dos gestores foi similar: custo histórico |
| H₅: A comparabilidade internacional das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos intangíveis de companhias abertas do Brasil, do Chile e do Peru pertencentes a um mesmo setor de atuação é alta | Aceita H ₅ – todos os setores apresentaram comparabilidade alta (Tabela 16) | As empresas que operam em circunstâncias operacionais semelhantes adotam o mesmo tratamento contábil para as transações semelhantes, independentemente do seu domicílio |
| H₆: A comparabilidade nacional das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos intangíveis de companhias abertas do Brasil, do Chile e do Peru pertencentes a um mesmo setor de atuação é alta | Brasil, Chile e Peru: Aceita H ₆ – todos os setores apresentaram comparabilidade alta (Tabela 15) | As empresas que operam em circunstâncias operacionais semelhantes adotam o mesmo tratamento contábil para as transações semelhantes |
| H₇: A comparabilidade nacional das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos intangíveis de companhias abertas do Brasil, do Chile e do Peru aumenta ao longo do tempo | Brasil: Rejeita H ₇ – a comparabilidade nacional não aumentou, permaneceu estável Chile e Peru: Aceita H ₇ – a comparabilidade nacional está aumentando (Gráfico 3) | Brasil: A comparabilidade não está aumentando ao longo do tempo, está estável e com o seu valor máximo, pelo fato de todas as empresas adotarem o método do custo histórico Chile e Peru: A comparabilidade está aumentando, o que denota que está havendo convergência de fato entre as práticas contábeis em ativos intangíveis nos dois países |

(continua)

(conclusão)

| HIPÓTESE TESTADA | RESULTADO | POSSÍVEL JUSTIFICATIVA |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| H₈: A comparabilidade internacional das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos intangíveis de companhias abertas do Brasil, do Chile e do Peru aumenta ao longo do tempo | Aceita H ₈ – a comparabilidade internacional está aumentando, o que exprime que está havendo convergência de fato entre as práticas contábeis em ativos intangíveis nos três países | A comparabilidade está aumentando, o que exprime que está havendo convergência de fato entre as práticas contábeis em ativos intangíveis nos três países |
| H₉: Existe uma associação negativa entre as companhias abertas auditadas pelas big four e a escolha do método do valor justo para a mensuração subsequente de ativos intangíveis | Aceita H ₉ : a variável <i>big four</i> foi significativa – sinal negativo | As companhias abertas auditadas pelas <i>big four</i> tendem a ser mais conservadoras, pois as empresas de auditoria podem ser vistas como restrições ao uso indevido das escolhas contábeis |
| H₁₀: Existe associação positiva entre o nível de endividamento e a escolha do método do valor justo para a mensuração subsequente de ativos intangíveis | Rejeita H ₁₀ : a variável endividamento não foi significativa | Para a Teoria Institucional as escolhas contábeis dos gestores não são consequências de escolhas objetivas e racionais. As empresas optam por práticas vistas pela sociedade como as melhores, as mais adequadas |
| H₁₁: As companhias abertas pertencentes ao mesmo país de domicílio tendem a optar pelas mesmas práticas contábeis na mensuração subsequente de ativos intangíveis | Rejeita H ₁₁ : a variável país não foi significativa | Idem à justificativa da H ₁₀ |
| H₁₂: A probabilidade de a companhia aberta escolher o método do valor justo é maior em países cujas normas domésticas pré-IFRS exigiam ou permitiam a reavaliação de ativos intangíveis | Rejeita H ₁₂ : a variável pré-IFRS foi omitida do modelo por ser colinear com a variável país, que não foi significativa | Idem à justificativa da H ₁₀ |
| H₁₃: Existe uma associação positiva entre os planos de incentivos e a escolha do método do valor justo na mensuração subsequente de ativos intangíveis | Rejeita H ₁₃ : a variável remuneração não foi significativa | Idem à justificativa da H ₁₀ |
| H₁₄: Existe uma associação positiva entre a rentabilidade e a escolha do método do valor justo na mensuração subsequente de ativos intangíveis | Rejeita H ₁₄ : a variável rentabilidade não foi significativa | Idem à justificativa da H ₁₀ |
| H₁₅: O setor de atuação das companhias abertas influencia a escolha de práticas contábeis na mensuração subsequente de ativos intangíveis | Rejeita H ₁₅ : a variável setor de atuação não foi significativa | Idem à justificativa da H ₁₀ |
| H₁₆: Existe uma associação negativa entre o tamanho da empresa e a escolha do método do valor justo para mensuração subsequente de ativos intangíveis | Rejeita H ₁₆ : a variável tamanho foi significativa, porém com sinal positivo | Para a mensuração subsequente de ativos intangíveis, quanto maior o tamanho do ativo intangível, maior a probabilidade de que a empresa opte pelo método do valor justo |
| H₁₇: Existe associação positiva entre o tempo e a escolha do método do valor justo para a mensuração subsequente de ativos intangíveis | Rejeita H ₁₇ : a variável tempo não foi significativa | A experiência com o uso das IFRS não é um fator que interfere na escolha dos gestores para o método do valor justo na mensuração subsequente de ativos intangíveis |

No tópico 4.1.4 são apresentados os resultados das análises escolhas contábeis na mensuração subsequente de propriedades para investimento.

4.1.4 Análise e Discussão dos Resultados para as Propriedades para Investimento (IAS 40)

Para a análise da comparabilidade nacional e internacional das PPI, primeiramente tabulou-se as escolhas contábeis de cada companhia aberta investigada, conforme Tabela 19.

Tabela 19 – Escolhas Contábeis em Propriedades para Investimento

| | Propriedades para Investimento – Tabulação das Escolhas Contábeis | | | | | | | | | | | | | | |
|--------------------|-------------------------------------------------------------------|------|------|------|------|---------------|------|------|------|--------------|------|------|------|------|------|
| | BRASIL – N=100 | | | | | CHILE – N=100 | | | | PERU – N=100 | | | | | |
| | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 |
| Custo Histórico | 0 | 7 | 11 | 11 | 6 | 14 | 21 | 23 | 24 | 24 | 10 | 11 | 7 | 11 | 12 |
| <i>Deemed Cost</i> | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 7 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 7 | 0 | 0 |
| Valor Justo | 1 | 5 | 7 | 7 | 10 | 8 | 11 | 14 | 13 | 11 | 4 | 4 | 6 | 10 | 12 |
| Não divulga | 1 | 8 | 7 | 5 | 6 | 0 | 4 | 2 | 2 | 2 | 1 | 0 | 1 | 2 | 1 |
| Não aplica | 98 | 80 | 75 | 77 | 78 | 71 | 64 | 61 | 61 | 63 | 85 | 85 | 79 | 77 | 75 |

Em referência às PPI das companhias abertas brasileiras constatou-se que grande parte das empresas não divulgaram se reconheciam esse ativo ao custo histórico ou ao valor justo. Das entidades que divulgaram tais informações, as escolhas contábeis dos gestores variaram entre os dois métodos. Ao se fazer uma análise temporal das escolhas contábeis, verificou-se que as companhias abertas brasileiras estão mais propensas a adotar o método do valor justo, pois embora a maioria ainda adote o método do custo histórico, o número de entidades que utiliza o método do valor justo tem aumentado com o passar dos exercícios sociais.

O Chile, por sua vez, apresentou uma maior divulgação (se comparado ao Brasil) e as escolhas contábeis dos gestores também oscilaram entre os dois métodos de mensuração subsequente de PPI: custo histórico e valor justo. Entretanto, ao contrário do comportamento apresentado pelas companhias abertas brasileiras, as chilenas estão mais propensas a adotar o método do custo histórico, pois o número de empresas que o adota é superior ao que adota o método do valor justo e essa quantidade tem aumentado ao longo do tempo.

As companhias abertas peruanas divulgaram mais as suas escolhas contábeis na mensuração subsequente de PPI, se comparado ao Brasil e ao Peru. Em relação ao método escolhido para avaliação de PPI, constatou-se que o custo histórico e o valor justo também têm sido adotados pelas companhias abertas peruanas com incidência similar.

Na Tabela 20 são apresentados os resultados da comparabilidade nacional e internacional das escolhas contábeis na mensuração subsequente de PPI, das companhias abertas do Brasil, do Chile e do Peru, de 2009 a 2013.

Em relação às companhias abertas brasileiras, por mais que em 2009 a comparabilidade era plena e com a adoção das IFRS (em 2010) seu valor reduziu drasticamente (Tabela 20), não se pode afirmar que a comparabilidade das escolhas contábeis na mensuração subsequente de PPI diminuiu com a adoção das Normas Internacionais. O fato

é que em 2009 apenas duas entidades tinham PPI reconhecidas no seu Balanço Patrimonial e apenas uma delas evidenciou sua escolha contábil (Tabela 19). Assim, a comparabilidade máxima em 2009 se deu em virtude de apenas uma companhia aberta ter divulgado sua escolha contábil em relação à mensuração subsequente de PPI. Todavia, de 2010 a 2013 a comparabilidade foi baixa devido a parte das entidades ter optado pelo método do custo histórico e parte ter optado pelo método do valor justo (Tabela 19 e Quadro 26). O fato de existirem escolhas contábeis possibilitou que as escolhas contábeis fossem diversificadas, mesmo no contexto de um mesmo país.

Tabela 20 – Comparabilidade Nacional e Internacional das Propriedades para Investimento

| PPI – Comparabilidade Nacional e Internacional | | | | |
|-------------------------------------------------------|---------------|--------------|-------------|----------------------|
| | Brasil | Chile | Peru | Internacional |
| 2009 | 1,00 | 0,50 | 0,59 | 0,43 |
| 2010 | 0,51 | 0,55 | 0,61 | 0,54 |
| 2011 | 0,52 | 0,53 | 0,54 | 0,49 |
| 2012 | 0,52 | 0,54 | 0,50 | 0,52 |
| 2013 | 0,53 | 0,57 | 0,50 | 0,48 |

O Chile e o Peru obtiveram uma comparabilidade nacional baixa em praticamente todos os exercícios sociais (Quadro 26). Assim como ocorrido no Brasil, a baixa comparabilidade se deu em virtude de as escolhas contábeis dos gestores na mensuração subsequente de PPI terem se dividido entre o método do custo histórico e o método do valor justo (Tabela 19). Em consequência, a comparabilidade internacional apresentou-se baixa em todos os exercícios sociais (Quadro 26).

Quadro 26 – Interpretação da Comparabilidade das Propriedades para Investimento

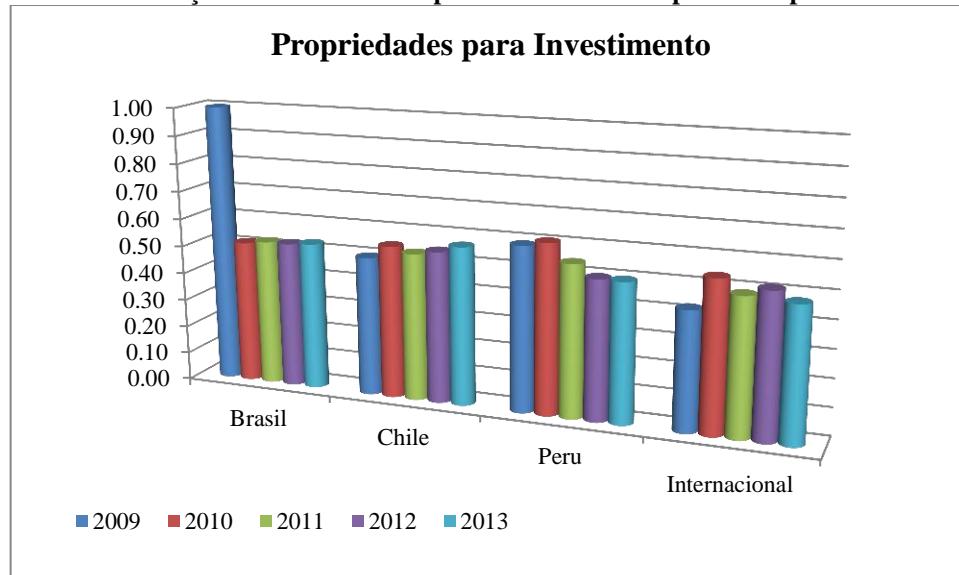
| | Imóveis – Interpretação da Comparabilidade^a | | | | |
|----------------------|---------------------------------------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 |
| Brasil | alta | baixa | baixa | baixa | baixa |
| Chile | baixa | moderada | baixa | baixa | moderada |
| Peru | moderada | moderada | baixa | baixa | baixa |
| Internacional | baixa | baixa | baixa | baixa | baixa |

a. Comparabilidade interpretada de acordo com a escala de Taplin (2006).

Com o intuito de se analisar a evolução da comparabilidade ao longo do tempo, é ilustrado o Gráfico 8. A comparabilidade nacional do Brasil está aumentando (lentamente) devido às empresas estarem migrando para o método do valor justo, com o passar dos exercícios sociais (Tabelas 9 e 20). A comparabilidade nacional do Chile também está aumentando, porém em virtude de as entidades estarem se tornando mais conservadoras (adotando o método de custo histórico) ao longo do tempo (Tabela 9 e Gráfico 4). A comparabilidade nacional do Peru, por sua vez, está diminuindo com o passar do tempo, devido às escolhas contábeis manterem-se divididas entre os métodos do custo histórico e do valor justo (Tabela 9 e Gráfico 4). A comparabilidade internacional não está aumentando e

nem diminuindo, porém manteve-se baixa em todos os exercícios sociais investigados (Quadro 26 e Gráfico 4).

Gráfico 4 – Evolução do Índice de Comparabilidade das Propriedades para Investimento



Para identificar o comportamento da comparabilidade das escolhas contábeis na mensuração subsequente de PPI, por setor de atuação, foi feita a tabulação das escolhas contábeis (Apêndice H), bem como o cálculo da comparabilidade nacional por setor de atuação, como pode-se verificar na Tabela 21. As siglas NM e ND foram usadas para representar os setores que não tinham entidades com saldo de PPI constituídos, portanto não era possível calcular o índice de comparabilidade (não aplicável).

Tabela 21 – Comparabilidade Nacional das Propriedades para Investimento, por setor de atuação

| PPI – COMPARABILIDADE NACIONAL POR SETOR DE ATUAÇÃO | | | | | | | | | | | | | | | |
|-----------------------------------------------------|------|------|------|------|-------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| BRASIL | | | | | CHILE | | | | | PERU | | | | | |
| | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | |
| SET1 | NM | NM | NM | NM | NM | 0,63 | 1,00 | 0,68 | 1,00 | 1,00 | NM | NM | NM | NM | 1,00 |
| SET2 | NM | NM | NM | NM | NM | 0,56 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,56 | 1,00 | 0,50 | |
| SET3 | NM | NM | NM | NM | NM | 0,63 | 0,68 | 0,68 | 0,72 | 0,72 | NM | NM | 1,00 | 1,00 | 1,00 |
| SET4 | NM | 1,00 | 1,00 | 0,63 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,50 | 0,50 |
| SET5 | NM | 1,00 | 0,63 | 0,50 | 0,50 | 0,68 | 0,72 | 0,76 | 0,76 | 0,76 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 |
| SET6 | 1,00 | 0,56 | 0,50 | 0,50 | 0,56 | 0,50 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,56 | 0,50 | 0,63 | 0,63 | 1,00 | 1,00 |
| SET7 | NM | NM | NM | NM | 1,00 | 1,00 | 1,00 | NM | NM | NM | 1,00 | 0,50 | 0,56 | 0,56 | 0,56 |
| SET8 | NM | NM | NM | NM | NM | 1,00 | 0,50 | 0,50 | 0,50 | 0,50 | NM | NM | NM | NM | NM |
| SET9 | NM | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,56 | 0,56 | 0,56 | 0,56 | 1,00 | 0,68 | 0,63 | 0,76 | 0,50 | 0,51 |
| SET10 | NM | NM | NM | NM | NM | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | NM | NM | NM |
| SET11 | NM | NM | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | NM | NM | NM | NM | NM |
| SET12 | NM | NM | NM | NM | NM | NM | NM | 1,00 | 1,00 | 1,00 | NM | NM | NM | NM | NM |

SET1: setor de agro e pesca; SET2: setor de alimentos e bebidas; SET3: setor de comércio e eletroeletrônicos; SET4: setor de construção; SET5: setor de energia elétrica; SET6: setor imobiliário; SET7: setor de mineração; SET8: setor de minerais não metálicos; SET9: outros setores; SET10: setor de petróleo e gás e química; SET11: setor de siderurgia e metalúrgica; SET12: setor de telecomunicações. NM: comparabilidade não mensurada.

Ao se analisar a comparabilidade nacional das escolhas contábeis na mensuração subsequente de PPI, por setor de atuação, constatou-se que muitos setores apresentaram uma

comparabilidade máxima em todos os períodos investigados (Brasil, outros setores; Chile, setor de construção; Peru, setor de energia elétrica). Contudo, há setores que apresentaram uma comparabilidade baixa/moderada em praticamente todos os exercícios sociais (setor imobiliário para o Brasil, outros setores para o Chile e o setor de mineração para o Peru). Esses resultados trazem indícios de que está havendo uma convergência de fato (pois as circunstâncias operacionais têm influenciado mais que o contexto nacional), porém esforços ainda precisam ser feitos no sentido de se alcançar a comparabilidade.

No que diz respeito à comparabilidade internacional das escolhas contábeis na mensuração subsequente de PPI, por setor de atuação, identificou-se que por mais que alguns setores apresentaram índices máximos de comparabilidade em todos ou em alguns períodos (agro e pesca, petróleo, gás e química, telecomunicações), a maioria dos setores obteve comparabilidade moderada e alguns setores apresentaram uma comparabilidade baixa (minerais não metálicos), conforme dados da Tabela 22.

Tabela 22 – Comparabilidade Internacional das Propriedades para Investimento, por setor de atuação
PPI – COMPARABILIDADE INTERNACIONAL POR SETOR DE ATUAÇÃO

| | SET1 | SET2 | SET3 | SET4 | SET5 | SET6 | SET7 | SET8 | SET9 | SET10 | SET11 | SET12 |
|-------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|-------|-------|-------|
| 2009 | 0,63 | 0,50 | 0,63 | 1,00 | 0,51 | 0,52 | 1,00 | 1,00 | 0,63 | 1,00 | 1,00 | NM |
| 2010 | 1,00 | 1,00 | 0,68 | 0,72 | 0,63 | 0,53 | 0,56 | 0,50 | 0,63 | 1,00 | 1,00 | NM |
| 2011 | 0,68 | 0,76 | 0,72 | 0,78 | 0,72 | 0,57 | 0,56 | 0,50 | 0,50 | 1,00 | 0,63 | 1,00 |
| 2012 | 1,00 | 1,00 | 0,76 | 0,65 | 0,56 | 0,64 | 0,56 | 0,50 | 0,54 | 1,00 | 0,63 | 1,00 |
| 2013 | 1,00 | 0,68 | 0,78 | 0,50 | 0,68 | 0,64 | 0,50 | 0,50 | 0,59 | 1,00 | 0,63 | 1,00 |

SET1: setor de agro e pesca; SET2: setor de alimentos e bebidas; SET3: setor de comércio e eletroeletrônicos; SET4: setor de construção; SET5: setor de energia elétrica; SET6: setor imobiliário; SET7: setor de mineração; SET8: setor de minerais não metálicos; SET9: outros setores; SET10: setor de petróleo e gás e química; SET11: setor de siderurgia e metalúrgica; SET12: setor de telecomunicações. NM: comparabilidade não mensurada.

A fim de se investigar as possíveis relações entre as escolhas contábeis dos gestores em relação à mensuração subsequente de PPI e as características das empresas, estimou-se a regressão Probit, cujos resultados apresentam-se na Tabela 23. A variável PGAAP foi omitida do modelo pelo STATA® por ser colinear com a variável PAIS. As companhias abertas pertencentes ao setor de petróleo e gás e química foram excluídas da amostra, pois todas optaram pelo método do custo histórico para mensuração subsequente de PPI. As companhias abertas pertencentes ao setor de telecomunicações também foram excluídas da amostra, porém por reconhecerem suas PPI pelo método do valor justo em todos os períodos analisados.

Verificou-se que as variáveis setor de atuação, *big four*, país, endividamento e relevância do saldo de PPI foram estatisticamente significativas, ou seja, representam explicações às escolhas contábeis dos gestores no que tange à mensuração subsequente de

PPI. As variáveis remuneração, tamanho da entidade, rentabilidade e tempo não foram estatisticamente significativas a um nível nominal de significância de 5% (Tabela 23).

Tabela 23 – Resumo da Regressão Probit – Propriedades para Investimento

| EC | Efeitos Marginais | Desvio Padrão | Z | P> Z |
|-----------------------------|-------------------|---------------|--------|---------------|
| SET2 | 0,1182 | 0,1015 | 1,160 | 0,244 |
| SET3 | 0,1155 | 0,0949 | 1,220 | 0,223 |
| SET4 | 0,2261 | 0,1000 | 2,260 | 0,024** |
| SET5 | 0,7107 | 0,0840 | 8,470 | 0,000*** |
| SET6 | 0,4140 | 0,1250 | 3,310 | 0,001*** |
| SET7 | 0,2442 | 0,1376 | 1,780 | 0,076* |
| SET8 | 0,5838 | 0,1480 | 3,950 | 0,000*** |
| SET9 | 0,2450 | 0,0912 | 2,690 | 0,007*** |
| SET11 | 0,1727 | 0,1295 | 1,330 | 0,183 |
| BF | -0,2324 | 0,0750 | -3,100 | 0,002*** |
| PAIS2 | 0,0943 | 0,0735 | 1,280 | 0,200 |
| PAIS3 | 0,1709 | 0,0774 | 2,210 | 0,027** |
| REM | -0,0124 | 0,0841 | -0,150 | 0,883 |
| TAM | 0,0303 | 0,0178 | 1,700 | 0,089* |
| ENDIV | -0,0386 | 0,0130 | -2,960 | 0,003*** |
| RENT | -0,1316 | 0,0840 | -1,570 | 0,117 |
| RELEV | 0,4148 | 0,1043 | 3,980 | 0,000*** |
| T2 | -0,1194 | 0,0861 | -1,390 | 0,165 |
| T3 | 0,0261 | 0,0844 | 0,310 | 0,757 |
| T4 | -0,0524 | 0,0823 | -0,640 | 0,524 |
| T5 | 0,0009 | 0,0825 | 0,010 | 0,991 |
| N | | | | 319 |
| chi2(21) | | | | 92,55 |
| Prob > chi2 | | | | 0,0000 |
| Pseudo R2 | | | | 0,2620 |
| Hosmer-Lemeshow (HL) | | | | 326,62 |
| Prob > HL | | | | 0,1143 |
| Área da Curva ROC | | | | 0,8307 |

SET é a *dummy* por setor, sendo: SET2: setor de alimentos e bebidas; SET3: setor de comércio e eletroeletrônicos; SET4: setor de construção; SET5: setor de energia elétrica; SET6: setor imobiliário; SET7: setor de mineração; SET8: setor de minerais não metálicos; SET9: outros setores; SET11: setor de siderurgia e metalúrgica. Os outros setores inicialmente elencados (SET10: petróleo e gás e química e SET12 Telecomunicações) não apresentaram coeficientes. BF é a *dummy* de *big four*, PAIS é a *dummy* de país, em que PAIS2 é o Chile e PAIS3 é o Peru. REM é a *dummy* de remuneração dos gestores, TAM é o tamanho da empresa, ENDIV é o endividamento da entidade, RENT é o retorno sobre patrimônio líquido, RELEV é a relevância do saldo de imobilizado e T é a *dummy* de tempo, em que: T2 é 2010, T3 é 2011, T4 é 2012 e T5 é 2013. A variável PGAAP (*dummy* de pré-IFRS) inicialmente elencada também não apresentou coeficiente. Significância estatística: * p<0.1, ** p<0.05, *** p<0.01.

Para o setor imobiliário, por exemplo, o efeito marginal foi de 0,4140 denota que o fato de a companhia aberta pertencer a este setor aumenta em 41,40% as chances de que esta empresa opte pelo método do valor justo na mensuração subsequente de PPI. A variável endividamento, por seu turno, que apresentou um efeito marginal de -0,0386 revela que o fato de a companhia aberta estar endividada, reduz em 3,86% as chances de que esta empresa opte pelo método do valor justo para mensuração subsequente de PPI.

Pelo teste *Hosmer-Lemeshow* constatou-se que a um nível nominal de significância de 5% existe associação entre as frequências observadas e as frequências previstas (*p*-valor=0,1143), ou seja, a regressão Probit proposta na Tabela 23 pode ser considerada como tendo um bom ajuste. Em relação à curva ROC (área=0,8307), no mesmo sentido, verificou-se que a regressão apresenta um poder discriminatório excelente.

Pela Tabela de classificação (Tabela 24) identificou-se que para os valores de Y=1 (valor justo), o modelo previu corretamente 69,40% das observações (sensibilidade). Para os valores de Y=0 (custo histórico), o modelo previu corretamente 82,70% das observações (especificidade). De modo geral, o modelo previu corretamente 77,12% das observações, isto é, 246 das 319 observações.

Tabela 24 – Tabela de Classificação da Regressão Probit – Propriedades para Investimento

| OBSERVADO^d | Avaliação Posterior de PPI | | | % Correta |
|------------------------------|-----------------------------------|------------------|--------------|--------------------|
| | Valor Justo (+) | Custo (-) | Total | |
| Valor Justo =1 | 93 | 32 | 125 | 69,40 ^a |
| Custo = 0 | 41 | 153 | 194 | 82,70 ^b |
| Total | 134 | 185 | 319 | 77,12 ^c |

a. sensibilidade; b. especificidade; c. percentual de acerto do modelo; d. ponto de corte = 0,50.

No Quadro 27 são ilustrados os resultados das hipóteses referentes às variáveis explicativas das PPI.

Quadro 27 – Resultados das hipóteses referentes às Propriedades para Investimento

| HIPÓTESE TESTADA | RESULTADO | POSSÍVEL JUSTIFICATIVA |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| H₁: A comparabilidade nacional das escolhas contábeis na mensuração subsequente de PPI de companhias abertas do Brasil, do Chile e do Peru aumentou após a adoção obrigatória das IFRS | Brasil: rejeita H ₁ – a comparabilidade nacional não se alterou com a adoção das IFRS – era baixa e permaneceu baixa (Quadro 26) Chile: não foi possível identificar, pois parte das empresas fizeram a adoção em 2009 (Quadro 8) Peru: rejeita H ₁ – a comparabilidade nacional piorou – era moderada e tornou-se baixa (Quadro 26) | Brasil e Peru: As companhias abertas dos dois países têm adotado tanto o modelo do custo histórico quanto o modelo do valor justo de maneira similar. Esse fator permitiu que a comparabilidade fosse baixa após a adoção das IFRS |
| H₂: A comparabilidade internacional das escolhas contábeis na mensuração subsequente de PPI de companhias abertas do Brasil, do Chile e do Peru aumentou após a adoção obrigatória das IFRS | Rejeita H ₂ – a comparabilidade internacional não se alterou com a adoção das IFRS – era baixa e permaneceu baixa (Quadro 26) | Apesar de após a adoção das IFRS todos os países em análise estarem sob a égide da mesma norma contábil, as escolhas contábeis existentes na mesma fizeram com que as escolhas dos gestores oscilassem entre os dois métodos de avaliação permitidos |
| H₃: A comparabilidade internacional das escolhas contábeis na mensuração subsequente de PPI de companhias abertas do Brasil, do Chile e do Peru é baixa | Aceita H ₃ – a comparabilidade internacional foi baixa em todos os períodos (Quadro 26) | As diferenças no ambiente institucional, econômico e cultural, bem como a existência de escolhas contábeis claras podem ter favorecido a baixa comparabilidade internacional |

(continua)

(continuação)

| HIPÓTESE TESTADA | RESULTADO | POSSÍVEL JUSTIFICATIVA |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| H₄: A comparabilidade nacional das escolhas contábeis na mensuração subsequente de PPI de companhias abertas do Brasil, do Chile e do Peru é alta | Brasil, Chile e Peru: rejeita H ₄ – a comparabilidade nacional foi baixa/moderada em todos os períodos após a adoção das IFRS (Quadro 26) | Por mais que é esperado que os tratamentos contábeis não variem em ambientes com estruturas econômicas semelhantes, a existência de escolhas contábeis possibilitou a diversificação da escolha dos gestores pelo método de mensuração subsequente de PPI |
| H₅: A comparabilidade internacional das escolhas contábeis na mensuração subsequente de PPI de companhias abertas do Brasil, do Chile e do Peru pertencentes a um mesmo setor de atuação é alta | Rejeita H ₅ – muitos setores ainda apresentaram comparabilidade baixa/moderada (Tabela 22) | Apesar de operarem em circunstâncias operacionais semelhantes, as escolhas contábeis, ao permitirem a escolha discricionária dos gestores, podem ter facilitado o gerenciamento de resultados |
| H₆: A comparabilidade nacional das escolhas contábeis na mensuração subsequente PPI de companhias abertas do Brasil, do Chile e do Peru pertencentes a um mesmo setor de atuação é alta | Brasil, Chile e Peru: Rejeita H ₆ – muitos setores ainda apresentaram comparabilidade baixa/moderada (Tabela 21) | Idem à justificativa da H ₅ |
| H₇: A comparabilidade nacional das escolhas contábeis na mensuração subsequente de PPI de companhias abertas do Brasil, do Chile e do Peru aumenta ao longo do tempo | Brasil e Chile: aceita H ₇ – a comparabilidade nacional está aumentando (Gráfico 4) Peru: rejeita H ₇ – a comparabilidade nacional está reduzindo (Gráfico 4) | Brasil: a comparabilidade está aumentando, pois as empresas estão migrando para o valor justo ao longo do tempo Chile: a comparabilidade está aumentando, pois as empresas estão migrando para o custo histórico ao longo do tempo Peru: a comparabilidade nacional está reduzindo, pois as empresas permanecem reconhecendo as suas PPI pelos dois métodos válidos |
| H₈: A comparabilidade internacional das escolhas contábeis na mensuração subsequente de PPI de companhias abertas do Brasil, do Chile e do Peru aumenta ao longo do tempo | Rejeita H ₈ – a comparabilidade internacional não está aumentando, permaneceu baixa em todos os períodos (Gráfico 4 e Quadro 26) | A comparabilidade não está aumentando, o que denota que não está havendo comparabilidae de fato entre as práticas contábeis em PPI nestes países |
| H₉: Existe uma associação negativa entre as companhias abertas auditadas pelas big four e a escolha do método do valor justo para a mensuração subsequente de PPI | Aceita H ₉ : a variável <i>big four</i> foi significativa – sinal negativo | As companhias abertas auditadas pelas <i>big four</i> tendem a ser mais conservadoras, pois as empresas de auditoria podem ser vistas como restrições ao uso indevido das escolhas contábeis |
| H₁₀: Existe associação positiva entre o nível de endividamento e a escolha do método do valor justo para a mensuração subsequente de PPI | Rejeita H ₁₀ : a variável endividamento foi significativa, porém com sinal negativo | O fato de a companhia aberta estar endividada reduz em 3,86% as chances de que se opte pelo método do valor justo na mensuração subsequente de PPI |
| H₁₁: As companhias abertas pertencentes ao mesmo país de domicílio tendem a optar pelas mesmas práticas contábeis na mensuração subsequente de PPI | Aceita H ₁₁ : a variável país foi significativa | O fato de a companhia aberta pertencer ao Peru aumenta em 17,09% as chances de que se opte pelo método do valor justo na mensuração subsequente de PPI |

(continua)

(conclusão)

| HIPÓTESE TESTADA | RESULTADO | POSSÍVEL JUSTIFICATIVA |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| H₁₂: A probabilidade de a companhia aberta escolher o método do valor justo é maior em países cujas normas domésticas pré-IFRS exigiam ou permitiam a reavaliação de PPI | Aceita H ₁₂ : a variável pré-IFRS foi omitida do modelo por ser colinear com a variável país, que foi significativa – sinal positivo | As práticas contábeis refletem sistematicamente as regras e regulamentos em vigor no país ao qual a companhia aberta se origina |
| H₁₃: Existe uma associação positiva entre os planos de incentivos e a escolha do método do valor justo na mensuração subsequente de PPI | Rejeita H ₁₃ : a variável remuneração não foi significativa | Para a Teoria Institucional as escolhas contábeis dos gestores não são consequências de escolhas objetivas e racionais. As empresas optam por práticas vistas pela sociedade como as melhores, as mais adequadas |
| H₁₄: Existe uma associação positiva entre a rentabilidade e a escolha do método do valor justo na mensuração subsequente de PPI | Rejeita H ₁₄ : a variável rentabilidade não foi significativa | Idem à justificativa da H ₁₃ |
| H₁₅: O setor de atuação das companhias abertas influencia a escolha de práticas contábeis na mensuração subsequente de PPI | Aceita H ₁₅ : alguns setores de atuação apresentaram coeficientes significativos – sinal positivo | As circunstâncias operacionais das companhias abertas exercem influência sobre as escolhas contábeis dos gestores. Esses resultados são reflexos da representação fidedigna e da comparabilidade |
| H₁₆: Existe uma associação negativa entre o tamanho da empresa e a escolha do método do valor justo para mensuração subsequente de PPI | Rejeita H ₁₆ : a variável tamanho não foi significativa | Idem à justificativa da H ₁₃ |
| H₁₇: Existe associação positiva entre o tempo e a escolha do método do valor justo para a mensuração subsequente de PPI | Rejeita H ₁₇ : a variável tempo não foi significativa | A experiência com o uso das IFRS não é um fator que interfere na escolha dos gestores para o método do valor justo para mensuração subsequente de PPI |

No Quadro 28 é apresentado um resumo dos resultados das regressões, por variável investigada, bem como os sinais esperados e encontrados. Partindo-se para a análise do Quadro 28, em relação aos setores de atuação, verificou-se que os setores de (a) alimentos e bebidas; (b) comércio e eletroeletrônicos; (c) mineração; (d) petróleo, gás e química; (e) siderurgia e metalúrgica; e (f) telecomunicações não foram estatisticamente significativos para nenhum dos ativos investigados. Isso denota que a escolha contábil dos gestores para mensuração subsequente de seus respectivos ativos independe do fato de as companhias abertas pertencerem a esses setores.

O mesmo foi percebido quando se observou os anos de 2010 e 2011 (também não apresentaram significância estatística). Os exercícios de 2010 e de 2011 não influenciam as escolhas contábeis dos gestores na mensuração subsequente de ativos imobilizados, de ativos intangíveis e de PPI. Esses resultados podem ser justificados à luz da Teoria Institucional que reza que as escolhas dos gestores são influenciadas por fatores externos à organização, e, que, portanto, não são reflexos das características específicas das empresas.

Quadro 28 – Resumo dos resultados das regressões

| | Apresentou significância estatística? ^a | | | | Sinal esperado | Sinal encontrado | | | |
|-----------------|----------------------------------------------------|-----------|------------|------------|----------------------|------------------|-----------|------------|------------|
| | IM | IE | INT | PPI | | IM | IE | INT | PPI |
| VARIÁVEL | IM | IE | INT | PPI | IM/IE/INT/PPI | IM | IE | INT | PPI |
| SET2 | ns | ns | ns | ns | | ns | ns | ns | ns |
| SET3 | ns | ns | ns | ns | | ns | ns | ns | ns |
| SET4 | ✓ | ns | ns | ✓ | | - | ns | ns | + |
| SET5 | ns | ✓ | ns | ✓ | | ns | + | ns | + |
| SET6 | ✓ | ns | ns | ✓ | | - | ns | ns | + |
| SET7 | ns | ns | ns | ns | | ns | ns | ns | ns |
| SET8 | ✓ | ns | ns | ✓ | | - | ns | ns | + |
| SET9 | ✓ | ns | ns | ✓ | | - | ns | ns | + |
| SET10 | ns | ns | ns | ns | | ns | ns | ns | ns |
| SET11 | ns | ns | ns | ns | | ns | ns | ns | ns |
| SET12 | ns | ns | ns | ns | | ns | ns | ns | ns |
| BF | ns | ns | ✓ | ✓ | - | ns | ns | - | - |
| PAIS2 | ✓ | ✓ | ns | ns | | + | + | ns | ns |
| PAIS3 | ✓ | ✓ | ns | ✓ | | + | + | ns | + |
| REM | ✓ | ns | ns | ns | + | + | ns | ns | ns |
| TAM | ns | ns | ✓ | ns | - | ns | ns | + | ns |
| ENDIV | ns | ns | ns | ✓ | + | ns | ns | ns | - |
| RENT | ✓ | ✓ | ns | ns | + | - | - | ns | ns |
| RELEV | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | + | + | + | + | + |
| T2 | ns | ns | ns | ns | + | ns | ns | ns | ns |
| T3 | ns | ns | ns | ns | + | ns | ns | ns | ns |
| T4 | ✓ | ✓ | ns | ns | + | - | - | ns | ns |
| T5 | ✓ | ✓ | ns | ns | + | - | - | ns | ns |

a. Significância estatística: 5%. IM: ativo imobilizado imóveis; IE ativo imobilizado instalações e equipamentos; INT: ativo intangível; PPI: propriedades para investimento; NS: não significativo; ✓: apresentou significância estatística, -: sinal negativo (custo histórico); +: sinal positivo (valor justo); SET2: setor de alimentos e bebidas; SET3: setor de comércio e eletroeletrônicos; SET4: setor de construção; SET5: setor de energia elétrica; SET6: setor imobiliário; SET7: setor de mineração; SET8: setor de minerais não metálicos; SET9: outros setores; SET10: setor de petróleo e gás e química; SET11: setor de siderurgia e metalúrgica; SET12: setor de telecomunicações; BF: *big four*; PAIS2: Chile; PAIS3: Peru; REM: remuneração dos gestores; TAM: tamanho da empresa; ENDIV: endividamento da entidade; RENT: rentabilidade; RELEV: relevância do saldo do ativo investigado; T2: 2010; T3: 2011; T4: 2012 e T5: 2013.

Por outro lado, a variável relevância do saldo do ativo investigado em relação ao saldo do ativo total foi estatisticamente significativa para os quatro ativos. Isso revela que essa variável tende a influenciar a escolha dos gestores por um método específico, ou seja, quanto mais relevante for o saldo do ativo correspondente, maior a probabilidade de que a companhia aberta opte pelo método do valor justo na mensuração subsequente de ativos imobilizados, de ativos intangíveis e de PPI.

As variáveis *big four*, país, rentabilidade e tempo, quando estatisticamente significativas, apresentaram os mesmos sinais para os quatro ativos investigados. As variáveis tamanho da empresa, endividamento, rentabilidade e tempo apresentaram sinais divergentes dos esperados, o que reforça o entendimento de Martins, Pinto e Alcoforado (2012) de que ainda existem lacunas para entender os motivos que influenciam os gestores na decisão entre

o método do custo histórico e do valor justo, posto que nem todas as hipóteses foram comprovadas com unanimidade de evidências.

Para a *big four*, constatou-se que ela tende a exercer influência de forma conservadora sobre as entidades, conforme apontou a literatura (WATTS, 2003; COLE; BRANSON; BREESCH, 2011; SOUZA; BOTINHA; SILVA, 2014). A variável país trouxe indicativos de que influenciam as escolhas contábeis dos gestores, como afirmaram Haverty (2006), Jaafar e Mcleay (2007) e Cole, Branson e Breesch (2011). Esse resultado pode ser justificado, além de outros fatores (como a cultura), pela influência que as normas anteriores à adoção (pré-IFRS) podem exercer sobre as companhias abertas, como argumentado por Demaria e Dufour (2007), Muller, Riedl e Sellhorn (2008) e Haller e Wehrfritz (2013).

A rentabilidade, por seu turno, apresentou influência negativa (custo histórico), contrariando à teoria (COSTA; SILVA; LOURENCEL, 2013; CHRISTENSEN; NIKOLAEV, 2013) que afirma que os gestores, devido ao fato de a rentabilidade ser um indicativo do desempenho das entidades, tende a escolher o método que mais contribua para alcançar o desempenho almejado pelos investidores (valor justo). A variável tempo (ano de 2012 e de 2013) apresentou índices negativos, indicando que a incidência da mensuração ao valor justo não tem aumentado com o passar dos exercícios sociais, contrariando os resultados dos estudos de Souza, Botinha e Silva (2014).

A variável tamanho da entidade, estatisticamente significativa para a mensuração subsequente de ativos intangíveis, apresentou um coeficiente com sinal positivo, o que remete à influência para a adoção do método do valor justo. Tais resultados contrariam a ideia de Jaafar e McLeay (2007) e Costa, Silva e Laurencel (2013) de que as grandes empresas tendem a escolher práticas contábeis que minimizem os ativos na tentativa de serem menos visíveis politicamente.

O endividamento, cujos resultados foram estatisticamente significativos para a mensuração subsequente de PPI, apontou resultados divergentes aos da literatura (WATTS; ZIMMERMAN, 1986; MARTINS; PINTO; ALCOFORADO, 2012; CHRISTENSEN; NIKOLAEV, 2013), pois constatou-se que as empresas endividadas tendem a optar pelo método do custo histórico na mensuração subsequente de PPI.

Quanto ao teste da variável remuneração, que apresentou significância estatística apenas em relação à mensuração subsequente de ativos imobilizados imóveis, identificou que a remuneração variável dos gestores influencia as escolhas contábeis dos gestores pelo método do valor justo na mensuração subsequente desses ativos, em conformidade com o disposto na Teoria Positiva da Contabilidade.

Em decorrência do elevado número de companhias abertas que não divulgaram as escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados, de ativos intangíveis e de PPI nos três países, entendeu-se oportuno investigar o comportamento do índice de comparabilidade das escolhas contábeis considerando as empresas que não divulgaram tais informações, bem como investigar se as características das companhias abertas poderiam explicar esse elevado índice de não divulgação, conforme disposto na seção 4.2.

4.2 Resultados da Comparabilidade e da Regressão com a Não divulgação

Essa parte da pesquisa tem o intuito de verificar o comportamento da comparabilidade das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados, de ativos intangíveis e de PPI, considerando-se a não divulgação como mais uma escolha contábil. Portanto, para este caso, as escolhas contábeis possíveis aos gestores foram: (a) custo histórico, (b) valor justo; e (c) não divulgação. Para a mensuração do índice T utilizou-se os mesmos critérios adotados na seção 4.1, ou seja, as modalidades 1c2b3a4a para a comparabilidade dentro de cada país (nacional) e dentro de cada setor, e 1c2c3a4a para a comparabilidade entre países (internacional) e entre setores.

Buscou-se investigar, também, o perfil das companhias abertas que não divulgaram as suas escolhas contábeis. Por meio de uma regressão, verificou-se se as características das companhias abertas poderiam influenciar a escolha contábil dos gestores pela não divulgação do método escolhido para mensuração subsequente de ativos imobilizados, de ativos intangíveis e de PPI.

4.2.1 Análise Descritiva dos Dados utilizados, para a não divulgação

Assim como realizado na seção 4.1, para a análise descritiva dos dados empregados na regressão, fez-se a tabela de distribuição de frequência para as variáveis nominais e as medidas descritivas para as variáveis escalares do modelo. Os resultados da análise descritiva foram apresentados nos Apêndices deste estudo e também foram divididos em quatro grupo de dados distintos: (a) o dos ativos imobilizados imóveis – Apêndice M; (b) o dos ativos imobilizados instalações e equipamentos – Apêndice N; (c) o dos ativos intangíveis – Apêndice O; e (d) o das propriedades para investimento – Apêndice P.

Para os quatro grupo de dados foram utilizadas as técnicas do STATA® *ladder* (corriga a normalidade das variáveis com distribuição não normal) e *winsor* (trata os *outliers*) para identificar se havia necessidade de transformação de alguma das variáveis escalares do modelo, bem como utilizou-se a técnica do vce(robust) a fim de corrigir a autocorrelação e a heterocedasticidade. Foi feito um comparativo (teste qui-quadrado) entre os modelos Logit e Probit, com o intuito de se utilizar o modelo mais apropriado para cada ativo investigado.

Constatou-se que nenhuma variável escalar precisou ser transformada (salvo as variáveis ENDIV e RELEV para os dados das PPI, em que extraiu-se o logaritmo natural e a raiz quadrada, respectivamente) e o modelo Probit foi considerado o melhor modelo para a

estimação da regressão dos quatro ativos investigados. A fim de identificar se havia diferença estatística entre o grau de comparabilidade excluindo-se as companhias abertas que não divulgaram suas escolhas contábeis e o grau de comparabilidade calculado considerando-se a não divulgação como mais uma escolha contábil, valeu-se da estimação do teste t de Student (para os países) e do teste Wilcoxon (para os setores).

4.2.2 Análise e Discussão dos Resultados para os Ativos Imobilizados, considerando a Não divulgação

Para a análise de dados, os ativos imobilizados foram divididos em duas classes: (a) imóveis e (b) instalações e equipamentos. Para cada classe tabulou-se as escolhas contábeis, calculou-se os graus de comparabilidade nacional e internacional e estimou-se as regressões.

A) Ativos Imobilizados Imóveis

Na Tabela 25 são apresentados os graus de comparabilidade nacional e internacional da mensuração subsequente de ativos imobilizados imóveis, nos períodos de 2009 a 2013. São demonstrados, também, as diferenças entre o grau de comparabilidade quando se excluiu do cálculo da comparabilidade as companhias abertas que não divulgaram a sua opção e quando se considerou a não divulgação como uma escolha contábil.

Tabela 25 – Comparabilidade Nacional e Internacional dos Ativos Imobilizados Imóveis, considerando a não divulgação

| IMÓVEIS – COMPARABILIDADE NACIONAL E INTERNACIONAL | | | | | | | | | |
|----------------------------------------------------|--------|-------|--------|-------|--------|-------|---------------|-------|----------------------------|
| | BRASIL | | CHILE | | PERU | | INTERNACIONAL | | p-valor^a |
| | T | D | T | D | T | D | T | D | |
| 2009 | 1,00 | -0,00 | 0,49 | -0,03 | 0,53 | -0,02 | 0,50 | -0,02 | |
| 2010 | 0,61 | -0,03 | 0,64 | -0,00 | 0,53 | -0,02 | 0,59 | -0,02 | |
| 2011 | 0,81 | -0,19 | 0,77 | -0,02 | 0,50 | -0,03 | 0,53 | -0,06 | |
| 2012 | 0,79 | -0,21 | 0,75 | -0,03 | 0,72 | -0,06 | 0,75 | -0,10 | |
| 2013 | 0,79 | -0,21 | 0,73 | -0,05 | 0,68 | -0,07 | 0,73 | -0,11 | |
| p-valor^a | | | | | | | | | |
| | 0,0513 | | 0,0329 | | 0,0189 | | 0,0314 | | |

a. Significância estatística do teste t de Student; T: índice de comparabilidade; D: variação na comparabilidade quando se considera e quando se exclui as companhias abertas que não divulgaram suas escolhas contábeis.

A comparabilidade nacional das companhias abertas brasileiras reduziu após a adoção das IFRS, pois em 2009 apresentou uma comparabilidade plena, que não se repetiu nos exercícios seguintes (Tabela 25). Apesar de a comparabilidade do Brasil ter sido alta nos três últimos exercícios sociais (Quadro 29), pela apreciação do Gráfico 5, verificou-se que a

comparabilidade das companhias abertas brasileiras em relação à mensuração subsequente em ativos imobilizados imóveis está diminuindo ao longo do tempo.

O Chile, por outro lado, apresentou em 2009 a comparabilidade mais baixa entre todos os anos analisados em virtude de um número elevado de companhias abertas terem optado por mensurar seus ativos imobilizados ao custo atribuído (Tabelas 1 e 25). Nos exercícios sociais subsequentes a comparabilidade apresentou-se moderada ou alta (Quadro 29), o que denota um aumento na comparabilidade das escolhas contábeis das companhias abertas chilenas, no que tange ao ativo imobilizado imóveis, com o passar dos exercícios sociais (Gráfico 5).

Quadro 29 – Interpretação da Comparabilidade dos Ativos Imobilizados Imóveis, considerando a não divulgação

| | Imóveis – Interpretação da Comparabilidade ^a | | | | |
|----------------------|---------------------------------------------------------|----------|-------|----------|----------|
| | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 |
| Brasil | alta | moderada | alta | alta | alta |
| Chile | baixa | moderada | alta | alta | moderada |
| Peru | baixa | baixa | baixa | moderada | moderada |
| Internacional | baixa | moderada | baixa | alta | moderada |

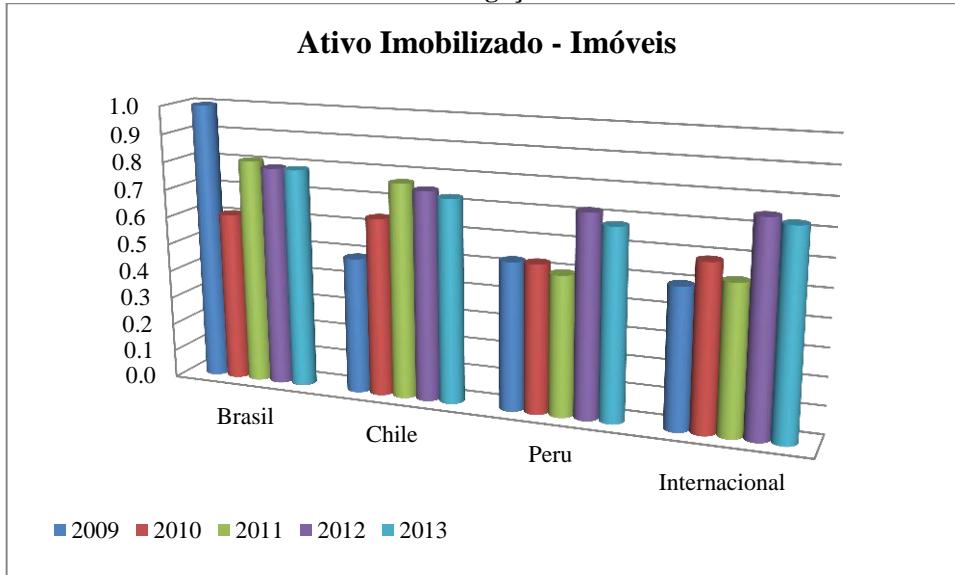
a. Comparabilidade interpretada de acordo com a escala de Taplin (2006).

O Peru, em média, apresentou a menor comparabilidade entre os países investigados, em virtude de muitas companhias abertas terem optado por mensurar seus ativos imobilizados imóveis pelo método do valor justo antes da adoção das IFRS (2009 e 2010), e pelo método do custo atribuído no ano de adoção (2011), o que refletiu em escolhas contábeis diversificadas (Tabelas 1 e 25). Entretanto, ao se analisar a evolução do grau de comparabilidade das demonstrações financeiras das companhias abertas peruanas, constatou-se que a comparabilidade das escolhas contábeis em ativos imobilizados imóveis têm aumentado ao longo dos exercícios sociais (Gráfico 5).

Em relação à comparabilidade internacional, constatou-se que, para os imóveis, a comparabilidade permaneceu instável ao longo dos exercícios sociais investigados, oscilando entre as comparabilidades baixa (em 2009 e em 2011), moderada (2010 e 2013) e alta (em 2012). No ano de 2013, por exemplo, encontrou-se um índice de comparabilidade no valor de 0,73 (Tabela 25), o que denota que se duas companhias abertas pertencentes a esses países forem selecionadas de maneira aleatória, em 2013, há 73% de chance de que estas empresas tenham optado pelo mesmo método de mensuração subsequente de ativos imobilizados imóveis.

Ao se analisar a evolução do grau de comparabilidade internacional das escolhas contábeis das companhias abertas pertencentes ao Brasil, ao Chile e ao Peru quanto à mensuração subsequente de ativos imobilizados imóveis, verificou-se que a comparabilidade têm aumentado com o passar dos exercícios sociais (Tabela 25 e Gráfico 5).

Gráfico 5 – Evolução do Índice de Comparabilidade dos Ativos Imobilizados Imóveis, considerando a não divulgação



Partindo-se para o comparativo entre os índices de comparabilidade calculados considerando-se a não divulgação como uma escolha contábil (Tabela 25) e excluindo-se do cálculo as empresas abertas que não divulgaram a sua escolha contábil (Tabela 2), identificou-se que houve uma redução no grau de comparabilidade nacional e internacional em todos os períodos e em todos os países. Ao se investigar a significância dessas diferenças (Tabela 25), constatou-se que, salvo para o Brasil, essas diferenças são estatisticamente significativas ($p\text{-valor}<0,05$). Para o Brasil ($p\text{-valor}>0,05$), o fato de se considerar a não divulgação como uma escolha contábil não afeta os níveis de comparabilidade apresentados.

Tomando-se por base que as empresas que operam em circunstâncias similares tendem a optar pelos mesmos métodos contábeis em virtude da característica qualitativa fundamental da representação fidedigna, nesta pesquisa verificou-se, também, o comportamento da comparabilidade nacional e internacional, por setor de atuação, das empresas abertas pertencentes ao Brasil, ao Chile e ao Peru. Na Tabela 26 é demonstrado o grau de comparabilidade nacional dos ativos imobilizados imóveis, por setor de atuação, nos períodos de 2009 a 2013. As empresas abertas que divulgaram as suas escolhas contábeis foram consideradas no cálculo do índice, o que resultou em índices de comparabilidade estatisticamente diferentes ($p\text{-valor}<0,05$) dos índices de comparabilidade encontrados quando se excluiu as empresas abertas que não divulgaram as suas escolhas contábeis (Tabela 26). A tabulação das escolhas contábeis dos ativos imobilizados imóveis por setor de atuação encontra-se disposta no Apêndice E.

Tabela 26 – Comparabilidade Nacional dos Ativos Imobilizados Imóveis, por setor de atuação, considerando a não divulgação

| | Imóveis – Comparabilidade Nacional por Setor de Atuação | | | | | | | | | | | | | | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------|-------|-------|-------|--------|-------|-------|-------|--------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| | BRASIL | | | | | CHILE | | | | | PERU | | | | |
| | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 |
| Painel A – Índice de comparabilidade dos Ativos Imobilizados Imóveis | | | | | | | | | | | | | | | |
| SET1 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,50 | 0,63 | 0,78 | 0,78 | 0,78 | 0,63 | 0,51 | 0,60 | 0,71 | 0,71 |
| SET2 | 1,00 | 0,52 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,52 | 0,58 | 0,82 | 0,82 | 0,66 | 0,51 | 0,51 | 0,65 | 0,65 | 0,65 |
| SET3 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,51 | 0,72 | 0,85 | 0,85 | 0,85 | 0,56 | 0,50 | 0,72 | 0,56 | 0,72 |
| SET4 | 1,00 | 0,86 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,56 | 1,00 | 1,00 |
| SET5 | 1,00 | 0,46 | 0,59 | 0,59 | 0,56 | 0,48 | 0,52 | 0,52 | 0,52 | 0,52 | 0,70 | 0,70 | 0,50 | 0,69 | 0,57 |
| SET6 | 1,00 | 0,72 | 0,72 | 0,72 | 0,72 | 0,72 | 0,52 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,63 | 0,63 |
| SET7 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,56 | 1,00 | 0,56 | 0,56 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,61 | 0,53 | 0,50 | 0,81 | 0,81 |
| SET8 | 1,00 | 1,00 | 0,50 | 0,50 | 0,50 | 0,56 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,38 | 0,38 | 0,63 | 1,00 | 1,00 |
| SET9 | 1,00 | 0,54 | 0,89 | 0,89 | 0,89 | 0,48 | 0,77 | 1,00 | 0,88 | 0,88 | 0,68 | 0,68 | 0,42 | 0,73 | 0,56 |
| SET10 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,55 | 0,59 | 0,59 | 0,59 | 0,59 | 1,00 | 1,00 | 0,50 | 0,38 | 0,63 |
| SET11 | 1,00 | 0,68 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,56 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,52 | 0,52 | 0,52 | 1,00 | 0,68 |
| SET12 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,50 | 0,63 | 0,63 | 0,63 | 0,63 | 1,00 | 1,00 | 0,50 | 1,00 | 1,00 |
| Painel B – Diferença entre as comparabilidades com e sem as companhias abertas que não divulgam as escolhas contábeis | | | | | | | | | | | | | | | |
| SET1 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,09 | -0,10 | -0,12 | -0,12 | |
| SET2 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,14 | -0,12 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | |
| SET3 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,15 | -0,15 | -0,15 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | |
| SET4 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | |
| SET5 | -0,00 | -0,04 | -0,41 | -0,41 | -0,44 | -0,06 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,13 | -0,23 |
| SET6 | -0,00 | -0,28 | -0,28 | -0,28 | -0,28 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,37 | -0,37 |
| SET7 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,44 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | |
| SET8 | -0,00 | -0,00 | -0,50 | -0,50 | -0,50 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,18 | -0,18 | -0,00 | -0,00 | |
| SET9 | -0,00 | -0,00 | -0,11 | -0,11 | -0,11 | -0,06 | -0,00 | -0,00 | -0,12 | -0,12 | -0,00 | -0,00 | -0,09 | -0,00 | -0,05 |
| SET10 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,17 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,18 | -0,00 |
| SET11 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | |
| SET12 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | |
| p-valor^a | 0,0007 | | | | 0,0077 | | | | 0,0010 | | | | | | |

a. Significância estatística do teste Wilcoxon; SET1: setor de agro e pesca; SET2: setor de alimentos e bebidas; SET3: setor de comércio e eletroeletrônicos; SET4: setor de construção; SET5: setor de energia elétrica; SET6: setor imobiliário; SET7: setor de mineração; SET8: setor de minerais não metálicos; SET9: outros setores; SET10: setor de petróleo e gás e química; SET11: setor de siderurgia e metalúrgica; SET12: setor de telecomunicações.

Quanto à comparabilidade nacional por setor de atuação, constatou-se que em relação à mensuração subsequente de ativos imobilizados imóveis, ela apresentou níveis mais elevados se comparada à comparabilidade por país, o que é consistente com a ideia de contabilidade convergente (os efeitos do setor de atuação são mais efetivos que os efeitos do país). Ao se observar o comportamento dos três países nos cinco exercícios sociais investigados, percebe-se que em muitos setores a comparabilidade atingiu o seu grau máximo em todos os períodos (salvo o período de adoção inicial, em alguns casos). Exemplos: (a) Brasil: setor de agro e pesca e setor de comércio e eletroeletrônicos; (b) Chile: setor de minerais não metálicos e setor de siderurgia e metalúrgica; e (c) Peru: setor de construção e setor de telecomunicações (Tabela 26).

Na Tabela 27 são apresentados os índices de comparabilidade internacional por setor de atuação, de 2009 a 2013, em relação às escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados imóveis. Pela significância estatística identificada por meio do teste Wilcoxon, constatou-se que existe diferença estatística ($p\text{-valor}<0,05$) entre os índices de comparabilidade calculados considerando a não divulgação como uma escolha contábil (Tabela 27) e os índices de comparabilidade calculados excluindo-se as entidades que não divulgaram suas escolhas contábeis (Tabela 4).

Tabela 27 – Comparabilidade Internacional dos Ativos Imobilizados Imóveis, por setor de atuação, considerando a não divulgação

| ATIVOS IMOBILIZADOS – COMPARABILIDADE INTERNACIONAL POR SETOR DE ATUAÇÃO | | | | | | | | | | | | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|--------------|--------------|--------------|
| | SET1 | SET2 | SET3 | SET4 | SET5 | SET6 | SET7 | SET8 | SET9 | SET10 | SET11 | SET12 |
| Painel A – Índice de Comparabilidade dos Ativos Imobilizados Imóveis | | | | | | | | | | | | |
| 2009 | 0,51 | 0,46 | 0,52 | 0,73 | 0,65 | 0,88 | 0,64 | 0,43 | 0,60 | 0,49 | 0,53 | 0,68 |
| 2010 | 0,47 | 0,51 | 0,70 | 0,90 | 0,51 | 0,66 | 0,57 | 0,63 | 0,64 | 0,77 | 0,61 | 0,82 |
| 2011 | 0,50 | 0,56 | 0,64 | 0,90 | 0,48 | 0,52 | 0,52 | 0,43 | 0,60 | 0,61 | 0,70 | 0,68 |
| 2012 | 0,76 | 0,78 | 0,80 | 1,00 | 0,54 | 0,77 | 0,78 | 0,80 | 0,82 | 0,58 | 1,00 | 0,82 |
| 2013 | 0,76 | 0,71 | 0,86 | 1,00 | 0,50 | 0,77 | 0,85 | 0,82 | 0,73 | 0,68 | 0,88 | 0,82 |
| Painel B – Diferença entre as comparabilidades com e sem as companhias abertas que não divulgam as escolhas contábeis | | | | | | | | | | | | |
| 2009 | -0,00 | -0,04 | -0,00 | -0,00 | -0,02 | -0,00 | -0,00 | -0,10 | -0,02 | -0,07 | -0,00 | -0,00 |
| 2010 | -0,03 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,02 | -0,10 | -0,00 | -0,15 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 |
| 2011 | -0,03 | -0,00 | -0,05 | -0,00 | -0,14 | -0,07 | -0,00 | -0,10 | -0,08 | -0,00 | -0,00 | -0,00 |
| 2012 | -0,05 | -0,00 | -0,06 | -0,00 | -0,18 | -0,23 | -0,07 | -0,20 | -0,07 | -0,08 | -0,00 | -0,00 |
| 2013 | -0,05 | -0,06 | -0,07 | -0,00 | -0,21 | -0,23 | -0,00 | -0,18 | -0,09 | -0,00 | -0,00 | -0,00 |
| p-valor^a | 0,0000 | | | | | | | | | | | |

a. Significância estatística do teste Wilcoxon; SET1: setor de agro e pesca; SET2: setor de alimentos e bebidas; SET3: setor de comércio e eletroeletrônicos; SET4: setor de construção; SET5: setor de energia elétrica; SET6: setor imobiliário; SET7: setor de mineração; SET8: setor de minerais não metálicos; SET9: outros setores; SET10: setor de petróleo e gás e química; SET11: setor de siderurgia e metalúrgica; SET12: setor de telecomunicações.

Da análise da Tabela 27 constatou-se que apenas o setor de energia elétrica apresentou uma comparabilidade baixa em praticamente todos os períodos analisados. Em contrapartida, os setores de construção e de telecomunicações apresentaram uma comparabilidade alta em

praticamente todos os anos investigados. De uma maneira geral, para a mensuração subsequente em ativos imobilizados imóveis, constatou-se uma comparabilidade internacional alta para a maioria dos setores de atuação, mais especificamente para os exercícios de 2012 e 2013, quando a adoção das IFRS já havia se consolidado nos três países.

Com a finalidade de se investigar as características das companhias abertas poderiam influenciar a escolha contábil dos gestores pela não divulgação, foi feita uma regressão. Os setores de construção, de siderurgia e metalúrgica e de telecomunicações foram excluídos do modelo pelo próprio STATA®, por todas as companhias abertas pertencentes a esses setores terem evidenciado as suas escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados imóveis. Na Tabela 28 estão ilustrados os resultados da regressão Probit.

Tabela 28 – Resumo da Regressão Probit – Ativos Imobilizados Imóveis, para a não divulgação

| EC | Efeitos Marginais | Desvio Padrão | Z | P> Z |
|-----------------------------|-------------------|---------------|--------|----------------|
| SET2 | -0,0110 | 0,0187 | -0,590 | 0,557 |
| SET3 | -0,0024 | 0,0193 | -0,120 | 0,902 |
| SET5 | 0,0612 | 0,0229 | 2,670 | 0,008*** |
| SET6 | 0,0265 | 0,0264 | 1,000 | 0,316 |
| SET7 | -0,0238 | 0,0146 | -1,630 | 0,103 |
| SET8 | 0,1051 | 0,0550 | 1,910 | 0,056* |
| SET9 | 0,0001 | 0,0167 | 0,010 | 0,994 |
| SET10 | 0,0070 | 0,0288 | 0,240 | 0,808 |
| BF | -0,0347 | 0,0153 | -2,270 | 0,023** |
| PAIS2 | -0,0657 | 0,0173 | -3,800 | 0,000*** |
| PAIS3 | -0,0470 | 0,0218 | -2,160 | 0,031** |
| REM | 0,0035 | 0,0177 | 0,200 | 0,844 |
| TAM | -0,0046 | 0,0036 | -1,290 | 0,198 |
| ENDIV | -0,0039 | 0,0021 | -1,900 | 0,058* |
| RENT | -0,0066 | 0,0132 | -0,500 | 0,619 |
| RELEV | -0,0310 | 0,0248 | -1,250 | 0,213 |
| T2 | -0,0051 | 0,0117 | -0,430 | 0,666 |
| T3 | 0,0317 | 0,0162 | 1,950 | 0,051** |
| T4 | 0,0460 | 0,0177 | 2,600 | 0,009*** |
| T5 | 0,0501 | 0,0181 | 2,770 | 0,006*** |
| N | | | | 1.239 |
| chi2(21) | | | | 97,40 |
| Prob > chi2 | | | | 0,0000 |
| Pseudo R2 | | | | 0,1521 |
| Hosmer-Lemeshow (HL) | | | | 1200,27 |
| Prob > HL | | | | 0,6359 |
| Área da curva ROC | | | | 0,8004 |

SET é a *dummy* por setor, sendo: SET2: setor de alimentos e bebidas; SET3: setor de comércio e eletroeletrônicos; SET5: energia elétrica; SET6: setor imobiliário; SET7: setor de mineração; SET8: minerais não metálicos; SET9: outros setores; SET10: petróleo e gás e química. Os outros setores inicialmente elencados (SET4: setor de construção; SET11: siderurgia e metalúrgica; SET12: Telecomunicações) não apresentaram coeficientes. BF é a *dummy* de *big four*, PAIS é a *dummy* de país, em que PAIS2 é o Chile e PAIS3 é o Peru. REM é a *dummy* de remuneração dos gestores, TAM é o tamanho da empresa, ENDIV é o endividamento da entidade, RENT é o retorno sobre patrimônio líquido, RELEV é a relevância do saldo de imobilizado e T é a *dummy* de tempo, em que: T2 é 2010, T3 é 2011, T4 é 2012 e T5 é 2013. Significância estatística: * p<0.1, ** p<0.05, *** p<0.01.

Pela análise da regressão constatou-se que apenas as variáveis setor de energia elétrica, *big four*, país e tempo foram estatisticamente significativas. Para o setor de energia elétrica, que apresentou um efeito marginal de 0,0612 denota que o fato de a companhia aberta pertencer a este setor aumenta cerca de 6% a probabilidade de que ela não divulgue as suas escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados imóveis. A variável *big four*, por seu turno, que mostrou-se com índice de comparabilidade de -0,0347 denota que o fato de a companhia aberta ser auditada por uma das consideradas *big four* reduz em 3,47% a probabilidade de que a empresa não divulgue as suas escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados imóveis.

Verificou-se, também, que o país e o tempo influenciam as escolhas contábeis dos gestores pela não divulgação. Por exemplo, o fato de a companhia aberta pertencer ao Brasil e ao Peru reduz em 6,57% e 4,70%, respectivamente, a probabilidade de que a empresa não divulgue o método contábil escolhido para mensuração subsequente de ativos imobilizados imóveis. Em relação à variável tempo, averiguou-se que quanto mais o tempo passa, maior a probabilidade de a entidade não divulgar as suas escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados imóveis.

Para testar a robustez do modelo Probit ilustrado na Tabela 28 valeu-se do teste *Hosmer-Lemeshow*, da curva ROC e da Tabela de classificação. Pelo teste *Hosmer-Lemeshow* (*p*-valor=0,6359) constatou-se que existe associação entre as frequências observadas e as frequências previstas e pela curva ROC (área=0,8004) identificou-se que a regressão Probit apresenta um poder discriminatório excelente (Tabela 28). Em relação à Tabela de classificação (ponto de corte de 0,05) constatou-se que o modelo Probit previu corretamente 71,43% das observações cuja escolha contábil foi a não divulgação (sensibilidade), 71,34% das observações cuja escolha contábil foi a divulgação da informação (especificidade) e 71,35% de todas as observações.

B) Ativos Imobilizados Instalações e Equipamentos

Na Tabela 29 estão ilustrados os resultados da comparabilidade nacional e internacional das companhias abertas brasileiras, chilenas e peruanas, de 2009 a 2013. Ao se fazer um comparativo dos valores dos índices de comparabilidade identificados quando se considera a não divulgação como uma escolha contábil (Tabela 29) de quando se exclui do cálculo do índice as companhias abertas que não divulgaram as suas escolhas contábeis

(Tabela 8), verificou-se que a comparabilidade aumenta e, exceto para o Brasil, as diferenças nos valores da comparabilidade são estatisticamente significativos (Tabela 29).

A comparabilidade nacional das escolhas contábeis dos ativos imobilizados instalações e equipamentos das companhias abertas brasileiras diminuiu após a adoção das IFRS. Em 2009 (antes da adoção) apresentou uma comparabilidade alta, fato que não se repetiu nos exercícios de 2010 a 2013 (Tabela 29). Ao se investigar a evolução do grau de comparabilidade das companhias abertas brasileiras em relação à mensuração subsequente de ativos imobilizados instalações e equipamentos, embora a comparabilidade do Brasil tenha sido alta nos três últimos exercícios sociais (Quadro 30), pela análise do Gráfico 6, constatou-se que a comparabilidade está reduzindo ao longo do tempo.

Tabela 29 – Comparabilidade Nacional e Internacional dos Ativos Imobilizados Instalações e Equipamentos, considerando a não divulgação

| INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS – COMPARABILIDADE NACIONAL E INTERNACIONAL | | | | | | | | |
|------------------------------------------------------------------------------|---------------|----------|--------------|----------|-------------|----------|----------------------|----------|
| | BRASIL | | CHILE | | PERU | | INTERNACIONAL | |
| | T | D | T | D | T | D | T | D |
| 2009 | 1,00 | -0,00 | 0,48 | -0,03 | 0,67 | -0,03 | 0,64 | -0,02 |
| 2010 | 0,61 | -0,03 | 0,73 | -0,00 | 0,67 | -0,03 | 0,66 | -0,02 |
| 2011 | 0,81 | -0,19 | 0,80 | -0,02 | 0,48 | -0,03 | 0,56 | -0,07 |
| 2012 | 0,79 | -0,21 | 0,78 | -0,04 | 0,85 | -0,05 | 0,80 | -0,11 |
| 2013 | 0,79 | -0,21 | 0,78 | -0,05 | 0,80 | -0,08 | 0,79 | -0,12 |
| p-valor^a | 0,0513 | | 0,0312 | | 0,0109 | | 0,0332 | |

a. Significância estatística do teste t de Student; T: índice de comparabilidade; D: variação na comparabilidade quando se considera e quando se exclui as companhias abertas que não divulgaram suas escolhas contábeis.

O Chile, por sua vez, apresentou em 2009 a comparabilidade mais baixa entre todos os anos analisados em virtude de um número elevado de companhias abertas terem optado por mensurar seus ativos imobilizados ao custo atribuído (Tabelas 7 e 29). Nos exercícios sociais subsequentes a comparabilidade apresentou-se moderada ou alta (Quadro 30), o que significa um aumento na comparabilidade das escolhas contábeis das companhias abertas chilenas, no que tange ao ativo imobilizado instalações e equipamentos, com o passar dos anos (Gráfico 6).

Quadro 30 – Interpretação da Comparabilidade dos Ativos Imobilizados Instalações e Equipamentos, considerando a não divulgação

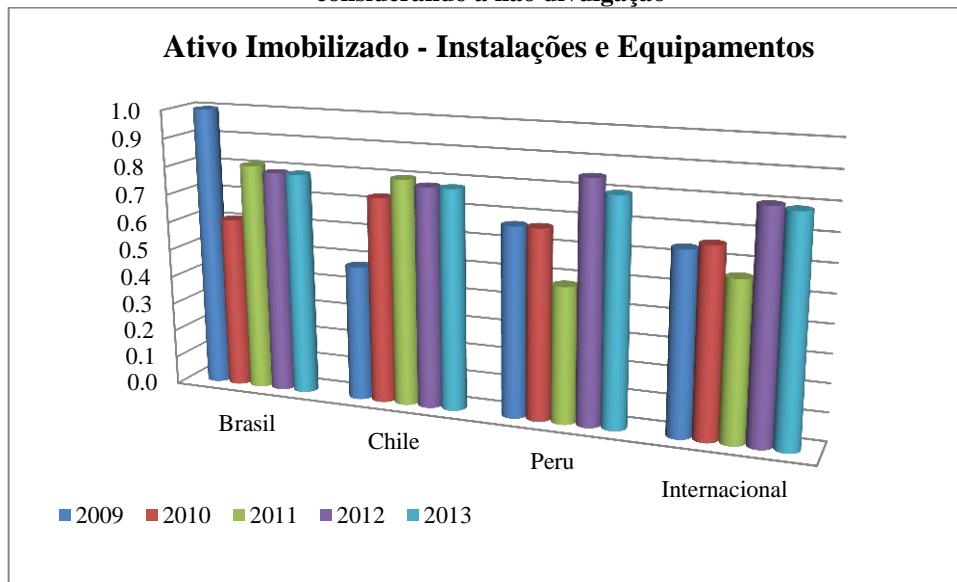
| Instalações e Equipamentos – Interpretação da Comparabilidade^a | | | | | |
|----------------------------------------------------------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 |
| Brasil | alta | moderada | alta | alta | alta |
| Chile | baixa | moderada | alta | alta | alta |
| Peru | moderada | moderada | baixa | alta | alta |
| Internacional | moderada | moderada | moderada | alta | alta |

a. Comparabilidade interpretada de acordo com a escala de Taplin (2006).

Em relação ao Peru, este apresentou uma comparabilidade baixa no ano de adoção inicial e alta nos dois últimos exercícios sociais (Quadro 30). Esse fato se deu em virtude de

53% das companhias abertas terem optado pelo custo atribuído no ano de adoção inicial (2011) – o que refletiu em escolhas contábeis diversificadas – e cerca de 90% das entidades terem escolhido o método do custo histórico nos exercícios seguintes (2012 e 2013). Em consequência, a comparabilidade das escolhas contábeis em ativos imobilizados instalações e equipamentos das companhias abertas do Peru têm aumentado ao longo dos exercícios sociais, como pode-se verificar no Gráfico 6.

Gráfico 6 – Evolução do Índice de Comparabilidade dos Ativos Imobilizados Instalações e Equipamentos, considerando a não divulgação



Em relação à comparabilidade internacional constatou-se que, para as instalações e equipamentos a comparabilidade foi moderada nos três primeiros anos e alta nos dois últimos, o que resulta em uma comparabilidade crescente com o passar do tempo (Quadro 30). No ano de 2013, por exemplo, encontrou-se um índice de comparabilidade no valor de 0,79 (Tabela 29), o que denota que se duas companhias abertas pertencentes a esses países forem selecionadas de maneira aleatória, em 2013, há 79% de chance de que estas empresas tenham optado pelo mesmo método de mensuração subsequente de ativos imobilizados instalações e equipamentos. Quanto à evolução da comparabilidade internacional das demonstrações contábeis verificou-se que a comparabilidade têm aumentado ao longo do tempo (Quadro 30 e Gráfico 6).

Partindo-se para a análise setorial, na Tabela 30 são demonstradas as comparabilidades nacional, por setor de atuação, das companhias abertas pertencentes ao Brasil, ao Chile e ao Peru, nos exercícios de 2009 a 2013. A tabulação das escolhas contábeis dos ativos imobilizados instalações e equipamentos por setor de atuação está disposta no Apêndice F. Comparando-se os resultados da comparabilidade nacional por setor de atuação considerando-

se a não divulgação como uma escolha contábil (Tabela 30) e excluindo-se as entidades que não divulgaram as suas opções (Tabela 9), constatou-se que essas diferenças são estatisticamente significativas ($p\text{-valor}<0,05$). Isso denota que quanto mais escolhas contábeis existirem nas IFRS, menor tende a ser a comparabilidade.

Quanto à comparabilidade nacional por setor de atuação percebe-se que em muitos setores a comparabilidade atingiu o seu grau máximo em todos os períodos (salvo o período de adoção inicial, em alguns casos). Exemplos: (a) Brasil: setor de alimentos e bebidas e setor de comércio e eletroeletrônico; (b) Chile: setor de construção e setor de minerais não metálicos; e (c) Peru: setor de petróleo, gás e química e setor de telecomunicações (Tabela 30). Esse fato denota que a comparabilidade por setor de atuação apresentou uma comparabilidade mais elevada que a apresentada por país, o que traz indicativos de uma contabilidade convergente em decorrência de as circunstâncias operacionais terem sido mais efetivas que as influências nacionais.

Tabela 30 – Comparabilidade Nacional dos Ativos Imobilizados Instalações e Equipamentos, por setor de atuação, considerando a não divulgação
INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS – COMPARABILIDADE NACIONAL POR SETOR DE ATUAÇÃO

| | BRASIL | | | | | CHILE | | | | | PERU | | | | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|-------|-------|-------|-------|--------|-------|-------|-------|-------|--------|-------|-------|-------|-------|
| | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 |
| Painel A – Ativo Imobilizado Imóveis | | | | | | | | | | | | | | | |
| SET1 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,57 | 0,88 | 0,88 | 0,88 | 0,88 | 0,72 | 0,71 | 0,51 | 0,85 | 0,85 |
| SET2 | 1,00 | 0,52 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,82 | 0,82 | 1,00 | 1,00 | 0,82 | 0,43 | 0,65 | 0,80 | 0,80 | 0,80 |
| SET3 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,51 | 0,85 | 0,85 | 0,85 | 0,85 | 0,56 | 0,72 | 0,72 | 0,72 | 0,72 |
| SET4 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,56 | 1,00 | 1,00 |
| SET5 | 1,00 | 0,46 | 0,59 | 0,59 | 0,56 | 0,48 | 0,52 | 0,52 | 0,52 | 0,52 | 0,70 | 0,70 | 0,54 | 0,69 | 0,57 |
| SET6 | 1,00 | 0,72 | 0,72 | 0,72 | 0,72 | 0,72 | 0,68 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,63 | 0,63 |
| SET7 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,56 | 1,00 | 0,56 | 0,56 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,61 | 0,53 | 0,50 | 0,90 | 0,90 |
| SET8 | 1,00 | 1,00 | 0,50 | 0,50 | 0,50 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,63 | 0,38 | 0,63 | 1,00 | 1,00 |
| SET9 | 1,00 | 0,54 | 0,89 | 0,89 | 0,89 | 0,44 | 0,77 | 1,00 | 0,88 | 0,88 | 0,82 | 0,82 | 0,44 | 0,90 | 0,74 |
| SET10 | 1,00 | 0,63 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,55 | 0,59 | 0,59 | 0,59 | 0,76 | 1,00 | 1,00 | 0,63 | 1,00 | 1,00 |
| SET11 | 1,00 | 0,68 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,50 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,52 | 0,52 | 0,52 | 1,00 | 1,00 |
| SET12 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,63 | 0,63 | 0,63 | 0,63 | 0,63 | 1,00 | 1,00 | 0,50 | 1,00 | 1,00 |
| Painel B – Diferença entre as comparabilidades com e sem as companhias abertas que não divulgam as escolhas contábeis | | | | | | | | | | | | | | | |
| SET1 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,12 | -0,09 | -0,15 | -0,15 | -0,15 |
| SET2 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,18 | -0,10 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 |
| SET3 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,15 | -0,15 | -0,15 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 |
| SET4 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 |
| SET5 | -0,00 | -0,04 | -0,41 | -0,41 | -0,44 | -0,06 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,13 |
| SET6 | -0,00 | -0,28 | -0,28 | -0,28 | -0,28 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,37 | -0,37 |
| SET7 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,44 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 |
| SET8 | -0,00 | -0,00 | -0,50 | -0,50 | -0,50 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,37 | -0,18 | -0,00 | -0,00 | -0,00 |
| SET9 | -0,00 | -0,00 | -0,11 | -0,41 | -0,11 | -0,06 | -0,00 | -0,00 | -0,12 | -0,12 | -0,00 | -0,00 | -0,08 | -0,00 | -0,07 |
| SET10 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,17 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,18 | -0,00 |
| SET11 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 |
| SET12 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 |
| p-valor^a | 0,0003 | | | | | 0,0038 | | | | | 0,0007 | | | | |

a. Significância estatística do teste Wilcoxon; SET1: setor de agro e pesca; SET2: setor de alimentos e bebidas; SET3: setor de comércio e eletroeletrônicos; SET4: setor de construção; SET5: setor de energia elétrica; SET6: setor imobiliário; SET7: setor de mineração; SET8: setor de minerais não metálicos; SET9: outros setores; SET10: setor de petróleo e gás e química; SET11: setor de siderurgia e metalúrgica; SET12: setor de telecomunicações.

Na Tabela 31 são dispostos os graus de comparabilidade internacional das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados instalações e equipamentos, por setor de atuação, nos períodos de 2009 a 2013.

Tabela 31 – Comparabilidade Internacional dos Ativos Imobilizados Instalações e Equipamentos, por setor de atuação, considerando a não divulgação

| INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS – COMPARABILIDADE INTERNACIONAL POR SETOR DE ATUAÇÃO | | | | | | | | | | | | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| | SET1 | SET2 | SET3 | SET4 | SET5 | SET6 | SET7 | SET8 | SET9 | SET10 | SET11 | SET12 |
| Painel A – Ativo Imobilizado Instalações e Equipamentos | | | | | | | | | | | | |
| 2009 | 0,64 | 0,66 | 0,62 | 0,73 | 0,65 | 0,88 | 0,64 | 0,80 | 0,68 | 0,49 | 0,57 | 0,82 |
| 2010 | 0,71 | 0,67 | 0,86 | 1,00 | 0,51 | 0,76 | 0,57 | 0,63 | 0,69 | 0,68 | 0,68 | 0,82 |
| 2011 | 0,54 | 0,56 | 0,64 | 0,90 | 0,50 | 0,52 | 0,54 | 0,43 | 0,67 | 0,68 | 0,70 | 0,68 |
| 2012 | 0,87 | 0,92 | 0,86 | 1,00 | 0,54 | 0,77 | 0,85 | 0,80 | 0,89 | 0,77 | 1,00 | 0,82 |
| 2013 | 0,87 | 0,84 | 0,86 | 1,00 | 0,50 | 0,77 | 0,92 | 0,82 | 0,82 | 0,88 | 1,00 | 0,82 |
| Painel B – Diferença entre as comparabilidades com e sem as companhias abertas que não divulgam as escolhas contábeis | | | | | | | | | | | | |
| 2009 | -0,00 | -0,05 | -0,00 | -0,00 | -0,02 | -0,00 | -0,00 | -0,20 | -0,03 | -0,07 | -0,00 | -0,00 |
| 2010 | -0,05 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,02 | -0,11 | -0,00 | -0,15 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 |
| 2011 | -0,03 | -0,00 | -0,05 | -0,00 | -0,14 | -0,07 | -0,00 | -0,10 | -0,09 | -0,00 | -0,00 | -0,00 |
| 2012 | -0,06 | -0,00 | -0,07 | -0,00 | -0,18 | -0,23 | -0,07 | -0,20 | -0,07 | -0,00 | -0,00 | -0,00 |
| 2013 | -0,06 | -0,08 | -0,07 | -0,00 | -0,21 | -0,23 | -0,00 | -0,18 | -0,10 | -0,00 | -0,00 | -0,00 |
| p-valor^a | 0,0000 | | | | | | | | | | | |

a. Significância estatística do teste Wilcoxon; SET1: setor de agro e pesca; SET2: setor de alimentos e bebidas; SET3: setor de comércio e eletroeletrônicos; SET4: setor de construção; SET5: setor de energia elétrica; SET6: setor imobiliário; SET7: setor de mineração; SET8: setor de minerais não metálicos; SET9: outros setores; SET10: setor de petróleo e gás e química; SET11: setor de siderurgia e metalúrgica; SET12: setor de telecomunicações.

Da análise da Tabela 31 constatou-se que apenas o setor de energia elétrica apresentou uma comparabilidade baixa em todos os períodos analisados (exceto no ano de 2009, em que apresentou uma comparabilidade moderada). Por outro lado, os setores de construção, imobiliário e de telecomunicações apresentaram uma comparabilidade alta em quase todos os períodos analisados. De uma maneira geral, para a mensuração subsequente em ativos imobilizados instalações e equipamentos, constatou-se uma comparabilidade internacional alta para a maioria dos setores de atuação, especialmente nos exercícios de 2012 e 2013, momento em que os três países já haviam adotado as IFRS de maneira obrigatória.

Foi estimada a regressão Probit, a fim de se identificar potenciais relações entre as escolhas contábeis dos gestores pela não divulgação e as características das companhias abertas que poderiam influenciar essa escolha. Os resultados estão ilustrados na Tabela 32. Os setores de construção, de siderurgia e metalúrgica e de telecomunicações foram excluídos do modelo pelo próprio STATA®, em decorrência de todas as companhias abertas pertencentes a esses setores terem evidenciado as suas escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados instalações e equipamentos.

Pela regressão verificou-se que o setor de energia elétrica e as variáveis *big four*, país e tempo são estatisticamente significativas (a um nível nominal de significância de 5%), o que

denota que podem influenciar as escolhas contábeis dos gestores pela não divulgação das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados instalações e equipamentos. Os resultados encontrados para a variável PAIS3, por exemplo, cujo efeito marginal foi de -0,0529, denota que o fato de a companhia aberta pertencer ao Peru reduz em 5,29% as chances de que a entidade não divulgue a sua escolha contábil em relação à mensuração subsequente de ativos imobilizados instalações e equipamentos.

Tabela 32 – Resumo da Regressão Probit – Ativos Imobilizados Instalações e Equipamentos, para a não divulgação

| EC | Efeitos Marginais | Desvio Padrão | Z | P> Z |
|-----------------------------|-------------------|---------------|--------|-----------------|
| SET2 | -0,0101 | 0,0185 | -0,550 | 0,584 |
| SET3 | -0,0009 | 0,0192 | -0,050 | 0,964 |
| SET5 | 0,0605 | 0,0225 | 2,690 | 0,007*** |
| SET6 | 0,0299 | 0,0268 | 1,110 | 0,265 |
| SET7 | -0,0223 | 0,0144 | -1,550 | 0,122 |
| SET8 | 0,1054 | 0,0548 | 1,920 | 0,054* |
| SET9 | 0,0011 | 0,0163 | 0,070 | 0,946 |
| SET10 | -0,0088 | 0,0243 | -0,360 | 0,717 |
| BF | -0,0357 | 0,0152 | -2,350 | 0,019** |
| PAIS2 | -0,0678 | 0,0176 | -3,850 | 0,000*** |
| PAIS3 | -0,0529 | 0,0216 | -2,440 | 0,014** |
| REM | 0,0032 | 0,0176 | 0,180 | 0,857 |
| TAM | -0,0048 | 0,0037 | -1,310 | 0,189 |
| ENDIV | -0,0038 | 0,0020 | -1,880 | 0,060* |
| RENT | -0,0058 | 0,0136 | -0,430 | 0,668 |
| RELEV | -0,0233 | 0,0239 | -0,970 | 0,330 |
| T2 | -0,0048 | 0,0118 | -0,410 | 0,684 |
| T3 | 0,0318 | 0,0162 | 1,970 | 0,049** |
| T4 | 0,0417 | 0,0172 | 2,420 | 0,015** |
| T5 | 0,0503 | 0,0181 | 2,780 | 0,005*** |
| N | | | | 1.239 |
| chi2(21) | | | | 103,60 |
| Prob > chi2 | | | | 0,0000 |
| Pseudo R2 | | | | 0,1553 |
| Hosmer-Lemeshow (HL) | | | | 1.234,28 |
| Prob > HL | | | | 0,3662 |
| Área da curva ROC | | | | 0,8042 |

SET é a *dummy* por setor, sendo: SET2: setor de alimentos e bebidas; SET3: setor de comércio e eletroeletrônicos; SET5: energia elétrica; SET6: setor imobiliário; SET7: setor de mineração; SET8: minerais não metálicos; SET9: outros setores; SET10: petróleo e gás e química. Os outros setores inicialmente elencados (SET4: setor de construção; SET11: siderurgia e metalúrgica; SET12: Telecomunicações) não apresentaram coeficientes. BF é a *dummy* de *big four*, PAIS é a *dummy* de país, em que PAIS2 é o Chile e PAIS3 é o Peru. REM é a *dummy* de remuneração dos gestores, TAM é o tamanho da empresa, ENDIV é o endividamento da entidade, RENT é o retorno sobre patrimônio líquido, RELEV é a relevância do saldo de imobilizado e T é a *dummy* de tempo, em que: T2 é 2010, T3 é 2011, T4 é 2012 e T5 é 2013. Significância estatística: * p<0.1, ** p<0.05, *** p<0.01.

Por meio do teste *Hosmer-Lemeshow* constatou-se que existe associação entre as frequências observadas e as frequências previstas (p-valor=0,3662) e por meio da curva ROC (área=0,8042) averiguou-se que a regressão Probit proposta possui um poder discriminatório

excelente (Tabela 32). Pela Tabela de classificação (ponto de corte de 0,05) verificou-se que o modelo Probit previu corretamente 70,91% das observações cuja escolha contábil foi a não divulgação (sensibilidade), 71,03% das observações cuja escolha contábil foi a divulgação da informação (especificidade) e 71,03% de todas as observações.

4.2.3 Análise e Discussão dos Resultados para os Ativos Intangíveis, considerando a Não divulgação

Na Tabela 33 foram apresentadas as comparabilidades nacionais e internacional das companhias abertas brasileiras, chilenas e peruanas para os exercícios de 2009 a 2013.

Tabela 33 – Comparabilidade Nacional e Internacional dos Ativos Intangíveis, considerando a não divulgação

| | | ATIVOS INTANGÍVEIS – COMPARABILIDADE NACIONAL E INTERNACIONAL | | | | | | | |
|----------------------------|--|---------------------------------------------------------------|-------|--------|-------|--------|-------|---------------|-------|
| | | BRASIL | | CHILE | | PERU | | INTERNACIONAL | |
| | | T | D | T | D | T | D | T | D |
| 2009 | | 0,68 | -0,32 | 0,75 | -0,15 | 0,61 | -0,33 | 0,68 | -0,27 |
| 2010 | | 0,88 | -0,12 | 0,82 | -0,16 | 0,58 | -0,36 | 0,75 | -0,22 |
| 2011 | | 0,83 | -0,17 | 0,85 | -0,13 | 0,66 | -0,25 | 0,78 | -0,19 |
| 2012 | | 0,83 | -0,17 | 0,85 | -0,13 | 0,72 | -0,25 | 0,80 | -0,18 |
| 2013 | | 0,85 | -0,15 | 0,85 | -0,10 | 0,71 | -0,26 | 0,80 | -0,18 |
| p-valor^a | | 0,0059 | | 0,0002 | | 0,0002 | | 0,0003 | |

a. Significância estatística do teste t de Student; T: índice de comparabilidade; D: variação na comparabilidade quando se considera e quando se exclui as companhias abertas que não divulgaram suas escolhas contábeis.

O Brasil, apesar da vedação legal à mensuração subsequente de ativos intangíveis pelo método do valor justo, em nenhum dos períodos investigados demonstrou uma comparabilidade nacional máxima ou com valores próximos a um (Tabela 33). Esse fato ocorreu em virtude da não divulgação da forma de mensuração subsequente de ativos intangíveis pelas companhias abertas brasileiras, apesar da obrigatoriedade de evidenciação disposta pela IAS 38 (e correspondente norma contábil brasileira – CPC04). A comparabilidade apresentada pelas companhias abertas brasileiras foi alta (Quadro 31), exceto em 2009, que apresentou uma comparabilidade moderada em virtude do baixo nível de evidenciação (Tabelas 13 e 33). Ao se analisar a evolução da comparabilidade com base no Gráfico 7, verificou-se que a comparabilidade do Brasil tem melhorado com o passar dos exercícios sociais.

O Chile apresentou uma comparabilidade alta em todos os períodos analisados (Quadro 31) e crescente ao longo do tempo (Gráfico 7). Essa comparabilidade se deu pelo fato de a maioria das companhias abertas chilenas terem optado pelo método do custo

histórico para mensuração subsequente de ativos intangíveis e evidenciaram suas escolhas contábeis (Tabela 13).

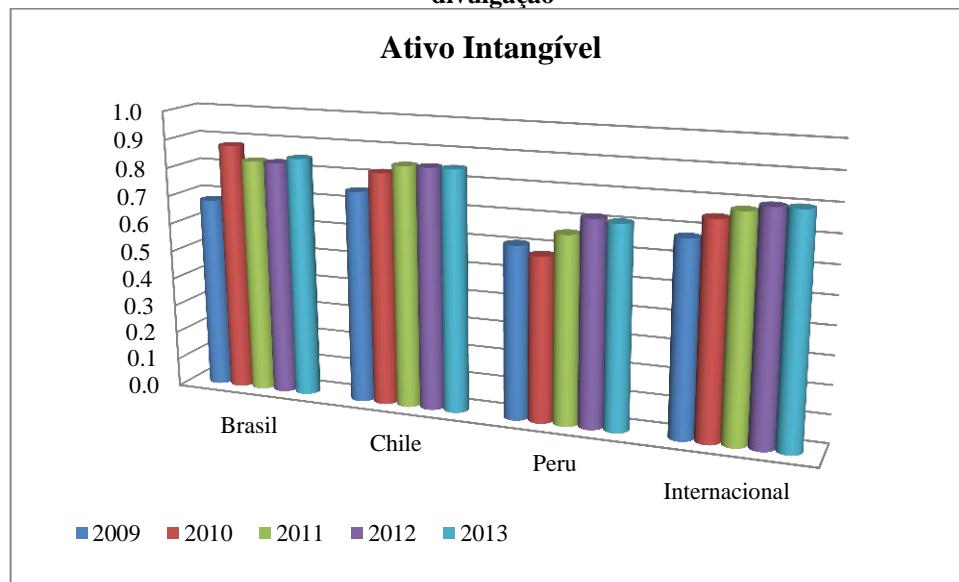
Quadro 31 – Interpretação da Comparabilidade dos Ativos Intangíveis, considerando a não divulgação

| Intangíveis – Interpretação da Comparabilidade ^a | | | | | |
|-------------------------------------------------------------|----------|----------|----------|----------|----------|
| | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 |
| Brasil | moderada | alta | alta | alta | alta |
| Chile | alta | alta | alta | alta | alta |
| Peru | moderada | moderada | moderada | moderada | moderada |
| Internacional | moderada | alta | alta | alta | alta |

a. Comparabilidade interpretada de acordo com a escala de Taplin (2006).

O Peru, ao contrário dos outros dois países, não apresentou uma comparabilidade alta em nenhum dos períodos investigados (Quadro 31). Em todos os anos a sua comparabilidade foi moderada, provavelmente em virtude do elevado número de companhias abertas que não divulgaram as suas escolhas contábeis (Tabela 13). Analisando a evolução do grau de comparabilidade das companhias abertas peruanas verificou-se que apesar de estas empresas apresentarem a comparabilidade mais baixa se comparada às entidades dos dois outros países, sua comparabilidade tem aumentado com o passar dos exercícios sociais (Gráfico 7).

Gráfico 7 – Evolução do Índice de Comparabilidade dos Ativos Intangíveis, considerando a não divulgação



Em relação à comparabilidade internacional das companhias abertas brasileiras, peruanas e chilenas quanto à mensuração subsequente de ativos intangíveis, constatou-se que exceto para o exercício de 2009, em que a comparabilidade apresentou-se moderada, em todos os anos investigados a comparabilidade foi alta (Quadro 31) e crescente ao longo do tempo (Gráfico 7). Em 2013, por exemplo, o índice de comparabilidade internacional foi de 0,80 (Tabela 33). Isso denota que para o exercício de 2013, se duas companhias abertas

pertencentes ao Brasil, ao Chile e ao Peru forem selecionadas aleatoriamente, há 80% de chance de que elas tenham adotado os mesmos métodos contábeis para mensuração subsequente de ativos intangíveis.

Partindo-se para um comparativo entre os índices de comparabilidade calculados considerando-se a não divulgação como uma escolha contábil (Tabela 33) e excluindo-se do cálculo as companhias abertas que não divulgaram a sua escolha contábil (Tabela 14), identificou-se que houve uma redução na comparabilidade nacional e internacional em todos os períodos e em todos os países. Ao se investigar a significância dessas diferenças (Tabela 33), constatou-se que essas diferenças são estatisticamente significativas ($p\text{-valor}<0,05$) para todos os dados, inclusive para a comparabilidade internacional.

Para a análise da comparabilidade nacional dos ativos intangíveis por setor de atuação foram investigadas as escolhas contábeis em cada um dos setores, por país e em cada exercício social. Na Tabela 34 está disposta a comparabilidade nacional das escolhas contábeis das companhias abertas brasileiras, chilenas e peruanas, por setor de atuação, de 2009 a 2013. A tabulação das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos intangíveis por setor de atuação consta no Apêndice G.

Ao se analisar a comparabilidade nacional dos ativos intangíveis por setor de atuação constatou-se que a comparabilidade foi mais alta que a comparabilidade por país. Percebeu-se que em muitos setores dos três países a comparabilidade atingiu seu valor máximo (igual a um), especialmente nos três últimos exercícios sociais (Tabela 34), fato que não aconteceu na investigação da comparabilidade por país (Tabela 33). Por exemplo: (a) Brasil: setor de agro e pesca e setor de mineração; (b) Chile: setor de minerais não metálicos e setor de siderurgia e metalúrgica; e (c) Peru: setor de petróleo e gás e química e setor de telecomunicações.

Curiosamente o setor imobiliário do Brasil e o setor de construção do Peru apresentaram índices de comparabilidade baixos em todos os períodos analisados (Tabela 34). Na comparação dos três países o Peru apresentou menor comparabilidade por setor de atuação (e também por país), o que gera indícios de maior dificuldade na adoção e/ou implementação das IFRS.

Tabela 34 – Comparabilidade Nacional dos Ativos Intangíveis, por setor de atuação, considerando a não divulgação

| ATIVOS INTANGÍVEIS – COMPARABILIDADE NACIONAL POR SETOR DE ATUAÇÃO | | | | | | | | | | | | | | | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|-------|-------|-------|-------|--------|-------|-------|-------|-------|--------|-------|-------|-------|-------|
| | BRASIL | | | | | CHILE | | | | | PERU | | | | |
| | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 |
| Painel A – Ativo Imobilizado Imóveis | | | | | | | | | | | | | | | |
| SET1 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,76 | 0,88 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,50 | 0,63 | 0,51 | 0,59 | 0,59 |
| SET2 | 0,52 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,82 | 1,00 | 0,82 | 0,82 | 0,82 | 0,78 | 1,00 | 0,78 | 1,00 | 1,00 |
| SET3 | 0,80 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,82 | 0,72 | 0,82 | 0,82 | 0,66 | 0,72 | 0,72 | 0,72 | 0,72 | 0,72 |
| SET4 | 0,85 | 0,85 | 0,85 | 0,85 | 0,85 | 0,56 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,50 | 0,50 | 0,50 | 0,50 | 0,50 |
| SET5 | 0,58 | 0,80 | 0,80 | 0,74 | 0,74 | 0,87 | 0,88 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,65 | 0,65 | 0,58 | 0,52 | 0,58 |
| SET6 | 0,52 | 0,52 | 0,50 | 0,56 | 0,56 | 1,00 | 0,56 | 0,56 | 0,63 | 0,63 | 1,00 | 0,56 | 0,33 | 1,00 | 1,00 |
| SET7 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,56 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,64 | 0,62 | 0,70 | 0,78 | 0,70 |
| SET8 | 0,50 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,56 | 0,63 | 1,00 | 0,63 | 0,68 |
| SET9 | 0,71 | 1,00 | 0,88 | 1,00 | 1,00 | 0,48 | 0,64 | 0,60 | 0,63 | 0,74 | 0,64 | 0,66 | 0,66 | 0,76 | 0,70 |
| SET10 | 1,00 | 1,00 | 0,68 | 0,68 | 0,68 | 0,72 | 0,72 | 0,72 | 0,72 | 0,72 | 0,50 | 0,50 | 1,00 | 1,00 | 1,00 |
| SET11 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,50 | 0,56 | 1,00 | 1,00 | 1,00 |
| SET12 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 |
| Painel B – Diferença entre as comparabilidades com e sem as companhias abertas que não divulgam as escolhas contábeis | | | | | | | | | | | | | | | |
| SET1 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,11 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,49 | -0,37 | -0,50 | -0,41 | -0,41 |
| SET2 | -0,48 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,18 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,22 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 |
| SET3 | -0,20 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,18 | -0,28 | -0,18 | -0,18 | -0,14 | -0,28 | -0,28 | -0,28 | -0,28 | -0,28 |
| SET4 | -0,15 | -0,15 | -0,15 | -0,15 | -0,15 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,50 | -0,50 | -0,50 | -0,50 | -0,50 |
| SET5 | -0,42 | -0,20 | -0,20 | -0,26 | -0,26 | -0,13 | -0,12 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,35 | -0,35 | -0,42 | -0,48 | -0,42 |
| SET6 | -0,48 | -0,48 | -0,50 | -0,44 | -0,44 | -0,00 | -0,44 | -0,44 | -0,37 | -0,37 | -0,00 | -0,44 | -0,17 | -0,00 | -0,00 |
| SET7 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,44 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,24 | -0,25 | -0,30 | -0,22 | -0,30 |
| SET8 | -0,50 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,44 | -0,37 | -0,00 | -0,37 | -0,32 |
| SET9 | -0,29 | -0,00 | -0,12 | -0,00 | -0,00 | -0,22 | -0,36 | -0,40 | -0,37 | -0,26 | -0,21 | -0,20 | -0,20 | -0,11 | -0,18 |
| SET10 | -0,00 | -0,00 | -0,32 | -0,32 | -0,32 | -0,28 | -0,28 | -0,28 | -0,28 | -0,28 | -0,50 | -0,50 | -0,00 | -0,00 | -0,00 |
| SET11 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,50 | -0,44 | -0,00 | -0,00 | -0,00 |
| SET12 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 |
| p-valor^a | 0,0000 | | | | | 0,0000 | | | | | 0,0000 | | | | |

a. Significância estatística do teste Wilcoxon; SET1: setor de agro e pesca; SET2: setor de alimentos e bebidas; SET3: setor de comércio e eletroeletrônicos; SET4: setor de construção; SET5: setor de energia elétrica; SET6: setor imobiliário; SET7: setor de mineração; SET8: setor de minerais não metálicos; SET9: outros setores; SET10: setor de petróleo e gás e química; SET11: setor de siderurgia e metalúrgica; SET12: setor de telecomunicações.

Na Tabela 35 é apresentada a comparabilidade internacional dos ativos intangíveis, por setor de atuação, nos períodos de 2009 a 2013. A não divulgação foi considerada uma escolha contábil, e portanto, ao ser incluída no cálculo do índice, resultou em graus de comparabilidade estatisticamente diferentes ($p\text{-valor}<0,05$) dos graus de comparabilidade encontrados quando não se considerou a não divulgação como uma escolha contábil (Tabela 16).

Tabela 35 – Comparabilidade Internacional dos Ativos Intangíveis, por setor de atuação, considerando a não divulgação

| ATIVOS INTANGÍVEIS – COMPARABILIDADE INTERNACIONAL POR SETOR DE ATUAÇÃO | | | | | | | | | | | | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|--------------|--------------|--------------|
| | SET1 | SET2 | SET3 | SET4 | SET5 | SET6 | SET7 | SET8 | SET9 | SET10 | SET11 | SET12 |
| Painel A – Ativo Imobilizado Imóveis | | | | | | | | | | | | |
| 2009 | 0,64 | 0,66 | 0,79 | 0,70 | 0,66 | 0,68 | 0,71 | 0,63 | 0,61 | 0,68 | 0,74 | 1,00 |
| 2010 | 0,58 | 1,00 | 0,80 | 0,79 | 0,79 | 0,54 | 0,70 | 0,80 | 0,76 | 0,68 | 0,72 | 1,00 |
| 2011 | 0,77 | 0,84 | 0,85 | 0,79 | 0,79 | 0,43 | 0,76 | 1,00 | 0,72 | 0,77 | 1,00 | 1,00 |
| 2012 | 0,84 | 0,92 | 0,85 | 0,79 | 0,74 | 0,63 | 0,76 | 0,80 | 0,79 | 0,77 | 1,00 | 1,00 |
| 2013 | 0,83 | 0,92 | 0,78 | 0,79 | 0,76 | 0,63 | 0,76 | 0,82 | 0,80 | 0,77 | 1,00 | 1,00 |
| Painel B – Diferença entre as comparabilidades com e sem as companhias abertas que não divulgam as escolhas contábeis | | | | | | | | | | | | |
| 2009 | -0,26 | -0,34 | -0,21 | -0,18 | -0,34 | -0,32 | -0,20 | -0,37 | -0,24 | -0,32 | -0,26 | -0,00 |
| 2010 | -0,32 | -0,00 | -0,20 | -0,21 | -0,21 | -0,46 | -0,20 | -0,20 | -0,19 | -0,32 | -0,28 | -0,00 |
| 2011 | -0,23 | -0,00 | -0,15 | -0,21 | -0,21 | -0,33 | -0,24 | -0,00 | -0,23 | -0,23 | -0,00 | -0,00 |
| 2012 | -0,16 | -0,00 | -0,15 | -0,21 | -0,26 | -0,37 | -0,24 | -0,20 | -0,16 | -0,23 | -0,00 | -0,00 |
| 2013 | -0,17 | -0,00 | -0,14 | -0,21 | -0,24 | -0,37 | -0,24 | -0,18 | -0,15 | -0,23 | -0,00 | -0,00 |
| p-valor^a | 0,0000 | | | | | | | | | | | |

a. Significância estatística do teste Wilcoxon; SET1: setor de agro e pesca; SET2: setor de alimentos e bebidas; SET3: setor de comércio e eletroeletrônicos; SET4: setor de construção; SET5: setor de energia elétrica; SET6: setor imobiliário; SET7: setor de mineração; SET8: setor de minerais não metálicos; SET9: outros setores; SET10: setor de petróleo e gás e química; SET11: setor de siderurgia e metalúrgica; SET12: setor de telecomunicações.

Da análise da Tabela 35 constatou-se que entre todos os setores de atuação, o setor imobiliário foi o que apresentou índices de comparabilidade mais baixos, em virtude do elevado número de companhias abertas que não divulgaram as informações contábeis sobre o item investigado (Apêndice G). Por outro lado, o setor de telecomunicações apresentou uma comparabilidade internacional máxima nos cinco exercícios sociais analisados. Isso denota que se duas companhias abertas do Brasil, do Chile e do Peru do setor de telecomunicações forem selecionadas de maneira aleatória, há 100% de chance de que elas tenham optado pelo mesmo método contábil para mensuração subsequente de ativos intangíveis (no caso, o método do custo histórico – Apêndice G). De uma maneira geral, a comparabilidade internacional por setor de atuação foi alta na maioria dos setores de atuação e períodos analisados (Tabela 35).

Quanto à relação entre a escolha pela não divulgação e possíveis características das companhias abertas, foi estimada a regressão Probit, cujos resultados estão ilustrados na Tabela 36. O setor de telecomunicação foi excluído do modelo pelo próprio STATA®, pois

todas as companhias abertas pertencentes a este setor divulgou suas escolhas contábeis na mensuração subsequente em ativos intangíveis. Pela análise dos resultados da regressão Probit identificou-se que os setores de alimentos e bebidas e imobiliário, o Chile, o tamanho da empresa, a relevância do saldo do ativo intangível, bem como o ano influenciam as escolhas contábeis dos gestores quanto à não divulgação das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos intangíveis, a um nível nominal de significância de 5%.

Tabela 36 – Resumo da Regressão Probit – Ativos Intangíveis, para a não divulgação

| EC | Efeitos Marginais | Desvio Padrão | Z | P> Z |
|-----------------------------|-------------------|---------------|--------|-----------------|
| SET2 | -0,0817 | 0,0335 | -2,440 | 0,015** |
| SET3 | -0,0145 | 0,0418 | -0,350 | 0,729 |
| SET4 | 0,0000 | 0,0462 | 0,000 | 0,999 |
| SET5 | 0,0415 | 0,0371 | 1,120 | 0,263 |
| SET6 | 0,1854 | 0,0694 | 2,670 | 0,008*** |
| SET7 | -0,0466 | 0,0377 | -1,240 | 0,217 |
| SET8 | -0,0265 | 0,0518 | -0,510 | 0,608 |
| SET9 | -0,0256 | 0,0341 | -0,750 | 0,452 |
| SET10 | 0,0837 | 0,0596 | 1,400 | 0,160 |
| SET11 | -0,0675 | 0,0409 | -1,650 | 0,099* |
| BF | -0,0472 | 0,0244 | -1,930 | 0,053* |
| PAIS2 | -0,0721 | 0,0230 | -3,140 | 0,002*** |
| PAIS3 | 0,0225 | 0,0300 | 0,750 | 0,454 |
| REM | 0,0297 | 0,0315 | 0,940 | 0,346 |
| TAM | -0,0308 | 0,0057 | -5,400 | 0,000*** |
| ENDIV | 0,0024 | 0,0037 | 0,660 | 0,509 |
| RENT | 0,0195 | 0,0248 | 0,790 | 0,432 |
| RELEV | 0,1077 | 0,0514 | 2,100 | 0,036** |
| T2 | -0,0396 | 0,0300 | -1,320 | 0,187 |
| T3 | -0,0600 | 0,0294 | -2,040 | 0,041** |
| T4 | -0,0605 | 0,0295 | -2,050 | 0,041** |
| T5 | -0,0711 | 0,0288 | -2,470 | 0,013** |
| N | | | | 1,266 |
| chi2(21) | | | | 114,73 |
| Prob > chi2 | | | | 0,0000 |
| Pseudo R2 | | | | 0,1164 |
| Hosmer-Lemeshow (HL) | | | | 1,212,76 |
| Prob > HL | | | | 0,7251 |
| Área da curva ROC | | | | 0,7405 |

SET é a *dummy* por setor, sendo: SET2: setor de alimentos e bebidas; SET3: setor de comércio e eletroeletrônicos; SET4: setor de construção; SET5: energia elétrica; SET6: setor imobiliário; SET7: setor de mineração; SET8: minerais não metálicos; SET9: outros setores; SET10: petróleo e gás e química; SET11: siderurgia e metalúrgica. O SET12 (telecomunicações) inicialmente elencado não apresentou coeficiente. BF é a *dummy* de *big four*, PAIS é a *dummy* de país, em que PAIS2 é o Chile e PAIS3 é o Peru. REM é a *dummy* de remuneração dos gestores, TAM é o tamanho da empresa, ENDIV é o endividamento da entidade, RENT é o retorno sobre patrimônio líquido, RELEV é a relevância do saldo de imobilizado e T é a *dummy* de tempo, em que: T2 é 2010, T3 é 2011, T4 é 2012 e T5 é 2013. Significância estatística: * p<0.1, ** p<0.05, *** p<0.01.

O tamanho da entidade, que apresentou um efeito marginal de -0,0308 pode ser interpretado da seguinte maneira: quanto maior for a companhia aberta, menor a

probabilidade de que ela não divulgue as escolhas contábeis na mensuração subsequente em ativos intangíveis (maiores são as chances de que haja divulgação). A relevância, por outro lado, que obteve um efeito marginal de 0,1077 traz indícios de que quanto maior a relevância do saldo de ativos intangíveis, maior a probabilidade de que a entidade não divulgue as suas escolhas contábeis no reconhecimento de ativos intangíveis.

Ao se analisar a variável tempo, conclui-se que com o passar dos exercícios sociais, a evidenciação das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos intangíveis tem melhorado. Por exemplo, o fato de a escolha contábil ser realizada em 2012, reduz em 6,05% as chances de que as entidades optem pela não divulgação. Se a escolha for feita em 2013, a probabilidade da não divulgação reduz ainda mais (7,11%), conforme dados da Tabela 36.

Pelo teste de *Hosmer-Lemeshow* constatou-se que existe associação entre as frequências observadas e as frequências previstas, e que, portanto, a regressão Probit apresenta um bom ajuste ($p\text{-valor}=0,7251$) e pela curva ROC (área=0,7405) identificou-se que a regressão apresenta um poder discriminatório aceitável (Tabela 36). Pela Tabela de classificação (ponto de corte de 0,15) identificou-se que o modelo Probit previu corretamente 60,25% das observações cuja escolha contábil foi a não divulgação (sensibilidade), 72,85% das observações cuja escolha contábil foi a divulgação da informação (especificidade) e 71,25% de todas as observações.

4.2.4 Análise e Discussão dos Resultados para as Propriedades para Investimento, considerando a Não divulgação

Na Tabela 37 são ilustradas as comparabilidades nacionais e internacional das companhias abertas do Brasil, do Chile e do Peru, de 2009 a 2013, em relação à mensuração subsequente de PPI. Pela apreciação da significância estatística resultante da aplicação do teste t de Student, identificou-se que existe diferença entre o grau de comparabilidade quando se considera a não divulgação como uma escolha contábil (Tabela 37) de quando se exclui do cálculo do índice as companhias abertas que não divulgaram essa informação (Tabela 20).

A comparabilidade nacional das companhias abertas do Brasil no que tange à mensuração subsequente de PPI apresentou-se baixa em todos os períodos analisados (Tabela 37). Esse fato pode ser explicado em virtude de as empresas terem avaliado suas PPI tanto pelo método do custo histórico, quanto pelo método do valor justo (Quadro 32 e Tabela 19). Ademais, a comparabilidade foi afetada também pelo baixo nível de evidenciação (Tabela 19). Ao se analisar o Gráfico 8, constatou-se que a comparabilidade das demonstrações

financeiras das companhias abertas brasileiras está diminuindo com o passar dos exercícios sociais. Esse fato pode ser explicado em virtude de as companhias abertas brasileiras estarem mudando de comportamento em relação à mensuração subsequente em PPI, ou seja, elas estão, aos poucos, deixando de avaliar as suas PPI pelo método do custo histórico e optando pelo método do valor justo (Tabela 19).

Tabela 37 – Comparabilidade Nacional e Internacional das Propriedades para Investimento, considerando a não divulgação

| PPI – COMPARABILIDADE NACIONAL E INTERNACIONAL | | | | | | | | |
|-------------------------------------------------------|---------------|----------|--------------|----------|-------------|----------|----------------------|----------|
| | BRASIL | | CHILE | | PERU | | INTERNACIONAL | |
| | T | D | T | D | T | D | T | D |
| 2009 | 0,50 | -0,50 | 0,50 | -0,00 | 0,52 | -0,07 | 0,27 | -0,16 |
| 2010 | 0,34 | -0,17 | 0,45 | -0,10 | 0,61 | -0,00 | 0,36 | -0,18 |
| 2011 | 0,35 | -0,17 | 0,48 | -0,05 | 0,50 | -0,04 | 0,37 | -0,12 |
| 2012 | 0,37 | -0,15 | 0,49 | -0,05 | 0,43 | -0,07 | 0,40 | -0,12 |
| 2013 | 0,36 | -0,17 | 0,51 | -0,06 | 0,46 | -0,04 | 0,37 | -0,11 |
| p-valor^a | 0,0259 | | 0,0310 | | 0,0269 | | 0,0005 | |

a. Significância estatística do teste t de Student; T: índice de comparabilidade; D: variação na comparabilidade quando se considera e quando se exclui as companhias abertas que não divulgaram suas escolhas contábeis.

Em relação à comparabilidade das escolhas contábeis das companhias abertas do Chile verificou-se, também, uma comparabilidade baixa em todos os exercícios sociais investigados (Quadro 32 e Tabela 37), porém crescente ao longo do tempo (Gráfico 8). A comparabilidade foi baixa em virtude de as empresas terem se dividido em reconhecer suas PPI pelo método do custo histórico e pelo método do valor justo, além de algumas empresas terem escolhido não divulgar o seu método de mensuração subsequente de PPI (Tabela 19). Entretanto, ao se observar a evolução da comparabilidade das escolhas contábeis das empresas chilenas, identificou-se que a comparabilidade tem aumentado ao longo do tempo (Gráfico 8).

Quadro 32 – Interpretação da Comparabilidade das Propriedades para Investimento, considerando a não divulgação

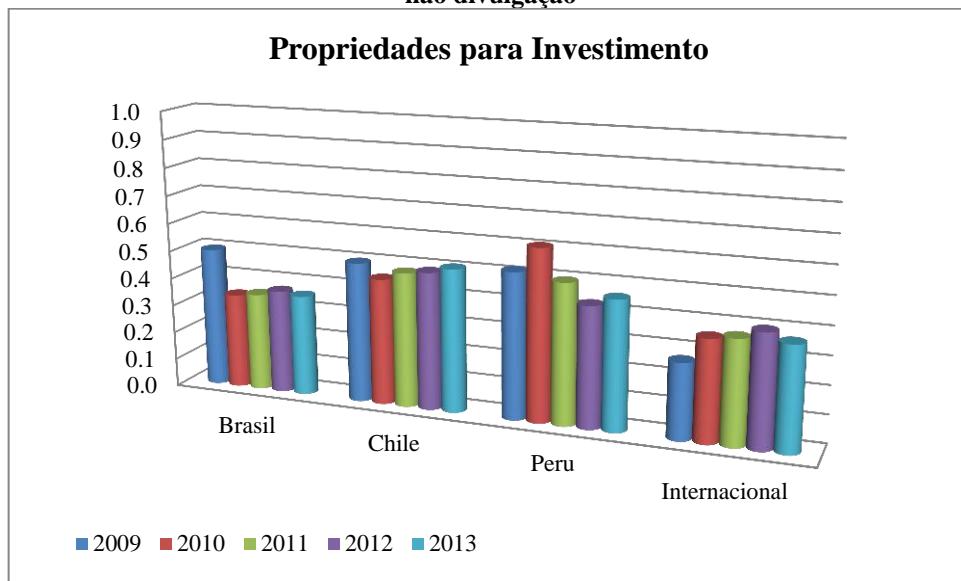
| PPI – Interpretação da Comparabilidade^a | | | | | |
|-----------------------------------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 |
| Brasil | baixa | baixa | baixa | baixa | baixa |
| Chile | baixa | baixa | baixa | baixa | baixa |
| Peru | baixa | moderada | baixa | baixa | baixa |
| Internacional | baixa | baixa | baixa | baixa | baixa |

a. Comparabilidade interpretada de acordo com a escala de Taplin (2006).

Quanto à comparabilidade das escolhas contábeis das companhias abertas do Peru, no que tange à mensuração subsequente das PPI constatou-se que apenas no exercício de 2010 a comparabilidade apresentou-se moderada (Quadro 32). Em todos os outros exercícios sociais a comparabilidade foi baixa (Quadro 32 e Tabela 37) e apresenta-se decrescente ao longo do tempo (Gráfico 8). Esse fato pode ser explicado em virtude de as empresas terem oscilado

entre a avaliação de suas PPI pelo método do custo histórico, pelo método do valor justo, além da opção pela não divulgação.

Gráfico 8 – Evolução do Índice de Comparabilidade das Propriedades para Investimento, considerando a não divulgação



A comparabilidade internacional das demonstrações contábeis das companhias abertas do Brasil, do Chile e do Peru foi baixa nos cinco exercícios sociais investigados (Quadro 32 e Tabela 37), bem como apresentou-se decrescente ao longo do tempo (Gráfico 8). Em 2013, por exemplo, o índice de comparabilidade internacional foi de 0,37 (Tabela 37). Isso denota que se duas companhias abertas do Brasil, do Chile e do Peru forem selecionadas aleatoriamente há 37% de chance de que elas tenham optado pelos mesmos métodos contábeis na mensuração subsequente em PPI.

A fim de se medir a comparabilidade nacional por setor de atuação partiu-se para a tabulação das escolhas contábeis na mensuração subsequente de PPI por país e por ano, conforme Apêndice H. Na Tabela 38 estão dispostos os índices de comparabilidade nacionais por setor de atuação. É importante ressaltar que a sigla NM foi utilizada na Tabela 38 para representar os setores cujas companhias abertas não tinham saldo de PPI, portanto, que não era possível mensurar sua comparabilidade (não aplicáveis).

Tabela 38 – Comparabilidade Nacional das Propriedades para Investimento, por setor de atuação, considerando a não divulgação

| | PPI – COMPARABILIDADE NACIONAL POR SETOR DE ATUAÇÃO | | | | | | | | | | | | | | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------|-------|-------|-------|--------|-------|-------|-------|--------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| | BRASIL | | | | | CHILE | | | | | PERU | | | | |
| | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 |
| Painel A – Ativo Imobilizado Imóveis | | | | | | | | | | | | | | | |
| SET1 | NM | NM | NM | NM | NM | 0,63 | 0,68 | 0,50 | 0,68 | 0,56 | NM | NM | NM | NM | 1,00 |
| SET2 | NM | NM | NM | NM | NM | 0,56 | 0,63 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,56 | 0,56 | 0,33 |
| SET3 | NM | NM | NM | NM | NM | 0,63 | 0,68 | 0,68 | 0,72 | 0,72 | NM | NM | 1,00 | 1,00 | 1,00 |
| SET4 | NM | 0,68 | 0,68 | 0,44 | 0,63 | 1,00 | 0,50 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,50 | 0,50 |
| SET5 | 1,00 | 0,68 | 0,39 | 0,33 | 0,50 | 0,68 | 0,72 | 0,76 | 0,76 | 0,76 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 |
| SET6 | 1,00 | 0,56 | 0,50 | 0,50 | 0,56 | 0,50 | 0,63 | 0,63 | 0,63 | 0,56 | 0,33 | 0,63 | 0,63 | 1,00 | 1,00 |
| SET7 | NM | 1,00 | NM | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | NM | NM | NM | 1,00 | 0,50 | 0,56 | 0,56 | 0,56 |
| SET8 | NM | NM | NM | NM | NM | 1,00 | 0,50 | 0,50 | 0,50 | 0,50 | NM | NM | NM | NM | NM |
| SET9 | NM | 0,56 | 0,63 | 0,63 | 0,63 | 0,56 | 0,56 | 0,56 | 0,56 | 1,00 | 0,68 | 0,63 | 0,59 | 0,41 | 0,51 |
| SET10 | NM | NM | NM | NM | NM | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | NM | NM | NM |
| SET11 | NM | NM | 0,56 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | NM | NM | NM | NM | NM |
| SET12 | NM | NM | NM | NM | NM | NM | NM | 1,00 | 1,00 | 1,00 | NM | NM | NM | NM | NM |
| Painel B – Diferença entre as comparabilidades com e sem as companhias abertas que não divulgam as escolhas contábeis | | | | | | | | | | | | | | | |
| SET1 | DN | DN | DN | DN | DN | -0,00 | -0,32 | -0,18 | -0,32 | -0,44 | DN | DN | DN | DN | -0,00 |
| SET2 | DN | DN | DN | DN | DN | -0,00 | -0,37 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,44 | -0,17 |
| SET3 | DN | DN | DN | DN | DN | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | DN | DN | -0,00 | -0,00 | -0,00 |
| SET4 | DN | -0,32 | -0,32 | -0,19 | -0,37 | -0,00 | -0,50 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 |
| SET5 | DN | -0,32 | -0,24 | -0,17 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 |
| SET6 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,37 | -0,37 | -0,37 | -0,00 | -0,17 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 |
| SET7 | DN | DN | DN | DN | -0,00 | -0,00 | -0,00 | DN | DN | DN | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 |
| SET8 | DN | DN | DN | DN | DN | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | DN | DN | DN | DN | DN |
| SET9 | DN | -0,44 | -0,37 | -0,37 | -0,37 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,17 | -0,09 |
| SET10 | DN | DN | DN | DN | DN | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | DN | DN | DN |
| SET11 | DN | DN | -0,44 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | DN | DN | DN | DN | DN |
| SET12 | DN | DN | DN | DN | DN | DN | DN | -0,00 | -0,00 | -0,00 | DN | DN | DN | DN | DN |
| p-valor^a | 0,3066 | | | | 0,0077 | | | | 0,0431 | | | | | | |

a. Significância estatística do teste Wilcoxon; SET1: setor de agro e pesca; SET2: setor de alimentos e bebidas; SET3: setor de comércio e eletroeletrônicos; SET4: setor de construção; SET5: setor de energia elétrica; SET6: setor imobiliário; SET7: setor de mineração; SET8: setor de minerais não metálicos; SET9: outros setores; SET10: setor de petróleo e gás e química; SET11: setor de siderurgia e metalúrgica; SET12: setor de telecomunicações; NM: comparabilidade não mensurada por não ter saldo de PPI constituído; DN: diferença não mensurada.

Ao se analisar a comparabilidade nacional por setor de atuação constatou-se que alguns setores (a exemplo do setor de mineração no Brasil, do setor de siderurgia e metalúrgica no Chile e do setor de energia elétrica no Peru) apresentaram uma comparabilidade máxima, fato que não aconteceu quando se analisou a comparabilidade por país. Isso denota que apesar de a comparabilidade nacional por país ter sido baixa (Quadro 32 e Tabela 37), quando se investiga empresas que operam em circunstâncias operacionais similares (mesmo setor de atuação) a comparabilidade nacional aumenta (Tabela 38). Por outro lado, nos três países houve setores que apresentaram uma comparabilidade baixa, a exemplo do setor de energia elétrica no Brasil, do setor de minerais não metálicos no Chile e do setor outros no Peru (Tabela 38).

Na Tabela 39 é ilustrada a comparabilidade internacional das escolhas contábeis das companhias abertas do Brasil, do Chile e do Peru, de 2009 a 2013.

Tabela 39 – Comparabilidade Internacional das Propriedades para Investimento, por setor de atuação, considerando a não divulgação

| PPI – COMPARABILIDADE INTERNACIONAL POR SETOR DE ATUAÇÃO | | | | | | | | | | | | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| | SET1 | SET2 | SET3 | SET4 | SET5 | SET6 | SET7 | SET8 | SET9 | SET10 | SET11 | SET12 |
| Painel A – Ativo Imobilizado Imóveis | | | | | | | | | | | | |
| 2009 | 0,63 | 0,50 | 0,63 | 1,00 | 0,41 | 0,39 | 1,00 | 1,00 | 0,63 | 1,00 | 1,00 | NM |
| 2010 | 0,68 | 0,72 | 0,68 | 0,47 | 0,39 | 0,46 | 0,38 | 0,50 | 0,44 | 1,00 | 1,00 | NM |
| 2011 | 0,50 | 0,76 | 0,72 | 0,63 | 0,50 | 0,50 | 0,56 | 0,50 | 0,40 | 1,00 | 0,39 | 1,00 |
| 2012 | 0,68 | 0,76 | 0,76 | 0,54 | 0,43 | 0,56 | 0,38 | 0,50 | 0,43 | 1,00 | 0,63 | 1,00 |
| 2013 | 0,59 | 0,50 | 0,78 | 0,41 | 0,43 | 0,64 | 0,50 | 0,50 | 0,52 | 1,00 | 0,63 | 1,00 |
| Painel B – Diferença entre as comparabilidades com e sem as companhias abertas que não divulgam as escolhas contábeis | | | | | | | | | | | | |
| 2009 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,10 | -0,13 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | - |
| 2010 | -0,32 | -0,28 | -0,00 | -0,25 | -0,24 | -0,07 | -0,18 | -0,00 | -0,19 | -0,00 | -0,00 | - |
| 2011 | -0,18 | -0,00 | -0,00 | -0,15 | -0,22 | -0,07 | -0,00 | -0,00 | -0,10 | -0,00 | -0,24 | -0,00 |
| 2012 | -0,32 | -0,24 | -0,00 | -0,11 | -0,13 | -0,08 | -0,18 | -0,00 | -0,11 | -0,00 | -0,00 | -0,00 |
| 2013 | -0,41 | -0,18 | -0,00 | -0,09 | -0,25 | -0,00 | -0,00 | -0,00 | -0,07 | -0,00 | -0,00 | -0,00 |
| p-valor^a | 0,0000 | | | | | | | | | | | |

a. Significância estatística do teste Wilcoxon; SET1: setor de agro e pesca; SET2: setor de alimentos e bebidas; SET3: setor de comércio e eletroeletrônicos; SET4: setor de construção; SET5: setor de energia elétrica; SET6: setor imobiliário; SET7: setor de mineração; SET8: setor de minerais não metálicos; SET9: outros setores; SET10: setor de petróleo e gás e química; SET11: setor de siderurgia e metalúrgica; SET12: setor de telecomunicações; NM: comparabilidade não mensurada por não ter saldo de PPI constituído; DN: diferença não mensurada.

Em relação à comparabilidade internacional das escolhas contábeis na mensuração subsequente de PPI por setor de atuação constatou-se que o setor de petróleo e gás e química apresentou uma comparabilidade igual a um em todos os períodos. Isso denota que se duas companhias abertas do setor de petróleo e gás e química do Brasil, do Chile e do Peru forem selecionadas aleatoriamente em 2009, em 2010, em 2011, em 2012 e/ou em 2013 há 100% de chance de que elas tenham optado pelo mesmo método contábil para mensuração subsequente de PPI (no caso, o custo histórico – Apêndice H).

Por outro lado, o setor de energia elétrica apresentou uma comparabilidade baixa em todos os exercícios sociais investigados. Em 2013, por exemplo, o índice de comparabilidade internacional foi de 0,43 (Tabela 39), o que denota que se duas companhias abertas brasileiras, chilenas e peruanas forem selecionadas aleatoriamente em 2013 há 43% de chance de que elas tenham optado pelo mesmo método contábil para mensuração subsequente de PPI. Apesar de pertencerem ao mesmo setor de atuação e, portanto, operarem nas mesmas circunstâncias operacionais, as escolhas contábeis dos gestores em relação à mensuração subsequente desse ativo têm sido diversificada.

No geral a comparabilidade internacional das escolhas contábeis das companhias abertas brasileiras, chilenas e peruanas foi moderada ou alta em praticamente todos os setores de atuação e períodos analisados (Tabela 39).

Em relação ao comparativo entre os índices de comparabilidade calculados considerando-se a não divulgação como uma escolha contábil (Tabelas 38 e 39) e excluindo-se do cálculo as companhias abertas que não divulgaram a sua escolha contábil (Tabelas 21 e 22), identificou-se que houve uma redução na comparabilidade nacional e internacional por setor de atuação em praticamente todos os períodos e setores. Nenhum setor teve a comparabilidade aumentada (Tabelas 38 e 39). Ao se investigar a significância dessas diferenças, constatou-se que, exceto para o Brasil, as diferenças encontradas são estatisticamente significativas ($p\text{-valor}<0,05$). Para o Brasil, o fato de se considerar a não divulgação como uma escolha contábil não impacta nos níveis de comparabilidade.

Partindo-se para a investigação dos motivos para a não divulgação das escolhas contábeis, foi feita uma regressão Probit, cujo dados estão dispostos na Tabela 40. Os setores de comércio e eletroeletrônicos, de minerais não metálicos, de petróleo, gás e química e de telecomunicações foram excluídos do modelo pelo próprio STATA®, porque todas as companhias abertas desses setores divulgaram as suas escolhas contábeis na mensuração subsequente de PPI.

Ao nível nominal de significância de 5% o setor de siderurgia e metalúrgica e as variáveis *big four*, país, rentabilidade e relevância podem influenciar as escolhas contábeis dos gestores quanto à não divulgação da informação. A variável *big four*, por exemplo, cujo efeito marginal foi de -0,1138 denota que o fato de a companhia aberta ser auditada por uma *big four* reduz em 11,38% das chances de que não divulgue as suas escolhas contábeis na mensuração subsequente de PPI. No mesmo sentido, o fato de as companhias abertas pertencerem ao Chile e ao Peru reduzem cerca de 34% as chances de não divulgação da informação. Em relação à relevância, quanto mais relevante for o saldo de PPI, maior a

probabilidade de divulgação das suas escolhas contábeis. Quanto à rentabilidade, por outro lado, quanto mais rentável for a entidade, maior a probabilidade de não informar as suas escolhas contábeis na mensuração subsequente em PPI.

Tabela 40 – Resumo da Regressão Probit – Propriedades para Investimento, para a não divulgação

| EC | Efeitos Marginais | Desvio Padrão | Z | P> Z |
|-----------------------------|-------------------|---------------|--------|----------|
| SET2 | -0,0626 | 0,0908 | -0,690 | 0,490 |
| SET4 | -0,1498 | 0,0934 | -1,600 | 0,109 |
| SET5 | -0,1037 | 0,0798 | -1,300 | 0,194 |
| SET6 | -0,0774 | 0,1219 | -0,630 | 0,526 |
| SET7 | -0,1294 | 0,0973 | -1,330 | 0,183 |
| SET9 | -0,1434 | 0,0795 | -1,800 | 0,071* |
| SET11 | -0,1724 | 0,0764 | -2,260 | 0,024** |
| BF | -0,1138 | 0,0518 | -2,200 | 0,028** |
| PAIS2 | -0,3456 | 0,0748 | -4,620 | 0,000*** |
| PAIS3 | -0,3405 | 0,0724 | -4,710 | 0,000*** |
| REM | -0,0638 | 0,0498 | -1,280 | 0,200 |
| TAM | -0,0077 | 0,0143 | -0,540 | 0,589 |
| ENDIV | -0,0306 | 0,0164 | -1,860 | 0,062* |
| RENT | 0,1230 | 0,0465 | 2,650 | 0,008*** |
| RELEV | -0,2755 | 0,0975 | -2,830 | 0,005*** |
| T2 | 0,1037 | 0,0652 | 1,590 | 0,112 |
| T3 | 0,0455 | 0,0577 | 0,790 | 0,431 |
| T4 | 0,0454 | 0,0635 | 0,710 | 0,475 |
| T5 | 0,0490 | 0,0601 | 0,810 | 0,416 |
| N | | | | 320 |
| chi2(21) | | | | 48,41 |
| Prob > chi2 | | | | 0,0002 |
| Pseudo R2 | | | | 0,2451 |
| Hosmer-Lemeshow (HL) | | | | 401,37 |
| Prob > HL | | | | 0,0001 |
| Área da curva ROC | | | | 0,8446 |

SET é a *dummy* por setor, sendo: SET2: setor de alimentos e bebidas; SET4: setor de construção; SET5: energia elétrica; SET6: setor imobiliário; SET7: setor de mineração; SET9: outros setores; SET11: siderurgia e metalúrgica. Os outros setores (SET3: setor de comércio e eletroeletrônicos; SET8: minerais não metálicos; SET10: petróleo e gás e química; SET12: telecomunicações) inicialmente elencado não apresentaram coeficientes. BF é a *dummy* de *big four*, PAIS é a *dummy* de país, em que PAIS2 é o Chile e PAIS3 é o Peru. REM é a *dummy* de remuneração dos gestores, TAM é o tamanho da empresa, ENDIV é o endividamento da entidade, RENT é o retorno sobre patrimônio líquido, RELEV é a relevância do saldo de imobilizado e T é a *dummy* de tempo, em que: T2 é 2010, T3 é 2011, T4 é 2012 e T5 é 2013. Significância estatística: * p<0.1, ** p<0.05, *** p<0.01.

Em referência aos testes de robustez do modelo Probit proposto na Tabela 40 identificou-se que, por mais que o teste de *Hosmer-Lemeshow* traga indícios de que a regressão não apresenta um bom ajuste (p-valor<0,05), a curva ROC (área=0,8446) indica que o modelo apresenta um poder discriminatório excelente (Tabela 40). Pela Tabela de classificação (ponto de corte de 0,20) constatou-se que o modelo Probit previu corretamente 68,29% das observações cuja escolha contábil foi a não divulgação (sensibilidade), 82,80%

das observações cuja escolha contábil foi a divulgação da informação (especificidade) e 80,94% de todas as observações.

No Quadro 33 é apresentado um resumo dos resultados das regressões para a não divulgação por variável investigada, bem como os sinais encontrados.

Quadro 33 - Resumo dos resultados das regressões, para a não divulgação

| VARIÁVEL | Apresentou significância estatística?^a | | | | Sinal encontrado | | | |
|-----------------|----------------------------------------------------------|-----------|------------|------------|-------------------------|-----------|------------|------------|
| | IM | IE | INT | PPI | IM | IE | INT | PPI |
| SET2 | ns | ns | ✓ | ns | ns | ns | - | ns |
| SET3 | ns | ns | ns | ns | ns | ns | ns | ns |
| SET4 | ns | ns | ns | ns | ns | ns | ns | ns |
| SET5 | ✓ | ✓ | ns | ns | + | + | ns | ns |
| SET6 | ns | ns | ✓ | ns | ns | ns | + | ns |
| SET7 | ns | ns | ns | ns | ns | ns | ns | ns |
| SET8 | ns | ns | ns | ns | ns | ns | ns | ns |
| SET9 | ns | ns | ns | ns | ns | ns | ns | ns |
| SET10 | ns | ns | ns | ns | ns | ns | ns | ns |
| SET11 | ns | ns | ns | ✓ | ns | ns | ns | - |
| SET12 | ns | ns | ns | ns | ns | ns | ns | ns |
| BF | ✓ | ✓ | ns | ✓ | - | - | ns | - |
| PAIS2 | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | - | - | - | - |
| PAIS3 | ✓ | ✓ | ns | ✓ | - | - | ns | - |
| REM | ns | ns | ns | ns | ns | ns | ns | ns |
| TAM | ns | ns | ✓ | ns | ns | ns | - | ns |
| ENDIV | ns | ns | ns | ns | ns | ns | ns | ns |
| RENT | ns | ns | ns | ✓ | ns | ns | ns | + |
| RELEV | ns | ns | ✓ | ✓ | ns | ns | + | - |
| T2 | ns | ns | ns | ns | ns | ns | ns | ns |
| T3 | ✓ | ✓ | ✓ | ns | + | + | - | ns |
| T4 | ✓ | ✓ | ✓ | ns | + | + | - | ns |
| T5 | ✓ | ✓ | ✓ | ns | + | + | - | ns |

a. Significância estatística: 5%. IM: ativo imobilizado imóveis; IE ativo imobilizado instalações e equipamentos; INT: ativo intangível; PPI: propriedades para investimento; NS: não significativo; ✓: apresentou significância estatística, -: sinal negativo (divulga mais); +: sinal positivo (divulga menos); SET2: setor de alimentos e bebidas; SET3: setor de comércio e eletroeletrônicos; SET4: setor de construção; SET5: setor de energia elétrica; SET6: setor imobiliário; SET7: setor de mineração; SET8: setor de minerais não metálicos; SET9: outros setores; SET10: setor de petróleo e gás e química; SET11: setor de siderurgia e metalúrgica; SET12: setor de telecomunicações; BF: *big four*; PAIS2: Chile; PAIS3: Peru; REM: remuneração dos gestores; TAM: tamanho da empresa; ENDIV: endividamento da entidade; RENT: rentabilidade; RELEV: relevância do saldo do ativo investigado; T2: 2010; T3: 2011; T4: 2012 e T5: 2013.

Quanto aos setores de atuação, constatou-se que os setores de (a) comércio e eletroeletrônico; (b) construção; (c) mineração; (d) minerais não metálicos; (e) outros; (f) petróleo, gás e química; e (g) telecomunicações não apresentaram significância estatística para nenhum dos ativos investigados. Isso revela que o fato de a companhia aberta pertencer a esses setores não influencia a não divulgação das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados, de ativos intangíveis e de PPI. O mesmo foi identificado ao se observar as variáveis remuneração, endividamento e ano de 2010. O fato de os gestores

receberem remuneração variável, de as entidades estarem endividadas ou de as escolha ocorrer no ano de 2010 não influencia as escolhas contábeis dos gestores quanto à não divulgação da informação contábil.

Por outro lado, a variável PAIS2 (Chile) apresentou significância estatística para todos os ativos analisados e todos os sinais encontrados foram negativos. Esse fato demonstra que se a companhia aberta pertencer ao Chile, há maior probabilidade de que as escolhas contábeis referentes à mensuração subsequente de ativos imobilizados, de ativos intangíveis e de PPI sejam divulgadas. Em relação ao Peru, que não apresentou significância estatística apenas para os ativos intangíveis, revela que se a entidade pertencer a este país, há maior chance de que haja divulgação da escolha contábil em relação à mensuração subsequente de ativos imobilizados e de PPI.

Em relação aos setores de atuação que apresentaram significância estatística, tem-se que, se a entidade pertencer ao setor de alimentos e bebidas ela tende a divulgar mais as informações referentes à mensuração subsequente de ativos intangíveis, e se pertencer ao setor imobiliário, tende a divulgar menos. Se a entidade pertencer ao setor de energia elétrica, há maior probabilidade de que menos informações sejam divulgadas em relação à mensuração subsequente de ativos imobilizados. Todavia, se a companhia aberta pertencer ao setor de siderurgia e metalúrgica ela tende a divulgar mais as suas escolhas contábeis na mensuração subsequente de PPI. Esses resultados podem ser indicativos de que a não divulgação das escolhas contábeis na mensuração de ativos esteja sendo utilizada de maneira estratégica por parte das companhias abertas dos diversos setores.

As companhias abertas auditadas por uma das consideradas *big four* tendem a divulgar mais as suas escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados e de PPI. Pelo fato de as *big four* representarem as quatro maiores empresas de auditoria do mundo e serem vistas como restritivas ao uso indevido das escolhas contábeis contidas nas IFRS, esses resultados já eram esperados. Para os ativos intangíveis as *big four* não afetam a divulgação, mas o tamanho da entidade, sim. Quanto maior for a empresa, maior as chances de que divulgue as suas escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos intangíveis.

No que diz respeito à rentabilidade, identificou-se que quanto mais rentável for a companhia aberta, menor é a probabilidade de que divulgue as suas escolhas contábeis em PPI. Esse fato ocorre, possivelmente, em virtude de o método escolhido para mensuração subsequente desses ativos impactar diretamente os resultados da empresa. A variável relevância, por seu turno, foi estatisticamente significativa para os ativos intangíveis e para PPI. Curiosamente, essa variável apresentou sinal positivo para o primeiro e negativo para o

segundo. Isso demonstra que quanto maior a relevância do saldo de ativos intangíveis, menos a entidade divulga a sua escolha contábil; e quanto maior a relevância do saldo de PPI, mais a entidade divulga a sua escolha contábil. Em relação aos ativos imobilizados, o fato de o ativo ser relevante não afeta a divulgação.

A variável tempo, que apresentou índices significativos para os anos de 2011, 2012 e 2013 (momento em que as IFRS já tinham sido obrigatoriamente adotadas pelos três países), revela que o ano em que a escolha contábil é realizada, afeta o nível de divulgação das informações. Para os ativos imobilizados, o fato de a escolha contábil ocorrer nos três últimos exercícios sociais, diminui a probabilidade de que haja divulgação. Para os ativos intangíveis, o fato de a escolha contábil ocorrer nos três últimos exercícios sociais, aumenta a probabilidade de que haja divulgação do método de mensuração subsequente escolhido.

Em relação aos ativos intangíveis, a baixa divulgação pode ter sido consequência de a maioria absoluta das companhias abertas dos três países terem optado pelo método do custo histórico para mensuração subsequente desses ativos. Como o custo histórico é teoricamente mais confiável que o valor justo, as entidades tendem a divulgar mais a sua opção. Quanto aos ativos imobilizados, pelos mesmos argumentos, como parte significativa das entidades adotou o valor justo (e o custo atribuído na adoção inicial das IFRS, para o Peru), pode ser que as entidades que não divulgaram as suas escolhas contábeis, por também terem optado por tais métodos, teoricamente menos confiáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Primeiramente já se partiu de um ponto controverso na literatura contábil e carente de discussões mais profundas, visto que, por mais que o IASB almeje alcançar a comparabilidade das demonstrações financeiras ao longo do tempo e independentemente do país, até a definição de comparabilidade é vaga. Difícil identificar o que sejam “coisas” em contabilidade. Mais difícil ainda é separar “coisas iguais” de “coisas diferentes” para, na prática, reconhecê-las de maneira diversa. E o tripé escolhas contábeis, representação fidedigna e comparabilidade? Talvez nem seja possível conciliá-los. As escolhas contábeis são necessárias para que seja garantida a representação fidedigna, ao mesmo tempo em que o seu uso discricionário pode diminuir a comparabilidade, que é esperada pelo IASB.

Por mais que a comparabilidade não seja uma característica qualitativa fundamental (como a relevância e a representação fidedigna), ela foi (e é) um importante motivador para práticas contábeis convergentes. Apesar de não ser o único e exclusivo agente, sem a comparabilidade não há razão para a adoção das IFRS, pois se não há comparabilidade não há redução do custo de capital, não há facilidade no acesso ao mercado de capitais, não há melhoria na qualidade da informação reportada, não há motivos para abandonar a contabilidade nacional, em favor de uma contabilidade única para todos os países.

Assim, o objetivo geral deste estudo foi identificar o grau de comparabilidade das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados, de ativos intangíveis e de PPI das companhias abertas pertencentes ao Brasil, ao Chile e ao Peru e investigar as características que poderiam influenciar as escolhas contábeis dos gestores dessas entidades. Para mensurar o grau de comparabilidade das escolhas contábeis valeu-se do cálculo do índice T e para se identificar as possíveis variáveis explicativas às escolhas contábeis dos gestores utilizou-se a estimação da regressão.

Como resultados, constatou-se que para os ativos imobilizados a comparabilidade internacional aumentou com a adoção das IFRS, mantendo-se crescente ao longo do tempo e alta após a adoção obrigatória das IFRS pelos três países (2012 e 2013). Em relação à comparabilidade internacional por setor de atuação, especificamente nos exercícios pós-adoção obrigatória das IFRS, praticamente todos os setores tiveram uma comparabilidade alta. Em relação à comparabilidade nacional, no Brasil percebeu-se uma forte influência da legislação local, pois foi vedado o método do valor justo para mensuração subsequente de ativos imobilizados, o que provocou uma comparabilidade máxima em todos os exercícios (salvo o ano de adoção inicial por ser permitida a utilização do custo atribuído).

Para o Chile, constatou-se uma maior preferência pelo método do custo histórico na mensuração subsequente de ativos imobilizados, o que refletiu em uma comparabilidade alta após a adoção das IFRS. No Peru, no mesmo sentido, apesar de parte das companhias abertas optarem pelo método do valor justo antes da adoção obrigatória das IFRS, a maioria das entidades passou a adotar o método do custo histórico, o que também provocou uma comparabilidade alta após a adoção das IFRS. No que diz respeito à comparabilidade nacional por setor de atuação, identificou-se que para os três países muitos setores apresentaram comparabilidade máxima em todos ou na maioria dos exercícios sociais investigados, fato que não ocorreu quando se analisou a comparabilidade por país. Esse resultado traz indícios de que esteja havendo uma comparabilidade de fato, posto que as circunstâncias operacionais da empresa têm influenciado mais que as circunstâncias nacionais. Em relação às variáveis explicativas para as escolhas contábeis dos gestores na mensuração subsequente de ativos imobilizados, identificou-se que o país, a rentabilidade, a relevância, o setor de atuação e o tempo podem influenciar as escolhas contábeis dos gestores.

Para os ativos intangíveis, não houve um aumento substancial nas comparabilidades nacional e internacional com a adoção obrigatória das IFRS, apesar de estas estarem aumentando ao longo do tempo. Esse fato se deu porque, antes da adoção, a comparabilidade já se apresentava alta para todos os países e entre eles. Ao se analisar a comparabilidade por setor de atuação, percebeu-se que a comparabilidade foi ainda mais alta, pois praticamente todos os setores apresentaram uma comparabilidade nacional e internacional com valores máximos. A comparabilidade foi alta no Brasil devido à vedação legal à adoção do método do valor justo na mensuração subsequente de ativos intangíveis, bem como a vedação da utilização do custo atribuído no momento da adoção inicial, lembrando que só era permitida a mensuração dos ativos intangíveis pelo método do custo histórico. Todavia, por mais que para o Chile e para o Peru as escolhas contábeis (custo histórico, custo atribuído e valor justo) fossem permitidas, as práticas contábeis adotadas por estes países foram similares às adotadas pelo Brasil. Assim, a alta comparabilidade nacional e internacional das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos intangíveis se deu pelo fato de a maioria absoluta das entidades ter optado por reconhecer seus ativos intangíveis pelo método do custo histórico, nos três países. Quanto à investigação de possíveis variáveis explicativas para as escolhas contábeis dos gestores, identificou-se que as variáveis *big four*, tamanho e relevância influenciam as escolhas contábeis dos gestores pela adoção de um método contábil em relação ao outro igualmente válido.

Para as PPI as comparabilidades nacional e internacional não aumentaram com a adoção das IFRS, permanecendo com índices próximos a 0,50 (comparabilidade baixa) em praticamente todos os exercícios sociais. Por meio desses achados conclui-se que a adoção das IFRS, por si só, não garante a comparabilidade. O fato de existirem opções contábeis na norma fez com que as escolhas dos gestores fossem diversificadas, mesmo no contexto de um mesmo país. Ao se analisar a comparabilidade por setor, constatou-se que muitos setores apresentaram uma comparabilidade máxima em todos os períodos investigados. Contudo, há setores que obtiveram uma comparabilidade baixa/moderada em praticamente todos os anos. Esses resultados trazem indícios de que esteja havendo uma convergência de fato (circunstâncias operacionais têm influenciado mais que o contexto nacional), porém esforços ainda precisam ser feitos no sentido de se alcançar a comparabilidade. Quanto à análise de regressão, verificou-se que as variáveis *big four*, relevância, endividamento, país e setor de atuação influenciam as escolhas contábeis dos gestores na mensuração subsequente de PPI. No Quadro 33 se apresenta o resumo dos resultados das hipóteses testadas.

Quadro 34 – Resumo dos Resultados das Hipóteses

| RESUMO DOS RESULTADOS | IM | | | IE | | | INT | | | PPI | | |
|-------------------------------------------------------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| | B R | C H | P E |
| H₁: comparabilidade nacional aumentou com IFRS | R | N | A | R | N | A | R | N | R | R | N | R |
| H₂: comparabilidade internacional aumentou com IFRS | | A | | | A | | | R | | | R | |
| H₃: comparabilidade internacional é baixa | | R | | | R | | | R | | | A | |
| H₄: comparabilidade nacional é alta | A | A | A | A | A | A | A | A | A | R | R | R |
| H₅: comparabilidade internacional por setor é alta | | R | | | R | | | A | | | R | |
| H₆: comparabilidade nacional por setor é alta | R | R | R | R | R | R | A | A | A | R | R | R |
| H₇: comparabilidade nacional aumenta com o tempo | R | A | A | R | A | A | R | A | A | A | A | R |
| H₈: comparabilidade internacional aumenta com o tempo | | A | | | A | | | A | | | R | |
| H₉: <i>Big four</i> → associação negativa | | R | | | R | | | A | | | A | |
| H₁₀: Endividamento → associação positiva | | R | | | R | | | R | | | R* | |
| H₁₁: País → influencia | | A | | | A | | | R | | | A | |
| H₁₂: Pré-IFRS → associação positiva | | A | | | A | | | R | | | A | |
| H₁₃: Planos de incentivos → associação positiva | | A | | | R | | | R | | | R | |
| H₁₄: Rentabilidade → associação positiva | | R* | | | R* | | | R | | | R | |
| H₁₅: Setor de atuação → influencia | | A | | | A | | | R | | | A | |
| H₁₆: Tamanho → associação negativa | | R | | | R | | | R* | | | R | |
| H₁₇: Tempo → associação positiva | | R* | | | R* | | | R* | | | R | |

IM: Ativo Imobilizado Imóveis; IE: Ativo Imobilizado Instalações e Equipamentos; INT: Ativos Intangíveis; PPI: Propriedades para Investimento; BR: Brasil; CH: Chile; PE: Peru; A: aceita hipótese pesquisada; R: rejeita a hipótese pesquisada; N: não identificado; *: hipótese rejeitada por ter sinal observado diverso do sinal esperado.

Nesta pesquisa, identificou-se também que, quando se considera a não divulgação como mais uma escolha contábil possível aos gestores na mensuração subsequente de ativos imobilizados, de ativos intangíveis e de PPI, as comparabilidades nacional e internacional diminuem (por país e por setor de atuação). Isso demonstra que o aumento no número de

escolhas contábeis diminui a comparabilidade; reduzindo-se o número de escolhas contábeis, aumenta-se a comparabilidade. Portanto, o número de escolhas contábeis afeta diretamente a comparabilidade das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos. Ademais, esses resultados demonstram a importância de se evidenciar as escolhas contábeis nas demonstrações financeiras (notas explicativas) das entidades, pois constatou-se que a não divulgação afeta a comparabilidade.

Ante aos resultados encontrados, levanta-se as seguintes discussões, que podem ser objeto de pesquisas futuras. Primeiro, por que, por mais que exista a possibilidade de se utilizar o método do valor justo na mensuração subsequente de ativos imobilizados e de ativos intangíveis, as companhias abertas, em sua maioria, continuam preferindo adotar o método do custo histórico para avaliação desses ativos? Segundo, o que os gestores têm levado em consideração em suas decisões, uma vez que não se encontrou comparabilidade plena nem na análise por país e nem na análise setorial de PPI? Terceiro, será possível conciliar escolhas contábeis com comparabilidade, considerando que o aumento no número de escolhas contábeis diminui a comparabilidade e a redução no número de escolhas contábeis pode mitigar a representação fidedigna?

Se se aumentar o número de escolhas contábeis haveria um aumento na incidência da comparabilidade intrínseca (aquele em que eventos econômicos desiguais são contabilizados utilizando diferentes métodos contábeis), com uma concomitante redução na comparabilidade superficial (aquele em que o mesmo método contábil é aplicado a eventos econômicos diferentes), por possibilitar que eventos diferentes sejam contabilizados de maneiras diferentes, o que seria o ideal. Entretanto, uma consequência de tal fato, seria o aumento da contabilidade não convergente (aquele que são permitidas escolhas contábeis para serem aplicadas a eventos econômicos similares), com uma concomitante redução na comparabilidade profunda (aquele que fatos semelhantes são tratados de maneira semelhante), por dar a abertura para que eventos similares sejam contabilizados de maneiras diferentes, a depender dos interesses do gestor, o que já não seria desejável.

Por outro lado, se se reduzir o número de escolhas contábeis haveria uma redução na comparabilidade não convergente com um aumento concomitante na comparabilidade profunda, por fazer com que eventos similares sejam contabilizados de maneira similar, o que seria ideal. Entretanto, uma implicação de tal feito seria o aumento da comparabilidade superficial com a redução concomitante da comparabilidade intrínseca, por fazer com que eventos diferentes sejam contabilizados de maneira similar, o que não seria desejável. Ou seja, o problema é complexo, as discussões têm se estendido por longa data e pesquisas e

discussões mais profundas, inclusive por parte dos principais órgãos reguladores como o IASB e o *Financial Accounting Standards Board* (FASB), são ainda necessárias.

Esta pesquisa tencionou contribuir com a prática contábil ao indicar aos usuários das demonstrações financeiras o grau de comparabilidade das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados, de ativos intangíveis e de PPI, o que possibilitaria uma análise mais ampla do impacto das IFRS nas demonstrações financeiras das entidades dos três países. Se para um único elemento se identificar indícios de baixa comparabilidade (como o apontado na mensuração subsequente de PPI e dos três ativos para muitos setores de atuação), pode ser que o IASB não esteja conseguindo alcançar o seu objetivo.

Para os elaboradores das normas contábeis esta pesquisa intentou contribuir ao demonstrar a decisão dos gestores sobre o uso da mensuração ao valor justo, quando as IFRS também permitem a mensuração baseada no custo histórico e ao calcular o grau de comparabilidade das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados, de ativos intangíveis e de PPI, a fim de se avaliar o sucesso (ou não) de suas recomendações e identificar, entre os itens pesquisados, onde seus esforços devem ser concentrados no futuro. Para a literatura contábil este estudo traz uma contribuição especial, ao investigar a *expertise* comparabilidade, escolhas contábeis e valor justo no contexto de países emergentes.

Esta pesquisa apresenta como limitações a restrição da análise a apenas três países e a apenas as escolhas contábeis referentes à mensuração subsequente de ativos não financeiros (ativos imobilizados, ativos intangíveis e propriedades para investimento), o que não possibilitou a extração dos resultados a todas as contas das entidades ou a todos os países que adotaram as IFRS. Ademais, o viés intrínseco ao processo de coleta de dados em notas explicativas, não inviabilizou, mas também representou uma limitação ao presente estudo.

REFERÊNCIAS

- AISBITT, S. Measurement of Harmony of Financial Reporting Within and Between Countries: The Case of the Nordic Countries. **European Accounting Review**, v. 10, n. 1, p.51-72, 2001.
- ALI, M. J.; AHMED, K.; HENRY, D. Harmonization of Accounting Measurment Practices in South Asia. **Advances in International Accounting**, v. 19, 2006, p. 25-58.
- ANDRADE, M. E. M. C.; SILVA, D. M.; MALAQUIAS, R. F. Escolhas Contábeis em Propriedades para Investimento. **Revista Universo Contábil**, v. 9, n. 3, p. 22-37, 2013.
- BADERTSCHER, B. A.; COLLINS, D. W.; LYS, T. Z. Discretionary accounting choices and the predictive ability of accruals with respect to future cash flows. **Journal of Accounting and Economics**, v. 53, p. 330–352, 2012.
- BANCO MUNDIAL. **The World Bank**, 2014. Disponível em: <<http://data.worldbank.org>>. Acesso em: 17/05/2014.
- BARTH, M. E. Global Financial Reporting: Implications for U.S. Academics. **American Accounting Association**, v. 83, n. 5, p. 1159-1179, 2008.
- _____. Global comparability in financial reporting: What, why, how, and when? **China Journal of Accounting Studies**, v. 1, n. 1, p. 2-12, 2013.
- _____. Measurement in Financial Reporting: The Need for Concepts. **Accounting Horizons**, v. 28, n. 2, 2014, p. 331-352.
- BARTH, M. E.; LANDSMAN, W. R.; LANG, M.; WILLIAMS, C. Are IFRS-based and US GAAP-based accounting amounts comparable? **Journal of Accounting and Economics**, v. 54, p. 68-93, 2012.
- BATISTA, F. F.; PRADO, A. G. S.; MACHADO, M. R.; PAULO, E. Uma análise da mensuração e evidenciação de propriedades para investimento nas companhias brasileiras do setor de exploração de imóveis. **Revista Ambiente Contábil**, v. 5, n. 1, p. 281-299, 2013.
- BERTONI, M.; DE ROSA, B. Comprehensive Income, Fair Value, and Conservatism: a conceptual framework for reporting financial performance. In: International conference on economic integration competition and cooperation, 5, 2005, Opatija. **Anais...** Opatija, 2005.
- BM&FBOVESPA. Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br>>. Acesso em: 08/04/2014.
- CAIRNS, D.; MASSOUDI, D.; TAPLIN, R.; TARCA, A. IFRS fair value measurement and accounting policy choice in the United Kingdom and Australia. **The British Accounting Review**, v. 43, n.1, p. 1-21, 2011.
- CALLAO, S.; JARNE, J. I.; LAÍNEZ, J. A. Adoption of IFRS in Spain: effect on the comparability and relevance of financial reporting. **Journal of International Accounting, Auditing and Taxation**. v. 16, p. 148-178, 2007.

CAMERON, A. C.; TRIVEDI, P. K. **Microeconometrics:** methods and applications. New York: Cambridge, 2005.

CARPENTER, V. L.; FEROZ, E. H. Institutional theory and accounting rule choice: na analysis of four US state governments' decisions to adopt generally accepted accounting principles. **Accounting, Organizations and Society**, v. 26, p. 565-596, 2001.

CHAND, P.; PATEL, C. Convergence and harmonization of accounting standards in the South Pacific region. **Advances in Accounting, incorporating Advances in International Accounting**, v. 24, p. 83-92, 2008.

CHAND, P.; PATEL, C.; PATEL, A. Interpretation and application of "new" and "complex" international financial reporting standards in Fiji: Implications for convergence of accounting standards. **Advances in Accounting, incorporating Advances in International Accounting**, v. 26, p. 280-289, 2010.

CHEN, W.; TAN, H.; WANG, E. Y. Fair value accounting and managers' hedging decisions. **Journal of Accounting Research**, v. 51, n. 1, p. 67-103, 2013.

CHRISTENSEN, H. B.; NIKOLAEV, V. V. Does fair value accounting for non-financial assets pass the market test? **Review of Accounting Studies**, v. 18, p. 734-775, 2013.

COLE, V.; BRANSON, J.; BREESCH, D. An analysis of methods to measure the comparability of the consolidated financial statements of the European listed companies from the viewpoint of users. **Accountancy & Bedrijfskunde**, v. 28, n. 3, p. 1-31, 2008.

_____. How to measure the comparability of financial statements? **International Journal of Managerial and Financial Accounting**, v. 1, n. 4, p. 379-397, 2009.

_____. Determinants influencing the De facto Comparability of European IFRS Financial Statements. **SSRN Working Paper**, 2011. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1967001>. Acesso em: 19/03/2014.

COLLIN, S. Y.; TAGESSON, T.; ANDERSSON, A.; CATO, J.; HANSSON, K. Explaining the choice of accounting standards in municipal corporations: Positive accounting theory and institutional theory as competitive or concurrent theories. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 20, p. 141-174, 2009.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC**, 2014. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 08/04/2014.

COSTA, T. A.; SILVA, A. H. C.; LAURENCEL, L. C. Escolha de práticas contábeis: um estudo sobre propriedades para investimento em empresas brasileiras não financeiras de capital aberto. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 18, p. 25-36, 2013.

CULLINAN, C. P. International Trade and Accounting Policy Choice: Theory and Canadian Evidence. **The International Journal of Accounting**, v. 34, n. 4, p. 597-607, 1999.

DELOITTE. Standards, 2014. Disponível em: <<http://www.iasplus.com>>. Acesso em: 21/04/2014.

DEMARIA, S.; DUFOUR, D. First time adoption of IFRS, Fair value option, Conservatism: Evidences from French listed companies. **EAA**, 2007. Disponível em: <http://hal.archives-ouvertes.fr/docs/00/26/61/89/PDF/First_adoption_and_fair_value_Demaria_Dufour.pdf>. Acesso em: 03/04/2014.

DETZEN, D.; ZÜLCH, H. Executive compensation and goodwill recognition under IFRS: Evidence from European mergers. **Journal of International Accounting, Auditing and Taxation**, v. 21, p. 106-126, 2012.

DIETRICH, J. R.; HARRIS, M. S.; MULLER, K. A. The reliability of investment property fair value estimates. **Journal of Accounting and Economics**, v. 30, p. 125-158, 2001.

DU, H.; LI, S. F.; XU, R. Z. Adjustment of valuation inputs and its effect on value relevance of fair value measurement. **Research in Accounting Regulation**, v. xxx, p. 1-13, 2014.

FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P.; TAKAMATSU, R. T.; SUZART, J. **Métodos Quantitativos com Stata**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

FIELDS, T. D.; LYS, T. Z.; VINCENT, L. Empirical research on accounting choice. **Journal of Accounting and Economics**, v. 31, p. 255–307, 2001.

FMI. International Monetary Fund. 2013. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2013/01/pdf/text.pdf>>. Acesso em: 01/04/2014.

FONTES, A.; RODRIGUES, L. L.; CRAIG, R. Measuring convergence of National Accounting Standards with International Financial Reporting Standards. **Accounting Forum**, v.29, p. 415-436, 2005.

FRANCIS, J. Discussion of empirical research on accounting choice. **Journal of Accounting and Economics**, v. 31, p. 309-319, 2001.

GARRIDO, P.; LEÓN, A.; ZORIO, A. Measurement of formal harmonization progress: The IASC experience. **The International Journal of Accounting**, v. 37, p. 1-26, 2002.

GEORGIOU, O.; JACK, L. In pursuit of legitimacy: A history behind fair value accounting. **The British Accounting Review**, v. 43, p. 311-323, 2011.

GLENIF. Grupo Latinoamericano de Emisores de Normas de Información Financiera, 2014. Disponível em: <<http://glenif.org.br/>>. Acesso em: 27/03/2014.

GORDON, I.; GALLERY, N. Assessing financial reporting comparability across institutional settings: The case of pension accounting. **The British Accounting Review**, v. 44, p. 11-20, 2012.

GUJARATI, D. N. **Basic econometrics**. 4. ed. New York: McGraw-Hill, 2004.

HALLER, A.; WEHRFRITZ, M. The impact of national GAAP and accounting traditions on IFRS policy selection: Evidence from Germany and the UK. **Journal of International Accounting, Auditing and Taxation**, v. 22, p. 39-56, 2013.

HASSAN, A. Accounting Choices Determinants underlying The Positive Accounting Theory. **Working Paper**, 2012.

HAVERTY, J. L. Are IFRS and U.S. GAAP converging? Some evidence from People's Republic of China companies listed on the New York Stock Exchange. **Journal of International Accounting, Auditing and Taxation**. v. 15, p. 48-71, 2006.

HEIJ, C.; BOER, P. FRANSES, P. H.; KLOEK, T.; DIJK, H. K. V. **Econometric Methods with Applications in Business and Economics**. New York: Oxford, 2004.

HERRMANN, D.; SAUDAGARAN, S. M.; THOMAS, W. B. The quality of fair value measures for property, plant, and equipment. **Accounting Forum**, n. 30, p. 43–59, 2006.

HOSMER, D. W.; LEMESHOW, S. **Applied Logistic Regression**, 2. ed. New York: John Wiley & Sons, 2000.

HOU, Q.; JIN, Q.; WANG, L. Mandatory IFRS adoption and executive compensation: Evidence from China. **China Journal of Accounting Research**, v. 7, p. 9-29, 2014.

IFRS. Internacional Financial Reporting Standards, 2014. Disponível em: <<http://www.ifrs.org/Use-around-the-world/Pages/Analysis-of-the-IFRS-jurisdictional-profiles.aspx>>. Acesso em: 21/10/2014.

IUDÍCIBUS, S. Teoria da Contabilidade: evolução e tendências. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 17, n.2, p. 5-13, 2012.

IUDÍCIBUS, S.; LOPES, A. B. **Teoria Avançada da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2004.

JAAFAR, A.; MCLEAY, S. Country Effects and Sector Effects on the Harmonization of Accounting Policy Choice. **Abacus**, v. 43, n. 2, 2007, p. 156-189.

JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of financial economics**, v. 3, n. 4, p. 305-360, 1976.

JERMAKOWICZ, E. K.; REINSTEIN, A.; CHURYK, N. T. IFRS framework-based case study: DaimlerChrysler – Adopting IFRS accounting policies. **Journal of Accounting Education**, v 32, p. 288-304, 2014.

JONES, S.; FINLEY, A. Have IFRS made difference to intra-country financial reporting diversity? **The British Accounting Review**, v. 43, p. 22-38, 2011.

KABIR, M. H. Positive Accounting Theory and Science. **Journal of Centrum Cathedra**, v. 3, n. 2, p. 136-149, 2010.

LAUX, C.; LEUZ, C.. The crisis of fair-value accounting: Making sense of the recent debate. **Accounting, organizations and society**, v. 34, n. 6, p. 826-834, 2009.

- LEMES, S.; CARVALHO, L. N. G. Comparabilidade entre o resultado em BR GAAP e U.S. GAAP: evidências das companhias abertas brasileiras listadas nas bolsas norte-americanas. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 20, n. 50, p. 25-45, 2009.
- LEMES, S.; COSTA, P. S.; MARTINS, V. A. Efeito na Comparabilidade das Escolhas Contábeis de Empresas Brasileiras no Reconhecimento do Imobilizado. In: Encontro da ANPAD, 38, 2014, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, EnANPAD, 2014.
- LEMES, S.; NOGUEIRA, L. M. M. Estudo do nível de comparabilidade dos ajustes parciais em USGAAP e BRGAAP. **Revista Contabilidade e Organizações**, v. 3, n. 2, p. 19-36, 2008.
- LO, K. Earnings management and earnings quality. **Journal of Accounting and Economics**, v. 45, p. 350-357, 2008.
- LORENCINI, F. D.; COSTA, F. M. Escolhas contábeis no Brasil: identificação das características das empresas que optaram pela manutenção *versus* baixa dos saldos do ativo diferido. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 23, n. 58, p. 52-64, 2012.
- MACVE, R. H. Fair value vs conservatism? Aspects of the history of accounting, auditing, business and finance from ancient Mesopotamia to modern China. **The British Accounting Review**, v. xxx, p. 1-18, 2014.
- MARTINS, V. A.; PINTO, M.; ALCOFORADO, E. Escolhas Contábeis na Mensuração de Propriedades para Investimento das Empresas Brasileiras de Capital Aberto. In: Congresso Nacional de Administração e Ciências Contábeis – AdCont, 3, 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro/RJ, 2012.
- MESSIER, W. F.; QUICK, L. A.; VANDERVELDE, S. D. The influence of process accountability and accounting standard type on auditor usage of a status quo heuristic. **Accounting, Organizations and Society**, v. 39, p. 59-74, 2014.
- MEYER, J. W.; ROWAN, B. Institutionalized Organizations: Formal Structure as Myth and Ceremony. **American Journal of Sociology**, v 83, n. 2, p. 340-363, 1977.
- Ministerio de Economía y Finanzas. **MEF**, 2014. Disponível em: <<http://www.mef.gob.pe>>. Acesso em: 08/04/2014.
- MISIRLIOĞLU, I. U.; TUCKER, J.; YÜKSELTÜRK, O. Does Mandatory Adoption of IFRSGuarantee Compliance? **The International Journal of Accounting**, v. 48, p. 327-363, 2013.
- MULLER, K. A.; RIEDL, E. J.; SELLHORN, T. **Causes and Consequences of Choosing Historical Cost versus Fair Value**, 2008. Disponível em: <<http://nd.edu/~carecob/May2008Conference/Papers/RiedlMRS03062008.pdf>>. Acesso em 26/12/2013.
- MURCIA, F. D.; WERGES, A. Escolhas contábeis no mercado brasileiro: divulgação voluntária de informações *versus* gerenciamento de resultados. **Revista Universo Contábil**, v. 7, n. 2, p. 28-44, 2011.

MURPHY, A. B. The Impact of Adopting International Accounting Standards on the Harmonization of Accounting Practices. **The International Journal of Accounting**, v. 35, n. 4, p. 471-493, 2000.

NARDI, P. C. C.; NAKAO, S. H. Gerenciamento de resultados e a relação com o custo da dívida das empresas brasileiras abertas. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 20, n. 50, p. 77-100, 2007.

NIYAMA, J. K. **Contabilidade Internacional**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PARKER, R. H.; MORRIS, R. D. The influence of U.S. GAAP on the Harmony of Accounting Measurement Policies of Large Companies in the U.K. and Australia. **Abacus**, v. 37, n. 3, p. 297-328, 2001.

PENG, S.; BEWLEY, K. Adaptability to fair value accounting in an emerging economy. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 28, n. 8, p. 962-1011, 2010.

PENG, S.; SMITH, J. V. D. A. Chinese GAAP and IFRS: An analysis of the convergence process. **Journal of International Accounting, Auditing and Taxation**, v. 19, p. 16-34, 2010.

PEREIRA, A. F. **Determinantes na escolha do valor justo para propriedades para investimento no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Contábeis). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

RAYMAN, R. A. Fair value accounting and the present value fallacy: The need for an alternative conceptual framework. **The British Accounting Review**, v. 39, n. 3, p. 211-225, 2007.

SHAFFER, S. Fair value accounting: Villain or innocent victim. Exploring the links between fair value accounting, bank regulatory capital and the recent financial crisis. The Quantitative Analysis Unit of the Federal Reserve Bank of Boston. **Working paper n. QAU10-01**, 2010. Disponível em: <<http://bostonfed.org/bankinfo/qau/wp/2010/qau1001.pdf>>. Acesso em: 18/04/2014.

SOUZA, F. E. A.; BOTINHA, R. A.; LEMES, S. The Comparability of Accounting Choices in the Measurement of Intangible Assets of Brazilian and Portuguese Listed Companies. In: American Accounting Association Annual Meeting - AAA, 2014, Atlanta. **Anais...** Atlanta, Estados Unidos, 2014.

SOUZA, F. E. A.; BOTINHA, R. A.; SILVA, P. R. A Comparabilidade das Escolhas Contábeis na Avaliação Posterior de Propriedades para Investimento: uma análise das companhias abertas brasileiras e portuguesas. In: Congresso ANPCONT, 8, 2014, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, FURB/RJ, 2014.

SOUZA, F. E. A.; COSTA, P. S.; SILVA, M. H. Comparability of Accounting Choices in Evaluation of Intangible Assets of Listed Brazilian Companies. In: Business Association of Latin American Studies - BALAS, 2014, Port-of-Spain. **Anais...** Port-of-Spain, Trinidad e Tobago, 2014.

STERGIOS, A.; LASKARIDOU, E. C. Have met IASs Accounting Harmonization? The case of Greek Listed Companies. **International Conference on Applied Economics – ICOAE**, p. 51-60, 2008.

STOLOWY, H.; DING, Y. Regulatory flexibility and management opportunism in the choice of alternative accounting standards: an illustration based on large French groups. **The International Journal of Accounting**, v. 38, p. 195-213, 2003.

TAPLIN, R. H. A unified approach to the measurement of international accounting harmony. **Accounting and Business Research**, v. 34, n. 1, p. 57-73, 2004.

_____. A practical guide to constructing specialised indices of international accounting harmony using the harmoniser software. **Financial Reporting, Regulation and Governance**, v. 5, n. 1, p. 1-28, 2006.

_____. Statistical inference using the T index to quantify the level of comparability between accounts. **Accounting and Business Research**, v. 40, n. 1, p. 75-103, 2010.

_____. The Measurement of Comparability in Accounting Research. **Abacus**, vol. 47, n. 3, 2011, p. 383-409.

_____. Measuring the Comparability of Company Accounts Conditionally. **SSRN Working Paper**, 2012. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2210722>. Acesso em: 17/05/2014.

TAPLIN, R. H.; VERONA, R.; DONI, F. The process of global convergence IFRS/US-GAAP. An empirical analysis on IFRS-compliant and US GAAP-compliant financial statements. In: Accounting Renaissance: Lessons from the Crisis and Looking into the Future, 2011, Veneza. **Anais...** Veneza, University of Venice, 2011.

TAPLIN, R. H.; YUAN, W.; BROWN, A. The use of fair value and historical cost accounting for investment properties in China. **Australasian Accounting Business and Finance Journal**, v. 8, n. 1, p. 101-113, 2014.

TOLBERT, P. S.; ZUCKER, L. G. A institucionalização da teoria institucional. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. **Handbook de estudos organizacionais**, v. 1. São Paulo: Atlas, 1999.

TORRES, F. **América Latina quer voz conjunta sobre normas contábeis IFRS:** Representantes de Brasil, Argentina, México, Chile e Venezuela se reúnem sexta-feira, em Brasília. CPC, 2011. Disponível em:
http://www.cpc.org.br/mostraNoticia.php?id_noticia=108. Acessado em: 07/04/2014.

TSAMENYI, M.; CULLEN, J.; GONZÁLEZ, J. M. G. Changes in accounting and financial information system in a Spanish electricity company: A new institutional theory analysis. **Management Accounting Research**, v. 17, p. 409-432, 2006.

- TUDOR, A. T; DRAGU, I. M. Impact of International Financial Reporting Standards on Accounting Practices Harmonization within European Union – Particular Case of Intangible Assets. **Annales Universitatis Apulensis Series Oeconomica**, v. 12, n. 1, p. 191-206, 2010.
- VAN DER TAS, L. G. Measuring harmonization of financial reporting practice. **Accounting and Business Research**, v. 18, n. 70, p. 157-169, 1988.
- WATTS, R. L. Accounting choice theory and market-based research in accounting. **British Accounting Review**, v. 24, p. 235-267, 1992.
- _____. Conservatism in accounting part I: Explanations and implications. **Accounting horizons**, v. 17, n. 3, p. 207-221, 2003.
- WATTS, R. L.; ZIMMERMAN, J. L. **Positive Accounting Theory**. New Jersey: Prentice-Hall, 1986.
- WOOLDRIDGE, J. M. **Introductory Econometrics**: a modern approach. 2. ed. South-Western, 2002.
- YIP, R. W. Y.; YOUNG, D. Does Mandatory IFRS Adoption Improve Information Comparability? **The Accounting Review**, v. 87, n. 5, p. 1767-1789, 2012.
- ZEFF, A. S. Some obstacles to global financial reporting comparability and convergence at a high level of quality. **The British Accounting Review**, v. 39, p. 290-302, 2007.
- ZHANG, Y.; ANDREW, J. Land in China: Re-considering comparability in financial reporting. **Australasian Accounting, Business and Finance Journal**, v. 4, n. 1, p. 53-75, 2010.
- ZIMMERMAN, J. L. Conjectures Regarding Empirical Managerial Accounting Research. **Journal of Accounting and Economics**, v. 32, n. 1, p. 411-427, 2001.
- ZUELCH, H.; NELLESSEN, T. The Reliability of Investment Property Fair Values Under. **Journal of Property Investment and Finance**, v. 29, n. 1, p. 59-73, 2010.

APÊNDICE A - Lista De Empresas Brasileiras que Compuseram a Amostra desta Pesquisa

| País: Brasil | | |
|---------------------|---------------------------------------------------|--------------------------|
| Nº | Empresa: Razão Social | Setor de Atuação |
| 1 | AES ELPA SA | Energia Elétrica |
| 2 | AES TIETE SA | Energia Elétrica |
| 3 | ALIANCE SHOPPING CENTERS S.A. | Imobiliário |
| 4 | AMPLA ENERGIA E SERVICOS S.A. | Energia Elétrica |
| 5 | B2W - COMPANHIA DIGITAL | Comércio |
| 6 | BR MALLS PARTICIPAÇOES S.A. | Imobiliário |
| 7 | BR PROPERTIES S.A. | Imobiliário |
| 8 | BRADESCPAR S/A | Outros |
| 9 | BRASKEM S.A. | Química |
| 10 | BRF S.A. | Alimentos e Bebidas |
| 11 | BROOKFIELD INCORPORAÇÕES S.A. | Construção |
| 12 | CENTRAIS ELET BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS | Energia Elétrica |
| 13 | CENTRAIS ELET DO PARA S.A. - CELPA | Energia Elétrica |
| 14 | CENTRAIS ELET MATOGROSSEENSES S.A. | Energia Elétrica |
| 15 | CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A | Energia Elétrica |
| 16 | CESP - CIA ENERGETICA DE SAO PAULO | Energia Elétrica |
| 17 | CIA ELETRICIDADE DA BAHIA | Energia Elétrica |
| 18 | CIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS - CEMIG | Energia Elétrica |
| 19 | CIA ENERGETICA DE PERNAMBUCO - CELPE | Energia Elétrica |
| 20 | CIA ENERGETICA DO CEARA - COELCE | Energia Elétrica |
| 21 | CIA ENERGETICA DO MARANHAO - CEMAR | Energia Elétrica |
| 22 | CIA GAS DE SAO PAULO - COMGAS | Petróleo e Gás |
| 23 | CIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL | Energia Elétrica |
| 24 | CIA SANEAMENTO BASICO EST SAO PAULO | Outros |
| 25 | CIA SANEAMENTO DO PARANA - SANEPAR | Outros |
| 26 | CIA SIDERURGICA NACIONAL | Siderurgia e Metalúrgica |
| 27 | COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO | Comércio |
| 28 | COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS | Outros |
| 29 | CPFL ENERGIA S.A. | Energia Elétrica |
| 30 | CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. | Energia Elétrica |
| 31 | CTEEP - CIA TRANSMISSÃO ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA | Energia Elétrica |
| 32 | CYRELA BRAZIL REALTY S.A.EMPREEND E PART | Construção |
| 33 | DIAGNOSTICOS DA AMERICA S.A. | Outros |
| 34 | DIRECIONAL ENGENHARIA S.A. | Construção |
| 35 | DUFRY A. G. | Comércio |
| 36 | DUKE ENERGY INT. GER. PARANAPANEMA S.A. | Energia Elétrica |
| 37 | DURATEX S.A. | Outros |
| 38 | EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A. | Energia Elétrica |
| 39 | ELEKTRO - ELETRICIDADE E SERVICOS S.A. | Energia Elétrica |
| 40 | ELETROPAULO METROP. ELET. SAO PAULO S.A. | Energia Elétrica |
| 41 | EMBRATEL PARTICIPACOES S.A. | Telecomunicações |
| 42 | ENERGISA S.A. | Energia Elétrica |
| 43 | ENEVA S.A | Energia Elétrica |
| 44 | EQUATORIAL ENERGIA S.A. | Energia Elétrica |
| 45 | ETERNIT S.A. | Minerais não Metálicos |
| 46 | EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A. | Construção |
| 47 | FLEURY S.A. | Outros |
| 48 | GAFISA S.A. | Construção |

(continua)

(conclusão)

| Nº | Empresa: Razão Social | Setor de Atuação |
|-----|-----------------------------------------------|--------------------------|
| 49 | GERDAU S.A. | Siderurgia e Metalúrgica |
| 50 | HELBOR EMPREENDIMENTOS S.A. | Construção |
| 51 | HYPERMARCAS S.A. | Outros |
| 52 | IGUATEMI EMPRESA DE SHOPPING CENTERS S.A | Imobiliário |
| 53 | INEPAR S.A. INDUSTRIA E CONSTRUCOES | Outros |
| 54 | ITAUSA INVESTIMENTOS ITAU S.A. | Outros |
| 55 | JBS S.A. | Alimentos e Bebidas |
| 56 | JEREISSATI PARTICIPACOES S.A. | Outros |
| 57 | JHSF PARTICIPACOES S.A. | Construção |
| 58 | JOAO FORTES ENGENHARIA S.A. | Construção |
| 59 | KROTON EDUCACIONAL S.A. | Outros |
| 60 | LIGHT S.A. | Energia Elétrica |
| 61 | LITEL PARTICIPACOES S.A. | Mineração |
| 62 | LOCALIZA RENT A CAR S.A. | Outros |
| 63 | LOJAS AMERICANAS S.A. | Comércio |
| 64 | LOJAS RENNER S.A. | Comércio |
| 65 | M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOSS | Alimentos e Bebidas |
| 66 | MAGNESITA REFRATARIOS S.A. | Mineração |
| 67 | MARFRIG GLOBAL FOODS S.A. | Alimentos e Bebidas |
| 68 | MENDES JUNIOR ENGENHARIA S.A. | Construção |
| 69 | METALURGICA GERDAU S.A. | Siderurgia e Metalúrgica |
| 70 | MINERVA S.A. | Alimentos e Bebidas |
| 71 | MMX MINERACAO E METALICOS S.A. | Mineração |
| 72 | MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES S.A. | Construção |
| 73 | MULTIPLAN - EMPREEND IMOBILIARIOS S.A. | Imobiliário |
| 74 | NATURA COSMETICOS S.A. | Comércio |
| 75 | NEOENERGIA S.A. | Energia Elétrica |
| 76 | NET SERVICOS DE COMUNICACAO S.A. | Outros |
| 77 | OI S.A. | Telecomunicações |
| 78 | ÓLEO E GÁS PARTICIPAÇÕES S.A. | Petróleo e Gás |
| 79 | PARANAPANEMA S.A. | Siderurgia e Metalúrgica |
| 80 | PDG REALTY S.A. EMPREEND E PARTICIPACOES | Construção |
| 81 | PETROLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRAS | Petróleo e Gás |
| 82 | PORTOBELLO S.A. | Minerais não Metálicos |
| 83 | PRUMO LOGÍSTICA S.A. | Outros |
| 84 | RAIA DROGASIL S.A. | Comércio |
| 85 | RENAR MAÇAS S.A. | Agro e Pesca |
| 86 | ROSSI RESIDENCIAL S.A. | Construção |
| 87 | SLC AGRICOLA SA | Agro e Pesca |
| 88 | SONAE SIERRA BRASIL S.A. | Imobiliário |
| 89 | SOUZA CRUZ S.A. | Outros |
| 90 | SUZANO HOLDING S.A. | Outros |
| 91 | TECNISA S.A. | Construção |
| 92 | TELEFÔNICA BRASIL S.A | Telecomunicações |
| 93 | TIM PARTICIPACOES S.A. | Telecomunicações |
| 94 | TRACTEBEL ENERGIA S.A. | Energia Elétrica |
| 95 | TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A. | Energia Elétrica |
| 96 | ULTRAPAR PARTICIPACOES S.A. | Química |
| 97 | USINAS SID DE MINAS GERAIS S.A.-USIMINAS | Siderurgia e Metalúrgica |
| 98 | VALE S.A. | Mineração |
| 99 | VIA VAREJO S.A. | Comércio |
| 100 | WHIRLPOOL S.A. | Eletroeletrônicos |

APÊNDICE B - Lista de Empresas Chilenas que Compuseram a Amostra desta Pesquisa

| País: Chile | | |
|-------------|------------------------------------------------|--------------------------|
| Nº | Empresa: Razão Social | Setor de Atuação |
| 1 | AES GENER S.A. | Energia Elétrica |
| 2 | AGRICOLA NACIONAL S.A.C.I. | Agro e Pesca |
| 3 | AGUAS ANDINAS S.A. | Outros |
| 4 | AZUL AZUL S.A. | Outros |
| 5 | BANMEDICA S.A. | Outros |
| 6 | BESALCO S.A. | Construção |
| 7 | BLANCO Y NEGRO S.A. | Outros |
| 8 | BLUMAR S. A. | Agro e Pesca |
| 9 | BRITISH AMERICAN TOBACCO CHILE OPER. S.A. | Outros |
| 10 | CAP S.A. | Siderurgia e Metalúrgica |
| 11 | CEM S.A. | Comércio |
| 12 | CEMENTO POLPAICO S.A. | Minerais não Metálicos |
| 13 | CEMENTOS BIO-BIO S.A. | Minerais não Metálicos |
| 14 | CENCOSUD S.A. | Comércio |
| 15 | CGE DISTRIBUCION S.A. | Energia Elétrica |
| 16 | CHILECTRA S.A. | Energia Elétrica |
| 17 | CINTAC S.A. | Siderurgia e Metalúrgica |
| 18 | CLINICA LAS CONDES S.A. | Outros |
| 19 | COCA-COLA EMBONOR S.A. | Alimentos e Bebidas |
| 20 | COLBUN S.A. | Energia Elétrica |
| 21 | COMPANIA AGROPECUARIA COPEVAL S.A. | Agro e Pesca |
| 22 | COMPANIA CERVECERIAS UNIDAS S.A. | Alimentos e Bebidas |
| 23 | COMPANIA CHILENA DE FOSFOROS S.A. | Outros |
| 24 | COMPAÑIA ELECTRICA DEL LITORAL S.A. | Energia Elétrica |
| 25 | COMPANIA ELECTRO METALURGICA S.A. | Siderurgia e Metalúrgica |
| 26 | COMPANIA GENERAL DE ELECTRICIDAD S.A. | Energia Elétrica |
| 27 | COMPANIA INDUSTRIAL EL VOLCAN S.A. | Comércio |
| 28 | COMPANIA NACIONAL DE TELEFONOS, TELEFONICA DEL | Telecomunicações |
| 29 | COMPANIAS CIC S.A. | Outros |
| 30 | CORPESCA S.A. | Agro e Pesca |
| 31 | CRISTALERIAS DE CHILE S.A. | Minerais não Metálicos |
| 32 | DETROIT CHILE S.A. | Comércio |
| 33 | E.CL S.A. | Energia Elétrica |
| 34 | EMBOTELLADORA ANDINA S.A. | Alimentos e Bebidas |
| 35 | EMP. DE SERV. SANITARIOS DE LOS LAGOS SA | Outros |
| 36 | EMP. NACIONAL DE TELECOMUNICACIONES S.A. | Telecomunicações |
| 37 | EMPRESA ELECTRICA DE ANTOFAGASTA S.A. | Energia Elétrica |
| 38 | EMPRESA ELECTRICA DE ARICA S.A. | Energia Elétrica |
| 39 | EMPRESA ELECTRICA DE IQUIQUE S.A. | Energia Elétrica |
| 40 | EMPRESA ELECTRICA DE MAGALLANES S.A. | Energia Elétrica |
| 41 | EMPRESA ELECTRICA PEHUENCHE S.A. | Energia Elétrica |
| 42 | EMPRESA ELECTRICA PILMAIQUEN S.A. | Energia Elétrica |
| 43 | EMPRESA NACIONAL DE ELECTRICIDAD S.A. | Energia Elétrica |
| 44 | EMPRESA PESQUERA EPERVA S.A. | Agro e Pesca |
| 45 | EMPRESAS COPEC S.A. | Petróleo e Gás |
| 46 | EMPRESAS HITES S.A. | Comércio |
| 47 | EMPRESAS IANSA S.A. | Alimentos e Bebidas |
| 48 | EMPRESAS LA POLAR S.A. | Comércio |

(continua)

(conclusão)

| Nº | Empresa: Razão Social | Setor de Atuação |
|-----|------------------------------------------|--------------------------|
| 49 | EMPRESAS TATTERSALL S.A. | Outros |
| 50 | ENAX S.A. | Química |
| 51 | ENERSIS S.A. | Energia Elétrica |
| 52 | ENVASES DEL PACIFICO S.A. | Química |
| 53 | FARMACIAS AHUMADA S.A. | Comércio |
| 54 | FORESTAL CHOLGUAN S.A. | Agro e Pesca |
| 55 | FORUS S.A. | Outros |
| 56 | FRUTICOLA VICONTO SA | Agro e Pesca |
| 57 | GASCO S.A. | Petróleo e Gás |
| 58 | HIPERMARC S.A. | Agro e Pesca |
| 59 | INFODEMA S.A. | Siderurgia e Metalúrgica |
| 60 | INMOBILIARIA SAN PATRICIO S.A. | Imobiliário |
| 61 | INSTITUTO DE DIAGNOSTICO S.A. | Outros |
| 62 | INVERMAR S.A. | Agro e Pesca |
| 63 | INVERSIONES AGRICOLAS Y COMERCIALES S.A. | Alimentos e Bebidas |
| 64 | INVERSIONES SIEMEL S.A. | Agro e Pesca |
| 65 | INVERSIONES UNION ESPANOLA S.A. | Imobiliário |
| 66 | INVEXANS S.A. | Siderurgia e Metalúrgica |
| 67 | IPAL S.A. | Alimentos e Bebidas |
| 68 | LABORATORIOS ANDROMACO S.A. | Química |
| 69 | MASISA S.A. | Agro e Pesca |
| 70 | MOLIBDENOS Y METALES S.A. | Química |
| 71 | MUELLES DE PENCO S.A. | Química |
| 72 | MULTIEXPORT FOODS S.A. | Agro e Pesca |
| 73 | PARQUE ARAUCO S.A. | Imobiliário |
| 74 | PAZ CORP S.A. | Imobiliário |
| 75 | PESQUERA IQUIQUE-GUANAYE S.A. | Agro e Pesca |
| 76 | QUILICURA S.A. | Imobiliário |
| 77 | RIPLEY CORP S.A. | Comércio |
| 78 | S.A.C.I. FALABELLA | Comércio |
| 79 | SALFACORP S.A. | Construção |
| 80 | SANTANA S.A. | Siderurgia e Metalúrgica |
| 81 | SCHWAGER ENERGY S.A. | Agro e Pesca |
| 82 | SINTEX S.A. | Outros |
| 83 | SOCIEDAD AGRICOLA LA ROSA SOFRUCO S.A. | Agro e Pesca |
| 84 | SOCIEDAD ANONIMA VIÑA SANTA RITA | Alimentos e Bebidas |
| 85 | SOCIEDAD PESQUERA COLOSO S.A. | Agro e Pesca |
| 86 | SOCIEDAD PUNTA DEL COBRE S.A. | Mineração |
| 87 | SOCIEDAD QUIMICA Y MINERA DE CHILE S.A. | Mineração |
| 88 | SOCOVESA S.A. | Construção |
| 89 | SOPROCAL, CALERIAS E INDUSTRIAS S.A. | Mineração |
| 90 | SOQUIMICH COMERCIAL S.A. | Comércio |
| 91 | TELEFONICA CHILE S.A. | Telecomunicações |
| 92 | TERMAS DE PUYEHUE S.A. | Outros |
| 93 | TRANSNET S.A. | Telecomunicações |
| 94 | UNION EL GOLF S.A. | Outros |
| 95 | VALPARAISO SPORTING CLUB S.A. | Imobiliário |
| 96 | VINA CONCHA Y TORO S.A. | Alimentos e Bebidas |
| 97 | VINA SAN PEDRO TARAPACA S.A. | Alimentos e Bebidas |
| 98 | VINEDOS EMILIANA S.A. | Alimentos e Bebidas |
| 99 | WALMART CHILE S.A. | Comércio |
| 100 | ZONA FRANCA DE IQUIQUE S.A. | Comércio |

APÊNDICE C - Lista de Empresas Peruanas que Compuseram a Amostra desta Pesquisa

| País: Peru | | |
|------------|------------------------------------------------------|--------------------------|
| Nº | Empresa: Razão Social | Setor de Atuação |
| 1 | ADMINISTRADORA DEL COMERCIO S.A. | Outros |
| 2 | AGRO INDUSTRIAL PARAMONGA S.A.A. | Agro e Pesca |
| 3 | AGROINDUSTRIAS AIB S.A. | Alimentos e Bebidas |
| 4 | AGROINDUSTRIAS SAN JACINTO S.A.A. | Agro e Pesca |
| 5 | ALICORP S.A.A. | Alimentos e Bebidas |
| 6 | AUSTRAL GROUP S.A.A. | Alimentos e Bebidas |
| 7 | BRITISH AMERICAN TOBACCO DEL PERU HOLDINGS S.A.A | Outros |
| 8 | CARTAVIO SOCIEDAD ANONIMA ABIERTA (CARTAVIO S.A.A) | Agro e Pesca |
| 9 | CASA GRANDE SOCIEDAD ANONIMA ABIERTA (CASA | Agro e Pesca |
| 10 | CASTROVIRREYNA COMPAÑIA MINERA S.A. | Mineração |
| 11 | CEMENTOS PACASMAYO S.A.A. | Minerais não Metálicos |
| 12 | CENTRAL AZUCARERA CHUCARAPI-PAMPA BLANCA S.A. | Agro e Pesca |
| 13 | CERVECERIA SAN JUAN S.A. | Alimentos e Bebidas |
| 14 | COMPAÑIA DE MINAS BUENAVENTURA S.A.A. | Mineração |
| 15 | COMPAÑIA GOODYEAR DEL PERU S.A. | Outros |
| 16 | COMPAÑIA MINERA ATACOCHA S.A.A. | Mineração |
| 17 | COMPAÑIA MINERA MILPO S.A.A. | Mineração |
| 18 | COMPAÑIA MINERA PODEROSA S.A. | Mineração |
| 19 | COMPAÑIA MINERA RAURA S.A. | Mineração |
| 20 | COMPAÑIA MINERA SAN IGNACIO DE MOROCOCHA S.A.A. | Mineração |
| 21 | COMPAÑIA MINERA SANTA LUISA S.A. | Mineração |
| 22 | CONSORCIO CEMENTERO DEL SUR S.A. | Minerais não Metálicos |
| 23 | CONSTRUCCIONES ELECTROMECANICAS DELCROSA S.A. | Eletroeletrônicos |
| 24 | CORPORACION ACEROS AREQUIPA S.A. | Siderurgia e Metalúrgica |
| 25 | CORPORACION CERAMICA S.A. | Minerais não Metálicos |
| 26 | CORPORACION CERVESUR S.A.A. | Outros |
| 27 | CORPORACION FUNERARIA S.A. | Outros |
| 28 | CORPORACION LINDLEY S.A. | Alimentos e Bebidas |
| 29 | CREDICORP LTD. | Outros |
| 30 | EDEGEL S.A.A. | Energia Elétrica |
| 31 | EDELNOR S.A.A. | Energia Elétrica |
| 32 | ELECTRO SUR ESTE S.A.A. | Energia Elétrica |
| 33 | EMPRESA AGRARIA CHIQUITOY S.A. | Agro e Pesca |
| 34 | EMPRESA AGRICOLA SAN JUAN S.A. | Agro e Pesca |
| 35 | EMPRESA AGRICOLA SINTUCO S.A. | Agro e Pesca |
| 36 | EMPRESA AGROINDUSTRIAL LAREDO S.A.A. | Agro e Pesca |
| 37 | EMPRESA AGROINDUSTRIAL POMALCA S.A.A. | Agro e Pesca |
| 38 | EMPRESA AGROINDUSTRIAL TUMAN S.A.A. | Agro e Pesca |
| 39 | EMPRESA AZUCARERA EL INGENIO S.A. | Agro e Pesca |
| 40 | EMPRESA EDITORA EL COMERCIO S.A. (AHORA VIGENTA | Outros |
| 41 | EMPRESA ELECTRICA DE PIURA S.A. | Energia Elétrica |
| 42 | EMPRESA ELECTRICIDAD DEL PERU - ELECTROPERU S.A. | Energia Elétrica |
| 43 | EMPRESA REGIONAL DE SERVICIO PUBLICO DE | Energia Elétrica |
| 44 | EMPRESA SIDERURGICA DEL PERU S.A.A. - SIDERPERU | Siderurgia e Metalúrgica |
| 45 | ENERSUR S.A. | Energia Elétrica |
| 46 | FABRICA PERUANA ETERNIT S.A. | Minerais não Metálicos |
| 47 | FALABELLA PERU S.A.A. (ANTES INVERSIONES Y SERVICIOS | Outros |
| 48 | FERREYCOP S.A.A. (ANTES FERREYROS S.A.A.) | Comércio |

(continua)

(conclusão)

| Nº | Empresa: Razão Social | Setor de Atuação |
|-----|----------------------------------------------------|--------------------------|
| 49 | FOSFATOS DEL PACIFICO S.A. | Mineração |
| 50 | FUTURA CONSORCIO INMOBILIARIO S.A. (ANTES SOLDEXA | Outros |
| 51 | GAS NATURAL DE LIMA Y CALLAO S.A. | Petróleo e Gás |
| 52 | GENERANDES PERU S.A. | Outros |
| 53 | GLORIA S.A. | Alimentos e Bebidas |
| 54 | GR HOLDING S.A. (ANTES LP HOLDING S.A.) | Outros |
| 55 | GRAÑA Y MONTERO S.A.A. | Construção |
| 56 | INDECO S.A.A | Eletroeletrônicos |
| 57 | INDUSTRIAS DEL ENVASE S.A. | Outros |
| 58 | INDUSTRIAS ELECTRO QUIMICAS S.A. IEQSA | Outros |
| 59 | INMOBILIARIA MILENIA S.A. | Imobiliário |
| 60 | INMUEBLES PANAMERICANA S.A. | Imobiliário |
| 61 | INTRADEVCO INDUSTRIAL S.A. | Química |
| 62 | INVERSIONES ASPI S.A. | Outros |
| 63 | INVERSIONES CENTENARIO S.A.A. | Outros |
| 64 | INVERSIONES EN TURISMO S.A. INVERTUR | Outros |
| 65 | INVERSIONES LA RIOJA S.A. | Outros |
| 66 | INVERSIONES NACIONALES DE TURISMO S.A. INTURSA | Outros |
| 67 | LAIVE S.A. | Alimentos e Bebidas |
| 68 | LIMA CAUCHO S.A. | Outros |
| 69 | LIMA GAS S. A. | Energia Elétrica |
| 70 | LOS PORTALES S.A. | Imobiliário |
| 71 | LUZ DEL SUR S.A.A. | Energia Elétrica |
| 72 | MAESTRO PERU S.A. (ANTES MAESTRO HOME CENTER S.A.) | Comércio |
| 73 | MANUFACTURA DE METALES Y ALUMINIO RECORD S.A. | Siderurgia e Metalúrgica |
| 74 | METALURGICA PERUANA S.A. | Siderurgia e Metalúrgica |
| 75 | MINERA ANDINA DE EXPLORACIONES S.A.A. | Mineração |
| 76 | MINSUR S.A. | Mineração |
| 77 | NEGOCIOS E INMUEBLES S.A. | Imobiliário |
| 78 | NORVIAL S.A. | Construção |
| 79 | PERU HOLDING DE TURISMO S.A.A. | Construção |
| 80 | PERUANA DE ENERGIA S.A.A. | Energia Elétrica |
| 81 | PERUBAR S.A. | Mineração |
| 82 | PESQUERA EXALMAR S.A.A. | Alimentos e Bebidas |
| 83 | PETROLEOS DEL PERU - PETROPERU S.A. | Petróleo e Gás |
| 84 | QUIMPAC S.A. | Mineração |
| 85 | REFINERIA LA PAMPILLA S.A.A. (ANTES REFINERIA LA | Petróleo e Gás |
| 86 | SAGA FALABELLA S.A. | Comércio |
| 87 | SERVICIO DE AGUA POTABLE Y ALCANTARILLADO - | Outros |
| 88 | SHOUGANG GENERACION ELECTRICA S.A.A. | Energia Elétrica |
| 89 | SHOUGANG HIERRO PERU S.A.A. | Mineração |
| 90 | SOCIEDAD INDUSTRIAL DE ARTICULOS DE METAL S.A.C. - | Siderurgia e Metalúrgica |
| 91 | SOCIEDAD MINERA CERRO VERDE S.A.A. | Mineração |
| 92 | SOCIEDAD MINERA CORONA S.A. | Mineração |
| 93 | SOCIEDAD MINERA EL BROCAL SAA | Mineração |
| 94 | SOUTHERN PERU COPPER CORPORATION, SUCURSAL DEL | Mineração |
| 95 | SUPERMERCADOS PERUANOS S.A. | Comércio |
| 96 | TELEFONICA DEL PERU S.A.A. | Telecomunicações |
| 97 | TELEFONICA MOVILES S.A. | Telecomunicações |
| 98 | UNION ANDINA DE CEMENTOS S.A.A. - UNACEM S.A.A. | Minerais não Metálicos |
| 99 | UNION DE CERVECERIAS PERUANAS BACKUS Y JOHNSTON | Alimentos e Bebidas |
| 100 | VOLCAN COMPAÑIA MINERA S.A.A. | Mineração |

APÊNDICE D - Detalhamento do Setor de Atuação “outros”

| SUBSETORES DO SETOR DE ATUAÇÃO OUTROS | BRASIL | CHILE | PERU |
|------------------------------------------------|---------------|--------------|-------------|
| Administração de empresas e empreendimentos | 5 | 0 | 7 |
| Água, esgoto e outros sistemas | 3 | 2 | 1 |
| Apresentação esportiva | 0 | 3 | 0 |
| Consultório médico | 0 | 3 | 0 |
| Editoras de jornais, livros e base de dados | 0 | 0 | 1 |
| Educação | 1 | 0 | 0 |
| Hotel, motel ou similar | 0 | 0 | 3 |
| Impressão e atividades auxiliares | 0 | 0 | 1 |
| Indústria de artigos de madeira | 0 | 1 | 0 |
| Indústria de fumo | 1 | 1 | 1 |
| Indústria de móveis e afins | 1 | 0 | 0 |
| Indústria de produtos de borracha | 0 | 0 | 2 |
| Indústria de produtos de plástico | 0 | 1 | 1 |
| Indústria de recreação, jogo e diversão | 0 | 1 | 0 |
| Laboratório de exames médicos | 2 | 0 | 0 |
| Locadora de automóveis | 1 | 0 | 0 |
| Outras indústrias de móveis | 0 | 1 | 0 |
| Outras indústrias | 2 | 1 | 1 |
| Outros serviços (exceto administração pública) | 0 | 0 | 2 |
| Serviços profissionais, científicos e técnicos | 0 | 1 | 0 |
| TV a cabo | 1 | 0 | 0 |
| TOTAL DE COMPANHIAS ABERTAS | 17 | 15 | 20 |

APÊNDICE E – Tabulação das Escolhas Contábeis em Ativos Imobilizados Imóveis, por Setor de Atuação

| | ATIVO IMOBILIZADO IMÓVEIS | | | | | | | | | | | | | | |
|-------------------------------------------------------|---------------------------|------|------|------|---------------|------|------|------|--------------|------|------|------|------|------|------|
| | BRASIL – N=100 | | | | CHILE – N=100 | | | | PERU – N=100 | | | | | | |
| | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 |
| Painel A – SET1 - Agro e Pesca | | | | | | | | | | | | | | | |
| Custo Histórico | 2 | 0 | 2 | 2 | 2 | 8 | 12 | 14 | 14 | 14 | 3 | 3 | 2 | 10 | 10 |
| <i>Deemed Cost</i> | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 8 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 8 | 0 | 0 |
| Valor Justo | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 2 | 2 | 2 | 9 | 8 | 1 | 1 | 1 |
| Não divulga | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Não aplica | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Painel B – SET2 - Alimentos e Bebidas | | | | | | | | | | | | | | | |
| Custo Histórico | 5 | 3 | 5 | 5 | 5 | 4 | 7 | 9 | 9 | 8 | 2 | 4 | 2 | 7 | 7 |
| <i>Deemed Cost</i> | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 6 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 | 0 | 0 |
| Valor Justo | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 6 | 5 | 2 | 2 | 2 |
| Não divulga | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Não aplica | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Painel C – SET3 - Comércio e Eletroeletrônicos | | | | | | | | | | | | | | | |
| Custo Histórico | 9 | 9 | 9 | 9 | 9 | 5 | 10 | 11 | 11 | 11 | 2 | 3 | 1 | 4 | 5 |
| <i>Deemed Cost</i> | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 6 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 | 0 | 0 |
| Valor Justo | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | 3 | 0 | 2 | 1 |
| Não divulga | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Não aplica | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Painel D – SET4 - Construção | | | | | | | | | | | | | | | |
| Custo Histórico | 13 | 12 | 13 | 13 | 13 | 0 | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 | 2 | 3 | 3 |
| <i>Deemed Cost</i> | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Valor Justo | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Não divulga | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Não aplica | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Painel E – SET5 - Energia Elétrica | | | | | | | | | | | | | | | |
| Custo Histórico | 28 | 12 | 17 | 17 | 16 | 5 | 9 | 9 | 9 | 9 | 9 | 9 | 6 | 9 | 8 |
| <i>Deemed Cost</i> | 0 | 10 | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 | 0 | 0 |
| Valor Justo | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 6 | 6 | 6 | 6 | 6 | 2 | 2 | 0 | 1 | 1 |
| Não divulga | 0 | 1 | 7 | 7 | 8 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 2 |
| Não aplica | 0 | 5 | 4 | 4 | 4 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Painel F – SET6 - Imobiliário | | | | | | | | | | | | | | | |
| Custo Histórico | 6 | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 | 3 | 5 | 5 | 5 | 4 | 4 | 0 | 3 | 3 |
| <i>Deemed Cost</i> | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | 0 | 0 |
| Valor Justo | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Não divulga | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 |
| Não aplica | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Painel G – SET7 - Mineração | | | | | | | | | | | | | | | |
| Custo Histórico | 4 | 4 | 3 | 2 | 3 | 2 | 2 | 3 | 3 | 3 | 14 | 12 | 9 | 17 | 17 |
| <i>Deemed Cost</i> | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 10 | 2 | 0 |
| Valor Justo | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 | 5 | 0 | 0 | 2 |
| Não divulga | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Não aplica | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Painel H – SET8 - Minerais não Metálicos | | | | | | | | | | | | | | | |
| Custo Histórico | 2 | 2 | 1 | 1 | 1 | 1 | 3 | 3 | 3 | 3 | 2 | 2 | 1 | 4 | 5 |
| <i>Deemed Cost</i> | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 3 | 0 | 0 |
| Valor Justo | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Não divulga | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Não aplica | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 |
| Painel I – SET9 - Outros | | | | | | | | | | | | | | | |
| Custo Histórico | 17 | 11 | 16 | 16 | 16 | 5 | 13 | 15 | 14 | 14 | 16 | 16 | 8 | 16 | 14 |
| <i>Deemed Cost</i> | 0 | 6 | 0 | 0 | 0 | 9 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 8 | 0 | 0 |
| Valor Justo | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | 3 | 2 | 3 | 5 |
| Não divulga | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 2 | 0 | 1 |
| Não aplica | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Painel J – SET10 - Petróleo e Gás e Química | | | | | | | | | | | | | | | |
| Custo Histórico | 5 | 4 | 4 | 4 | 4 | 1 | 5 | 5 | 5 | 5 | 4 | 4 | 2 | 2 | 3 |
| <i>Deemed Cost</i> | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 |
| Valor Justo | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 2 | 2 | 2 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 |
| Não divulga | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Não aplica | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Painel K – SET11 - Siderurgia e Metalúrgica | | | | | | | | | | | | | | | |
| Custo Histórico | 5 | 4 | 5 | 5 | 5 | 2 | 5 | 6 | 6 | 5 | 3 | 2 | 2 | 5 | 4 |
| <i>Deemed Cost</i> | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 4 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 3 | 0 | 0 |
| Valor Justo | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 2 | 0 | 0 | 1 |
| Não divulga | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Não aplica | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |

(continua)

(conclusão)

Painel L – SET12 - Telecomunicações

APÊNDICE F – Tabulação das Escolhas Contábeis em Ativos Imobilizados Instalações e Equipamentos, por Setor de Atuação

| ATIVO IMOBILIZADO INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS | | | | | | | | | | | | | | | |
|-------------------------------------------------------|----------------|------|------|------|------|---------------|------|------|------|------|--------------|------|------|------|------|
| | BRASIL – N=100 | | | | | CHILE – N=100 | | | | | PERU – N=100 | | | | |
| | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 |
| Painel A – SET1 - Agro e Pesca | | | | | | | | | | | | | | | |
| Custo Histórico | 2 | 0 | 2 | 2 | 2 | 11 | 15 | 15 | 15 | 15 | 10 | 10 | 3 | 11 | 11 |
| <i>Deemed Cost</i> | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 5 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 8 | 0 | 0 |
| Valor Justo | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 2 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Não divulga | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Não aplica | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Painel B – SET2 - Alimentos e Bebidas | | | | | | | | | | | | | | | |
| Custo Histórico | 5 | 3 | 5 | 5 | 5 | 9 | 9 | 10 | 10 | 9 | 5 | 7 | 1 | 8 | 8 |
| <i>Deemed Cost</i> | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 7 | 0 | 0 |
| Valor Justo | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 2 | 1 | 1 | 1 |
| Não divulga | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Não aplica | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Painel C – SET3 - Comércio e Eletroeletrônicos | | | | | | | | | | | | | | | |
| Custo Histórico | 9 | 9 | 9 | 9 | 9 | 7 | 11 | 11 | 11 | 11 | 4 | 5 | 1 | 5 | 5 |
| <i>Deemed Cost</i> | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 | 0 | 0 |
| Valor Justo | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 1 | 0 | 1 | 1 |
| Não divulga | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Não aplica | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Painel D – SET4 - Construção | | | | | | | | | | | | | | | |
| Custo Histórico | 13 | 13 | 13 | 13 | 13 | 0 | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 | 2 | 3 | 3 |
| <i>Deemed Cost</i> | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Valor Justo | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Não divulga | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Não aplica | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Painel E – SET5 - Energia Elétrica | | | | | | | | | | | | | | | |
| Custo Histórico | 28 | 12 | 17 | 17 | 16 | 5 | 9 | 9 | 9 | 9 | 9 | 9 | 7 | 9 | 8 |
| <i>Deemed Cost</i> | 0 | 10 | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | 0 | 0 |
| Valor Justo | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 6 | 6 | 6 | 6 | 6 | 2 | 2 | 0 | 1 | 1 |
| Não divulga | 0 | 1 | 7 | 7 | 8 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 2 |
| Não aplica | 0 | 5 | 4 | 4 | 4 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Painel F – SET6 - Imobiliário | | | | | | | | | | | | | | | |
| Custo Histórico | 6 | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 | 4 | 5 | 5 | 5 | 4 | 4 | 0 | 3 | 3 |
| <i>Deemed Cost</i> | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | 0 | 0 |
| Valor Justo | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Não divulga | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 |
| Não aplica | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Painel G – SET7 - Mineração | | | | | | | | | | | | | | | |
| Custo Histórico | 4 | 4 | 3 | 2 | 3 | 2 | 2 | 3 | 3 | 3 | 14 | 12 | 10 | 18 | 18 |
| <i>Deemed Cost</i> | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 9 | 0 | 0 |
| Valor Justo | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 | 5 | 0 | 1 | 1 |
| Não divulga | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Não aplica | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Painel H – SET8 - Minerais não Metálicos | | | | | | | | | | | | | | | |
| Custo Histórico | 2 | 2 | 1 | 1 | 1 | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 | 2 | 1 | 4 | 5 |
| <i>Deemed Cost</i> | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 3 | 0 | 0 |
| Valor Justo | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Não divulga | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Não aplica | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Painel I – SET9 - Outros | | | | | | | | | | | | | | | |
| Custo Histórico | 17 | 11 | 16 | 16 | 16 | 7 | 13 | 15 | 14 | 14 | 18 | 18 | 11 | 18 | 17 |
| <i>Deemed Cost</i> | 0 | 6 | 0 | 0 | 0 | 7 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 7 | 0 | 0 |
| Valor Justo | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 1 | 0 | 1 |
| Não divulga | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 2 | 0 | 1 |
| Não aplica | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 |
| Painel J – SET10 - Petróleo e Gás e Química | | | | | | | | | | | | | | | |
| Custo Histórico | 5 | 3 | 4 | 4 | 4 | 1 | 5 | 5 | 5 | 6 | 4 | 4 | 3 | 4 | 4 |
| <i>Deemed Cost</i> | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 4 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Valor Justo | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 2 | 2 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Não divulga | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Não aplica | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Painel K – SET11 - Siderurgia e Metalúrgica | | | | | | | | | | | | | | | |
| Custo Histórico | 5 | 4 | 5 | 5 | 5 | 3 | 5 | 6 | 6 | 5 | 3 | 3 | 2 | 5 | 5 |
| <i>Deemed Cost</i> | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 3 | 0 | 0 |
| Valor Justo | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Não divulga | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Não aplica | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |

(continua)

(conclusão)

Painel L – SET12 - Telecomunicações

APÊNDICE G – Tabulação das Escolhas Contábeis em Ativos Intangíveis, por Setor de Atuação

| ATIVO INTANGÍVEL | | | | | | | | | | | | | | | |
|-------------------------------------------------------|----------------|------|------|------|------|---------------|------|------|------|------|--------------|------|------|------|------|
| | BRASIL – N=100 | | | | | CHILE – N=100 | | | | | PERU – N=100 | | | | |
| | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 |
| Painel A – SET1 - Agro e Pesca | | | | | | | | | | | | | | | |
| Custo Histórico | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 13 | 14 | 14 | 14 | 13 | 3 | 2 | 4 | 5 | 5 |
| <i>Deemed Cost</i> | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Valor Justo | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Não divulga | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 6 | 3 | 2 | 2 |
| Não aplica | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 2 | 2 | 3 | 6 | 4 | 5 | 5 | 5 |
| Painel B – SET2 - Alimentos e Bebidas | | | | | | | | | | | | | | | |
| Custo Histórico | 2 | 5 | 5 | 5 | 5 | 9 | 10 | 9 | 9 | 9 | 7 | 8 | 7 | 8 | 8 |
| <i>Deemed Cost</i> | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Valor Justo | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Não divulga | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Não aplica | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Painel C – SET3 - Comércio e Eletroeletrônicos | | | | | | | | | | | | | | | |
| Custo Histórico | 8 | 9 | 9 | 9 | 9 | 9 | 10 | 9 | 9 | 8 | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 |
| <i>Deemed Cost</i> | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Valor Justo | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Não divulga | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 2 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Não aplica | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 2 | 2 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Painel D – SET4 - Construção | | | | | | | | | | | | | | | |
| Custo Histórico | 11 | 11 | 11 | 11 | 11 | 2 | 3 | 3 | 3 | 3 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| <i>Deemed Cost</i> | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Valor Justo | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Não divulga | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Não aplica | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Painel E – SET5 - Energia Elétrica | | | | | | | | | | | | | | | |
| Custo Histórico | 19 | 23 | 23 | 22 | 22 | 13 | 14 | 15 | 15 | 15 | 7 | 7 | 7 | 6 | 7 |
| <i>Deemed Cost</i> | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Valor Justo | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Não divulga | 8 | 3 | 3 | 4 | 4 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 2 | 2 | 3 | 4 | 3 |
| Não aplica | 1 | 2 | 2 | 2 | 2 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 2 | 1 | 1 | 1 |
| Painel F – SET6 - Imobiliário | | | | | | | | | | | | | | | |
| Custo Histórico | 3 | 3 | 3 | 4 | 4 | 2 | 2 | 2 | 3 | 3 | 3 | 2 | 1 | 2 | 2 |
| <i>Deemed Cost</i> | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Valor Justo | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Não divulga | 2 | 2 | 3 | 2 | 2 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 |
| Não aplica | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 4 | 3 | 3 | 2 | 2 | 1 | 1 | 1 | 2 | 2 |
| Painel G – SET7 - Mineração | | | | | | | | | | | | | | | |
| Custo Histórico | 4 | 4 | 3 | 2 | 3 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 14 | 13 | 13 | 14 | 13 |
| <i>Deemed Cost</i> | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Valor Justo | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Não divulga | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 3 | 3 | 2 | 3 |
| Não aplica | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 2 | 3 | 3 | 3 |
| Painel H – SET8 - Minerais não Metálicos | | | | | | | | | | | | | | | |
| Custo Histórico | 1 | 2 | 2 | 2 | 2 | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 | 2 | 3 | 4 | 3 | 4 |
| <i>Deemed Cost</i> | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Valor Justo | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Não divulga | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 |
| Não aplica | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 1 | 1 | 1 | 0 |
| Painel I – SET9 - Outros | | | | | | | | | | | | | | | |
| Custo Histórico | 14 | 17 | 15 | 16 | 16 | 9 | 10 | 8 | 9 | 11 | 11 | 12 | 12 | 13 | 14 |
| <i>Deemed Cost</i> | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Valor Justo | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Não divulga | 3 | 0 | 1 | 0 | 0 | 3 | 3 | 3 | 3 | 2 | 2 | 2 | 1 | 2 | 2 |
| Não aplica | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 2 | 4 | 3 | 2 | 6 | 5 | 5 | 3 | 3 |
| Painel J – SET10 - Petróleo e Gás e Química | | | | | | | | | | | | | | | |
| Custo Histórico | 5 | 5 | 4 | 4 | 4 | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 | 2 | 2 | 4 | 4 | 4 |
| <i>Deemed Cost</i> | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Valor Justo | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Não divulga | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 2 | 2 | 0 | 0 | 0 |
| Não aplica | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Painel K – SET11 - Siderurgia e Metalúrgica | | | | | | | | | | | | | | | |
| Custo Histórico | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 | 2 | 1 | 4 | 4 | 4 |
| <i>Deemed Cost</i> | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Valor Justo | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Não divulga | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 2 | 0 | 0 |
| Não aplica | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 1 | 2 | 1 | 1 | 1 |

(continua)

(conclusão)

Painel L – SET12 - Telecomunicações

**APÊNDICE H – Tabulação das Escolhas Contábeis em Propriedades para Investimento,
por Setor de Atuação**

| | PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO | | | | | | | | | | | | | | |
|-------------------------------------------------------|--------------------------------|------|------|------|------|---------------|------|------|------|------|--------------|------|------|------|------|
| | BRASIL – N=100 | | | | | CHILE – N=100 | | | | | PERU – N=100 | | | | |
| | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 |
| Painel A – SET1 - Agro e Pesca | | | | | | | | | | | | | | | |
| Custo Histórico | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 4 | 4 | 4 | 4 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| <i>Deemed Cost</i> | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Valor Justo | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Não divulga | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Não aplica | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 12 | 11 | 10 | 11 | 10 | 12 | 12 | 12 | 12 | 11 |
| Painel B – SET2 - Alimentos e Bebidas | | | | | | | | | | | | | | | |
| Custo Histórico | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 3 | 4 | 4 | 3 | 0 | 2 | 2 | 2 | 1 |
| <i>Deemed Cost</i> | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Valor Justo | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Não divulga | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 |
| Não aplica | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 | 7 | 6 | 6 | 6 | 7 | 8 | 7 | 6 | 6 | 6 |
| Painel C – SET3 - Comércio e Eletroeletrônicos | | | | | | | | | | | | | | | |
| Custo Histórico | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 4 | 4 | 5 | 5 | 0 | 0 | 1 | 1 | 2 |
| <i>Deemed Cost</i> | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Valor Justo | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Não divulga | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Não aplica | 9 | 9 | 9 | 9 | 9 | 8 | 7 | 7 | 6 | 6 | 6 | 6 | 5 | 5 | 4 |
| Painel D – SET4 - Construção | | | | | | | | | | | | | | | |
| Custo Histórico | 0 | 4 | 4 | 3 | 0 | 0 | 1 | 3 | 3 | 3 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 |
| <i>Deemed Cost</i> | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Valor Justo | 0 | 0 | 0 | 1 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Não divulga | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Não aplica | 13 | 8 | 8 | 8 | 9 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 2 | 2 | 2 | 1 | 1 |
| Painel E – SET5 - Energia Elétrica | | | | | | | | | | | | | | | |
| Custo Histórico | 0 | 0 | 1 | 2 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 2 | 1 | 0 | 1 | 0 |
| <i>Deemed Cost</i> | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Valor Justo | 0 | 1 | 3 | 2 | 1 | 4 | 5 | 6 | 6 | 6 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Não divulga | 1 | 4 | 3 | 2 | 4 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Não aplica | 27 | 23 | 21 | 22 | 22 | 10 | 9 | 8 | 8 | 8 | 9 | 10 | 10 | 10 | 10 |
| Painel F – SET6 - Imobiliário | | | | | | | | | | | | | | | |
| Custo Histórico | 0 | 2 | 3 | 3 | 2 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 3 | 1 | 0 | 0 |
| <i>Deemed Cost</i> | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 |
| Valor Justo | 1 | 4 | 3 | 3 | 4 | 1 | 3 | 3 | 3 | 2 | 1 | 1 | 1 | 4 | 4 |
| Não divulga | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Não aplica | 5 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | 2 | 2 | 2 | 3 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Painel G – SET7 - Mineração | | | | | | | | | | | | | | | |
| Custo Histórico | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 2 | 1 | 2 | 2 | 2 |
| <i>Deemed Cost</i> | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Valor Justo | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Não divulga | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Não aplica | 4 | 3 | 4 | 3 | 3 | 2 | 2 | 3 | 3 | 3 | 17 | 17 | 16 | 16 | 16 |
| Painel H – SET8 - Minerais não Metálicos | | | | | | | | | | | | | | | |
| Custo Histórico | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 1 | 2 | 2 |
| <i>Deemed Cost</i> | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Valor Justo | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 |
| Não divulga | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Não aplica | 4 | 3 | 4 | 3 | 3 | 2 | 2 | 3 | 3 | 3 | 17 | 17 | 16 | 16 | 16 |
| Painel I – SET9 - Outros | | | | | | | | | | | | | | | |
| Custo Histórico | 0 | 1 | 3 | 3 | 3 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 4 | 3 | 1 | 4 | 5 |
| <i>Deemed Cost</i> | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 |
| Valor Justo | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 3 | 4 | 4 |
| Não divulga | 0 | 2 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 |
| Não aplica | 17 | 14 | 13 | 13 | 13 | 12 | 12 | 12 | 12 | 13 | 15 | 16 | 12 | 11 | 11 |
| Painel J – SET10 - Petróleo e Gás e Química | | | | | | | | | | | | | | | |
| Custo Histórico | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| <i>Deemed Cost</i> | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Valor Justo | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Não divulga | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Não aplica | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 | 6 | 6 | 6 | 6 | 6 | 3 | 3 | 4 | 4 | 4 |
| Painel K – SET11 - Siderurgia e Metalúrgica | | | | | | | | | | | | | | | |
| Custo Histórico | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 3 | 3 | 3 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| <i>Deemed Cost</i> | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Valor Justo | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Não divulga | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Não aplica | 5 | 5 | 2 | 4 | 4 | 4 | 3 | 3 | 3 | 3 | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 |

(continua)

(conclusão)

Painel L – SET12 - Telecomunicações

| | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--------------------|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Custo Histórico | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| <i>Deemed Cost</i> | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Valor Justo | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Não divulga | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Não aplica | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 | 3 | 3 | 3 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 |

APÊNDICE I – Estatística Descritiva dos dados utilizados no Modelo Probit – Ativo Imobilizado Imóveis

Análise descritiva das variáveis nominais do modelo de Ativo Imobilizado Imóveis

| ATIVO IMOBILIZADO IMÓVEIS | | BRASIL | | CHILE | | PERU | | TODOS | |
|---------------------------|----------------------------------|------------|--------------|------------|--------------|------------|--------------|-------------|---------------|
| Variável | Especificação | N | % | N | % | N | % | N | % |
| Escolha Contábil | Total | 442 | 31,44 | 485 | 34,50 | 479 | 34,07 | 1406 | 100,00 |
| | Custo | 420 | 29,87 | 369 | 26,24 | 327 | 23,26 | 1116 | 79,37 |
| | Valor Justo | 22 | 1,56 | 116 | 8,25 | 152 | 10,81 | 290 | 20,63 |
| Setor | Total | 442 | 31,44 | 485 | 34,50 | 479 | 34,07 | 1406 | 100,00 |
| | Agro e Pesca | 10 | 0,71 | 80 | 5,69 | 56 | 3,98 | 146 | 10,38 |
| | Alimentos e Bebidas | 25 | 1,78 | 49 | 3,49 | 44 | 3,13 | 118 | 8,39 |
| | Comércio e Eletroeletrônicos | 45 | 3,20 | 57 | 4,05 | 30 | 2,13 | 132 | 9,39 |
| | Construção | 65 | 4,62 | 15 | 1,07 | 15 | 1,07 | 95 | 6,76 |
| | Energia Elétrica | 100 | 7,11 | 74 | 5,26 | 52 | 3,70 | 226 | 16,07 |
| | Imobiliário | 26 | 1,85 | 26 | 1,85 | 18 | 1,28 | 70 | 4,98 |
| | Mineração | 16 | 1,14 | 15 | 1,07 | 95 | 6,76 | 126 | 8,96 |
| | Minerais não Metálicos | 7 | 0,50 | 15 | 1,07 | 19 | 1,35 | 41 | 2,92 |
| | Outros | 82 | 5,83 | 72 | 5,12 | 96 | 6,83 | 250 | 17,78 |
| | Petróleo e Gás e Química | 21 | 1,49 | 34 | 2,42 | 19 | 1,35 | 74 | 5,26 |
| | Siderurgia e Metalúrgica | 25 | 1,78 | 28 | 1,99 | 25 | 1,78 | 78 | 5,55 |
| | Telecomunicações | 20 | 1,42 | 20 | 1,42 | 10 | 0,71 | 50 | 3,56 |
| <i>Big Four</i> | Total | 442 | 31,44 | 485 | 34,50 | 479 | 34,07 | 1406 | 100,00 |
| | Não auditada por <i>big four</i> | 50 | 3,56 | 79 | 5,62 | 110 | 7,82 | 239 | 17,00 |
| | Auditada por <i>big four</i> | 392 | 27,88 | 406 | 28,88 | 369 | 26,64 | 1167 | 83,00 |
| PGAAP | Total | 442 | 31,44 | 485 | 34,50 | 479 | 34,07 | 1406 | 100,00 |
| | Norma anterior não permitia VJ | 442 | 31,44 | 485 | 34,50 | 0 | 0,00 | 927 | 65,93 |
| | Norma anterior permitia VJ | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 479 | 34,07 | 479 | 34,07 |
| Remuneração | Total | 442 | 31,44 | 485 | 34,50 | 479 | 34,07 | 1406 | 100,00 |
| | Prejuízo no exercício | 67 | 4,77 | 74 | 5,26 | 54 | 3,84 | 195 | 13,87 |
| | Lucro no exercício | 375 | 26,67 | 411 | 29,23 | 425 | 30,23 | 1211 | 86,13 |
| Tempo | Total | 442 | 31,44 | 485 | 34,50 | 479 | 34,07 | 1406 | 100,00 |
| | 2009 | 100 | 7,11 | 97 | 6,90 | 97 | 6,90 | 294 | 20,91 |
| | 2010 | 92 | 6,54 | 98 | 6,97 | 97 | 6,90 | 287 | 20,41 |
| | 2011 | 84 | 5,97 | 98 | 6,97 | 96 | 6,83 | 278 | 19,77 |
| | 2012 | 83 | 5,90 | 97 | 6,90 | 94 | 6,69 | 274 | 19,49 |
| | 2013 | 83 | 5,90 | 95 | 6,76 | 95 | 6,76 | 273 | 19,42 |

Análise descritiva das variáveis escalares do modelo de Ativo Imobilizado Imóveis

| ATIVO IMOBILIZADO IMÓVEIS | | | | | | |
|----------------------------------|-----------------|----------|--------------|----------------------|---------------|---------------|
| País | Variável | N | Média | Desvio Padrão | Mínimo | Máximo |
| Brasil | Endividamento | 442 | 2,3094 | 3,1470 | -7,1099 | 30,7202 |
| | Rentabilidade | 442 | 0,1183 | 0,2415 | -1,8600 | 1,7815 |
| | Relevância | 442 | 0,2716 | 0,2471 | 0,0003 | 0,9115 |
| | Tamanho | 442 | 15,2930 | 1,3105 | 10,9640 | 19,6841 |
| Chile | Endividamento | 485 | 1,3914 | 3,0974 | -13,8808 | 48,3633 |
| | Rentabilidade | 485 | 0,0831 | 0,5102 | -8,6502 | 2,0582 |
| | Relevância | 485 | 0,4269 | 0,2429 | 0,0000 | 0,9951 |
| | Tamanho | 485 | 13,1067 | 1,6782 | 8,9082 | 17,1821 |
| Peru | Endividamento | 479 | 1,2417 | 1,5903 | 0,0049 | 17,3731 |
| | Rentabilidade | 479 | 0,1753 | 0,3631 | -0,4371 | 4,0859 |
| | Relevância | 479 | 0,4426 | 0,2646 | 0,0000 | 0,9316 |
| | Tamanho | 479 | 12,5980 | 1,9808 | 7,1229 | 20,7686 |
| Todos | Endividamento | 1406 | 1,6290 | 2,7368 | -13,8808 | 48,3633 |
| | Rentabilidade | 1406 | 0,1256 | 0,3928 | -8,6502 | 4,0859 |
| | Relevância | 1406 | 0,3834 | 0,2628 | 0,0000 | 0,9951 |
| | Tamanho | 1406 | 13,6207 | 2,0425 | 7,1229 | 20,7686 |

APÊNDICE J – Estatística Descritiva dos dados utilizados no Modelo Probit – Ativo Imobilizado Instalações e Equipamentos

Análise descritiva das variáveis nominais do modelo de Ativo Imobilizado Instalações e Equipamentos

| ATIVO IMOBILIZADO INSTALAÇÕES E | | BRASIL | | CHILE | | PERU | | TODOS | |
|---------------------------------|----------------------------------|------------|--------------|------------|--------------|------------|--------------|-------------|---------------|
| Variável | Especificação | N | % | N | % | N | % | N | % |
| Escolha Contábil | Total | 442 | 31,41 | 485 | 34,47 | 480 | 34,12 | 1407 | 100,00 |
| | Custo | 420 | 29,85 | 399 | 28,36 | 379 | 26,94 | 1198 | 85,15 |
| | Valor Justo | 22 | 1,56 | 86 | 6,11 | 101 | 7,18 | 209 | 14,85 |
| Setor | Total | 442 | 31,41 | 485 | 34,47 | 480 | 34,12 | 1407 | 100,00 |
| | Agro e Pesca | 10 | 0,71 | 80 | 5,69 | 56 | 3,98 | 146 | 10,38 |
| | Alimentos e Bebidas | 25 | 1,78 | 49 | 3,48 | 44 | 3,13 | 118 | 8,39 |
| | Comércio e Eletroeletrônicos | 45 | 3,20 | 57 | 4,05 | 30 | 2,13 | 132 | 9,38 |
| | Construção | 65 | 4,62 | 15 | 1,07 | 15 | 1,07 | 95 | 6,75 |
| | Energia Elétrica | 100 | 7,11 | 74 | 5,26 | 52 | 3,70 | 226 | 16,06 |
| | Imobiliário | 26 | 1,85 | 26 | 1,85 | 18 | 1,28 | 70 | 4,98 |
| | Mineração | 16 | 1,14 | 15 | 1,07 | 95 | 6,75 | 126 | 8,96 |
| | Minerais não Metálicos | 7 | 0,50 | 15 | 1,07 | 19 | 1,35 | 41 | 2,91 |
| | Outros | 82 | 5,83 | 72 | 5,12 | 96 | 6,82 | 150 | 17,77 |
| | Petróleo e Gás e Química | 21 | 1,49 | 34 | 2,42 | 20 | 1,42 | 75 | 5,33 |
| | Siderurgia e Metalúrgica | 25 | 1,78 | 28 | 1,99 | 25 | 1,78 | 78 | 5,54 |
| | Telecomunicações | 20 | 1,42 | 20 | 1,42 | 10 | 0,71 | 50 | 3,55 |
| <i>Big Four</i> | Total | 442 | 31,41 | 485 | 34,47 | 480 | 34,12 | 1407 | 100,00 |
| | Não auditada por <i>big four</i> | 50 | 3,55 | 79 | 5,61 | 110 | 7,82 | 239 | 16,99 |
| | Auditada por <i>big four</i> | 392 | 27,86 | 406 | 28,86 | 370 | 26,30 | 1168 | 83,01 |
| PGAAP | Total | 442 | 31,41 | 485 | 34,47 | 480 | 34,12 | 1407 | 100,00 |
| | Norma anterior não permitia VJ | 442 | 31,41 | 485 | 34,47 | 0 | 0,00 | 927 | 65,88 |
| | Norma anterior permitia VJ | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 480 | 34,12 | 480 | 34,12 |
| Remuneração | Total | 442 | 31,41 | 485 | 34,47 | 480 | 34,12 | 1407 | 100,00 |
| | Prejuízo no exercício | 67 | 4,76 | 74 | 5,26 | 54 | 3,84 | 195 | 13,86 |
| | Lucro no exercício | 375 | 26,65 | 411 | 29,21 | 426 | 30,28 | 1212 | 86,14 |
| Tempo | Total | 442 | 31,41 | 485 | 34,47 | 480 | 34,12 | 1407 | 100,00 |
| | 2009 | 100 | 7,11 | 97 | 6,89 | 97 | 6,89 | 294 | 20,90 |
| | 2010 | 92 | 6,54 | 98 | 6,97 | 97 | 6,89 | 287 | 20,40 |
| | 2011 | 84 | 5,97 | 98 | 6,97 | 96 | 6,82 | 278 | 19,76 |
| | 2012 | 83 | 5,90 | 97 | 6,89 | 95 | 6,75 | 275 | 19,55 |
| | 2013 | 83 | 5,90 | 95 | 6,75 | 95 | 6,75 | 273 | 19,40 |

Análise descritiva das variáveis escalares do modelo de Ativo Imobilizado Instalações e Equipamentos

| ATIVO IMOBILIZADO INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS | | | | | | |
|-----------------------------------------------------|-----------------|----------|--------------|----------------------|---------------|---------------|
| País | Variável | N | Média | Desvio Padrão | Mínimo | Máximo |
| Brasil | Endividamento | 442 | 2,3094 | 3,1470 | -7,1099 | 30,7202 |
| | Rentabilidade | 442 | 0,1183 | 0,2415 | -1,8600 | 1,7815 |
| | Relevância | 442 | 0,2716 | 0,2471 | 0,0003 | 0,9115 |
| | Tamanho | 442 | 15,2930 | 1,3105 | 10,9640 | 19,6841 |
| Chile | Endividamento | 485 | 1,3914 | 3,0974 | -13,8808 | 48,3633 |
| | Rentabilidade | 485 | 0,0831 | 0,5102 | -8,6502 | 2,0582 |
| | Relevância | 485 | 0,4269 | 0,2429 | 0,0000 | 0,9951 |
| | Tamanho | 485 | 13,1067 | 1,6782 | 8,9082 | 17,1821 |
| Peru | Endividamento | 480 | 1,2421 | 1,5886 | 0,0049 | 17,3731 |
| | Rentabilidade | 480 | 0,1752 | 0,3627 | -0,4371 | 4,0859 |
| | Relevância | 480 | 0,4417 | 0,2651 | 0,0000 | 0,9316 |
| | Tamanho | 480 | 12,6010 | 1,9798 | 7,1229 | 20,7686 |
| Todos | Endividamento | 1407 | 1,6289 | 2,7358 | -13,8808 | 48,3633 |
| | Rentabilidade | 1407 | 0,1256 | 0,3927 | -8,6502 | 4,0859 |
| | Relevância | 1407 | 0,3832 | 0,2629 | 0,0000 | 0,9951 |
| | Tamanho | 1407 | 13,6210 | 2,0418 | 7,1229 | 20,7686 |

APÊNDICE K – Estatística Descritiva dos dados utilizados no Modelo Logit – Ativo Intangível

Análise descritiva das variáveis nominais do modelo de Ativo Intangível

| ATIVO INTANGÍVEL | | BRASIL | | CHILE | | PERU | | TODOS | |
|-------------------------|----------------------------------|---------------|--------------|--------------|--------------|-------------|--------------|--------------|---------------|
| Variável | Especificação | N | % | N | % | N | % | N | % |
| Escolha Contábil | Total | 427 | 36,97 | 403 | 34,89 | 325 | 28,14 | 1155 | 100,00 |
| | Custo | 427 | 36,97 | 394 | 34,11 | 316 | 27,36 | 1137 | 98,44 |
| | Valor Justo | 0 | 0,00 | 9 | 0,78 | 9 | 0,78 | 18 | 1,56 |
| Setor | Total | 427 | 36,97 | 403 | 34,89 | 325 | 28,14 | 1155 | 100,00 |
| | Agro e Pesca | 10 | 0,87 | 70 | 6,06 | 19 | 1,65 | 99 | 8,57 |
| | Alimentos e Bebidas | 22 | 1,90 | 49 | 4,24 | 39 | 3,38 | 110 | 9,52 |
| | Comércio e Eletroeletrônicos | 44 | 3,81 | 46 | 3,98 | 25 | 2,16 | 115 | 9,96 |
| | Construção | 55 | 4,76 | 15 | 1,30 | 5 | 0,43 | 75 | 6,49 |
| | Energia Elétrica | 109 | 9,44 | 72 | 6,23 | 34 | 2,94 | 215 | 18,61 |
| | Imobiliário | 17 | 1,47 | 12 | 1,04 | 11 | 0,95 | 40 | 3,46 |
| | Mineração | 16 | 1,39 | 10 | 0,87 | 69 | 5,97 | 95 | 8,23 |
| | Minerais não Metálicos | 9 | 0,78 | 15 | 1,30 | 16 | 1,39 | 40 | 3,46 |
| | Outros | 78 | 6,75 | 49 | 4,24 | 66 | 5,71 | 193 | 16,71 |
| | Petróleo e Gás e Química | 22 | 1,90 | 25 | 2,16 | 16 | 1,39 | 63 | 5,45 |
| | Siderurgia e Metalúrgica | 25 | 2,16 | 20 | 1,73 | 15 | 1,30 | 60 | 5,19 |
| | Telecomunicações | 20 | 1,73 | 20 | 1,73 | 10 | 0,87 | 50 | 4,33 |
| Big Four | Total | 427 | 36,97 | 403 | 34,89 | 325 | 28,14 | 1155 | 100,00 |
| | Não auditada por <i>big four</i> | 47 | 4,07 | 47 | 4,07 | 58 | 5,02 | 152 | 13,16 |
| | Auditada por <i>big four</i> | 380 | 32,9 | 356 | 30,82 | 267 | 23,12 | 1003 | 86,84 |
| PGAAP | Total | 427 | 36,97 | 403 | 34,89 | 325 | 28,14 | 1155 | 100,00 |
| | Norma anterior não permitia VJ | 427 | 36,97 | 403 | 34,89 | 0 | 0,00 | 830 | 71,86 |
| | Norma anterior permitia VJ | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 325 | 28,14 | 325 | 28,14 |
| Remuneração | Total | 427 | 36,97 | 403 | 34,89 | 325 | 28,14 | 1155 | 100,00 |
| | Prejuízo no exercício | 66 | 5,72 | 53 | 4,59 | 39 | 3,38 | 158 | 13,69 |
| | Lucro no exercício | 361 | 31,28 | 349 | 30,24 | 286 | 24,78 | 996 | 86,31 |
| Tempo | Total | 427 | 36,97 | 403 | 34,89 | 325 | 28,14 | 1155 | 100,00 |
| | 2009 | 78 | 6,75 | 79 | 6,84 | 61 | 5,28 | 218 | 18,87 |
| | 2010 | 90 | 7,79 | 82 | 7,10 | 60 | 5,19 | 232 | 20,09 |
| | 2011 | 86 | 7,45 | 79 | 6,84 | 67 | 5,80 | 232 | 20,09 |
| | 2012 | 86 | 7,45 | 81 | 7,01 | 68 | 5,89 | 235 | 20,35 |
| | 2013 | 87 | 7,53 | 82 | 7,10 | 69 | 5,97 | 238 | 20,61 |

Análise descritiva das variáveis escalares do modelo de Ativo Intangível

ATIVO INTANGÍVEL

| País | Variável | N | Média | Desvio Padrão | Mínimo | Máximo |
|---------------|-----------------|----------|--------------|----------------------|---------------|---------------|
| Brasil | Endividamento | 427 | 2,3661 | 3,3696 | -7,1099 | 37,8313 |
| | Rentabilidade | 427 | 0,1048 | 0,3841 | -5,9884 | 1,7815 |
| | Relevância | 427 | 0,1646 | 0,2075 | 0,0002 | 0,8434 |
| | Tamanho | 427 | 15,2346 | 1,3008 | 10,9640 | 19,6196 |
| Chile | Endividamento | 403 | 1,4706 | 3,3362 | -13,8808 | 48,3633 |
| | Rentabilidade | 403 | 0,0798 | 0,5533 | -8,6502 | 2,0582 |
| | Relevância | 403 | 0,0549 | 0,0755 | 0,0000 | 0,4729 |
| | Tamanho | 403 | 13,4336 | 1,5661 | 9,7910 | 17,1821 |
| Peru | Endividamento | 325 | 1,3942 | 1,5598 | 0,0049 | 17,3731 |
| | Rentabilidade | 325 | 0,1597 | 0,2305 | -0,4371 | 1,9041 |
| | Relevância | 325 | 0,0680 | 0,1261 | 0,0000 | 0,8634 |
| | Tamanho | 325 | 12,9877 | 1,8285 | 8,4016 | 20,7686 |
| Todos | Endividamento | 1155 | 1,7802 | 2,9923 | -13,8808 | 48,3633 |
| | Rentabilidade | 1155 | 0,1115 | 0,4208 | -8,6502 | 2,0582 |
| | Relevância | 1155 | 0,0991 | 0,1578 | 0,0000 | 0,8634 |
| | Tamanho | 1155 | 13,9739 | 1,8389 | 8,4016 | 20,7686 |

APÊNDICE L – Estatística Descritiva dos dados utilizados no Modelo Probit – Propriedades para Investimento

Análise descritiva das variáveis nominais do modelo de PPI

| PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO | | BRASIL | | CHILE | | PERU | | TODOS | |
|--------------------------------|----------------------------------|-----------|--------------|------------|--------------|-----------|--------------|------------|---------------|
| Variável | Especificação | N | % | N | % | N | % | N | % |
| Escolha Contábil | Total | 65 | 19,76 | 170 | 51,67 | 94 | 28,57 | 329 | 100,00 |
| | Custo | 35 | 10,64 | 106 | 32,22 | 51 | 15,50 | 192 | 58,36 |
| | Valor Justo | 30 | 9,12 | 64 | 19,45 | 43 | 13,07 | 137 | 41,64 |
| Setor | Total | 65 | 19,76 | 170 | 51,67 | 94 | 28,57 | 329 | 100,00 |
| | Agro e Pesca | 0 | 0,00 | 21 | 6,38 | 1 | 0,30 | 22 | 6,69 |
| | Alimentos e Bebidas | 0 | 0,00 | 17 | 5,17 | 10 | 3,04 | 27 | 8,21 |
| | Comércio e Eletroeletrônicos | 0 | 0,00 | 26 | 7,90 | 4 | 1,22 | 30 | 9,12 |
| | Construção | 15 | 4,56 | 12 | 3,65 | 7 | 2,13 | 34 | 10,33 |
| | Energia Elétrica | 11 | 3,34 | 32 | 9,73 | 6 | 1,82 | 49 | 14,89 |
| | Imobiliário | 25 | 7,60 | 14 | 4,26 | 18 | 5,47 | 57 | 17,33 |
| | Mineração | 1 | 0,30 | 2 | 0,61 | 13 | 3,95 | 16 | 4,86 |
| | Minerais não Metálicos | 0 | 0,00 | 10 | 3,04 | 0 | 0,00 | 10 | 3,04 |
| | Outros | 10 | 3,04 | 14 | 4,26 | 33 | 10,03 | 57 | 17,33 |
| | Petróleo e Gás e Química | 0 | 0,00 | 5 | 1,52 | 2 | 0,61 | 7 | 2,13 |
| | Siderurgia e Metalúrgica | 3 | 0,91 | 14 | 4,26 | 0 | 0,00 | 17 | 5,17 |
| | Telecomunicações | 0 | 0,00 | 3 | 0,91 | 0 | 0,00 | 3 | 0,91 |
| Big Four | Total | 65 | 19,76 | 170 | 51,67 | 94 | 28,57 | 329 | 100,00 |
| | Não auditada por <i>big four</i> | 4 | 1,22 | 15 | 4,56 | 17 | 5,17 | 36 | 10,94 |
| | Auditada por <i>big four</i> | 61 | 18,54 | 155 | 47,11 | 77 | 23,40 | 293 | 89,06 |
| PGAAP | Total | 65 | 19,76 | 170 | 51,67 | 94 | 28,57 | 329 | 100,00 |
| | Norma anterior não permitia VJ | 65 | 19,76 | 170 | 51,67 | 0 | 0,00 | 235 | 71,43 |
| | Norma anterior permitia VJ | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 94 | 28,57 | 94 | 28,57 |
| Remuneração | Total | 65 | 19,76 | 170 | 51,67 | 94 | 28,57 | 329 | 100,00 |
| | Prejuízo no exercício | 11 | 3,34 | 21 | 6,38 | 8 | 2,43 | 40 | 12,16 |
| | Lucro no exercício | 54 | 16,41 | 149 | 45,29 | 86 | 26,14 | 289 | 87,84 |
| Tempo | Total | 65 | 19,76 | 170 | 51,67 | 94 | 28,57 | 329 | 100,00 |
| | 2009 | 1 | 0,30 | 29 | 8,81 | 14 | 4,26 | 44 | 13,37 |
| | 2010 | 12 | 3,65 | 32 | 9,73 | 15 | 4,56 | 59 | 17,93 |
| | 2011 | 18 | 5,47 | 37 | 11,25 | 20 | 6,08 | 75 | 22,80 |
| | 2012 | 18 | 5,47 | 37 | 11,25 | 21 | 6,38 | 76 | 23,10 |
| | 2013 | 16 | 4,86 | 35 | 10,64 | 24 | 7,29 | 75 | 22,80 |

Análise descritiva das variáveis escalares do modelo de PPI

| PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO | | | | | | |
|---------------------------------------|-----------------|----------|--------------|----------------------|---------------|---------------|
| País | Variável | N | Média | Desvio Padrão | Mínimo | Máximo |
| Brasil | Endividamento | 65 | 2,6086 | 5,1375 | 0,3543 | 37,8313 |
| | Rentabilidade | 65 | -0,0240 | 0,7707 | -5,9884 | 0,4671 |
| | Relevância | 65 | 0,3235 | 0,3591 | 0,0003 | 0,9345 |
| | Tamanho | 65 | 15,0059 | 0,8054 | 13,4912 | 16,4061 |
| Chile | Endividamento | 170 | 1,3022 | 0,9968 | 0,0089 | 7,6202 |
| | Rentabilidade | 170 | 0,1098 | 0,1113 | -0,2760 | 0,5477 |
| | Relevância | 170 | 0,1124 | 0,2331 | 0,0001 | 0,9996 |
| | Tamanho | 170 | 13,4992 | 1,7805 | 10,2541 | 17,1821 |
| Peru | Endividamento | 94 | 1,6173 | 1,9327 | 0,0166 | 12,9250 |
| | Rentabilidade | 94 | 0,2023 | 0,4629 | -0,1131 | 4,0859 |
| | Relevância | 94 | 0,1769 | 0,2920 | 0,0004 | 0,9573 |
| | Tamanho | 94 | 12,6446 | 1,3294 | 9,4081 | 14,9571 |
| Todos | Endividamento | 329 | 1,6503 | 2,6394 | 0,0089 | 37,8313 |
| | Rentabilidade | 329 | 0,1098 | 0,4348 | -5,9884 | 4,0859 |
| | Relevância | 329 | 0,1726 | 0,2894 | 0,0001 | 0,9996 |
| | Tamanho | 329 | 13,5527 | 1,7080 | 9,4081 | 17,1821 |

APÊNDICE M – Estatística Descritiva dos dados utilizados no Modelo Probit – Ativo Imobilizado Imóveis – para a Não divulgação

Análise descritiva das variáveis nominais do modelo de Ativo Imobilizado Imóveis

| ATIVO IMOBILIZADO IMÓVEIS | | BRASIL | | CHILE | | PERU | | TODOS | |
|----------------------------------|----------------------------------|---------------|--------------|--------------|--------------|-------------|--------------|--------------|---------------|
| Variável | Especificação | N | % | N | % | N | % | N | % |
| Escolha Contábil | Total | 473 | 32,35 | 494 | 33,79 | 495 | 33,86 | 1462 | 100,00 |
| | Divulga | 442 | 30,23 | 485 | 33,17 | 479 | 32,76 | 1406 | 96,17 |
| | Não Divulga | 31 | 2,12 | 9 | 0,62 | 16 | 1,09 | 56 | 3,83 |
| Setor | Total | 473 | 32,35 | 494 | 33,79 | 495 | 33,86 | 1462 | 100,00 |
| | Agro e Pesca | 10 | 0,68 | 80 | 5,47 | 60 | 4,10 | 150 | 10,26 |
| | Alimentos e Bebidas | 25 | 1,71 | 50 | 3,42 | 45 | 3,08 | 120 | 8,21 |
| | Comércio e Eletroeletrônicos | 45 | 3,08 | 60 | 4,10 | 30 | 2,05 | 135 | 9,23 |
| | Construção | 65 | 4,45 | 15 | 1,03 | 15 | 1,03 | 95 | 6,50 |
| | Energia Elétrica | 120 | 8,21 | 75 | 5,13 | 55 | 3,76 | 250 | 17,10 |
| | Imobiliário | 30 | 2,05 | 26 | 1,78 | 20 | 1,37 | 76 | 5,20 |
| | Mineração | 17 | 1,16 | 15 | 1,03 | 95 | 6,50 | 127 | 8,69 |
| | Minerais não Metálicos | 10 | 0,68 | 15 | 1,03 | 21 | 1,44 | 46 | 3,15 |
| | Outros | 85 | 5,21 | 75 | 5,13 | 99 | 6,77 | 259 | 17,72 |
| | Petróleo e Gás e Química | 21 | 1,44 | 35 | 2,39 | 20 | 1,37 | 76 | 5,20 |
| | Siderurgia e Metalúrgica | 25 | 1,71 | 28 | 1,92 | 25 | 1,71 | 78 | 5,34 |
| | Telecomunicações | 20 | 1,37 | 20 | 1,37 | 10 | 0,68 | 50 | 3,42 |
| Big Four | Total | 473 | 32,35 | 494 | 33,79 | 495 | 33,86 | 1462 | 100,00 |
| | Não auditada por <i>big four</i> | 50 | 3,42 | 84 | 5,75 | 116 | 7,93 | 250 | 17,10 |
| | Auditada por <i>big four</i> | 423 | 28,93 | 410 | 28,04 | 379 | 25,92 | 1212 | 82,90 |
| PGAAP | Total | 473 | 32,35 | 494 | 33,79 | 495 | 33,86 | 1462 | 100,00 |
| | Norma anterior não permitia VJ | 473 | 32,35 | 494 | 33,79 | 0 | 0,00 | 967 | 66,14 |
| | Norma anterior permitia VJ | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 495 | 33,86 | 495 | 33,86 |
| Remuneração | Total | 473 | 32,35 | 494 | 33,79 | 495 | 33,86 | 1462 | 100,00 |
| | Prejuízo no exercício | 70 | 4,79 | 75 | 5,13 | 57 | 3,90 | 202 | 13,82 |
| | Lucro no exercício | 403 | 27,56 | 419 | 28,66 | 438 | 29,96 | 1260 | 86,18 |
| Tempo | Total | 473 | 32,35 | 494 | 33,79 | 495 | 33,86 | 1462 | 100 |
| | 2009 | 100 | 6,84 | 100 | 6,84 | 99 | 6,77 | 299 | 20,45 |
| | 2010 | 94 | 6,43 | 98 | 6,70 | 99 | 6,77 | 291 | 19,90 |
| | 2011 | 93 | 6,36 | 99 | 6,77 | 99 | 6,77 | 291 | 19,90 |
| | 2012 | 93 | 6,36 | 99 | 6,77 | 98 | 6,70 | 290 | 19,84 |
| | 2013 | 93 | 6,36 | 98 | 6,70 | 100 | 6,84 | 291 | 19,90 |

Análise descritiva das variáveis escalares do modelo de Ativo Imobilizado Imóveis

| ATIVO IMOBILIZADO IMÓVEIS | | | | | | |
|-------------------------------------------------------------------------------|---------------|------|---------|---------------|----------|---------|
| PAÍS | VARIÁVEL | N | MÉDIA | DESVIO PADRÃO | MÍNIMO | MÁXIMO |
| Painel A – Companhias abertas que divulgaram as escolhas contábeis | | | | | | |
| Brasil | Endividamento | 442 | 2,3094 | 3,1470 | -7,1099 | 30,7202 |
| | Rentabilidade | 442 | 0,1183 | 0,2415 | -1,8600 | 1,7815 |
| | Relevância | 442 | 0,2716 | 0,2471 | 0,0003 | 0,9115 |
| | Tamanho | 442 | 15,2930 | 1,3105 | 10,9640 | 19,6841 |
| Chile | Endividamento | 485 | 1,3914 | 3,0974 | -13,8808 | 48,3633 |
| | Rentabilidade | 485 | 0,0831 | 0,5102 | -8,6502 | 2,0582 |
| | Relevância | 485 | 0,4269 | 0,2429 | 0,0000 | 0,9951 |
| | Tamanho | 485 | 13,1067 | 1,6782 | 8,9082 | 17,1821 |
| Peru | Endividamento | 479 | 1,2417 | 1,5903 | 0,0049 | 17,3731 |
| | Rentabilidade | 479 | 0,1753 | 0,3631 | -0,4371 | 4,0859 |
| | Relevância | 479 | 0,4426 | 0,2646 | 0,0000 | 0,9316 |
| | Tamanho | 479 | 12,5980 | 1,9808 | 7,1229 | 20,7686 |
| Todos | Endividamento | 1406 | 1,6290 | 2,7368 | -13,8808 | 48,3633 |
| | Rentabilidade | 1406 | 0,1256 | 0,3928 | -8,6502 | 4,0859 |
| | Relevância | 1406 | 0,3834 | 0,2628 | 0,0000 | 0,9951 |
| | Tamanho | 1406 | 13,6207 | 2,0425 | 7,1229 | 20,7686 |
| Painel B – Companhias abertas que não divulgaram as escolhas contábeis | | | | | | |
| Brasil | Endividamento | 31 | 1,7992 | 1,7603 | 0,1872 | 6,3096 |
| | Rentabilidade | 31 | 0,1661 | 0,1743 | -0,0210 | 0,5165 |
| | Relevância | 31 | 0,2337 | 0,3131 | 0,0000 | 0,8989 |
| | Tamanho | 31 | 15,1043 | 0,9334 | 12,6340 | 16,1554 |
| Chile | Endividamento | 9 | 0,6864 | 0,4232 | 0,1132 | 1,2633 |
| | Rentabilidade | 9 | 0,0888 | 0,0929 | -0,0362 | 0,2426 |
| | Relevância | 9 | 0,2613 | 0,2468 | 0,0205 | 0,7229 |
| | Tamanho | 9 | 11,4837 | 1,2253 | 10,0436 | 13,1335 |
| Peru | Endividamento | 16 | 1,0740 | 0,6650 | 0,1386 | 2,5883 |
| | Rentabilidade | 16 | 0,0815 | 0,0871 | -0,0578 | 0,2685 |
| | Relevância | 16 | 0,5924 | 0,3730 | 0,0024 | 0,9253 |
| | Tamanho | 16 | 12,5468 | 1,2952 | 10,0314 | 14,7557 |
| Todos | Endividamento | 56 | 1,4131 | 1,4285 | 0,1132 | 6,3096 |
| | Rentabilidade | 56 | 0,1295 | 0,1470 | -0,0578 | 0,5165 |
| | Relevância | 56 | 0,3406 | 0,3552 | 0,0000 | 0,9253 |
| | Tamanho | 56 | 13,7917 | 1,8560 | 10,0314 | 16,1554 |
| Painel C – Todas as companhias abertas da amostra da pesquisa | | | | | | |
| Brasil | Endividamento | 473 | 2,2760 | 3,0767 | -7,1099 | 30,7202 |
| | Rentabilidade | 473 | 0,1214 | 0,2378 | -1,8600 | 1,7815 |
| | Relevância | 473 | 0,2692 | 0,2517 | 0,0000 | 0,9115 |
| | Tamanho | 473 | 15,2806 | 1,2893 | 10,9640 | 19,6841 |
| Chile | Endividamento | 494 | 1,3785 | 3,0709 | -13,8808 | 48,3633 |
| | Rentabilidade | 494 | 0,0832 | 0,5057 | -8,6502 | 2,0582 |
| | Relevância | 494 | 0,4239 | 0,2437 | 0,0000 | 0,9951 |
| | Tamanho | 494 | 13,0771 | 1,6842 | 8,9082 | 17,1821 |
| Peru | Endividamento | 495 | 1,2363 | 1,5689 | 0,0049 | 17,3731 |
| | Rentabilidade | 495 | 0,1723 | 0,3579 | -0,4371 | 4,0859 |
| | Relevância | 495 | 0,4474 | 0,2696 | 0,0000 | 0,9316 |
| | Tamanho | 495 | 12,5963 | 1,9615 | 7,1229 | 20,7686 |
| Todos | Endividamento | 1462 | 1,6207 | 2,6984 | -13,8808 | 48,3633 |
| | Rentabilidade | 1462 | 0,1257 | 0,3863 | -8,6502 | 4,0859 |
| | Relevância | 1462 | 0,3818 | 0,2669 | 0,0000 | 0,9951 |
| | Tamanho | 1462 | 13,6272 | 2,0353 | 7,1229 | 20,7686 |

APÊNDICE N – Estatística Descritiva dos dados utilizados no Modelo Probit – Ativo Imobilizado Instalações e Equipamentos – para a Não divulgação

Análise descritiva das variáveis nominais do modelo de Ativo Imobilizado Instalações e Equipamentos

| INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS | | BRASIL | | CHILE | | PERU | | TODOS | |
|----------------------------|----------------------------------|------------|--------------|------------|--------------|------------|--------------|-------------|---------------|
| Variável | Especificação | N | % | N | % | N | % | N | % |
| Escolha Contábil | Total | 473 | 32,35 | 494 | 33,79 | 495 | 33,86 | 1462 | 100,00 |
| | Divulga | 442 | 30,23 | 485 | 33,17 | 480 | 32,83 | 1407 | 96,24 |
| | Não Divulga | 31 | 2,12 | 9 | 0,62 | 15 | 1,03 | 55 | 3,76 |
| Setor | Total | 473 | 32,35 | 494 | 33,79 | 495 | 33,86 | 1462 | 100,00 |
| | Agro e Pesca | 10 | 0,68 | 80 | 5,47 | 60 | 4,10 | 150 | 10,26 |
| | Alimentos e Bebidas | 25 | 1,71 | 50 | 3,42 | 45 | 3,08 | 120 | 8,21 |
| | Comércio e Eletroeletrônicos | 45 | 3,08 | 60 | 4,10 | 30 | 2,05 | 135 | 9,23 |
| | Construção | 65 | 4,45 | 15 | 1,03 | 15 | 1,03 | 95 | 6,50 |
| | Energia Elétrica | 120 | 8,21 | 75 | 5,13 | 55 | 3,76 | 250 | 17,10 |
| | Imobiliário | 30 | 2,05 | 26 | 1,78 | 20 | 1,37 | 76 | 5,20 |
| | Mineração | 17 | 1,16 | 15 | 1,03 | 95 | 6,50 | 127 | 8,69 |
| | Minerais não Metálicos | 10 | 0,68 | 15 | 1,03 | 21 | 1,44 | 46 | 3,15 |
| | Outros | 85 | 5,81 | 75 | 5,13 | 99 | 6,77 | 259 | 17,72 |
| | Petróleo e Gás e Química | 21 | 1,44 | 35 | 2,39 | 20 | 1,37 | 76 | 5,20 |
| | Siderurgia e Metalúrgica | 25 | 1,71 | 28 | 1,92 | 25 | 1,71 | 78 | 5,34 |
| | Telecomunicações | 20 | 1,37 | 20 | 1,37 | 10 | 0,68 | 50 | 3,42 |
| Big Four | Total | 473 | 32,35 | 494 | 33,79 | 495 | 33,86 | 1462 | 100,00 |
| | Não auditada por <i>big four</i> | 50 | 3,42 | 84 | 5,75 | 116 | 7,93 | 250 | 17,10 |
| | Auditada por <i>big four</i> | 423 | 28,93 | 410 | 28,04 | 379 | 25,92 | 1212 | 82,90 |
| PGAAP | Total | 473 | 32,35 | 494 | 33,79 | 495 | 33,86 | 1462 | 100,00 |
| | Norma anterior não permitia VJ | 473 | 32,35 | 494 | 33,79 | 0 | 0,00 | 967 | 66,14 |
| | Norma anterior permitia VJ | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 495 | 33,86 | 495 | 33,86 |
| Remuneração | Total | 473 | 32,35 | 494 | 33,79 | 495 | 33,86 | 1462 | 100,00 |
| | Prejuízo no exercício | 70 | 4,79 | 75 | 5,13 | 57 | 3,90 | 202 | 13,82 |
| | Lucro no exercício | 403 | 27,56 | 419 | 28,66 | 438 | 29,96 | 1260 | 86,18 |
| Tempo | Total | 473 | 32,35 | 494 | 33,79 | 495 | 33,86 | 1462 | 100,00 |
| | 2009 | 100 | 6,84 | 100 | 6,84 | 99 | 6,77 | 299 | 20,45 |
| | 2010 | 94 | 6,43 | 98 | 6,70 | 99 | 6,77 | 291 | 19,90 |
| | 2011 | 93 | 6,36 | 99 | 6,77 | 99 | 6,77 | 291 | 19,90 |
| | 2012 | 93 | 6,36 | 99 | 6,77 | 98 | 6,70 | 290 | 19,84 |
| | 2013 | 93 | 6,36 | 98 | 6,70 | 100 | 6,84 | 291 | 19,90 |

Análise descritiva das variáveis escalares do modelo de Ativo Imobilizado Instalações e Equipamentos

ATIVO IMOBILIZADO INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

| PAÍS | VARIÁVEL | N | MÉDIA | DESVIO PADRÃO | MÍNIMO | MÁXIMO |
|----------------------------------------------------------------------------------------|---------------|------|---------|---------------|----------|---------|
| Painel A – Companhias abertas que divulgaram as escolhas contábeis | | | | | | |
| Brasil | Endividamento | 442 | 2,3094 | 3,1470 | -7,1099 | 30,7202 |
| | Rentabilidade | 442 | 0,1183 | 0,2415 | -1,8600 | 1,7815 |
| | Relevância | 442 | 0,2716 | 0,2471 | 0,0003 | 0,9115 |
| | Tamanho | 442 | 15,2930 | 1,3105 | 10,9640 | 19,6841 |
| Chile | Endividamento | 485 | 1,3914 | 3,0974 | -13,8808 | 48,3633 |
| | Rentabilidade | 485 | 0,0831 | 0,5102 | -8,6502 | 2,0582 |
| | Relevância | 485 | 0,4269 | 0,2429 | 0,0000 | 0,9951 |
| | Tamanho | 485 | 13,1067 | 1,6782 | 8,9082 | 17,1821 |
| Peru | Endividamento | 480 | 1,2421 | 1,5886 | 0,0049 | 17,3731 |
| | Rentabilidade | 480 | 0,1752 | 0,3627 | -0,4371 | 4,0859 |
| | Relevância | 480 | 0,4417 | 0,2651 | 0,0000 | 0,9316 |
| | Tamanho | 480 | 12,6010 | 1,9798 | 7,1229 | 20,7686 |
| Todos | Endividamento | 1407 | 1,6289 | 2,7358 | -13,8808 | 48,3633 |
| | Rentabilidade | 1407 | 0,1256 | 0,3927 | -8,6502 | 4,0859 |
| | Relevância | 1407 | 0,3832 | 0,2629 | 0,0000 | 0,9951 |
| | Tamanho | 1407 | 13,6210 | 2,0418 | 7,1229 | 20,7686 |
| Painel B – Companhias abertas que não divulgaram as escolhas contábeis Variável | | | | | | |
| Brasil | Endividamento | 31 | 1,7992 | 1,7603 | 0,1872 | 6,3096 |
| | Rentabilidade | 31 | 0,1661 | 0,1743 | -0,0210 | 0,5165 |
| | Relevância | 31 | 0,2337 | 0,3131 | 0,0000 | 0,8989 |
| | Tamanho | 31 | 15,1043 | 0,9334 | 12,6340 | 16,1554 |
| Chile | Endividamento | 9 | 0,6864 | 0,4232 | 0,1132 | 1,2633 |
| | Rentabilidade | 9 | 0,0888 | 0,0929 | -0,0362 | 0,2426 |
| | Relevância | 9 | 0,2613 | 0,2468 | 0,0205 | 0,7229 |
| | Tamanho | 9 | 11,4837 | 1,2253 | 10,0436 | 13,1335 |
| Peru | Endividamento | 15 | 1,0501 | 0,6812 | 0,1386 | 2,5883 |
| | Rentabilidade | 15 | 0,0782 | 0,0891 | -0,0578 | 0,2685 |
| | Relevância | 15 | 0,6312 | 0,3510 | 0,0024 | 0,9253 |
| | Tamanho | 15 | 12,4470 | 1,2754 | 10,0314 | 14,7557 |
| Todos | Endividamento | 55 | 1,4128 | 1,4417 | 0,1132 | 6,3096 |
| | Rentabilidade | 55 | 0,1295 | 0,1483 | -0,0578 | 0,5165 |
| | Relevância | 55 | 0,3467 | 0,3556 | 0,0000 | 0,9253 |
| | Tamanho | 55 | 13,7871 | 1,8728 | 10,0314 | 16,1554 |
| Painel C – Todas as companhias abertas da amostra da pesquisa | | | | | | |
| Brasil | Endividamento | 473 | 2,2760 | 3,0767 | -7,1099 | 30,7202 |
| | Rentabilidade | 473 | 0,1214 | 0,2378 | -1,8600 | 1,7815 |
| | Relevância | 473 | 0,2692 | 0,2517 | 0,0000 | 0,9115 |
| | Tamanho | 473 | 15,2806 | 1,2893 | 10,9640 | 19,6841 |
| Chile | Endividamento | 494 | 1,3785 | 3,0709 | -13,8808 | 48,3633 |
| | Rentabilidade | 494 | 0,0832 | 0,5057 | -8,6502 | 2,0582 |
| | Relevância | 494 | 0,4239 | 0,2437 | 0,0000 | 0,9951 |
| | Tamanho | 494 | 13,0771 | 1,6842 | 8,9082 | 17,1821 |
| Peru | Endividamento | 495 | 1,2363 | 1,5689 | 0,0049 | 17,3731 |
| | Rentabilidade | 495 | 0,1723 | 0,3579 | -0,4371 | 4,0859 |
| | Relevância | 495 | 0,4474 | 0,2696 | 0,0000 | 0,9316 |
| | Tamanho | 495 | 12,5963 | 1,9615 | 7,1229 | 20,7686 |
| Todos | Endividamento | 1462 | 1,6207 | 2,6984 | -13,8808 | 48,3633 |
| | Rentabilidade | 1462 | 0,1257 | 0,3863 | -8,6502 | 4,0859 |
| | Relevância | 1462 | 0,3818 | 0,2669 | 0,0000 | 0,9951 |
| | Tamanho | 1462 | 13,6272 | 2,0353 | 7,1229 | 20,7686 |

APÊNDICE O – Estatística Descritiva dos dados utilizados no Modelo Probit – Ativo Intangível – para a Não divulgação

Análise descritiva das variáveis nominais do modelo de Ativo Intangível

| ATIVO INTANGÍVEL | | BRASIL | | CHILE | | PERU | | TODOS | |
|-------------------------|----------------------------------|---------------|--------------|--------------|--------------|-------------|--------------|--------------|---------------|
| Variável | Especificação | N | % | N | % | N | % | N | % |
| Escolha Contábil | Total | 478 | 36,32 | 436 | 33,13 | 402 | 30,55 | 1316 | 100,00 |
| | Divulga | 427 | 32,45 | 403 | 30,62 | 325 | 24,70 | 1155 | 87,77 |
| | Não Divulga | 51 | 3,88 | 33 | 2,51 | 77 | 5,85 | 161 | 12,23 |
| Setor | Total | 478 | 36,32 | 436 | 33,13 | 402 | 30,55 | 1316 | 100,00 |
| | Agro e Pesca | 10 | 0,76 | 71 | 5,40 | 35 | 2,66 | 116 | 8,81 |
| | Alimentos e Bebidas | 25 | 1,90 | 50 | 3,80 | 40 | 3,04 | 115 | 8,74 |
| | Comércio e Eletroeletrônicos | 45 | 3,42 | 52 | 3,95 | 30 | 2,28 | 127 | 9,65 |
| | Construção | 60 | 4,56 | 15 | 1,14 | 10 | 0,76 | 85 | 6,46 |
| | Energia Elétrica | 131 | 9,95 | 74 | 5,62 | 48 | 3,65 | 253 | 19,22 |
| | Imobiliário | 28 | 2,13 | 16 | 1,22 | 13 | 0,99 | 57 | 4,33 |
| | Mineração | 17 | 1,29 | 10 | 0,76 | 83 | 6,31 | 110 | 8,36 |
| | Minerais não Metálicos | 10 | 0,76 | 15 | 1,14 | 20 | 1,52 | 45 | 3,42 |
| | Outros | 82 | 6,23 | 63 | 4,79 | 74 | 5,62 | 219 | 16,64 |
| | Petróleo e Gás e Química | 25 | 1,90 | 30 | 2,28 | 20 | 1,52 | 75 | 5,70 |
| | Siderurgia e Metalúrgica | 25 | 1,90 | 20 | 1,52 | 19 | 1,44 | 64 | 4,86 |
| | Telecomunicações | 20 | 1,52 | 20 | 1,52 | 10 | 0,76 | 50 | 3,80 |
| Big Four | Total | 478 | 36,32 | 436 | 33,13 | 402 | 30,55 | 1316 | 100,00 |
| | Não auditada por <i>big four</i> | 51 | 3,88 | 61 | 4,64 | 79 | 6,00 | 191 | 14,51 |
| | Auditada por <i>big four</i> | 427 | 32,45 | 375 | 28,50 | 323 | 24,54 | 1125 | 85,49 |
| PGAAP | Total | 478 | 36,32 | 436 | 33,13 | 402 | 30,55 | 1316 | 100,00 |
| | Norma anterior não permitia VJ | 478 | 36,32 | 436 | 33,16 | 0 | 0,00 | 914 | 69,45 |
| | Norma anterior permitia VJ | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 402 | 30,55 | 402 | 30,55 |
| Remuneração | Total | 478 | 36,32 | 436 | 33,13 | 402 | 30,55 | 1316 | 100,00 |
| | Prejuízo no exercício | 72 | 5,47 | 60 | 4,56 | 44 | 3,34 | 176 | 13,37 |
| | Lucro no exercício | 406 | 30,85 | 376 | 28,57 | 358 | 27,20 | 1140 | 86,63 |
| Tempo | Total | 478 | 36,32 | 436 | 33,13 | 402 | 30,55 | 1316 | 100,00 |
| | 2009 | 97 | 7,37 | 87 | 6,61 | 79 | 6,00 | 263 | 19,98 |
| | 2010 | 96 | 7,29 | 90 | 6,84 | 81 | 6,16 | 267 | 20,29 |
| | 2011 | 95 | 7,22 | 85 | 6,46 | 81 | 6,16 | 261 | 19,83 |
| | 2012 | 95 | 7,22 | 87 | 6,61 | 80 | 6,08 | 262 | 19,91 |
| | 2013 | 95 | 7,22 | 87 | 6,61 | 81 | 6,16 | 263 | 19,98 |

Análise descritiva das variáveis escalares do modelo de Ativo Intangível

| ATIVO INTANGÍVEL | | | | | | |
|-------------------------------------------------------------------------------|---------------|------|---------|--------|----------|---------|
| PAÍS | VARIÁVEL | N | MÉDIA | DESVIO | MÍNIMO | MÁXIMO |
| Painel A – Companhias abertas que divulgaram as escolhas contábeis | | | | | | |
| Brasil | Endividamento | 427 | 2,3661 | 3,3696 | -7,1099 | 37,8313 |
| | Rentabilidade | 427 | 0,1048 | 0,3841 | -5,9884 | 1,7815 |
| | Relevância | 427 | 0,1646 | 0,2075 | 0,0002 | 0,8434 |
| | Tamanho | 427 | 15,2346 | 1,3008 | 10,9640 | 19,6196 |
| Chile | Endividamento | 403 | 1,4706 | 3,3362 | -13,8808 | 48,3633 |
| | Rentabilidade | 403 | 0,0798 | 0,5533 | -8,6502 | 2,0582 |
| | Relevância | 403 | 0,0549 | 0,0755 | 0,0000 | 0,4729 |
| | Tamanho | 403 | 13,4336 | 1,5661 | 9,7910 | 17,1821 |
| Peru | Endividamento | 325 | 1,3942 | 1,5598 | 0,0049 | 17,3731 |
| | Rentabilidade | 325 | 0,1597 | 0,2305 | -0,4371 | 1,9041 |
| | Relevância | 325 | 0,0680 | 0,1261 | 0,0000 | 0,8634 |
| | Tamanho | 325 | 12,9877 | 1,8285 | 8,4016 | 20,7686 |
| Todos | Endividamento | 1155 | 1,7802 | 2,9923 | -13,8808 | 48,3633 |
| | Rentabilidade | 1155 | 0,1115 | 0,4208 | -8,6502 | 2,0582 |
| | Relevância | 1155 | 0,0991 | 0,1578 | 0,0000 | 0,8634 |
| | Tamanho | 1155 | 13,9739 | 1,8389 | 8,4016 | 20,7686 |
| Painel B – Companhias abertas que não divulgaram as escolhas contábeis | | | | | | |
| Brasil | Endividamento | 51 | 2,7686 | 4,3617 | 0,4235 | 30,1312 |
| | Rentabilidade | 51 | 0,1386 | 0,2427 | -0,4339 | 1,5572 |
| | Relevância | 51 | 0,1148 | 0,1668 | 0,0002 | 0,5750 |
| | Tamanho | 51 | 15,3486 | 1,1682 | 12,6610 | 19,6841 |
| Chile | Endividamento | 33 | 1,4125 | 1,7536 | 0,0523 | 5,4069 |
| | Rentabilidade | 33 | 0,0844 | 0,1242 | -0,1382 | 0,3243 |
| | Relevância | 33 | 0,1735 | 0,2068 | 0,0001 | 0,5439 |
| | Tamanho | 33 | 12,1460 | 1,3097 | 10,3407 | 14,3798 |
| Peru | Endividamento | 77 | 0,9338 | 1,7783 | 0,0644 | 12,9250 |
| | Rentabilidade | 77 | 0,1455 | 0,1586 | -0,1177 | 1,2135 |
| | Relevância | 77 | 0,1039 | 0,2518 | 0,0000 | 0,8992 |
| | Tamanho | 77 | 11,6110 | 1,7767 | 7,1229 | 15,3900 |
| Todos | Endividamento | 161 | 1,6131 | 2,9527 | 0,0523 | 30,1312 |
| | Rentabilidade | 161 | 0,1308 | 0,1844 | -0,4339 | 1,5572 |
| | Relevância | 161 | 0,1216 | 0,2193 | 0,0000 | 0,8992 |
| | Tamanho | 161 | 12,9046 | 2,2576 | 7,1229 | 19,6841 |
| Painel C – Todas as companhias abertas da amostra da pesquisa | | | | | | |
| Brasil | Endividamento | 478 | 2,4090 | 3,4856 | -7,1099 | 37,8313 |
| | Rentabilidade | 478 | 0,1084 | 0,3715 | -5,9884 | 1,7815 |
| | Relevância | 478 | 0,1593 | 0,2040 | 0,0002 | 0,8434 |
| | Tamanho | 478 | 15,2468 | 1,2866 | 10,9640 | 19,6841 |
| Chile | Endividamento | 436 | 1,4662 | 3,2423 | -13,8808 | 48,3633 |
| | Rentabilidade | 436 | 0,0801 | 0,5330 | -8,6502 | 2,0582 |
| | Relevância | 436 | 0,0639 | 0,0970 | 0,0000 | 0,5439 |
| | Tamanho | 436 | 13,3361 | 1,5840 | 9,7910 | 17,1821 |
| Peru | Endividamento | 402 | 1,3060 | 1,6119 | 0,0049 | 17,3731 |
| | Rentabilidade | 402 | 0,1570 | 0,2184 | -0,4371 | 1,9041 |
| | Relevância | 402 | 0,0749 | 0,1583 | 0,0000 | 0,8992 |
| | Tamanho | 402 | 12,7240 | 1,8958 | 7,1229 | 20,7686 |
| Todos | Endividamento | 1316 | 1,7597 | 2,9869 | -13,8808 | 48,3633 |
| | Rentabilidade | 1316 | 0,1139 | 0,3994 | -8,6502 | 2,0582 |
| | Relevância | 1316 | 0,1019 | 0,1666 | 0,0000 | 0,8992 |
| | Tamanho | 1316 | 13,8431 | 1,9263 | 7,1229 | 20,7686 |

APÊNDICE P – Estatística Descritiva dos dados utilizados no Modelo Probit – Propriedades para Investimento – para a Não divulgação

Análise descritiva das variáveis nominais do modelo de PPI

| PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO | | BRASIL | | CHILE | | PERU | | TODOS | |
|--------------------------------|----------------------------------|--------|-------|-------|-------|------|-------|-------|--------|
| Variável | Especificação | N | % | N | % | N | % | N | % |
| Escolha Contábil | Total | 91 | 24,59 | 180 | 48,65 | 99 | 26,76 | 370 | 100,00 |
| | Divulga | 65 | 17,57 | 170 | 45,95 | 94 | 25,41 | 329 | 88,92 |
| | Não Divulga | 26 | 7,03 | 10 | 2,70 | 5 | 1,35 | 41 | 11,08 |
| Setor | Total | 91 | 24,59 | 180 | 48,65 | 99 | 26,76 | 370 | 100,00 |
| | Agro e Pesca | 0 | 0,00 | 26 | 7,03 | 1 | 0,27 | 27 | 7,30 |
| | Alimentos e Bebidas | 0 | 0,00 | 18 | 4,86 | 12 | 3,24 | 30 | 8,11 |
| | Comércio e Eletroeletrônicos | 0 | 0,00 | 26 | 7,03 | 4 | 1,08 | 30 | 8,11 |
| | Construção | 19 | 5,14 | 13 | 3,51 | 7 | 1,89 | 39 | 10,54 |
| | Energia Elétrica | 24 | 6,49 | 32 | 8,65 | 6 | 1,62 | 62 | 16,76 |
| | Imobiliário | 25 | 6,76 | 17 | 4,59 | 19 | 5,14 | 61 | 16,49 |
| | Mineração | 3 | 0,81 | 2 | 0,54 | 13 | 3,51 | 18 | 4,86 |
| | Minerais não Metálicos | 0 | 0,00 | 10 | 2,70 | 0 | 0,00 | 10 | 2,70 |
| | Outros | 15 | 4,05 | 14 | 3,78 | 35 | 9,46 | 64 | 17,30 |
| | Petróleo e Gás e Química | 0 | 0,00 | 5 | 1,35 | 2 | 0,54 | 7 | 1,89 |
| | Siderurgia e Metalúrgica | 5 | 1,35 | 14 | 3,78 | 0 | 0,00 | 19 | 5,14 |
| | Telecomunicações | 0 | 0,00 | 3 | 0,81 | 0 | 0,00 | 3 | 0,81 |
| Big Four | Total | 5 | 1,35 | 20 | 5,41 | 18 | 4,86 | 43 | 11,62 |
| | Não auditada por <i>big four</i> | 86 | 23,24 | 160 | 43,24 | 81 | 21,89 | 327 | 88,38 |
| | Auditada por <i>big four</i> | 91 | 24,59 | 180 | 48,65 | 99 | 26,76 | 370 | 100,00 |
| PGAAP | Total | 91 | 24,59 | 180 | 48,65 | 0 | 0,00 | 271 | 73,24 |
| | Norma anterior não permitia VJ | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 99 | 26,76 | 99 | 26,76 |
| | Norma anterior permitia VJ | 91 | 24,59 | 180 | 48,65 | 99 | 26,76 | 370 | 100,00 |
| Remuneração | Total | 13 | 3,51 | 27 | 7,30 | 8 | 2,16 | 48 | 12,97 |
| | Prejuízo no exercício | 78 | 21,08 | 153 | 41,35 | 91 | 24,59 | 322 | 87,03 |
| | Lucro no exercício | 91 | 24,59 | 180 | 48,65 | 99 | 26,76 | 370 | 100,00 |
| Tempo | Total | 1 | 0,27 | 29 | 7,84 | 15 | 4,05 | 45 | 12,16 |
| | 2009 | 20 | 5,41 | 36 | 9,73 | 15 | 4,05 | 71 | 19,19 |
| | 2010 | 25 | 6,76 | 39 | 10,54 | 21 | 5,68 | 85 | 22,97 |
| | 2011 | 23 | 6,22 | 39 | 10,54 | 23 | 6,22 | 85 | 22,97 |
| | 2012 | 22 | 5,95 | 37 | 10,00 | 25 | 6,76 | 84 | 22,70 |
| | 2013 | 91 | 24,59 | 180 | 48,65 | 99 | 26,76 | 370 | 100,00 |

Análise descritiva das variáveis escalares do modelo de PPI

| PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO | | | | | | |
|-------------------------------------------------------------------------------|---------------|-----|---------|--------|---------|---------|
| País | Variável | N | Média | Desvio | Mínimo | Máximo |
| Painel A – Companhias abertas que divulgaram as escolhas contábeis | | | | | | |
| Brasil | Endividamento | 65 | 2,6086 | 5,1375 | 0,3543 | 37,8313 |
| | Rentabilidade | 65 | -0,0240 | 0,7707 | -5,9884 | 0,4671 |
| | Relevância | 65 | 0,3235 | 0,3591 | 0,0003 | 0,9345 |
| | Tamanho | 65 | 15,0059 | 0,8054 | 13,4912 | 16,4061 |
| Chile | Endividamento | 170 | 1,3022 | 0,9968 | 0,0089 | 7,6202 |
| | Rentabilidade | 170 | 0,1098 | 0,1113 | -0,2760 | 0,5477 |
| | Relevância | 170 | 0,1124 | 0,2331 | 0,0001 | 0,9996 |
| | Tamanho | 170 | 13,4992 | 1,7805 | 10,2541 | 17,1821 |
| Peru | Endividamento | 94 | 1,6173 | 1,9327 | 0,0166 | 12,9250 |
| | Rentabilidade | 94 | 0,2023 | 0,4629 | -0,1131 | 4,0859 |
| | Relevância | 94 | 0,1769 | 0,2920 | 0,0004 | 0,9573 |
| | Tamanho | 94 | 12,6446 | 1,3294 | 9,4081 | 14,9571 |
| Todos | Endividamento | 329 | 1,6503 | 2,6394 | 0,0089 | 37,8313 |
| | Rentabilidade | 329 | 0,1098 | 0,4348 | -5,9884 | 4,0859 |
| | Relevância | 329 | 0,1726 | 0,2894 | 0,0001 | 0,9996 |
| | Tamanho | 329 | 13,5527 | 1,7080 | 9,4081 | 17,1821 |
| Painel B – Companhias abertas que não divulgaram as escolhas contábeis | | | | | | |
| Brasil | Endividamento | 26 | 2,4266 | 2,2874 | 0,6047 | 10,3423 |
| | Rentabilidade | 26 | 0,1146 | 0,1939 | -0,5806 | 0,4507 |
| | Relevância | 26 | 0,0013 | 0,0023 | 0,0000 | 0,0119 |
| | Tamanho | 26 | 15,1044 | 0,8054 | 13,9702 | 17,1019 |
| Chile | Endividamento | 10 | 0,6472 | 0,5251 | 0,0523 | 1,7956 |
| | Rentabilidade | 10 | 0,0099 | 0,0571 | -0,0398 | 0,1158 |
| | Relevância | 10 | 0,2471 | 0,2215 | 0,0211 | 0,5729 |
| | Tamanho | 10 | 12,0760 | 1,1021 | 10,6736 | 13,9465 |
| Peru | Endividamento | 5 | 1,6091 | 2,0369 | 0,3420 | 5,2098 |
| | Rentabilidade | 5 | 0,8897 | 1,4347 | 0,0002 | 3,4166 |
| | Relevância | 5 | 0,1951 | 0,3088 | 0,0036 | 0,7196 |
| | Tamanho | 5 | 12,4396 | 1,8129 | 10,3453 | 14,1340 |
| Todos | Endividamento | 41 | 1,8929 | 2,0809 | 0,0523 | 10,3423 |
| | Rentabilidade | 41 | 0,1836 | 0,5505 | -0,5806 | 3,4166 |
| | Relevância | 41 | 0,0849 | 0,1823 | 0,0000 | 0,7196 |
| | Tamanho | 41 | 14,0408 | 1,7402 | 10,3453 | 17,1019 |
| Painel C – Todas as companhias abertas da amostra da pesquisa | | | | | | |
| Brasil | Endividamento | 91 | 2,5566 | 4,4977 | 0,3543 | 37,8313 |
| | Rentabilidade | 91 | 0,0156 | 0,6609 | -5,9884 | 0,4671 |
| | Relevância | 91 | 0,2315 | 0,3364 | 0,0000 | 0,9345 |
| | Tamanho | 91 | 15,0340 | 0,8022 | 13,4912 | 17,1019 |
| Chile | Endividamento | 180 | 1,2658 | 0,9872 | 0,0089 | 7,6202 |
| | Rentabilidade | 180 | 0,1043 | 0,1113 | -0,2760 | 0,5477 |
| | Relevância | 180 | 0,1199 | 0,2339 | 0,0001 | 0,9996 |
| | Tamanho | 180 | 13,4201 | 1,7779 | 10,2541 | 17,1821 |
| Peru | Endividamento | 99 | 1,6169 | 1,9272 | 0,0166 | 12,9250 |
| | Rentabilidade | 99 | 0,2370 | 0,5570 | -0,1131 | 4,0859 |
| | Relevância | 99 | 0,1778 | 0,2913 | 0,0004 | 0,9573 |
| | Tamanho | 99 | 12,6342 | 1,3466 | 9,4081 | 14,9571 |
| Todos | Endividamento | 370 | 1,6772 | 2,5822 | 0,0089 | 37,8313 |
| | Rentabilidade | 370 | 0,1180 | 0,4488 | -5,9884 | 4,0859 |
| | Relevância | 370 | 0,1629 | 0,2807 | 0,0000 | 0,9996 |
| | Tamanho | 370 | 13,6068 | 1,7161 | 9,4081 | 17,1821 |